



PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL
E PROJETOS ESPECÍFICOS PARA O
V E T O R I P I T A N G A

PRODUTO Nº 1 - RELATÓRIO DE ANDAMENTO I
RELATÓRIOS 1, 2 E 3

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIO

Cícero de Carvalho Monteiro

DIRETORIA GERAL

Luis Augusto Silva Reis

SUPERINTENDÊNCIA DE SANEAMENTO

Renavan Andrade Sobrinho

DIRETOR DE ÁGUAS URBANAS

Eng. Raimundo Freitas

**COORDENADOR DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E MANEJO DE ÁGUAS
PLUVIAIS**

Eng. Anésio Miranda

CONSÓRCIO
HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S/A
FFA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA

RESPONSÁVEL TÉCNICO - HYDROS

Engº Sílvio Humberto Vieira Regis

RESPONSÁVEL TÉCNICO - FFA

Arqt. Floriano Freaza

DIRETOR

Engº Sílvio Humberto Vieira Regis

COORDENAÇÃO GERAL

Engº Ulysses Fontes Lima

COORDENAÇÃO SETORIAL

Geol. Sandro Camargo

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Arqt. Floriano Freaza

Arq. Liana Viveiros

GERENTE DO CONTRATO

Arq. Liana Viveiros

EQUIPE TÉCNICA

Arqt. Rodolfo Madureira

Arqta. Karla Benevides

Arqt. Julia Cruz da Silva

Geog. Eliza Maia

Urb. Rivelte Rivetria Santana dos Santos

Soc. Maria Auxiliadora da S. Lobão

Soc. Ruy Aguiar

Cient. Pol. Claudio André Souza

Soc. Rafael de Aguiar Arantes

Aux. Pesq. Francisco Moas

Jorn. Carine Aprile Lervese

APOIO TÉCNICO

Lucia Mária Bacellar Reis

Perpetua Rodrigues

**PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL E PROJETOS ESPECÍFICOS PARA O
VETOR IPITANGA**

PRODUTO Nº 1 – RELATÓRIO DE ANDAMENTO I

RELATÓRIO 1 – REGISTROS DAS ATIVIDADES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

RELATÓRIO 2 – DIAGNÓSTICO SOCIO-ORGANIZATIVO E PLANO DE MOBILIZAÇÃO
SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RELATÓRIO 3 – PLANO DE TRABALHO CONSOLIDADO E CONCEPÇÃO INICIAL DO
BANCO DE DADOS

APRESENTAÇÃO

O CONSÓRCIO HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S/A e FFA ARQUITETURA LTDA apresenta o Produto N° 1 referente ao Relatório de Andamento I que contém os Relatórios 1, 2 e 3 conforme previsto no Termo de Referência.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	i
RELATÓRIO 1 – REGISTROS DAS ATIVIDADES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS	1
1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ATIVIDADES E EVENTOS REALIZADOS	3
RELATÓRIO 2 – DIAGNÓSTICO SOCIO-ORGANIZATIVO E PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	10
DIAGNÓSTICO SOCIO-ORGANIZATIVO	11
1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA	12
1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL– OSC DO VETOR IPITANGA	36
PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	39
1. INTRODUÇÃO.....	40
2. PROPÓSITOS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	42
3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA DE IPITANGA	43
4. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS E PROJETOS.....	45
5. PLANO DE COMUNICAÇÃO	48
6. DETALHAMENTO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	54
RELATÓRIO 3 – PLANO DE TRABALHO CONSOLIDADO E CONCEPÇÃO INICIAL DO BANCO DE DADOS	64
PLANO DE TRABALHO CONSOLIDADO.....	65
1. OBJETO	66
2. OBJETIVOS.....	67
2.1. OBJETIVO GERAL	67
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	67
3. ABRANGÊNCIA	68
4. ETAPAS	70

5.	METODOLOGIA.....	71
5.1.	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	71
5.1.1.	<u>Diretrizes Gerais</u>	71
5.1.2.	<u>Diretrizes Específicas</u>	73
5.2.	COMPONENTES E ESCALAS.....	73
5.3.	DIMENSÕES DE ATUAÇÃO	74
5.4.	PLANO GERAL DE EXECUÇÃO.....	75
6.	ATIVIDADES.....	82
6.1.	MACROATIVIDADE 1 – GERENCIAMENTO E COORDENAÇÃO DO TRABALHO.....	82
7.	PRODUTOS	132
8.	CRONOGRAMA.....	135
	CONCEPÇÃO INICIAL DO BANCO DE DADOS.....	136
1.	ESTRUTURAÇÃO DO BANCO DE DADOS.....	137
1.1.	OBJETIVO	137
1.2.	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	138
	REFERÊNCIAS	140

ANEXOS

ANEXO 1-	COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO VETOR IPITANGA
ANEXO 2 -	LISTA DE PRESENÇA DA APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO VETOR IPITANGA – 09/04/2013
ANEXO 3 -	MINUTA DE ATA E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO TÉCNICA DE APRESENTAÇÃO PRÉVIA DO PLANO DE TRABALHO AO FISCAL DO CONTRATO – 23/04/13
ANEXO 4 -	APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
ANEXO 5 -	MINUTA DE ATA E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO TÉCNICA DE APRESENTAÇÃO OFICIAL DO PLANO DE TRABALHO AO GRUPO DE TRABALHO DO VETOR IPITANGA – 24/04/13
ANEXO 6 -	MINUTA DE ATA E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO A VICE-PREFEITURA DE SALVADOR – 26/04/13
ANEXO 7 -	MINUTA DE ATA, LISTA DA OFICINA TÉCNICA DE ENTRADA E LISTA DE RECEBIMENTO DO “KIT PARTICIPANTE” – 30/04/13
ANEXO 8 -	CRONOGRAMA GANTT

LISTA DE FIGURAS

RELATÓRIO 1

Figura 2.1 -	O Gestor da APA Joanes-Ipitanga inicia a Reunião Extraordinária.....	4
Figura 2.2 -	Os Conselheiros da APA Joanes-Ipitanga Assistem à Apresentação do Diagnóstico Elaborado pela Empresa Consultora	4
Figura 2.3 -	Os Conselheiros da APA Joanes-Ipitanga Participam da Reunião com Questionamentos e Informações.....	4
Figura 2.4 -	Moradora e Ambientalista da Área Apresenta sua Avaliação quanto a Implantação do Empreendimento Minha Casa, Minha Vida Coração de Maria.....	4
Figura 2.5 -	A Vice-Prefeita Conduz a Reunião entre as partes Interessadas Presentes	7
Figura 2.6 -	O Fiscal do Contrato e a Coordenadora Técnica Apresentam a Proposta do Vetor Ipitanga	7
Figura 2.7 -	O Coordenador Técnico, Representantes da CAIXA e da SEDUR Discutem a Questão	7
Figura 2.8 -	O Gestor da APA Joanes Ipitanga e a Representante Local falam sobre a Questão Ambiental na Área.....	7
Figura 2.9 -	Os Participantes chegam e Recebem o “Kit Participante”	8
Figura 2.10 -	O Fiscal do Contrato abre a Reunião	8
Figura 2.11 -	O Consórcio faz a Apresentação do Plano de Trabalho	8
Figura 2.12 -	O Coordenador Técnico faz Esclarecimentos Técnicos ao Público Presente.....	8

RELATÓRIO 2

Figura 1.1 -	Visualização das Coordenadas Visitados	35
--------------	--	----

RELATÓRIO 3

Figura 3.1 -	Área de Abrangência	69
Figura 5.1 -	Escalas de Abordagem.....	74
Figura 5.2 -	Dimensões de Atuação	74
Figura 5.3 -	Interação dos Fatores Socioambientais.....	78
Figura 5.4 -	Macroanálise Socioambiental Integrada.....	80
Figura 6.1 -	Ilustração do SIGH	129

LISTA DE QUADROS

RELATÓRIO 2

Quadro 1.1 -	Organizações da Sociedade Civil – Vetor Ipitanga	15
--------------	--	----

RELATÓRIO 3 PLANO DE TRABALHO

Quadro 5.1 -	Descrição das Dimensões de Atuação	75
Quadro 5.2 -	Descrição dos Produtos Complementares	81
Quadro 6.1 -	Módulos do SIGH.....	129
Quadro 6.2 -	Procedimentos SGQ	131
Quadro 7.1 -	Produtos Previstos no Contrato	132

RELATÓRIO 3 BANCO DE DADOS

Quadro 1.1 -	Principais Requisitos para SGBDs	137
--------------	--	-----

RELATÓRIO 1 – REGISTROS DAS ATIVIDADES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

1. INTRODUÇÃO

Nesta ETAPA I de execução dos serviços, a equipe técnica do Consórcio **Hydros Engenharia e Planejamento S/A** e a **FFA Arquitetura Ltda.** esteve presente em seis eventos, entre reuniões técnicas, de trabalho e de apresentação.

A primeira reunião foi de apresentação do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga e ocorreu no dia 09 de abril de 2013 na Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – SEDUR, localizada na 5ª Avenida Nº 550, Centro Administrativo da Bahia – CAB. Aconteceu sob a condução do Sr. Anésio Miranda, coordenador na Diretoria de Águas Urbanas da Superintendência de Saneamento (SAN/SEDUR) e fiscal deste contrato. Nesta reunião, que ocorreu antes mesmo da assinatura do contrato, a equipe do Consórcio na condição de convidada foi apresentada ao Núcleo Gestor e expôs de maneira expedita o escopo do trabalho.

No dia 19 de abril de 2013 o Consórcio foi convidado para reunião de apresentação do Diagnóstico da APA Joanes-Ipitanga elaborado para o Plano de Manejo desta Unidade de Conservação (UC). A participação do Consórcio nesta reunião teve como objetivo iniciar a apropriação dos processos que envolvem a área e fomentar uma cooperação com a equipe de consultoria que trabalha nos estudos da APA, de modo a evitar incompatibilidades entre os estudos e propostas.

A terceira reunião realizada mais uma vez na SEDUR, também sob a condução do Sr. Anésio Miranda aconteceu dia 23 de abril de 2013 e teve como objetivo a apresentação prévia do Plano de Trabalho ao fiscal do contrato e esclarecimento de dúvidas das partes.

A apresentação oficial do Plano de Trabalho ao Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga ocorreu no dia 24 de abril de 2013 também na SEDUR e da mesma forma sob a condução do Sr. Anésio Miranda. Por fim, por compreender a importância e centralidade da Prefeitura de Salvador no processo de elaboração e posterior execução deste Plano, foi agendada participação da Consultoria em uma reunião com a Vice-Prefeitura do município de Salvador que discutiu a questão socioambiental na área. Nesta reunião que ocorreu no dia 26 de abril de 2013 o Consórcio pôde apresentar o escopo do projeto através do Plano de Trabalho à Vice-Prefeita Célia Sacramento, à empresa Sertenge que empreende habitação de interesse social na área através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), alguns representantes da comunidade e o Gestor da APA, o Sr. Geneci Braz de Souza.

O último evento do período foi a realização de uma atividade prevista no Plano de Trabalho, a “Oficina de Entrada” que envolveu não apenas o Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga como as lideranças locais.

2. ATIVIDADES E EVENTOS REALIZADOS

Evento 1 – Apresentação do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga

A apresentação do Grupo de Trabalho (ver **Anexo 1** – Composição do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga) no dia 09 de abril de 2013 na SEDUR sob a condução do Sr. Anésio Miranda, coordenador na Diretoria de Águas Urbanas da Superintendência de Saneamento (SAN/SEDUR) antecedeu a assinatura do contrato (**Anexo 2** - Lista de Presença da Apresentação do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga – 09/04/2013). A equipe do Consórcio, representada pelos arquitetos Floriano Freaza Amoedo, Liana Viveiros e Karla Benevides foi apresentada e indicou-se a coordenação técnica do projeto compartilhada os arquitetos Floriano e Liana, representando as duas empresas integrantes do Consórcio. O escopo do trabalho foi exposto de maneira expedita ao Núcleo Gestor e ficou acordado que aquele Grupo estudaria o Termo de Referência e o Plano de Trabalho apresentado na Proposta Técnica da licitação para a reunião de trabalho agendada para o dia 24 de abril de 2013 na qual a consultoria deveria apresentar o Plano de Trabalho e elucidar dúvidas do grupo. Como pontos importantes informados nesta reunião destacam-se:

- a elaboração do Plano de Manejo da APA Joanes-Ipitanga no presente momento sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA);
- existência de ações da SEMA programadas para área que envolvem o fortalecimento da gestão das águas e cujos recursos podem ser agregados ao Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga;
- necessidade de esclarecer de maneira exaustiva a comunidade sobre a importância do tempo dedicado ao planejamento para o sucesso das ações de infraestrutura na área;
- importância de conter a ocupação durante o período de elaboração do Plano e a competência da Prefeitura neste processo.

Evento 2 - Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga

No dia 19 de abril de 2013 em Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga, a equipe do Consórcio participou como expectador, assistindo a apresentação do Diagnóstico da APA Joanes-Ipitanga elaborado pela empresa de Consultoria Ecossistema Consultoria Ambiental Ltda. contratada para elaboração do Plano de Manejo. A participação do Consórcio neste evento foi importante como momento introdutório para a cooperação entre o Consórcio e a equipe envolvida nos estudos da APA de modo somar esforços e a evitar incompatibilidades entre os estudos e propostas além de – se possível – compatibilizar visitas e demandas à comunidade.

Foram apresentados diagnósticos para os meios físico, biótico e socioeconômico. A empresa consultora esclareceu que a metodologia utilizada para os meios físico e biótico foi a Avaliação Ecológica Rápida (AER). Um ponto de destaque na apresentação foi a incompatibilidade entre dados do município com a realidade da APA. Após a apresentação da equipe consultora foi aberta a palavra entre os conselheiros que fizeram questionamentos e contribuições. Ao final, uma moradora e ambientalista da área, a Sra. Cristina Flora Paranhos realizou apresentação crítica sobre a implantação de um empreendimento habitacional pelo Programa MCMV, o Residencial Coração de Maria (**Figuras 2.1 a 2.4**).



Figura 2.1 - O Gestor da APA Joanes-Ipitanga inicia a Reunião Extraordinária



Figura 2.2 - Os Conselheiros da APA Joanes-Ipitanga Assistem à Apresentação do Diagnóstico Elaborado pela Empresa Consultora



Figura 2.3 - Os Conselheiros da APA Joanes-Ipitanga Participam da Reunião com Questionamentos e Informações



Figura 2.4 - Moradora e Ambientalista da Área Apresenta sua Avaliação quanto a Implantação do Empreendimento Minha Casa, Minha Vida Residencial Coração de Maria

Evento 3 - Reunião Técnica de apresentação prévia do Plano de Trabalho ao Fiscal do Contrato

O terceiro evento foi uma reunião técnica realizada mais uma vez na SEDUR, também sob a condução do Sr. Anésio Miranda no dia 23 de abril de 2013 e teve como objetivo a apresentação prévia do Plano de trabalho ao fiscal do contrato e esclarecimento de dúvidas das partes (ver **Anexo 3** – Minuta da Ata e Lista de Presença da Reunião Técnica de apresentação prévia do Plano de Trabalho ao fiscal do Contrato).

Estiveram presentes como representantes da SEDUR, o Sr. Albérico Correia Silva, Tânia Maria D. Vasconcelos, Karina A. S. do Nascimento, Damile Menezes P. Mata, Nilvan S. Conceição, além do fiscal do contrato, o Sr. Anésio Miranda. Como representantes do Consórcio estiveram os arquitetos Floriano Freaza Amoedo, Liana Viveiros e Karla Benevides.

Conforme descrito em Ata, a reunião foi aberta pelo Sr. Anésio Miranda que esclareceu que aquela marcava o início dos trabalhos do Consórcio. Informou a data de assinatura do contrato –

15 de abril – e que esta data servirá como referência para contagem do prazo de execução dos serviços. O Consórcio informou que iria executar o planejamento das atividades a partir desta data e que a coordenação técnica será compartilhada entre as empresas.

Na reunião, além da apresentação prévia do Plano de Trabalho foram avaliadas questões de prazo e contratuais necessárias ao planejamento do projeto. A consultoria propôs data para a execução da primeira atividade com a comunidade, a Oficina de Entrada e foram discutidas questões estratégicas de condução do projeto sempre com vistas à transparência e credibilidade do processo.

Como uma possível dificuldade identificada para a condução do Plano foi levantada pelo Consórcio a possibilidade e necessidade de conter a ocupação na área. Foi destacada, pela SEDUR, a participação do Ministério Público, Polícia Ambiental e Prefeitura Municipal de Salvador. Encaminhou-se que seria proposto à Prefeitura Municipal de Salvador a suspensão das emissões de licenças até o fim da elaboração do Plano.

Evento 4 - Apresentação oficial do Plano de Trabalho ao Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga

A apresentação oficial do Plano de Trabalho (ver **Anexo 4** – Apresentação do Plano de Trabalho) ao Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga ocorreu no dia 24 de abril de 2013 na SEDUR e também sob a condução do Sr. Anésio Miranda que abriu a reunião como a primeira de trabalho do GT após assinatura do contrato (ver **Anexo 5** – Minuta de Ata e Lista de Presença da Reunião Técnica de Apresentação Oficial do Plano de Trabalho ao Grupo de Trabalho do Vetor Ipitanga – 24/04/13). A reunião teve como objetivo o esclarecimento do de dúvidas do GT e a contribuição do mesmo com pontuações e revisões no Plano de Trabalho a serem incorporadas na apresentação do Plano de Trabalho Consolidado.

Foram oficialmente apresentados os representantes presentes do Consórcio. Foram apresentados pelo Consórcio os conceitos que nortearam a elaboração do Plano de Trabalho, destacando alguns pontos críticos já identificados dentre eles o “Potencial do planejamento urbano de se colocar como instrumento de controle e promotor da sustentabilidade no desenvolvimento local”, principalmente em uma área em intenso processo de ocupação. Foi apontada a centralidade e importância da Prefeitura Municipal de Salvador e da Embasa no projeto. Sobre os potenciais problemas identificados foram destacados os “Problemas associados a metodologias participativas (expectativas, limitações no atendimento das demandas, perda de foco)” principalmente pela grande expectativa já existente na comunidade.

Medidas preventivas de controle da ocupação e uso do solo como congelamento e selagem da área foram pontuadas na apresentação e nesse momento se alertou para a necessidade de colaboração das prefeituras e das próprias comunidades. A Embasa alertou para a importância do controle da ocupação para viabilizar as condições de atendimento dos serviços de saneamento. O Gestor da APA Joanes-Ipitanga destacou ainda que os próprios moradores estão muito preocupados com este processo de ocupação e com a preservação dos mananciais e que a questão do uso e ocupação do solo tem centralidade nas discussões do zoneamento do Plano de Manejo da APA Joanes-Ipitanga, no qual se pretende estabelecer parâmetros urbanísticos para a ocupação.

Quanto à relação com as comunidades residentes, a empresa consultora esclarece que a metodologia adotada é participativa, com vistas a um processo de construção amplo e

transparente. Os estudos serão apoiados na realização de oficinas. Nestes momentos também será possível a criação de um espaço de notícias institucionais que é importante para o esclarecimento das comunidades e lideranças sobre projetos e ações em desenvolvimento na área e para a área, além de manter um regime de transparência no processo. Também na fase propositiva estão previstas oficinas para discussão dos programas de intervenção e projetos urbanísticos. Nelas serão definidas, por exemplo, as áreas prioritárias para o desenvolvimento dos 50 ha (cinquenta hectares) previstos para projeto. O modelo de Plenária como instrumento de Consulta Pública será utilizado para fechamento das principais etapas.

Evento 5 – Apresentação do Plano de Trabalho do Vetor Ipitanga à Vice-Prefeitura de Salvador

No dia 26 de abril de 2013 aconteceu reunião na Vice-Prefeitura de Salvador para discutir a área de Cassange abordando aspectos socioambientais. O principal ponto de discussão deste encontro foi o impasse existente entre moradores e empreendedores imobiliários na área que discutem quanto à legalidade e a responsabilidade socioambiental de um empreendimento habitacional (Residencial Coração de Maria) em implantação pela construtora Sertenge através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) dentro dos limites da APA Joanes-Ipitanga (**Anexo 6 – Minuta da Ata e Lista de Presença da Reunião de apresentação do Plano de Trabalho a Vice-Prefeitura de Salvador**).

A questão ambiental que envolve a implantação de aproximadamente noventa prédios às margens das represas foi confrontada com as necessidades impostas pelo alto déficit habitacional registrado no município. Outro ponto fortemente levantado pelos moradores da área envolve a necessidade de implantação de infraestrutura física, de equipamentos públicos, transporte e serviço suficientes para atender a população residente e aquela prevista para habitar estes novos empreendimentos.

Este contexto de impasse em que a necessidade de planejamento e ordenamento do uso e ocupação do solo somado a compreensão da importância e centralidade da Prefeitura de Salvador no processo de elaboração e posterior execução do Plano Urbanístico e Ambiental Vetor Ipitanga, levou a participação do Consórcio junto ao Gestor do Contrato, o Sr. Anésio Miranda nesta reunião com a Vice-Prefeitura, representantes de moradores locais e dos empreendedores imobiliários.

O Consórcio pôde apresentar o escopo do projeto através do Plano de Trabalho à Vice-Prefeita Célia Sacramento, a empresa Sertenge e a alguns representantes da comunidade, além do Gestor da APA Joanes-Ipitanga, o Sr. Geneci Braz de Souza. Nesta reunião foi levantada a sugestão de que seja suspensa a emissão de licenças na área durante o período de elaboração do Plano (**Figuras 2.5 a 2.8**).



Figura 2.5 - A Vice-Prefeita Conduz a Reunião entre as partes Interessadas Presentes



Figura 2.6 - O Fiscal do Contrato e a Coordenadora Técnica Apresentam a Proposta do Vetor Ipitanga



Figura 2.7 - O Coordenador Técnico, Representantes da CAIXA e da SEDUR Discutem a Questão



Figura 2.8 - O Gestor da APA Joanes Ipitanga e a Representante Local falam sobre a Questão Ambiental na Área

Evento 6 – Oficina Técnica de Entrada

No dia 30 de abril de 2013 ocorreu o último evento realizado no período, a Atividade prevista no Plano de Trabalho, como “Oficina Técnica de Entrada”. Desta Oficina participaram, além dos representantes do Consórcio, membros do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga, representantes de órgãos interessados do Estado, representantes e lideranças locais da área do Vetor Ipitanga (ver **Anexo 7 – Minuta da Ata e Lista da Oficina Técnica de Entrada**).

Como previsto, foi distribuído aos participantes, logo na chegada, o “Kit Participante” (**Figura 2.9**). A reunião foi aberta e conduzida pelo fiscal do contrato, o Sr. Anésio Miranda (**Figura 2.10**) que apresentou aos participantes o Consórcio contratado para Consultoria na Elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e Projetos Específicos. O Consórcio composto pelas empresas Hydros Engenharia e Planejamento S/A e FFA Arquitetura Ltda. estava representado pelos arquitetos Floriano Freaza, Liana Viveiros e Karla Benevides.



Figura 2.9 - Os Participantes chegam e Recebem o “Kit Participante”



Figura 2.10 - O Fiscal do Contrato abre a Reunião

O Plano de Trabalho proposto foi apresentado pelos coordenadores técnicos, Liana e Floriano que também esclareceram dúvidas e problematizaram pontos relevantes a serem trabalhados no Plano (**Figuras 2.11 e 2.12**). Ao final da apresentação do Plano de Trabalho a palavra foi franqueada aos participantes que colocaram muitas questões pertinentes não apenas a elaboração do Plano e dos Projetos, mas também, e principalmente, sobre as questões emergenciais de necessidade de infraestrutura (urbana, de saneamento, viária, de transporte etc.) na área.



Figura 2.11 - O Consórcio faz a Apresentação do Plano de Trabalho



Figura 2.12 - O Coordenador Técnico faz Esclarecimentos Técnicos ao Público Presente

O Consórcio esclareceu a metodologia participativa do processo de elaboração do Plano e dos projetos que contempla Oficinas Técnicas e Plenárias. Esclareceu ainda que a definição das diretrizes, a decisão sobre a manutenção ou não de comunidades, definições territoriais e até mesmo quais as áreas prioritárias para a elaboração dos projetos (que totalizarão 50 hectares) passarão pelas comunidades através de atividades já previstas no Plano de Trabalho. A comunicação institucional será conduzida pela SEDUR. O Consórcio aproveitou o momento para informar oficialmente às lideranças a presença de técnicos da equipe na área para a elaboração do Diagnóstico Sócio-organizativo.

Muitas dúvidas e questões foram colocadas, tanto sobre questões conceituais, de vocabulário técnico e de legislação, como questões práticas relacionadas a cronograma, por exemplo, o ponto mais explorado pelos presentes. A representação das comunidades expressou grande preocupação quanto às expectativas da população para a realização de obras e que o período necessário para a elaboração de um Plano e de projetos pode criar frustrações na comunidade que não compreende ainda sua necessidade e importância. Houve um entendimento geral de que para o sucesso do projeto será necessária a colaboração de todas as partes interessadas que envolvem não apenas o Estado em suas três instâncias e com seus diversos órgãos, incluindo o Ministério Público, as Prefeituras e a Embasa, mas também será fundamental e decisivo o apoio da comunidade local, suas lideranças e representações.

Quanto aos aspectos políticos envolvidos, as lideranças presentes expressaram descontentamento com a ausência de algum representante da Prefeitura Municipal de Salvador e demonstraram preocupação com possíveis problemas em função das eleições em 2014. Foi informado ao público que a Prefeitura de Salvador compõe o Grupo de Trabalho do Vetor Ipitanga e que o Plano de Trabalho do projeto foi recentemente apresentado a Vice-Prefeita do Município. Destacou-se que não deve existir sobreposição de atribuições e responsabilidades com a Prefeitura e que a gestão do uso e ocupação do solo é de competência do Município, de modo que as diretrizes estabelecidas no Plano deverão ser compatibilizadas com a legislação local, inclusive com o Plano Diretor.

A comunidade contribui com informações sobre a área e outros estudos existentes. Sobre o modo de vida local os representantes presentes informaram entre outros pontos que:

- a religiosidade na área é muito forte e enraizada, tanto a de matriz africana quanto a católica;
- a violência e o tráfico de drogas não são as maiores preocupações da comunidade, que não enxergam sua presença efetiva na área;
- existe grande descrença em ações públicas na área;
- existe grande ansiedade por obras emergenciais;
- as condições de habitação e de vida são precárias, incluindo principalmente condições de mobilidade.

Houve diálogo intenso entre a comunidade e os representantes do Estado esclarecendo sobre as ações em andamento na área, a previsão de realização e conclusão de outras ações e sobre a condução do processo de elaboração do Plano. A discussão envolveu temas ligados diretamente a infraestrutura, tendo centralidade a questão do abastecimento de água e, em seguida, o esgotamento sanitário. Após o afinamento entre as partes a reunião foi concluída e então, agendada preliminarmente a data para a realização da Oficina de Aquecimento – Leitura do Território, que deverá ser realizada na área para facilitar o transporte das lideranças comunitárias.

RELATÓRIO 2 – DIAGNÓSTICO SOCIO-ORGANIZATIVO E PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DIAGNÓSTICO SOCIO-ORGANIZATIVO

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este diagnóstico tem como objetivo principal, conforme destacou o item sobre as diretrizes metodológicas do projeto, desenvolver um cadastro das organizações sociais e das políticas em atividade nas comunidades do denominado “Vetor Ipitanga”, ou seja, fazer um mapeamento de formas de organização social identificando as representações dos diversos atores sociais locais e setores produtivos, conselhos gestores e outras representações relevantes, com o intuito de aprimorar o conhecimento da realidade, conhecer o histórico das conquistas sociais, integrar e envolver a população local na elaboração e implementação do Plano, a fim de buscar melhores resultados na construção das intervenções propostas. Deve ser desenvolvido a partir da consulta à SEDUR e Lideranças e aprofundado por meio de entrevistas com lideranças e representantes de conselhos com atuação na área.

Conforme se observa, o mapeamento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) teve dois objetivos, um de ordem mais teórica e outro mais pragmático. Teoricamente, conhecer mais aprofundadamente as OSC presentes neste território permite compreendê-lo nas suas conexões com diversos fatores, identificando suas demandas, conquistas, graus de associativismo e de construção da política. Ademais, permite compreender as relações que as existentes organizações constroem com a sociedade política institucionalizada.

Nesse trabalho, sociedade civil é entendida pela composição de uma grande heterogeneidade de atores civis (sejam conservadores ou não), com formas institucionais diversas (fóruns, conselhos, associações, redes, coalizões, mesas, etc.), conforme Dagnino (2006, p. 23), com efeito;

a sociedade civil não é um ator coletivo e homogêneo (...) é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais, com frequência opostos entre si, que atuam em diferentes espaços públicos e que, via de regra, têm seus próprios canais de articulação com os sistema político e econômico. Isso quer dizer que a sociedade civil está entrecruzada por múltiplos conflitos e que ela é, em todo caso, uma arena de arenas e não um território da convivência pacífica e não conflituosa.

Nela se encaixam organizações políticas mais tradicionais, como, associação de moradores, sindicatos, partidos políticos, assim como entidades ligadas à promoção de atividades relacionadas à arte, educação, cultura, à defesa do meio ambiente e mesmo instituições religiosas. Já o conceito de sociedade política se refere ao ambiente sob condução do Estado em torno de um sistema político, assinalando Dagnino (2006, p. 35) que;

o conceito alude ao complexo cultural-organizacional da ação e das instituições políticas, e foi retomado, de uma perspectiva mais limitada, nas teorias da sociedade civil (Cohen e Arato, 1992), para referir-se especificamente aos atores e instituições da intermediação sociedade-Estado (partidos políticos e parlamento) [...] a ação política não se limita à sociedade política, como a teoria da sociedade civil sustenta, mas é parte da lógica da própria sociedade civil, cujos atores, ao defender projetos na esfera pública e desenvolver ação coletiva, estão fazendo política, disputando espaços de poder e orientando a política pública. Gramsci (1982) mostra que a sociedade civil é terreno do poder, e, portanto, campo da ação política.

Claro está que, na complexidade da vida social, sociedade civil e sociedade política estão em profunda relação, na medida em que as organizações da sociedade civil não se constituem apenas como contrárias à sociedade política, assim como esta não se aproxima necessariamente daquela somente com fins de cooptação, chave analítica que reforça a compreensão do pensamento liberal de oposição entre ambas. As duas dimensões se relacionam cotidianamente no próprio exercício da política, ora cooperando para resolução de demandas, ora engendrando contradições em torno de diversos interesses.

Pragmaticamente, o mapeamento das OSC do Vetor Ipitanga, tendo sido planejado como um dos trabalhos iniciais permitirá um conhecimento maior das instituições e atores sociais que constroem a política neste território de modo que possa haver maior mobilização e participação social na elaboração dos planos e projetos, questão chave para os planos urbanísticos e ambientais.

Em termos metodológicos, os procedimentos realizados neste estudo envolveram visitas de campo, com a realização de observação direta, conversas com informantes qualificados e entrevistas com representantes das OSC e com lideranças espontâneas, representantes informais, sem institucionalização, que emergem das necessidades cotidianas de representação e defesa das demandas sociais.

Para as Organizações da Sociedade Civil mais institucionalizadas (Associações de Moradores, Sindicatos, Igrejas, Fundações e Terreiros de Candomblé, entre outras) foi utilizado um roteiro de pesquisa semiestruturado que contém quatro eixos analíticos, inspirados no trabalho do Professor Elenaldo Teixeira (2008).

- **Eixo I:** Informações Gerais sobre a OSC (tempo de existência, responsáveis atuais e pela fundação, objetivo, natureza e tipo de organização, existência de registro, número de dirigentes e de demais membros, infraestrutura disponível);
- **Eixo II:** Atuação e Meios de Organização da OSC (Principais atividades realizadas, divulgação das atividades);
- **Eixo III:** Principais Apoiadores (Fontes de recursos, orçamento anual, apoiadores formais e informais);
- **Eixo IV:** Relação com outras OSC e com a Sociedade Política (Contatos na Prefeitura e no Governo Estadual, Contatos com Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Contatos com o Judiciário e Imprensa, Contatos com empresas privadas e com outras organizações da sociedade civil, participação em conselhos, conferências setoriais de políticas públicas, instâncias consultivas e/ou deliberativas de política pública e espaços deliberativos da sociedade civil).

O roteiro das lideranças informais se fundamentou nestes mesmos eixos temáticos, com a inclusão de questões sobre suas informações pessoais, sua avaliação dos serviços públicos e opiniões sobre as condições de vida locais.

Esse conjunto de procedimentos deu origem a um mapeamento sócio-organizativo qualitativo, na medida em que demonstram estarem presentes diversas instituições e lideranças importantes do território do Vetor Ipitanga.

1.1. LOGÍSTICA DE CAMPO

A área da poligonal do estudo, depois de mapeada, foi preliminarmente dividida em 9 (nove) localidades, - Cassange, Boca da Mata, Cajazeira, Carobeira, Buracão, Fazenda Grande, Carangi, Nova esperança e Campo Verde. Estas localidades foram percorridas por três equipes de campo, cada equipe percorreu 3 (três) localidades dedicando três dias (seis turnos) para cada uma delas para a identificação visual das organizações existentes e coleta de informações sobre lideranças junto a moradores locais. O levantamento foi realizado entre os dias 02 e 10 de maio de 2013.

Quadro 1.1 - Organizações da Sociedade Civil – Vetor Ipitanga

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
3	566950.78 m E 8581606.44 m S		Loteamento Ceasa	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Assembleia de Deus Missão	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
4	567260.59 m E 8580561.05 m S		Loteamento Ceasa	<u>Instituição Religiosa</u> Candomble	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
			Loteamento Ceasa	Convocação para Palestra no Posto de Saúde. Prevenção a Saúde	Exemplo de atividades comunitárias da população

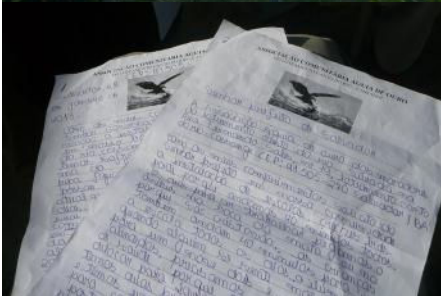
Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
5	567199.90 m E 8580639.83 m S		Loteamento Ceasa	<u>Instituição Religiosa</u> Candomblé Ilê Axé Igbalé Afulelé	Mãe Ivone Maria Correia Contato (8152-5901/ 8605-4735) Terreiro de Candomblé existente há cerca de 5 anos no local. Para além das atividades religiosas mensais, realiza distribuição de alimentos para a comunidade. Possui registro na AFA (Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro Ameríndia) e é membro da ACBANTU (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu)
6	567341.72 m E 8580678.08 m S		Loteamento Ceasa	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Assembleia	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
7	566691.96 m E 8580606.76 m S		Loteamento Ceasa	<u>Instituição Religiosa</u> Núcleo Espírita de Salvador – União do Vegetal	Mestre Ethiene 8878-0874 A União do Vegetal recebe sessões com capacidade até de 250 pessoas em sua maioria vindas de outras localidades de Salvador.
8	567388.44 m E 8580521.59 m S		Jardim Campo Verde	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Católica	O Padre não foi encontrado no sábado nem no domingo.
9	568984.87 m E 8581285.87 m S		Jardim Campo Verde	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Peniel Tabernáculo do Senhor Deus	Marlene Santos Lima Contatos: 8804-9810 3301-6251 A igreja mantém atividade há mais de três anos, realizando cultos e projetos sociais que mobilizam cerca de setenta pessoas. Há os “ministérios” que mobilizam jovens e adultos em torno de atividades lúdicas. A Igreja realiza atividades abertas comemorando datas especiais, mas presta-se a “socorrer” a comunidade em momentos adversos. A Instituição mantém contato com outras associações e redes evangélicas, assim como os mandatos de parlamentares ligados a causa. A Igreja busca a melhoria da comunidade, mobilizando também a imprensa que já foi algumas vezes ao bairro “denunciar” problemas de infraestrutura.

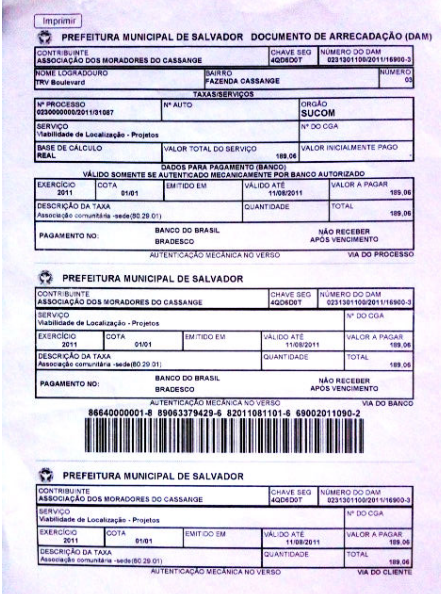
Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
10	569004.70 m E 8581097.60 m S		Jardim Campo Verde	Instituição Religiosa Capela São Lucas	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo.
11	568998.36 m E 8581120.06 m S		Jardim Campo Verde	Instituição de Ensino Escola Municipal Barro Duro Conselho Escolar	Professora Zenaide Cruz Nessa Escola Municipal, que possui cerca de 380 alunos e oferta o ensino fundamental e EJA, funciona um Conselho Escolar, conformado por diretores, professores, funcionários e membros da comunidade. Segundo as informações coletadas, na escola há atividades que incentivam a participação da comunidade.
12	568823.20 m E 8580983.91 m S		Jardim Campo Verde	Associação de Moradores do Jardim Campo Verde	Ailton Gomes Sampaio (Tó) (8881-8186 9909-3935 9947-6831 9162-2425 Moisés (3301-5318) Associação de Moradores que, para além da busca de melhorias da comunidade, se organiza principalmente em prol da oferta de cursos profissionalizantes, como informática, corte e costura, crochê, operador de caixa, etc. A associação realizou também atividades do Programa Brasil Alfabetizado. Possui contatos como um conjunto de empresas, que financiaram esses cursos, e com a prefeitura, vereadores, deputados, com o judiciário, imprensa e com outras associações da região, embora a participação dos membros da comunidade esteja em queda.
13	568924.28 m E 8581359.34 m S		Campo Verde	Instituição Religiosa Igreja Conversão União Para Cristo	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
15	569091.71 m E 8580646.39 m S		Campo Verde	Instituição Religiosa Igreja Assembleia de Deus do Avivamento Shekinah	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
16	569108.85 m E 8580645.57 m S		Campo Verde	Instituição Religiosa Igreja Pentecostal Despertar da Fé	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
17	567631.96 m E 8581331.20 m S	 	Nova Esperança (CEPEL)	Instituição Religiosa Igreja Católica São Judas Tadeu Associação Beneficente de Nova Esperança- ABENE	Freira Hellen Caughley 3301-5024 9141-7469 A Igreja tem 15 anos de inserção na comunidade, exercendo diversos projetos sociais como uma Cooperativa de Multi-mistura (“Ração Humana”) exercida por mulheres, fornecendo diretamente ao Hospital São Rafael, que mantém através da Fundação Monte Tabor. Há também projetos como bazar, artesanato, aulas de dança e música, entre outros. A Igreja articula com frequência um clube de mães, bem como palestras para públicos específicos como os jovens. Talvez, possamos analisar esta instituição como a mais “atuante” na mobilização de centenas de pessoas de acordo com as atividades realizadas, além do que é possível perceber a inserção da Igreja na sociedade civil e na sociedade política. O projeto com mais impacto na localidade é a manutenção da Creche “Amor ao Próximo” em parceria com o Hospital São Rafael/Monte Tabor, que atende o total de 100 crianças em tempo integral. Osvaldo e Bernardo 8163-3298 9634-9142 Funciona dentro da Igreja Católica São Judas Tadeu
s/p			Nova Esperança (CEPEL) Conder	Liderança informal encontrada na Asasociação -ABENE	Rosilene Nascimento dos Santos 8391-1673 Esta liderança exerce a função de mobilização social na comunidade, no que se refere aos projetos de habitação sob responsabilidade da CONDER, que relatou o processo de invasão das residências em construção, diante das paralisações ocorridas no canteiro de obras, o que protela a entrega das unidades habitacionais. Os problemas na execução da obra refletem o anseio de uma parte da comunidade que foi deslocada pelo órgão, sendo que até hoje vive de aluguel. A ocupação destas unidades habitacionais não está ocorrendo somente pelos contemplados, mas por outras pessoas que não tem ligação com o projeto inicial. O papel desta liderança alude a intermediar demandas e de integrar a comunidade no processo de formulação e implementação das políticas públicas que interferem na comunidade.

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
18	567711.88 m E 8581265.20 m S		Nova Esperança	Instituição de Ensino Escola Municipal de Nova Esperança Arx Tourinho	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
19	567687.26 m E 8581222.69 m S		Nova Esperança	<u>Associação de Moradores</u> Nova Esperança ABENE	Futura sede da associação Esta associação foi fundada em 1987 buscando melhorar a vida da comunidade diante da percepção que os moradores eram “esquecidos” pelo poder público. A realidade imputava a carência de serviços básicos como saneamento, iluminação, saúde, educação, dentre outros. A mobilização da entidade contou com grande apoio da população, articulando-se junto ao poder público para a melhoria de vida. O ativismo da entidade ganhou novos contornos nos anos 2000 com os projetos de construção de centenas de unidades habitacionais no entorno da localidade, assim como obras estruturantes para tal empreendimento. Desse modo, tais políticas públicas propiciaram uma intensa mobilização da entidade (protestos na rodovia, cobertura da imprensa, acionamento do Ministério Público, etc.). Grandes mobilizações foram iniciadas fruto de políticas públicas, como o projeto da SEDUR de Revitalização do Rio Itipanga, prevendo inclusive ciclovia no entorno do rio. Tais mobilizações buscaram proteger moradores que seriam deslocados da beira do rio, entre outras pessoas que perderiam a sua vivência naquele local. Atualmente, a entidade busca terminar a construção de sua sede própria, que funciona neste momento nos fundos do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) ligado a Prefeitura de Salvador. No nível, das demandas as ações da entidade perpassam pelo: a) acompanhamento da implementação das unidades habitacionais na localidade; b) desenvolvimento de projetos sociais, especialmente, o funcionamento de uma rádio comunitária; c) acompanhamento e mobilização em torno de políticas públicas de infraestrutura na localidade. A ineficiência dos órgãos públicos de Salvador leva a localidade dialogar com Simões Filho e Lauro de Freitas, uma vez que há vida social da localidade gira em torno dos três municípios; d) Exemplificando esta relação, nas últimas eleições municipais em 2012, ambas as lideranças da associação candidataram-se por Simões Filho e Salvador. Ambos afirmam que já sabiam que não seriam eleitos, mas que a candidatura estabelece uma “parceria” importante para a localidade acessar recursos que melhorem os problemas atuais. Este papel de destaque da entidade fez com que a mesma ocupe espaços precípuos nas políticas alocadas na comunidade, como por exemplo, a participação de reuniões da SEDUR/CONDER e o assento garantido no “Conselho do PAC” que implementa o PMCMV na região. A ligação da entidade com a sociedade civil tem redes destacadas como a que levou a entidade a participar de reuniões do Centro de Estudos e Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), da ONG Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP), entre outros. Um exemplo deste “prestígio” da entidade na sociedade civil se deu em 2009 com a instalação de uma Sala de Leitura do Projeto “Ler é Poder” coordenado pelo ator Lázaro Ramos, que atende os moradores locais acessando um acervo sob supervisão e gestão da entidade. Além dos contatos com entidades da sociedade civil, a ABENE mantém contato com importantes órgãos, conforme relata o Presidente da Associação, Osvaldo Conceição, que dias antes da pesquisa de campo havia se reunido com a vice-prefeita de Salvador Célia Sacramento, no intuito de discutir os

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
					problemas da comunidade (transporte, saneamento, limpeza urbana, educação, etc.).
20	567719.43 m E 8581243.84 m S		Nova Esperança	<u>Programa Institucional</u> CRAS	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
21	567813.37 m E 8581227.25 m S		Nova Esperança	Creche Escola Amor ao Próximo	A creche atende as crianças da comunidade mas não desenvolve nenhuma atividade com os moradores da região, mas possui espaço que poderia ser usado para reuniões
22	567491.34 m E 8581341.49 m S		Nova Esperança	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Assembleia de Deus	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
23	567804.98 m E 8581125.30 m S		Nova Esperança	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Pentecostal Deus e Amor	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
24	567645.53 m E 8581200.23 m S		Nova Esperança CEPEL	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Pentecostal Pronto Socorro de Jesus	Pastor Alfredo Santana A Igreja possui dois anos de fundação e desenvolve junto a comunidade projetos de doação de alimentos, bem como a realização de festas comemorativas. A Igreja mobiliza cerca de cem pessoas e mantém-se assim como as demais atuando junto a uma rede de igrejas com uma forma de organização semelhante aos templos católicos (paróquia, arquidiocese, etc.).
25	567584.03 m E 8574086.57 m S	 	Cassange	<u>Associação de Moradores</u> Água de Ouro	Esta associação foi fundada em 2005 e tem como objetivo central a promoção da melhoria da comunidade, assim como o desenvolvimento de projetos socioculturais que gerem inclusão social. A sua principal liderança mora na localidade há mais de 22 anos. A principal demanda na atualidade é o acesso a serviços públicos essenciais como saneamento e transporte público. A localidade está próxima de áreas importantes da cidade que se consolidam como um novo vetor de expansão urbana nos limites entre Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas. As principais atividades realizadas pela entidade tem sido a realização de cursos de capoeira, informática, Karatê, Dança, entre outros. Apesar da reclamação do presidente da associação relativa a apatia dos demais moradores, o mesmo tem representatividade na localidade, especialmente, no interesse de demandar questões relacionadas a infraestrutura e todos os serviços públicos precários na localidade. Em Cassange, moram cerca de 3.000 pessoas. O principal órgão do governo que mantém contato com a associação é a Administração Regional sediada no bairro de Itapuã (AR-15), que está em processo de mudança institucional, passando a denominar-se “prefeituras bairro”. Esta entidade, assim como a grande maioria das pesquisadas, mantém-se em um arranjo informal sem captação de recursos e gestão de projetos efetivos e contínuos. Nesse sentido, as ações e o caráter organizativo deste tipo de instituição apresenta um nível considerável de “improviso”, o que é prejudicial a democracia, na medida em que há diversos estudos ancorados na teoria democrática que apontam a importância ao sistema político de uma sociedade civil que apresente um <i>ethos</i> de cidadania ativa. Desse modo, o improviso deste tipo de organização também se deve ao modelo de democracia que pouco avançou no Brasil no sentido de fomentar a auto-organização, derivando entidades que pouco tem autonomia organizacional e são afetadas pela baixa responsividade das políticas demandas junto ao Estado. Durante a entrevista, transpareceu a “apatia” que os moradores lidam diante do abandono estatal, levando um morador a dizer que a ajuda e presença dos partidos e candidatos ocorrem igual a “Copa do mundo” (evento que acontece a cada quatro anos). Diante da baixa responsividade do sistema político gera a racionalidade da “ineficiência associativa”, isto é, de que nada adianta participar quando não se vislumbra resultados concretos dada pela ausência de “permeabilidade” das suas demandas por parte das políticas públicas implementadas pelo Estado.
26	567634.43 m E 8573751.79 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Congregação Batista Monte Hermom em Cassange	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo

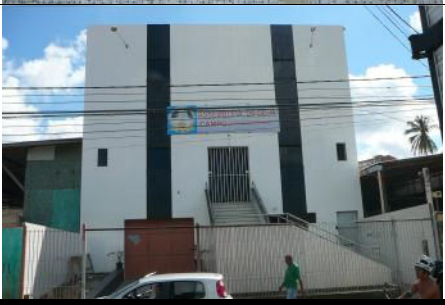
Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
27	568633.89 m E 8574035.89 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Batista Nova Canaan	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
28	568518.94 m E 8574186.80 m S	 	Cassange	<u>Associação de Moradores</u> de Cassange Travessa Boulevard	Casa do Conselheiro Fiscal da Associação: Ariovaldo Braga Ferreira Contatos: Tel 8165-3548 / 8661-4355 / 9108-9437 Email: associacaocassange@hotmail.com Presidente: Sra. Solidade dos Santos Rodrigues Tel (71) 9113-2172 / 3252-8983 Vice Aloísio Gomes da Cruz Queiroz Tel: 82095626/ 91516193 Possui Certidão Negativa e estrutura formalizada com diretoria que envolve até 20 pessoas. Mantém relação informal com outras associações da área. As reuniões contam com 50 a 10º participantes. Faz reunião mensal de Conselho Fiscal, mas não mantém regularidade nas reuniões ordinárias. Contam com apoio das empresas locais que ajudam “na medida do possível”
30	568906.03 m E 8574184.41 m S		Cassange Chácara do Alto	<u>Sindicato</u> Clube Social Recreativo do Poder Judiciário-SINPOJUD	Tel 3377-6466 2109-3011 www. Sinpojud.org.br sinpojud@sinpojud.org.br
31	568751.73 m E 8574525.85 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Evangélica Pentecostal	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
35	568723.79 m E 8573929.17 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Assembleia de Deus ADESAL	ADESAL Assembleia de Deus Pastor Setorial : Carlos Tolentino Contato: 96179183
36	568533.74 m E 8573810.09 m S		Cassange	<u>Sindicato</u> Sede Recreativa do Sindicato do Poder Judiciário da Bahia	Desenvolve trabalhos voluntários com moradores da área Responsável pela sede: Sr. Antonio Batista de Oliveira (8151-3039) Supervisor do sindicato: Sr. Fernando Antonio Viera dos Anjos (9137-9935) Sede Administrativa (3241-1131) Nessa região, há mais de doze anos, se situa a sede recreativa deste sindicato. Segundo as informações coletadas, durante um período a Associação de Moradores de uma das comunidades vizinhas solicitou ao sindicato que permitisse a utilização de suas dependências como área de lazer e de atividades desportivas para as crianças da comunidade. Durante um período isso ocorreu, mas posteriormente essa prática deixou de existir, de modo que atualmente essa sede é utilizada apenas pelos funcionários do sindicato, ainda que raramente.
37	566998.54 m E 8573879.96 m S		Cassange	<u>Embasa</u>	Portão Sul da Barragem de Ipitanga
38	568344.37 m E 8574760.21 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Católica Comunidade Francisco de Assis	Coordenador da comunidade Edivaldo da Silva Lima dos Santos Contatos 81653548 86614355 91089437
39	568335.88 m E 8574748.50 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Primeira Igreja Evangélica Missionária	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
40	568214.62 m E 8575119.28 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Centro Espírita Cidade da Luz	Terreno destinado a construção de Obras Sociais para a comunidade
41	567858.14 m E 8575312.36 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Sociedade Espírita Jesus te Ama	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
42	566305.69 m E 8576237.99 m S		Cassange Pedreira	<u>Associação de Moradores</u> Maria da Paz	Maria da Paz Contato: 3377-0309 / 8247-9060 Maria da Paz é uma liderança bastante conhecida e foi candidata a vereadora nas últimas eleições

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
43	566530.28 m E 8576145.78 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Terreiro Ibugbé won Orisá	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
44	566528.65 m E 8576143.46 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Salão do Reino das Testemunhas de Jeová	
45	566976.81 m E 8575852.08 m S		Cassange Pedreira	Placa anunciando Futuras Instalações do Espaço Comunitário Multiuso	Construído com o apoio da Pedreira Aratu e Ministério público

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
46	567695.50 m E 8575625.51 m S		Cassange	<u>Associação Comunitária Por do Sol</u>	Criada em 2000 Presidente Sr Mario Alves: 9295-1572 Contatos: 3365-0243 3378-7450 8139-9954 A atuação desta liderança extrapola a associação, pois a sua militância mantém relação partidária com o governo estadual e dos municípios de Salvador e Simões Filho. Sua atuação é focada na melhoria da comunidade, mobilizando dezenas de apoiadores a demandar infraestrutura e serviços públicos, especialmente, acesso a saneamento, pois os moradores convivem com o terror da falta de água, embora, como afirmam, estejam rodeados de água da represa. Nesse sentido, a atuação tem como foco esta demanda, levando a associação e, sobretudo, a liderança pessoal do entrevistado a manter contato com importantes órgãos do governo. O mesmo mostrou diversos documentos que atestam sua presença nas reuniões deste estudo aqui apresentado (Vetor Ipitanga/SEDUR). A sua liderança conduz ações em torno da agenda de luta socioambientais contra problemas apresentados pelas pedreiras que se encontram operando a poucos metros da comunidade, o que o levou a manter contato com governos e o Judiciário. Por outro lado, por conta da importância das pedreiras que tem a maioria dos funcionários vivendo na localidade, as mesmas apresentam diversos projetos sociais em andamento com a comunidade, tendo nesta liderança um canal de diálogo e representatividade. A candidatura a vereador do entrevistado nas últimas eleições municipais em Simões Filho, apesar de morar no território de Salvador, demonstram a força do impasse que vive os governos diante das suas respectivas responsabilidades com a área limítrofe que se encontra a comunidade. Diversas ações comunitárias são realizadas pela entidade a partir da ação pessoal do entrevistado, mas percebe-se que há um forte conteúdo político nas ações realizadas, buscando a melhoria da comunidade. A articulação da entidade e de sua principal liderança apontam uma “rede” de apoio que envolve as empresas privadas do entorno da localidade, assim como a sociedade política e a sociedade civil, especialmente, a imprensa.
47	567695.07 m E 8575626.18 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa Candomblé Ilê Asê Jóbi Lôdê</u>	Babalorixá Olavo Viera de Castro Fundado a 30 anos Atende 100 pessoas em média Conta com apoio de 30 pessoas Contatos 33773795 33772903 Ogum Januário

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
48	568881.32 m E 8573757.14 m S		Cassange	Instituição de Ensino Escola Municipal Raymundo Lemos Santana	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
51	569836.78 m E 8573097.51 m S		Cassange /São Cristóvão	Instituição Religiosa Igreja Protestante Pentecostal	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
52	569823.49 m E 8573033.95 m S		Cassange /São Cristóvão	Instituição de Ensino Escola Lindemberg Santos	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
53	569265.18 m E 8572628.70 m S		Cassange /São Cristóvão	Instituição Religiosa Assembleia de Deus	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
55	566081.72 m E 8574215.80 m S	 	Cajazeiras/ Cassange	Instituição Religiosa Igreja Católica Santiago Maior	Assim como as outras igrejas católicas pesquisadas, esta mantém diversos projetos sociais que mobilizam a comunidade, mantendo parceria com uma rede social voltada as demais instituições católicas.
56	565923.26 m E 8574418.78 m S	 	Cajazeiras	Associação de Praças da Polícia Militar da Bahia Centro recreativo.	Contato 3253-2358
57	565862.58 m E 8574585.37 m S		Cajazeiras	Instituição de Ensino Escolinha Menino Rei	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
58	565843.79 m E 8574624.12 m S		Cajazeiras	<u>Instituição Religiosa</u> Salão do Reino de Jeová	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
58	565843.79 m E 8574624.12 m S		Cajazeiras	<u>Instituição Religiosa</u> Primeira Igreja Missionária Batista de Cajazeiras	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
59	565994.37 m E 8574759.02 m S	 	Cajazeiras Boca da Mata	<u>Fundação</u> Franco Guilberti	Ong aparentemente ligada a Itália. A casa parece abandonada, com correspondências no chão. Não foi possível fazer contato até agora.

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
61	565568.40 m E 8574795.85 m S		Fazenda Grande I	Instituição Religiosa Batista Sinai COBASI Congregação	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
62	565199.16 m E 8574965.15 m S		Fazenda Grande I	Associação Voluntária Creche e Escola Evangélica Axaiei Associações Benéficas Axaiei e Saron	Creche, Ensino fundamental Contatos: Cintia 3238-1339, 8871-1971 33090796 32381339 Esta associação foi fundada há menos de três anos, mas o principal projeto da associação atualmente, que é a manutenção de uma creche-escola, existe há mais de dez anos. Atualmente a associação se empenha no funcionamento da Creche-Escola, que atende 50 crianças. Atualmente, a associação busca tornar a creche uma instituição comunitária, reconhecida e mantida por recursos da prefeitura. A inserção da creche na comunidade se dá, sobretudo, na abertura do espaço físico para eventos de todo o tipo. A instituição é mantida com ajuda dos pais e demais membros da comunidade. Pouco percebemos a inserção da instituição em demandas políticas, bem como em arranjos participativos junto ao Estado, ou mesmo em mobilizações da sociedade civil por melhorias na comunidade, demonstrando conforme estudos da ciência política que há no Brasil a organização do sociedade civil para fins que não são imediatamente o diálogo com as políticas públicas e, especialmente, o sistema político.

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
63	565467.17 m E 8574793.11 m S		Fazenda Grande I Fazenda Grande I Vale dos Bosques	<u>Instituição de Ensino</u> Escola Estadual Oliveira Brito	Educação Integral
65	564776.37 m E 8575207.00 m S		Fazenda Grande I Vale dos Bosques	<u>Associação de Moradores</u> Loteamento Vale dos Bosques	Carlos 8867-6555 José Tomas Santos 3309-5448 A associação foi fundada em 2000, buscando a melhoria da comunidade, sobretudo, no intuito de defender a manutenção das casas. A fundação partiu de um conselho da SUCOM (Prefeitura de Salvador), pois a organização da comunidade seria fundamental para negociar a permanência no local. Apesar da associação possuir sede própria e ter registro (CNPJ), atualmente se encontra “desativada” diante da desmobilização da comunidade e de sua diretoria composta por 15 pessoas.
66	566128.06 m E 8576369.46 m S		Boca da Mata Carangi	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Pentecostal Pronto Socorro de Jesus	Existem duas Igrejas Pentecostais “Pronto Socorro de Jesus” na área
67	566095.51 m E 8576367.88 m S		Boca da Mata Carangi	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Comunidade Santo André	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
68	566109.44 m E 8576570.23 m S		Boca da Mata Pedreira Carangi	Pedreiras Carangi	A Pedreira apoia a Associação de Moradores de Cassange e outras iniciativas coletivas da população de Cassange
70	565944.42 m E 8576391.13 m S		Cassange Carangi	<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Pentecostal Assembleia de Deus Vencendo pela Fé	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
73	566898.28 m E 8579163.60 m S		Cassange	Projeto Coração de Maria	1.800 casas Exemplo de projetos habitacionais desenvolvidos na área

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
75	567535.35 m E 8578534.46 m S		Carobeira	Área de Proteção Ambiental APA. Entorno do Aterro Sanitário	
75	568297.63 m E 8577738.56 m S		Carobeira	<u>Associação de Moradores</u> Estrada de Acesso Entrevista com Liderança da Associação Parque Mata Atlântica Sede Provisória	Demóstenes Epifânio de Oliveira Sobrinho (9304-7113) Heriton Castro Lessa (9963-5427) Rubem Neves (8865-6921) Associação de Moradores existente há cerca de 10 anos. Fundamentalmente busca a defesa dos direitos dos moradores da Carobeira, majoritariamente de camadas médias e altas. Atualmente, tem focado sua atuação na busca de segurança, objetivando o fechamento das vias de acesso e implementação de portões e muros de proteção. Possui contatos com um vereador e com a empresa Battre (Bahia Transferência e tratamento de resíduos Ltda), responsável pelo aterro sanitário da região
78	567632.72 m E 8578506.36 m S		Carobeira Buracão	<u>Liderança Comunitária</u>	Aldenir de Souza/ Pial (9944-3616) Janaina (9995-9598) Aldenir de Souza, conhecido como Pial, é uma liderança informal da comunidade Buracão. Embora ainda não tenha realizado muitas ações, ele se destacou pelas manifestações e abaixo-assinados realizados pela comunidade contra o fechamento de uma das vias de acesso. Atualmente, ele busca constituir uma Associação de Moradores.

Nº Ponto	Coordenadas	Foto	Bairro	Organização	Descritivo
82	568367.71 m E 8576092.45 m S			<u>Instituição Religiosa</u> Igreja Batista Vida e Esperança	Responsável não foi localizado durante a semana de trabalho de campo
83	567567.90 m E 8575888.70 m S		Cassange	<u>Instituição Religiosa</u> Terreiro Axeluyá	Proprietário Prof. Julio Braga Contato: (8368-8809)
84	567527.31 m E 8576064.20 m S		Cassange	<u>Fundação</u> Drogas Nem Pensar	Pastor Eliomar Ferreira Santos (8715-0336) Cleyton Silva Alves (8846-6006) Fundação Evangélica destinada à reabilitação de dependentes químicos. Existente há 9 anos, mas apenas há 5 meses no local, a Fundação realiza atividades apenas com os internos da instituição. Fundada por membros da Igreja Batista Alvoredo, situada no bairro de Castelo Branco, a fundação possui vínculos com uma empresa privada, busca atualmente um contato com um vereador e possui relações com outras entidades do gênero
S/p			Boca da Mata Cajazeiras	<u>Associação de Moradores</u> Caja Verde	Kilson Melo (kilsoncajaverde@yahoo.com.br) Associação fundada em 2009 voltada a preservação ambiental da localidade, assim como a defesa de melhorias da comunidade no que se refere a serviços públicos (mobilidade, meio ambiente, saúde, educação, infraestrutura, etc.)

Fonte: Pesquisa de campo, maio/2013. Elaboração própria.

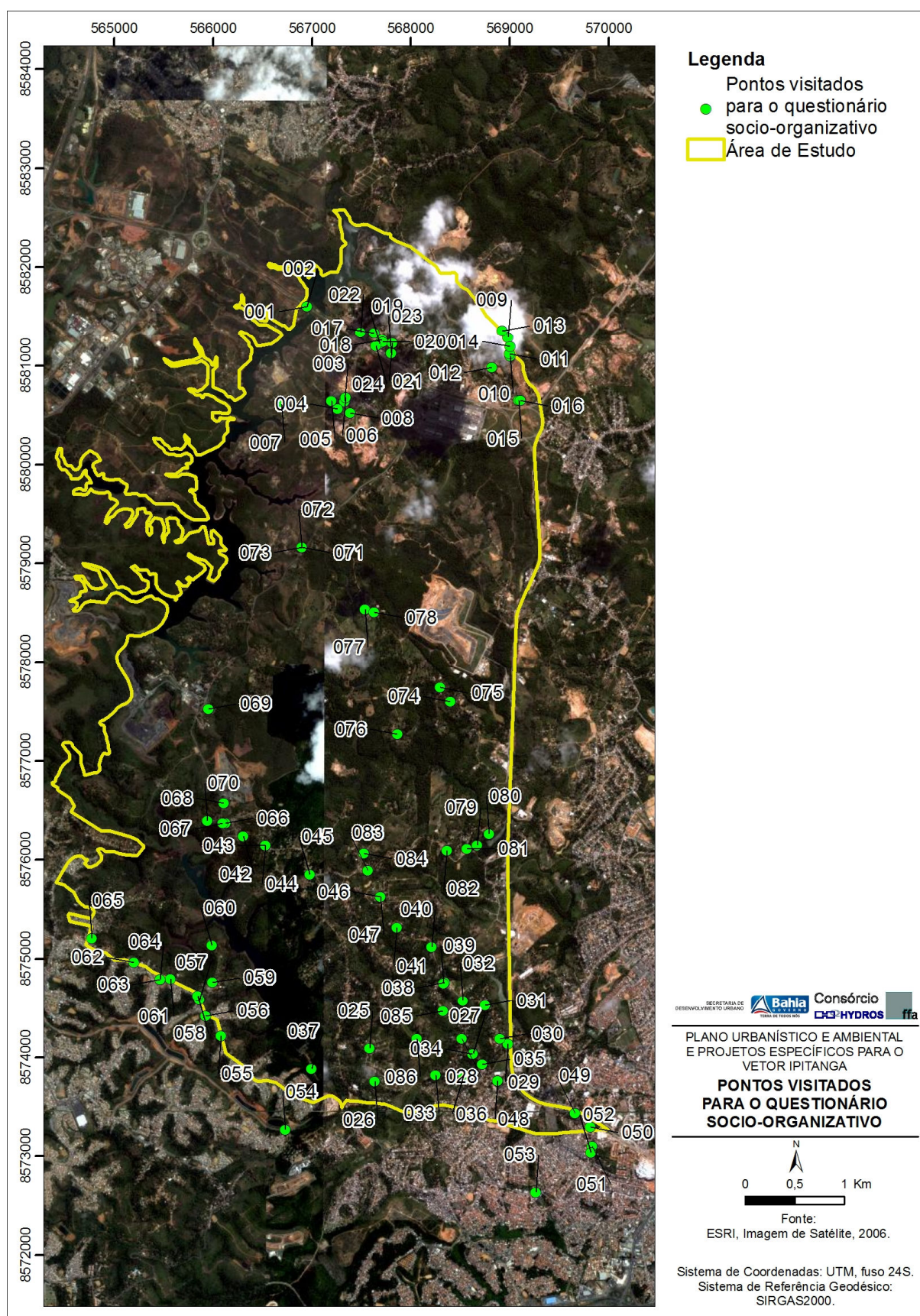


Figura 1.1 - Visualização das Coordenadas Visitados

1.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL–OSC DO VETOR IPITANGA

Conforme se pode observar no Quadro acima as OSC encontradas nas localidades do Loteamento Ceasa, Jardim Campo Verde, Cassange, Nova Esperança, Fazenda Grande I, Cajazeira e Boca da Mata são, na sua maior parte, constituídas por Associações de Moradores e Instituições Religiosas, sugerindo, à primeira vista, um déficit de associativismo local, principalmente na defesa de interesses materiais/concretos, como melhorias nas condições de vida.

Contudo, adotando-se uma perspectiva mais aprofundada, essa interpretação precisa ser relativizada na medida em que as próprias instituições religiosas demonstraram ser bastante ativas não apenas em termos espirituais, ligados ao “sagrado”, mas na busca de representação das demandas materiais por melhores condições de vida. É importante salientar também como muitas dessas instituições, especialmente os Terreiros de Candomblé, têm um papel relevante na defesa da cultura e das tradições afro-brasileiras, e pela própria natureza do culto e ritos, possui uma postura voltada para a defesa do meio ambiente.

Muitas das instituições religiosas encontradas possuem contatos com outras OSC e mesmo com a Sociedade Política, o que demonstra que, mesmo em comunidades populares, situadas nas franjas da cidade, são estabelecidos vínculos com instituições e atores políticos que operam em outros níveis, municipais, estaduais e até federais. Destacam-se como pontes estabelecidas com essas instituições parlamentares de partidos como o PT, o PSOL, o PSC e Organizações Sociais como a AFA (Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro Ameríndia) e a ACBANTU (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu), esta última uma OSC de grande importância e atividade na cidade do Salvador.

O estudo constatou que na poligonal das barragens de Ipitanga as comunidades demandam, especialmente, questões de infraestrutura, principalmente de itens básicos como transporte, segurança e saúde, apresentando um quadro onde estão presentes tensões políticas com a prefeitura e o governo estadual em torno de políticas públicas. Tais demandas são atendidas, em parte, pelos municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho, formando uma “tríade” de sociabilidade e relações políticas em um mesmo território, na prática sob gestão dos três entes municipais.

Decerto, podemos apontar que a questão da infraestrutura e o acesso a serviços públicos essenciais se constituem em demandas concretas na organização social das comunidades analisadas sob abordagem qualitativa. Como já foi dito, a quantidade de associações de cunho religioso aponta para um fenômeno que extrapola o local, ou seja, tem sido um fenômeno recente na estruturação da sociedade civil brasileira. Conforme Avritzer (2012) no plano empírico e analítico é incontestável o papel destacado das associações religiosas. Segundo ele,

a sociedade civil brasileira teve sua institucionalidade criada por dois processos, a reação dos setores populares ao processo antidemocrático de modernização do país que interferiu intensamente na sua vida cotidiana e um processo de democratização que fez das associações civis atores importantes no processo de aprofundamento democrático. As associações da sociedade civil mostram uma variedade de concepções de participação que resultam de ambos os processos. A sociedade civil brasileira tem um forte grupo de associações religiosas que participam de atividades de autoajuda e na organização dos pobres urbanos para reivindicar bens públicos. Este grupo tem uma forte presença na cidade de São Paulo, particularmente na zona leste, e é também forte em outras cidades como Recife e Belo Horizonte. Em Porto Alegre, este grupo é menos

forte devido a maior influência dos setores de esquerda na formação da sociedade civil local (BAIOCCHI, 2005). Este grupo é mais ativo que o grupo de associações civis de políticas públicas no sentido em que se reúne mais vezes por semana, e é também mais voluntarista e mais preocupado com os problemas da comunidade (AVRITZER, 2012).

Assim como a pesquisa de Avritzer, é possível concordar diante do “comunitarismo” das associações religiosas além da evangelização contribui também com a mobilização por demandas ligadas a vida social da comunidade, estabelecendo pontes de diálogo com a sociedade política (conselhos, reuniões, políticas públicas, eleições, partidos etc.). É impensável compreender a organização social dos sujeitos sociais urbanos sem considerar o protagonismo destas associações, conforme destaca o autor diante de esforços investigativos sobre a sociedade civil brasileira na atualidade.

Apesar do protagonismo acentuado das associações religiosas de diferentes naturezas doutrinárias (evangélicos, cristãos, espíritas, matriz afro-brasileira, seguidores do *chá da Ayhuasca* – Centro Espírita União do Vegetal, etc.), percebeu-se a presença de associações de moradores importantes na organização social, inclusive mantendo laços com espaços institucionalizados da sociedade política (CONDER, SEDUR, EMBASA, PMCMV etc.).

No contexto econômico, a Central de Abastecimento da Bahia (CEASA) mantém grande parte das oportunidades na área pesquisada, bem como as empresas instaladas ao redor. Nesse sentido, há um paradoxo, pois a carência de formação educacional e profissional limita o potencial de inserção dos indivíduos nas oportunidades geradas, embora em muitas comunidades seja possível perceber o peso das empresas em um cenário aquecido de consumo, onde é possível encontrar todo o tipo de bens à venda.

Nota-se na região grande interesse imobiliário para moradias voltadas ao que muitos cientistas sociais têm denominado de uma “nova classe média”, ou seja, o contingente de trabalhadores que ascendem a posições formais de assalariamento e que, através do aumento da renda passam, grosso modo, a habitar novas “esferas sociais” balizadas pelo consumo (acesso a bens, educação, entretenimento, viagens, etc.). Porém, a assunção de novos tipos de moradia e moradores na área pode levar a um novo patamar de sociabilidade, que pode ter um caráter negativo, no âmbito da confluência de valores e *modus vivendi* distintos, como também a criação de novas tensões sociais e políticas em torno da precária estrutura de acesso a serviços públicos tanto para os novos como os velhos moradores do “Vetor Ipitanga”.

Tais preocupações estão no horizonte das principais lideranças pesquisadas, especialmente, no Bairro Nova Esperança (também conhecido como CEPEL, referência a uma antiga fábrica instalada nas proximidades), que assiste a futura inauguração de mais de 3.000 U.H. (três mil unidades habitacionais) do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) sem ao menos perceber perspectiva de melhoria nas condições de vida aos antigos moradores.

Tais preocupações mobilizam a maioria dos moradores, que traçam como estratégia a “pressão” sobre as autoridades governamentais, mas mantém estratégia constante de sobrevivência no cotidiano, lidando com a cooperação entre eles e a “criatividade” de buscar soluções baseadas em uma cooperação informal com as empresas privadas da região, como conta uma liderança que pediu à empresa responsável por um empreendimento do PMCMV para ajudar na melhoria de trechos da via de acesso a um dos bairros. Obviamente que o ativismo societário e político destes atores não os isentam de relações de clientela, assim como a tomada de ações que se afastam de uma perspectiva democrática, isto é, a sociedade civil não é o “reino das virtudes” na política, contrapondo-se ao maléfico reino da “imoralidade estatal” (NOGUEIRA, 2005).

As igrejas mantêm a mesma preocupação, contudo, se voltam em demasia para um “micro-cotidiano” bastante situado nas narrativas individuais de dificuldades diversas que mantêm base na vida privada, ou seja, nos dilemas do mundo material, mas sobretudo as subjetividades de uma ultramodernidade radicalizada (NOGUEIRA, 2008). Esta ultramodernidade se dá em caráter de paradoxo, ainda mais nestas áreas pesquisadas, onde a vida social ainda expressa problemas enfrentados pelas sociedades modernas superadas em parte no século XIX, mas que se põe tardiamente no cenário de desenvolvimento brasileiro ao longo do século XX.

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, considerada um marco na transição democrática do país, consagra a participação popular na gestão pública como um de seus princípios fundamentais. Tal princípio representa o reconhecimento do direito do cidadão individualmente ou como grupo à informação e à defesa de seus interesses e é replicado em vários artigos constitucionais. A partir da promulgação, diversos textos legais infraconstitucionais não apenas preveem como aprimoram o conteúdo da norma, dando-lhe maior precisão, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Estatuto da Cidade.

Para além do cumprimento de determinações legais, considera-se a participação social no planejamento e na gestão como uma circunstância na qual os conhecimentos e as experiências de diferentes atores envolvidos em uma determinada área de intervenção são levantados e discutidos com vistas ao desenvolvimento de soluções compartilhadas, suscitando-lhes a consciência de direitos e deveres e ampliando perspectiva de consolidação e sustentabilidade dos investimentos públicos efetuados.

No caso específico do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga toda a construção técnica será apoiada em processo participativo que envolve a criação de oportunidades de construção coletiva das propostas que se darão em vários momentos durante o período de desenvolvimento dos trabalhos e em espaços diferenciados (oficinas e consultas públicas) que em conjunto são pensados enquanto Laboratórios de Produção Participativa.

O Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, projeto do Governo do Estado da Bahia que vem sendo construído através de ações conjuntas com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia, Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), com a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA), Prefeitura Municipal do Salvador (PMS), Prefeitura Municipal de Simões Filho, Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, além de representantes das Associações de Moradores das comunidades locais e outras instituições, será executado pelo Consórcio Hydros-FFA com o objetivo de proteger os mananciais de Ipitanga, as áreas destinadas como Preservação Permanente (APP) das Represas de Ipitanga I e II e criar as bases para dotar a área da infraestrutura urbana adequada.

O Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga representa uma etapa de planejamento e elaboração de projetos necessária para que as referidas áreas possam ter os meios para captar recursos e assim viabilizar serviços de urbanização e saneamento básico, tais como abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. A área denominada de Vetor Ipitanga representa uma região de valor ambiental elevado, cortada por inúmeros cursos d'água e, em 1999, foi instituída como Área de Proteção Ambiental – APA Joanes/Ipitanga por meio do Decreto Estadual nº 7.596.

Em Salvador, está localizada na porção norte, Região Administrativa de Ipitanga (RA XV), caracterizada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU Lei 7.400/2008) como macrozona de Proteção Ambiental, integrando a maior bacia hidrográfica do Município. Apresenta um quadro crescente de conflitos socioambientais, com intensificação da urbanização desordenada e exploração de minérios, comprometendo as áreas de proteção ambiental e os mananciais hídricos responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 40% da população da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Considerando a importância para Salvador e municípios abastecidos pela bacia do Ipitanga e a fragilidade e o comprometimento ambiental da área, inserida numa Área de Proteção Ambiental – APA Joanes/Ipitanga pretende-se dar efetividade às ações. Além de inserir a população nas discussões, as ações de mobilização programadas, aliadas à educação ambiental e uma clara e efetiva ação de comunicação de todo o processo de realização do trabalho serão certamente um estímulo a uma mudança de postura diante de aspectos fundamentais à qualidade de vida, como o saneamento básico e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, à qualificação da comunidade afetada para o efetivo controle e a participação social na formulação dos programas, projetos e ações e sua futura implementação, de forma que a dimensão ambiental seja sempre considerada.

O desenvolvimento de processos de participação social, entretanto, mais do que uma boa condução técnica, exige transparência das informações e compromisso do poder público com a continuidade das intervenções propostas.

2. PROPÓSITOS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A área de abrangência do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga é complexa e envolve conflitos de diversas ordens que na sua totalidade não serão equacionados com este trabalho. A importância maior do planejamento abrangente da área está em abordar esses conflitos de modo a apontar caminhos e instrumentos de solução, sem os quais as soluções não se efetivam.

Embora ainda não estejam concluídos os estudos básicos que proporcionarão uma caracterização precisa da área, sabe-se que o espaço territorial em questão vem sofrendo forte processo de degradação, com o comprometimento dos mananciais hídricos, em função da pressão urbana, notadamente no que se refere à habitação e das atividades econômicas existentes, com destaque para a exploração mineral. Sabe-se ainda que a área carece de infraestrutura urbana básica, que sua ocupação, em grande parte, se deu de forma irregular e que parte da população é composta por famílias de baixa renda.

O trabalho em tela prevê a realização de estudos para a elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental e de projetos voltados para garantir a qualidade socioambiental da área, através de metodologia que garanta a troca de saberes técnicos e experiências de vida, num processo contínuo de capacitação e a participação da população em todo o processo de planejamento.

Num país caracterizado por grandes distâncias socioeconômicas e culturais, em que a consciência de cidadania ainda não está completamente internalizada, a acomodação e a desconfiança permeiam o inconsciente coletivo no que se refere às ações do poder público. O imediatismo que caracteriza grande parte da população brasileira induz a uma descrença no planejamento, o que exige do trabalho um sobesforço no sentido de informar e sensibilizar as pessoas para a participação nesse processo.

Tratando-se ainda de área de grande importância ambiental, o processo de mobilização social não poderia estar dissociado de ações de educação ambiental, amparado obviamente, por uma eficiente estratégia de comunicação, com vistas a:

- Despertar o interesse da sociedade local para o trabalho a ser desenvolvido;
- Promover a interação entre as instâncias técnicas e os atores sociais;
- Possibilitar a participação dos interessados no processo de elaboração do planejamento, incorporando suas opiniões na elaboração de cenários, escolha de diretrizes e escalonamento de prioridades para programas, projetos e ações, compatibilizando com a leitura técnica;
- Sensibilizar a comunidade sobre a significância do patrimônio ambiental existente;
- Buscar o apoio e participação da comunidade para valorização e conservação da Bacia de Ipitanga, bem como para a sustentabilidade das futuras intervenções.
- Promover a assimilação de conhecimento, valores, habilidades, experiências que provoquem mudanças de atitudes, tornado as pessoas aptas a agir individual e coletivamente na solução dos problemas ambientais locais.
- Construir, colaborativamente, conhecimento ambiental de maneira a formar multiplicadores dos princípios da Educação Ambiental e das práticas sustentáveis.

3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA DE IPITANGA

A educação ambiental é um processo pedagógico participativo, onde o educando é elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador e multiplicador, através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

A comunidade é o espaço social e o local onde o indivíduo dará sequência ao seu processo de conscientização. O que nele representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano contribuindo para a formação de cidadãos e cidadãs responsáveis.

Além da abordagem relativa às questões ambientais, o processo de mobilização e educação ambiental deve buscar reduzir as distâncias cognitivas e empoderar a comunidade para a intervenção qualificada no processo de construção do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, conforme preconiza a Política Nacional de Educação Ambiental.

Dessa forma, os objetivos do processo participativo e do programa de educação ambiental guardam relação direta com os objetivos do trabalho. As ações de Mobilização Social e Educação Ambiental serão o mecanismo para o envolvimento e o protagonismo da população na elaboração do plano, observando aderência a todas as etapas previstas na metodologia, desde a construção do diagnóstico participativo, a hierarquização dos projetos e ações até a consolidação da versão final do Plano e dos projetos.

O plano de Mobilização e Educação Ambiental será implementado em três vertentes:

Eixo 01: Convocação e Diagnóstico Participativo

A identificação e convocação do público a ser mobilizado parte do diagnóstico sócio-organizativo apresentado no presente relatório que contou com a importante colaboração das lideranças que compõem a comissão de acompanhamento do trabalho. O público a ser mobilizado se diferencia conforme os propósitos de cada um dos eventos que podem ser amplos e diversificados, como nas consultas públicas, ou menores e mais específicos como o Núcleo Gestor (NG) ou a Comissão de Moradores.

A primeira fase do processo de Mobilização e Educação Ambiental consiste em convocar e compartilhar com os atores locais as informações atinentes ao trabalho a ser realizado, seus objetivos e alcance. Num trabalho de planejamento é de fundamental importância delimitar o alcance do trabalho no sentido de evitar expectativas de implementação imediata. A partir da convocação e da ratificação dos objetivos e alcance, os trabalhos seguem, em linhas gerais, a seguinte sequência que está refletida nos eventos programados em todas as etapas do trabalho:

a) Identificação dos temas críticos

Identificação junto com os atores locais, dos problemas socioambientais mais relevantes da área, que serão os eixos em torno do qual será construído o plano. A partir dessa identificação também serão definidos os conteúdos a serem trabalhados no processo de educação ambiental.

b) Formação das instâncias de participação social e definição de papéis, das sistemáticas e procedimentos de atuação. Nessa fase inicia-se o processo de capacitação com a introdução de conceitos que serão trabalhados no curso de elaboração do Plano. Ao longo do processo de mobilização esses grupos deverão estar aptos a:

- Organizar as discussões e debates em torno dos eixos temáticos;
- Criar mecanismos para a participação da população no trabalho; espeitar as posições divergentes e pactuar encaminhamentos;
- Sistematizar as contribuições e conclusões que forem sendo construídas.

c) Resgate do processo histórico

O levantamento de informações sobre a história da área, a partir da vivência de seus habitantes é uma estratégia importante para a compreensão do processo dinâmico da realidade, preparando para as fases do diagnóstico e da elaboração do cenário futuro.

d) Cenário Presente

Nesta fase será elaborado o cenário da comunidade propriamente dito, que além de resgatar o processo histórico de constituição e desenvolvimento da área, tratará de levantar a problemática da área, evidenciando, sempre que necessário, as contradições.

Eixo 02: Planejamento Participativo

a) Elaboração do Cenário Futuro Desejado

Esse eixo trata da construção da visão do futuro desejado com base no cenário construído na fase anterior e nos estudos básicos.

b) Estabelecimento de diretrizes, metas programas e projetos

Após a consolidação do Cenário Futuro inicia-se a fase de planejamento propriamente dita, com a representação do cenário construído por meio diretrizes, metas e ações (programas e projetos) voltados para a consecução dos objetivos do plano que é a promoção do desenvolvimento sustentável da sub-bacia do Ipitanga.

Eixo 03: Legitimação

A terceira fase do processo de Mobilização refere-se à legitimação do processo de planejamento através da discussão e pactuação, junto à comunidade, dos elementos propostos na fase anterior. Nesta fase será apresentada e discutida a versão preliminar do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga.

É importante observar que esses momentos estão totalmente imbricados com as atividades de desenvolvimento especificamente técnico. Significa dizer que leituras das comunidades e leituras técnicas comparecem para a construção do Plano, seja na fase de conhecimento da realidade, seja na etapa propositiva.

4. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS E PROJETOS

O processo de planejamento implica em uma construção de um ideal de futuro possível que, se por um lado nutre expectativas e esperanças dos agentes interessados, confronta esse horizonte com a realidade atual. Quando se trata de populações vulneráveis que convivem em um ambiente de pobreza, essa relação futuro-presente se torna ainda mais complexa e tensa, o que torna a exigência de transparência, abertura e participação efetiva da população um compromisso ético. Essas populações [...] “singularizam-se, em geral e em graus variados, pela instabilidade e precariedade de condições de vida”¹, tornando a intervenção de atores estranhos potencializadora dessa instabilidade.

O processo de elaboração do Plano vai exigir uma ampla mobilização, estratégias de comunicação e interação social, leitura compartilhada da realidade, formulação coletiva das propostas, gestão e avaliação. Nesse percurso, a produção técnica e os resultados do processo participativo serão tratados como dimensões interativas, com contribuições específicas no processo.

A base do processo participativo é o Núcleo Gestor que será formado no início dos trabalhos, com a formalização devida quanto às suas atribuições e procedimentos operacionais. O Núcleo Gestor funcionará como um grupo de acompanhamento e participará de todas as etapas do trabalho. Esse Núcleo é colocado como a instância central do processo participativo, sendo formado pelos membros do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga instituído pela Portaria nº 01 de 18 de Março de 2013 e pelas lideranças que integram a Comissão de Moradores. Esse Núcleo fará parte de todos os eventos programados. Alguns eventos contarão com um público maior, priorizando-se sempre instituições e entidades com alguma afinidade ao conteúdo a ser discutido.

No processo de construção compartilhada do Plano, a Prefeitura é agente central, na medida em que este ente assume a atribuição na gestão do uso e ocupação do solo, sendo por esta competência responsável pelo encaminhamento de grande parte das ações a serem propostas no processo de planejamento.

O processo participativo, assim como o desenvolvimento das atividades técnicas, exige método e clareza de papéis e funções. Esse é, inclusive, um ponto a ser aprofundado com o Núcleo Gestor. É importante que os espaços de participação de cada grupo de agentes (públicos, privados, ONGs e OSCIPs etc.) estejam muito bem delimitados, assim como os espaços de interação.

Cabe chamar a atenção para algumas especificidades da área no âmbito da gestão. Trata-se de uma área internamente heterogênea com a presença de perfis de ocupantes diferenciados e que se relacionam com agentes de outras escalas. O fato de integrar uma APA de grande importância ambiental e, mais ainda, por se constituir em um nó de articulação da RMS coloca esse espaço em condição de centralidade, o que na perspectiva do processo de construção participativa significa que agentes com atuação em outras escalas terão interesse em se envolver no processo. Antecipando esse cenário de presença de interesses em diversas escalas, estão previstos

¹ PMS. Prefeitura Municipal do Salvador. Lançando as Bases do Projeto: Memorial da Proposta de Intervenção Físico-urbanística e Sócio-ambiental para as áreas de Periperi, Praia Grande e Coutos. Salvador, 1998.

momentos de discussão mais ampla (consultas públicas), quando deverão participar necessariamente o Conselho Gestor da APA Joanes/ Ipitanga, o Conselho da Bacia e o Conselho da Cidade do Salvador, além de outros agentes considerados importantes e estratégicos para o processo de desenvolvimento local.

O processo participativo será organizado através de oficinas e consultas públicas. As oficinas constituem os espaços de construção participativa do Plano, das quais participará os integrantes do Núcleo Gestor e na medida da necessidade, outras instituições e entidades, com prioridade para aquelas identificadas no diagnóstico sócio-organizativo. Estão estruturadas para cumprir objetivos relacionados a cada uma das etapas e são sempre precedidas de um momento de apresentação dos conteúdos do trabalho (Seminários Temáticos) em um processo continuado de capacitação.

As oficinas serão desenvolvidas através de debates e trabalhos em grupo. Parte-se da experiência dos participantes para construir o cenário atual e o cenário futuro considerando propostas de programas e projetos associado a uma matriz de responsabilidades. A metodologia adotada incorpora na construção da leitura da realidade e perspectivas futuras (cenários) o saber construído e acumulado pelos participantes, de modo que seja possível a construção de um saber que compartilhe experiências locais (técnicas ou de vivência da realidade) e venha se somar aos conteúdos técnicos aportados na elaboração do Plano e dos Projetos.

As consultas públicas são espaços mais amplos de participação e estão programadas para os grandes momentos de fechamento de produtos no processo de planejamento.

No desenvolvimento dos trabalhos estão previstos os seguintes eventos de participação social:

Oficinas

- Oficina Técnica de Entrada;
- Oficina de Aquecimento - Leitura do Território;
- Rodas Temáticas:
 - Oficina Temática – Uso e Ocupação do Solo e Estrutura Fundiária
 - Oficina Temática – Estudos Básicos de Infraestrutura e Serviços Sociais
 - Oficina Temática – Acessibilidade e Mobilidade
 - Oficina Temática – Áreas de Risco
 - Oficina Temática – Meio Ambiente
- Oficina - Construção de uma Visão Integrada da Realidade Local
- Oficina – Visão de Futuro:
 - Construção de um Futuro com Garantias Socioambientais
 - Oficina de Avaliação do Quadro Referencial Propositivo e Esboço da Estratégia de Estruturação Urbanística e Qualificação Ambiental
- Oficina - Discussão e Pactuação dos Programas de Intervenção e Projetos Urbanísticos Preliminares c/ Comunidades
- Oficina - Discussão e Pactuação dos Anteprojetos Urbanísticos c/ Comunidades

Consultas Públicas

- Consulta Pública 1- Apresentação e discussão da Macroanálise Socioambiental Integrada;
- Consulta Pública 2 - Apresentação e discussão da Versão Preliminar do Plano Urbanístico e Ambiental

Todo o processo de participação social será apoiado por material de divulgação e peças de orientação para as atividades que serão desenvolvidas. Em momentos de fechamento de etapas do Plano Urbanístico e Ambiental será confeccionado um documento síntese, apresentado na forma de Cartilha, que será disponibilizado para as instituições envolvidas e lideranças locais e folders que serão colocados à disposição das comunidades para consulta em pontos estratégicos da área (escolas, sedes de associações etc.).

No desenvolvimento dos trabalhos, a SEDUR, a partir de critérios de acesso, poderá colocar à disposição dos interessados, as peças técnicas produzidas.

Entende-se que esse processo deverá ser o mais participativo e transparente possível e adequadamente integrado ao processo de produção dos documentos técnicos previstos.

5. PLANO DE COMUNICAÇÃO

Conforme explicitado, a área objeto do presente trabalho apresenta um considerável grau de complexidade em função de sua relevância ambiental, do comprometimento já existente de mananciais de abastecimento de água, em razão da expansão urbana e da existência de atividades econômicas em conflito com esta função, enfim, dos interesses diferenciados dos componentes de seu tecido social.

Em função dessa realidade, se faz necessário comunicar, além das medidas para diminuir os problemas decorrentes das obras, os benefícios para a população associados a uma perspectiva de melhoria em dimensões relevantes da vida social:

- qualidade de vida da comunidade local e regional;
- bem-estar social com a preservação da qualidade ambiental;
- redução da taxa de mortalidade infantil e de doenças por meio de veiculação hídrica;
- redução dos gastos com a saúde;
- aumento da expectativa de vida da população;
- amento do desenvolvimento socioeconômico;
- preservação e recuperação da fauna e da flora da região;
- melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Planos e projetos de urbanização e saneamento básico requerem atenção especial no trato com a população, de forma a pactuar a melhor solução com os recursos disponíveis ou mesmo possíveis. Os planos e projetos construídos com participação social, por agregar o componente da legitimidade, têm mais chances de lograr êxito nos resultados esperados, uma vez que o processo inscreve compromissos que mobilizam os agentes interessados na busca da sua implementação.

Nesse sentido, ações de comunicação social são imprescindíveis para criar um canal de comunicação eficaz com a comunidade, utilizando-se de diversos meios, a fim de criar uma relação de aproximação e atendimento às reais necessidades dos cidadãos e cidadãs nas situações relativas às atividades desenvolvidas durante o projeto.

Por se tratar de um plano e de projetos de urbanização e recuperação do meio ambiente, o Plano de Comunicação, que compõe o Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental, terá o seu escopo totalmente voltado para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

O principal objetivo do Plano de Comunicação é estabelecer canal eficaz de comunicação com a população diretamente envolvida com o Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, de modo a criar entendimento que as mudanças decorrentes do projeto se traduzem em benefícios perenes para a qualidade de vida da população local e regional. Que a SEDUR está disposta a entender as necessidades reais da comunidade, dispondo de canais diretos de comunicação, no sentido de assegurar transparência e aderência às expectativas e que o Consórcio é a instância técnica que dará suporte ao desenvolvimento dos trabalhos.

O plano de Comunicação também visa a:

- organizar e manter um sistema de informação eficiente durante toda a implantação do projeto;

- apoiar à execução dos projetos ambientais propostos;
- praticar a conduta de portas-abertas;
- criar um ambiente que favoreça soluções dos prováveis conflitos;
- incentivar a participação da população e demais segmentos sociais interessados no projeto.

Considerando que a complexidade do projeto e a diversidade de agentes interessados podem encetar conflitos diversos, manipulações e problemas de comunicação é fundamental que as regras abaixo indicadas sejam cumpridas:

- Igualdade no acesso às informações por parte de lideranças, o que significa dizer que as informações devem necessariamente ser passadas por meio das instâncias previstas e sempre mediadas pela SEDUR.
- Toda comunicação com a consultoria deve ser feita por meio da SEDUR ou nas instâncias do processo de planejamento participativo previstas.

O Modelo Conceitual

O Plano de Comunicação será desenvolvido por meio da atividade de Relações com a Comunidade, cujo principal público é a comunidade da área do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e o principal instrumento é o Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental. Isso, levando-se em conta que as atividades de Relações com a Comunidade elevam o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre os grupos sociais (públicos-alvo) e entidades públicas (governo), num processo de interação de interesses legítimos.

O Plano de Comunicação conterá outros meios que serão complementares ao trabalho de Relações com a Comunidade. São eles: material publicitário impresso e on-line, recursos áudio-visuais, entre outros, enumerados no item – Instrumentos de Comunicação.

Público-alvo:

O programa será direcionado a moradores e demais agentes locais, além de envolver instituições sociais e públicas, lideranças comunitárias e todos aqueles que diretamente atuam e vivem na área.

Mensagem

O plano urbanístico e os projetos de urbanização ou saneamento básico e recuperação ambiental são meios para investimento na qualidade de vida e saúde da população. O plano de comunicação precisa trazer implícito que o projeto é impactante do ponto de vista de contribuir para esta mudança. As atividades exigem a colaboração de todos para que sejam executadas com rapidez, qualidade e eficácia.

Através do processo de comunicação espera-se atingir os seguintes resultados:

- comunidade ciente da importância do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e dos benefícios dele advindos;
- criar um grau de integração entre os agentes envolvidos de modo a otimizar os resultados do trabalho;
- criar um clima de confiança com o cidadão que deve sentir seu direito respeitado;

- atender às solicitações dos moradores, quando pertinentes, apresentando soluções e alternativas frente às demandas apresentadas;
- prestatividade quando nas dúvidas apresentadas pelos cidadãos;
- Interesse em solucionar eventuais transtornos provocados por atividades que venham a ser desenvolvidas, a exemplo de cadastros, pesquisas e levantamentos na área;
- comunidade ciente da necessidade de sua mobilização, visando à sustentabilidade no planejamento.

A linguagem a ser utilizada será direta, clara e objetiva para facilitar o entendimento do público, tanto nas oficinas e consultas públicas, quanto no material publicitário a ser produzido. Serão utilizados recursos visuais (fotos, mapas, infográficos e vídeos) para melhor compreensão das atividades a serem executadas.

Todo o processo de comunicação deverá ser mediado pela SEDUR e propõe-se a utilização de diversos canais de Comunicação para interação com o público em evidência. Reuniões públicas para discussão do programa com lideranças; apresentação de vídeos; apresentação de conteúdos do trabalho; informações impressas e *on line*, através de sites oficiais do Governo do Estado.

Caso a SEDUR considere pertinente, poderá ainda utilizar outros canais de comunicação institucionais não previstos no presente escopo de trabalho.

Será estabelecida estratégia de informação, antes e durante a realização das atividades, e mantido aberto canal de comunicação eficaz para o recebimento de demandas em geral sobre o projeto.

Instrumentos de Comunicação

a) Reuniões comunitárias

- Serão programadas reuniões nas comunidades para a apresentação do programa e esclarecimento sobre os passos seguintes que são as oficinas e plenárias, cujo objetivo principal é informar sobre o projeto e solicitar o engajamento da população;
- Das palestras deverão participar os representantes do Núcleo Gestor;
- Serão apresentadas: a empresa, a equipe do Núcleo Gestor e os objetivos do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga;
- Os integrantes do Núcleo Gestor, representantes da comunidade local, enquanto elementos de interação entre a comunidade e o Consórcio, poderão promover reuniões informativas por região, área ou povoado, para que seja dada atenção especial em cada caso e para que o número de participantes seja adequado para uma eficaz transmissão da mensagem;
- A divulgação das reuniões deve ocorrer com pelo menos uma semana de antecedência, até o dia da reunião e será feita com o apoio das entidades locais que contarão com panfletos, que por sua vez distribuirão à população local, além de cartazes colocados nas associações indicando: data, local, horário e descrição breve e direta sobre a reunião.

b) Contatos diretos com a população

A presença da equipe técnica na área do projeto naturalmente desperta a curiosidade, mesmo das pessoas mais desinteressadas. Na realização de visitas técnicas à área, cada técnico será um agente de comunicação do projeto. Nessas oportunidades, o contato com a população local:

- Terá como finalidade divulgar o programa e engajar a população;
- Serão entregues informativos sobre o que está sendo feito na área.

Atitude do colaborador: falar da importância do projeto, da seriedade e comprometimento dos agentes mais diretamente engajados, do compromisso do Governo do Estado com a melhora da qualidade de vida da população e colocar-se à disposição para qualquer necessidade do morador, informando os meios pelos quais o mesmo pode obter maiores informações.

c) Oficinas e consultas públicas

- O processo participativo será organizado através de oficinas e consultas públicas;
- As oficinas constituem os espaços de construção participativa do plano;
- Estão estruturadas para cumprir objetivos relacionados a cada uma das etapas e são sempre precedidas de um momento de apresentação dos conteúdos do trabalho (Seminários Temáticos) em um processo continuado de capacitação. Durante as oficinas sempre haverá um momento destinado ao conteúdo da Educação Ambiental;
- As oficinas serão desenvolvidas através de metodologias específicas que buscarão discutir e refletir sobre a realidade local, através de debates e atividades em grupo.

d) Contatos telefônicos ou por correspondência

Com as lideranças haverá contatos telefônicos e/ou por correspondências para obter o seu apoio na divulgação das plenárias e reuniões, além dos resultados dos debates. Sempre deverá haver o contato institucional por meio de representante da SEDUR, tendo em vista a dimensão política do processo.

e) Boletim informativo ou Folder

Elaboração de boletim informativo sobre o projeto, que conterá além de informações sobre os canais de comunicação entre a comunidade e a SEDUR, as novidades sobre o projeto, sendo editado um a cada etapa do projeto.

f) Apresentação em slides

Para facilitar o entendimento dos cidadãos, nas reuniões com as comunidades a apresentação do Projeto será feita por meio de slides, contendo mapas e infográficos animados.

g) Textos jornalísticos (releases)

A imprensa tem o poder de construir ou destruir reputações sejam de pessoas ou empresas, com muita facilidade. Ao antecipar-se com a informação, principalmente na divulgação das atividades a serem realizadas, pode se ter a imprensa como um grande aliado. A SEDUR, através de sua

assessoria de comunicação deverá se valer desses veículos de Comunicação, preparando textos jornalísticos para informar sobre os benefícios do projeto para a população. Cabe ao Consórcio disponibilizar as informações sobre o andamento dos trabalhos.

Importante é ressaltar que toda e qualquer comunicação com a imprensa (todas as mídias) será feita pela SEDUR, não cabendo ao Consórcio Hydros-FFA ou outra instituição envolvida se manifestar sobre quaisquer informações a respeito do projeto. Essa cautela preserva o processo de eventuais ruídos ou contradições.

h) Sites oficiais

Recomenda-se que textos jornalísticos sejam inseridos no portal do Governo do Estado e sites da SEDUR, SEMA e sites de associações comunitárias, quando houver. Lembrando que, demandas de imprensa referente a qualquer tema do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, o porta-voz primaz é a SEDUR.

i) Identificação visual:

Todas as peças de comunicação deverão contar com logomarca do Governo do Estado, do Consórcio e do Projeto de forma a criar uma identificação visual.

A equipe de frente da pesquisa socioeconômica estará identificada com uniforme (camisa), com logomarca do Consórcio e do Projeto. Também estará portando credencial ou crachá.

A estratégia de comunicação se efetuará atendendo aos seguintes passos:

- mapeamento das comunidades e identificação das lideranças comunitárias a partir de subsídios do Diagnóstico Sócio-organizativo;
- reuniões preliminares com as lideranças, no intuito de programar as oficinas;
- contato telefônico e reuniões com as lideranças (em grupo ou individual);
- reuniões com as lideranças comunitárias e comunidades. As reuniões deverão ocorrer em escolas, igrejas, centros comunitários ou em outro local pré-definido em concordância com as lideranças;
- As reuniões terão apresentação em slides e outros meios que facilitem a comunicação e contarão com material de apoio específicos para cada evento;
- A divulgação dos resultados das plenárias e oficinas ocorrerá por meio dos líderes comunitários, jornais/boletins informativos, folderes e sites oficiais.

A implementação do plano de comunicação deverá ser iniciada antes do início das atividades técnicas na área. Haverá diagnóstico das comunidades envolvidas pelos projetos e estreitamento de relações com as lideranças comunitárias, para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos.

Indicadores

Para mensurar se o processo de comunicação e mobilização proposto está atingindo seus objetivos, serão utilizados os seguintes meios de avaliação, ao longo do projeto:

- a – Número de pessoas participantes nas reuniões;
- b – Quantidade de acessos ao site e número de demandas chegadas e respondidas via e-mail;
- c – Volume de pessoas que buscam informações junto à SEDUR.

Monitoramento/Avaliação

O que se pretende com o referido Plano é abranger o maior número possível de pessoas com as informações necessárias para engajar a população em relação ao projeto, servindo não só como multiplicadores de informações e motivação, mas como agentes ativos na construção dos instrumentos de planejamento previstos e dos projetos. O monitoramento será realizado por meio de relatórios mensais, com registro textual e fotográfico dos eventos. Em todos os eventos serão elaboradas atas e relatórios de conteúdo.

A avaliação do processo deverá ser realizada no curso das etapas de desenvolvimento, tendo como parâmetro a presença da comunidade nos eventos realizados, o interesse sobre o andamento do trabalho e o nível de amadurecimento e domínio dos conteúdos demonstrado na participação em cada etapa.

6. DETALHAMENTO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ATIVIDADE
Oficina 1 – Aquecimento e Leitura do Território
Objetivos Sedimentar conceitos básicos que serão trabalhados ao longo do desenvolvimento dos instrumentos de planejamento e dos projetos previstos; Construir uma primeira leitura do território considerando a visão dos agentes mais diretamente envolvidos.
Orientações metodológicas específicas: Os trabalhos serão desenvolvidos em dois momentos e com públicos distintos. Na primeira parte da Oficina será desenvolvida uma atividade de aproximação com os conceitos básicos do trabalho relacionados ao urbanismo, meio ambiente, engenharia etc.). O público será o Núcleo Gestor que na oportunidade será formalizado. Na segunda parte as atividades se voltam à construção de uma visão pactuada dos territórios e terá sistemática específica. O público será formado pelo Núcleo Gestor e demais representações identificadas no diagnóstico sócio-organizativo. As atividades são as que seguem: Manhã 08:30h 1. Formação do Núcleo Gestor que funcionará como grupo de acompanhamento dos trabalhos em todas as etapas previstas, com apreciação e aprovação do seu Regimento. 10:00h 2. Capacitação do Núcleo Gestor quanto aos principais conceitos envolvidos no trabalho; 1. Apresentação de conceitos envolvidos na elaboração do trabalho. Exercício de fixação “Jogo da Memória”: Dinâmica em grupo que consiste na utilização de cartas-conceitos, contendo em um dos versos o seu nome e no outro a sua definição. A partir da divisão dos participantes em dois grupos, dá-se início a um jogo da memória, no qual o grupo que mais acertar as definições relativas aos conceitos fundamentais do Plano ganha o jogo. Durante o processo, os conceitos são discutidos pelos participantes e pelos técnicos que intervêm esclarecendo as dúvidas e pontuando os elementos constituintes das definições. Tarde 2. Leitura do Território Esta oficina terá a sua sistemática orientada para uma primeira leitura do território e será desenvolvida com a seguinte sistemática. Exercício 1 – Reconhecimento do Território – Serão identificados e mapeados pelos participantes, as principais referências da área. Exercício 2 – Identificação, registro, mapeamento e apresentação dos problemas e das potencialidades da área. Os problemas e potencialidades representados por peças metálicas serão espacializados pelos participantes sobre tabuleiro imantado com um mapa esquemático da área. Em seguida será feita uma avaliação, pelos participantes, dos problemas e potencialidades levantados e mapeados. Em um momento seguinte serão identificados aqueles problemas e potencialidades que se referem a toda a área e, na sequência, serão trabalhadas as especificidades de cada comunidade. Exercício 3 – Avaliação coletiva dos trabalhos e identificação de soluções para os problemas e valorização dos aspectos positivos. Resgatar, na oportunidade, estudos e projetos já desenvolvidos para a área e como esses trabalhos abordaram a problemática da área. Como atividade integrante desta oficina será marcada uma reunião para o dia seguinte, ou data mais conveniente, com o Núcleo Gestor, para definição da metodologia e conteúdo pedagógico dando início às atividades de educação ambiental.

ATIVIDADE
Oficina 1 – Aquecimento e Leitura do Território
Período de execução:
31° ao 35° dia
Produtos:
Registro da atividade que comporá o Relatório 5
Fontes:
Informações fornecidas pelos participantes.
Téc. Resp.:
Técnico Social
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade:
Para esta oficina especificamente está se considerando a presença do Núcleo Gestor e de outras lideranças e representações de instituições sediadas na área. Como esta será a primeira oficina na área, a mobilização dos participantes deverá ocorrer através de convite emitido pela SEDUR aos membros do Núcleo Gestor e demais representações e lideranças identificadas na área. 1. Definição/Reserva de espaço na área para realização - SEDUR 2. Preparação dos Convites para envio aos participantes – SEDUR 3. Água e Café para manhã e tarde - SEDUR 4. O registro fotográfico da atividade caberá ao técnico responsável pela mobilização. A consolidação dos resultados e a elaboração do relatório da Oficina caberão ao técnico responsável pela mobilização. 5. Recursos materiais: 5.1 Computador; 5.2 Impressora; 5.3 Data show; 5.4 Tela para projeção; 5.5 Máquina fotográfica; 5.6 Tabuleiro imantado; 5.7 Plotagem de fotografia da área (formato A1) 5.8 Resma de Papel A4; 5.9 Lápis/Canetas; 5.10 Papel Metro; 5.11 Canetas Hidrográficas; 5.12 Pincéis atômicos (02 pretos, 02 azuis, 02 vermelhos); 5.13 Lista de Presença; 5.14 Copos descartáveis (para água e café); 5.15 Bloco de recados (tipo Post it) 5.16 Fita adesiva (tape transparente 0,05m) 5.17 Tesoura; 5.18 Cola branca para papel.

ATIVIDADE
Rodas Temáticas
Orientações metodológicas específicas:
As Rodas Temáticas serão estruturadas em dois momentos distintos, sendo o primeiro voltado para a capacitação dos participantes quanto aos principais conceitos atinentes a cada uma das áreas temáticas: Uso e Ocupação do Solo e Estrutura Fundiária; Estudos Básicos de Infraestrutura e Serviços Sociais; Acessibilidade e Mobilidade; Áreas de Risco; Meio Ambiente, e o segundo orientado para a transposição dos conceitos para a realidade concreta da área. Será feito um exercício em grupos, orientado de mapeamento das situações relativas a cada área temática pelos participantes. Os grupos farão a apresentação dos resultados e será aberto o debate sobre a problemática relacionada aos temas.
Período de execução:
61º ao 62º dia
Produtos:
Registro dos resultados da atividade a integrar o Relatório 6
Fontes:
Informações fornecidas pelos participantes.
Téc. Resp.:
Arquiteto
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade: 1. Serão efetuados contatos com os membros do Núcleo Gestor, representações e lideranças identificadas no levantamento sócio-organizativo. 2. Definição do espaço para realização das Rodas Temáticas, que poderá acontecer em alguma escola da área, ou outro espaço sugerido pelo Núcleo Gestor, considerando a necessidade de espaço para a realização de 05 Rodas Temáticas simultaneamente. 3. Elaboração de convite, com o objetivo local, horário de realização e breve descrição do(s) conteúdo(s) a ser(em) trabalhado(s). 4. Será realizada reunião prévia com o(s) técnico(s) responsável(is) pelas áreas temáticas para definição dos procedimentos metodológicos que serão os mesmos para cada uma das Rodas Temáticas. Também nesta reunião deverá ser identificada a necessidade de recursos específicos para que seja providenciado (a exemplo de fotografias relativas a cada área temática). 5. O registro fotográfico da atividade caberá ao técnico responsável pela mobilização. A consolidação dos resultados e a elaboração do relatório das Rodas Temáticas caberão ao técnico responsável pela mobilização. Considerando a realização do evento em dois turnos, providenciar: 6. Água e Café para manhã e tarde - SEDUR 7. Almoço para os participantes – SEDUR 8. Recursos materiais: 8.1 Aparelhagem de som; 8.2 Microfone (02, sendo um sem fio, para circular); 8.3 Computador; 8.4 Impressora; 8.5 Data show; 8.6 Tela para projeção; 8.7 Máquina fotográfica; 8.8 Plotagem de fotografia da área (formato A1) 8.9 Resma de Papel A4; 8.10 Lápis/Canetas; 8.11 Papel Metro; 8.12 Canetas Hidrográficas; 8.13 Pincéis atômicos (02 pretos, 02 azuis, 02 vermelhos); 8.14 Lista de Presença; 8.15 Copos descartáveis (para água e café); 8.16 Bloco de recados (tipo Post it) 8.17 Fita adesiva (tape transparente 0,05m) 8.18 Tesoura; 8.19 Cola branca para papel.

ATIVIDADE	
Oficina - Construção de uma Visão Integrada da Realidade Local	
Orientações metodológicas específicas:	
Essa Oficina está voltada à construção de uma leitura integrada da realidade local e se vale dos insumos produzidos nos Estudos Básicos e do Cenário da Comunidade. Os trabalhos são iniciados com a apresentação da síntese dos Estudos Básicos para todo o grupo. Na sequência serão formados grupos temáticos para, a partir da problemática apresentada, construir uma Matriz de Interfaces e Interações com a identificação de pontos de toque quanto a problemas e potencialidades em outros campos temáticos. Inicialmente estão previstos quatro Grupos Temáticos: Fatores Biofísicos, Fatores Socioeconômicos, Políticas Públicas e Gestão e Fatores Urbanísticos. O trabalho dos Grupos será apresentado e discutido por todos os participantes.	
Período de execução:	
99º ao 100º dia	
Produtos:	
Matriz de Interfaces e Interações a integrar o Relatório 18	
Fontes:	
Material produzido pelos participantes	
Téc. Resp.:	
Arquiteto/ Técnico Social	
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade: 1. Serão efetuados contatos com os membros do Núcleo Gestor, representações e lideranças identificadas; 2. Definição do espaço para realização da Oficina, que poderá acontecer em alguma escola da área, ou outro espaço sugerido pelo Núcleo Gestor, considerando a necessidade de espaço para o trabalho dos 04 grupos temáticos. Elaboração de convite, com o objetivo da oficina, local, horário de realização e breve descrição do(s) conteúdo(s) a ser(em) trabalhado(s). 3. Será realizada reunião prévia com os técnicos responsáveis por cada área temática para definição dos procedimentos metodológicos para a Oficina. 4. O registro fotográfico da atividade, bem como a consolidação dos resultados e elaboração do relatório da Oficina caberão ao técnico responsável pela mobilização. Considerando a realização do evento em dois turnos, providenciar: 5. Água e Café para manhã e tarde - SEDUR 6. Recursos materiais: 6.1 Aparelhagem de som; 6.2 Microfone (02, sendo um sem fio, para circular); 6.3 Computador; 6.4 Impressora; 6.5 Data show; 6.6 Tela para projeção; 6.7 Máquina fotográfica; 6.8 Plotagem de fotografia da área (formato A1) 6.9 Resma de Papel A4; 6.10 Lápis/Canetas; 6.11 Papel Metro; 6.12 Canetas Hidrográficas; 6.13 Pincéis atômicos (02 pretos, 02 azuis, 02 vermelhos); 6.14 Lista de Presença; 6.15 Copos descartáveis (para água e café); 6.16 Bloco de recados (tipo Post it) 6.17 Fita adesiva (tape transparente 0,05m) 6.18 Tesoura; 6.19 Cola branca para papel; 6.21 Matriz de Interfaces e Integrações.	

ATIVIDADE
Oficina – Visão de Futuro
Orientações metodológicas específicas:
Estruturada em três momentos, no primeiro os participantes serão induzidos a refletir sobre uma visão de cenário futuro. No segundo momento será construído um quadro referencial propositivo e o esboço da estratégia de estruturação urbanística. O terceiro momento consiste na hierarquização dos projetos prioritários.
Momento 1 <u>Construção de um Futuro com Garantias Socioambientais</u> Essa Oficina visa à construção de um cenário de futuro considerando a perspectiva de transformação do cenário atual. Deve refletir a leitura dos participantes sobre um futuro com garantias ambientais que reflitam um cenário de sustentabilidade para a área. A sistemática a ser adotada deve convidar os participantes a dar respostas às seguintes questões: Que papel estará reservado ao Vetor Ipitanga no contexto metropolitano em um horizonte de 20 anos? Qual o horizonte temporal a ser considerado? Qual o cenário de planejamento neste horizonte de tempo? Como será a área neste cenário?
Momento 2 <u>Construção do Quadro Referencial Propositivo e Esboço da Estratégia de Estruturação Urbanística e Qualificação Ambiental</u> Será feita uma atividade em grupo para a discussão e apreciação da Estratégia de Estruturação Urbanística e Qualificação Ambiental proposta. Nessa atividade a Estratégia deve ser validada pelos participantes, tendo em vista que é a partir dessa Estratégia que vão ser desenvolvidas as proposições que farão parte do Plano Urbanístico e Ambiental.
Momento 3 <u>Identificação e Pactuação dos Projetos Prioritários por Comunidade no limite previsto em contrato (50 há).</u>
Período de execução:
121º ao 122º dia
Produtos:
Registro da oficina que irá compor o Relatório 18.
Fontes:
Informações dos participantes
Téc. Resp.:
Coordenador Geral/ Técnico Social
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade: - Serão efetuados contatos com os membros do Núcleo Gestor, representações e lideranças identificadas; - Definição do espaço para realização da Oficina, que poderá acontecer em alguma escola da área, ou outro espaço sugerido pelo Núcleo Gestor. Elaboração de convite, com o objetivo da oficina, local, horário de realização e breve descrição do(s) conteúdo(s) a ser(em) trabalhado(s). - Será realizada reunião prévia com os técnicos responsáveis pela área temática para definição dos procedimentos metodológicos para a Oficina. - O registro fotográfico da atividade, bem como a consolidação dos resultados e elaboração do relatório da Oficina caberão ao técnico responsável pela mobilização. Considerando a realização do evento em dois turnos, providenciar: - Água e Café para manhã e tarde - SEDUR - Almoço para os participantes – SEDUR - Recursos materiais: - Aparelhagem de som; 6.1 Microfone (02, sendo um sem fio, para circular); 6.2 Computador; 6.3 Impressora; 6.4 Data show; 6.5 Tela para projeção; 6.6 Máquina fotográfica; 6.7 Plotagem de fotografia da área (formato A1)

ATIVIDADE
Oficina – Visão de Futuro
6.8 Resma de Papel A4; 6.9 Lápis/Canetas; 6.10 Papel Metro; 6.11 Canetas Hidrográficas; 6.12 Pincéis atômicos (02 pretos, 02 azuis, 02 vermelhos); 6.13 Lista de Presença; 6.14 Copos descartáveis (para água e café); 6.15 Bloco de recados (tipo Post it) 6.16 Fita adesiva (tape transparente 0,05m) 6.17 Tesoura; 6.18 Cola branca para papel; 6.19 Giz de cera (1 caixa).

ATIVIDADE	
Oficina - Discussão e Pactuação dos Programas de Intervenção e Projetos Urbanísticos Preliminares c/ Comunidades	
Orientações metodológicas específicas:	
Deverá ser feito um trabalho de mobilização social para que a Oficina conte com a efetiva participação da comunidade. Também deverá envolver toda a equipe técnica, que deverá apresentar uma base propositiva, a síntese de todos os estudos prévios realizados em cada disciplina do plano e demais informações para a discussão. A pactuação das propostas para cada disciplina deverá constar em Ata. O evento será realizado em 01 turno.	
Período de execução:	
226º a 228º dia	
Produtos:	
Ata para a consolidação do Relatório 21 (programa preliminar de atividades e intervenções propostas para as comunidades).	
Fontes:	
Etapa III e produtos preliminares da Atividade S.1	
Téc. Resp.:	
Coord Geral, Coord de Urbanismo, Coord. de Infraestrutura e Assistente Social (mobilização)	
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade:	
1. Serão efetuados contatos com os membros do Núcleo Gestor, representações e lideranças identificadas; 2. Definição do espaço para realização da Oficina, que poderá acontecer em alguma escola da área, ou outro espaço sugerido pelo Núcleo Gestor. Elaboração de convite, com o objetivo da oficina, local, horário de realização e breve descrição do(s) conteúdo(s) a ser(em) trabalhado(s). 3. Será realizada reunião prévia com os técnicos responsáveis pelas áreas temáticas para definição dos procedimentos metodológicos para a Oficina. 4. O registro fotográfico da atividade, bem como a consolidação dos resultados e elaboração do relatório da Oficina caberão ao técnico responsável pela mobilização. 5. Recursos materiais: 5.1 Água e Café – SEDUR; 5.2 Aparelhagem de som; 5.3 Microfone (02, sendo um sem fio, para circular); 5.4 Computador; 5.5 Impressora; 5.6 Data show; 5.7 Tela para projeção; 5.8 Máquina fotográfica; 5.9 Plotagem de fotografia da área (formato A1) 5.10 Resma de Papel A4; 5.11 Lápis/Canetas; 5.12 Papel Metro; 5.13 Canetas Hidrográficas; 5.14 Pincéis atômicos (02 pretos, 02 azuis, 02 vermelhos); 5.15 Lista de Presença; 5.16 Copos descartáveis (para água e café); 5.17 Bloco de recados (tipo Post it); 5.18 Fita adesiva (tape transparente 0,05m); 5.19 Tesoura; 5.20 Cola branca para papel; 5.21 Giz de cera (1 caixa).	

ATIVIDADE	
Oficina - Discussão e Pactuação dos Anteprojetos Urbanísticos c/ Comunidades	
Orientações metodológicas específicas:	
Deverá ser feito um trabalho de mobilização social, com a disponibilização dos anteprojetos de referência para a discussão com 10 dias de antecedência, para que a Oficina conte com a efetiva participação da comunidade. Envolverá toda a equipe técnica de Arquitetura e Urbanismo, que deverá apresentar os anteprojetos, na formatação preliminar, como base de referência para a discussão. A pactuação dos anteprojetos deverá constar em Ata. O evento acontecerá em 01 turno.	
Período de execução:	
256º a 258º dia	
Produtos:	
Ata para a consolidação do Relatório 22 (Espacialização/implementação da proposta de desenho urbano, setorização e localização das propostas, plantas cortes e demais desenhos dos projetos propostos, maquete eletrônica do conjunto e memorial descritivo).	
Fontes:	
Atividades S.1 e S.2 (Relatório 21) e produtos preliminares da Atividade S.3	
Téc. Resp.:	
Coord Geral; Coord de Urbanismo e Assistente Social (Mobilização)	
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade:	
1. Serão efetuados contatos com os membros do Núcleo Gestor, representações e lideranças identificadas; 2. Definição do espaço para realização da Oficina, que poderá acontecer em alguma escola da área, ou outro espaço sugerido pelo Núcleo Gestor. Elaboração de convite, com o objetivo da oficina, local, horário de realização e breve descrição do(s) conteúdo(s) a ser(em) trabalhado(s). 3. Será realizada reunião prévia com os técnicos responsáveis pela área de Arquitetura e Urbanismo para definição dos procedimentos metodológicos para a Oficina. 4. Os anteprojetos serão enviados junto com um manual de orientação para o Núcleo Gestor. 5. O registro fotográfico da atividade, bem como a consolidação dos resultados e elaboração do relatório da Oficina caberão ao técnico responsável pela mobilização. 6. Recursos materiais: 6.1 Água e Café - SEDUR 6.2 Aparelhagem de som; 6.3 Microfone (02, sendo um sem fio, para circular); 6.4 Computador; 6.5 Impressora; 6.6 Data show; 6.7 Tela para projeção; 6.8 Máquina fotográfica; 6.9 Plotagem de fotografia da área (formato A1) 6.10 Resma de Papel A4; 6.11 Lápis/Canetas; 6.12 Papel Metro; 6.13 Canetas Hidrográficas; 6.14 Pincéis atômicos (02 pretos, 02 azuis, 02 vermelhos); 6.15 Lista de Presença; 6.16 Copos descartáveis (para água e café); 6.17 Bloco de recados (tipo Post it) 6.18 Fita adesiva (tape transparente 0,05m) 6.19 Tesoura; 6.20 Cola branca para papel; 6.21 Giz de cera (1 caixa).	

ATIVIDADE
Consulta Pública 1
Orientações metodológicas específicas:
Esse evento consolida a etapa de estudos com a apresentação da Macroanálise Socioambiental Integrada. Será um evento amplo com a participação do Núcleo Gestor e de outros agentes com interesse na área. Como se trata de um evento de fechamento de etapa terá um caráter de seminário e já deve apontar para as etapas seguintes de formulação de propostas que consubstanciarão o Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e os Planos Setoriais. O evento acontecerá em 01 turno.
Período de execução:
119º ao 120º dia
Produtos:
Registro das contribuições dos participantes
Fontes:
Informações dos participantes
Téc. Resp.:
Coordenador Geral
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade:
1. Serão efetuados contatos com os membros do Núcleo Gestor, representações e lideranças identificadas; 2. Definição do espaço para realização da Oficina, que poderá acontecer em alguma escola da área, ou outro espaço sugerido pelo Núcleo Gestor. Elaboração de convite, com o objetivo da oficina, local, horário de realização e breve descrição do(s) conteúdo(s) a ser(em) trabalhado(s). 3. Será realizada reunião prévia com os técnicos responsáveis pela área temática para definição dos procedimentos metodológicos para a Oficina. 4. O registro fotográfico da atividade, bem como a consolidação dos resultados e elaboração do relatório da Oficina caberão ao técnico responsável pela mobilização. 5. Recursos materiais: 5.1 Água e Café – SEDUR; 5.2 Aparelhagem de som; 5.3 Microfone (02, sendo um sem fio, para circular); 5.4 Computador; 5.5 Impressora; 5.6 Data show; 5.7 Tela para projeção; 5.8 Máquina fotográfica; 5.9 Plotagem de fotografia da área (formato A1) 5.10 Resma de Papel A4; 5.11 Lápis/Canetas; 5.12 Papel Metro; 5.13 Canetas Hidrográficas; 5.14 Pincéis atômicos (02 pretos, 02 azuis, 02 vermelhos); 5.15 Lista de Presença; 5.16 Copos descartáveis (para água e café); 5.17 Bloco de recados (tipo Post it); 5.18 Fita adesiva (tape transparente 0,05m); 5.19 Tesoura; 5.20 Cola branca para papel; 5.21 Giz de cera (2 caixas).

ATIVIDADE
Consulta Pública 2
Orientações metodológicas específicas:
Apresentação e discussão da Versão Preliminar do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga para o Núcleo Gestor e outros agentes interessados. Terá formato de seminário, com sessões temáticas de apresentação e debates. O evento acontecerá em 01 turno.
Período de execução:
167º ao 168º dia
Produtos:
Versão do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga validada pelos participantes
Fontes:
Versão Preliminar do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e contribuições dos participantes.
Téc. Resp.:
Coordenador Geral
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade: 1. Serão efetuados contatos com os membros do Núcleo Gestor, representações e lideranças identificadas; 2. Definição do espaço para realização da Oficina, que poderá acontecer em alguma escola da área, ou outro espaço sugerido pelo Núcleo Gestor. Elaboração de convite, com o objetivo da oficina, local, horário de realização e breve descrição do(s) conteúdo(s) a ser(em) trabalhado(s). 3. Será realizada reunião prévia com os técnicos responsáveis pela área temática para definição dos procedimentos metodológicos para a Oficina. 4. O registro fotográfico da atividade, bem como a consolidação dos resultados e elaboração do relatório da Oficina caberão ao técnico responsável pela mobilização. 5. Recursos materiais: 5.1 Água e Café – SEDUR; 5.2 Aparelhagem de som; 5.3 Microfone (02, sendo um sem fio, para circular); 5.4 Computador; 5.5 Impressora; 5.6 Data show; 5.7 Tela para projeção; 5.8 Máquina fotográfica; 5.9 Plotagem de fotografia da área (formato A1) 5.10 Resma de Papel A4; 5.11 Lápis/Canetas; 5.12 Papel Metro; 5.13 Canetas Hidrográficas; 5.14 Pincéis atômicos (02 pretos, 02 azuis, 02 vermelhos); 5.15 Lista de Presença; 5.16 Copos descartáveis (para água e café); 5.17 Bloco de recados (tipo Post it); 5.18 Fita adesiva (tape transparente 0,05m); 5.19 Tesoura; 5.20 Cola branca para papel; 5.21 Giz de cera (2 caixas).

RELATÓRIO 3 – PLANO DE TRABALHO CONSOLIDADO E CONCEPÇÃO INICIAL DO BANCO DE DADOS

PLANO DE TRABALHO CONSOLIDADO

1. OBJETO

Plano Urbanístico e Ambiental e projetos específicos para a área do Vetor Ipitanga.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Elaborar o Plano Urbanístico e Ambiental e os projetos específicos para a área do Vetor Ipitanga, em conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Lei Nº 7.400/2008) visando a garantir a qualidade socioambiental da área, através do planejamento e da promoção do desenvolvimento sustentável da Sub-bacia do Ipitanga.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Rever e definir instrumentos de ordenamento e gestão, inclusive indicadores e parâmetros urbanísticos e ambientais próprios para a área, compatíveis com suas características;
- Delimitar e propor regulamentação para áreas consideradas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ocupadas e de vazios próprios à ocupação;
- Legitimar a participação da população no processo de planejamento, desenvolvimento, implantação, acompanhamento, avaliação e revisão dos planos;
- Identificar as demandas locais para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e as intervenções e investimentos necessários ao seu atendimento, hierarquizando-as, em conjunto com a população;
- Indicar a possibilidade de uso sustentável da área e de utilização de programas de inclusão produtiva;
- Buscar formas de compatibilizar as demandas sociais, em especial as necessidades habitacionais, com a premissa da preservação ambiental;
- Promover a melhoria das condições de vida da população residente na área de abrangência do Vetor Ipitanga;
- Garantir a conservação ambiental e a preservação do manancial de Ipitanga e outras áreas consideradas importantes;
- Prever ações de curto, médio e longo prazos, articuladas de modo a otimizar os investimentos a serem realizados para a sua consecução;
- Priorizar, nas propostas a serem apresentadas, soluções sustentáveis baseadas na eficiência energética, aproveitamento passivo dos recursos naturais, gestão e economia da água, gestão dos resíduos sólidos, conforto termo-acústico, qualidade do ar e uso racional dos materiais;
- Propor um sistema de monitoramento do uso e ocupação do solo;
- Propor um programa de recuperação de áreas degradadas.

3. ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do presente trabalho - aqui denominada Vetor Ipitanga - corresponde a uma parcela do espaço territorial referente à sub-bacia do rio Ipitanga, abrangendo uma superfície de cerca de 30,00 km², localizada na Bacia Hidrográfica do Joanes – Recôncavo Norte.

A área dos estudos está limitada pela poligonal, indicada na planta apresentada a seguir, definida por um trecho da Rodovia BA – 526 (Rodovia CIA-Aeroporto), as represas de Ipitanga I e II, a linha de 30 metros da margem direita do rio Ipitanga, fechando o polígono na ponte sobre o rio Ipitanga na rodovia BA-526 no município do Salvador.

Inserida em uma unidade de conservação ambiental, categoria - Área de Proteção Ambiental – APA Joanes/Ipitanga, a área de abrangência situa-se na periferia do município de Salvador e nos limites de Lauro de Freitas e Simões Filho.

O mapa (**Figura 3.1**) disposto a seguir apresenta a Área de Abrangência – Zonas de Referência conforme o Edital CN 004/2012.

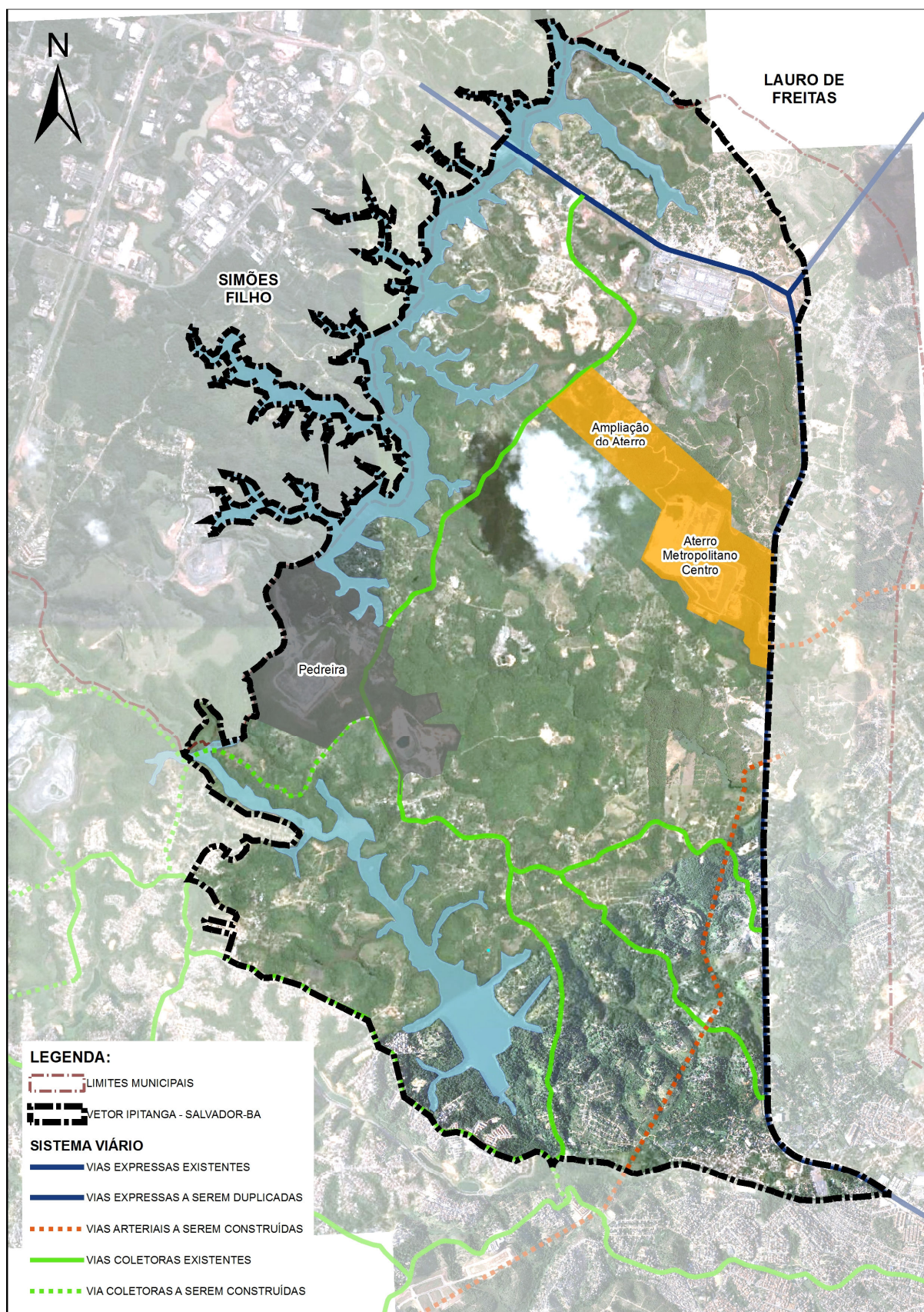


Figura 3.1 - Área de Abrangência

4. ETAPAS

A elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e Projetos Específicos será composto por quatro etapas, a saber;

- ETAPA I: AÇÕES PRELIMINARES;
- ETAPA II: ESTUDOS BÁSICOS E LEVANTAMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL DO VETOR IPITANGA;
- ETAPA III: ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO;
- ETAPA IV: ELABORAÇÃO DOS PROJETOS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS;
- ETAPA V: RELATÓRIO FINAL.

5. METODOLOGIA

5.1. DIRETRIZES METODOLÓGICAS

A concepção do Plano se apóia nas seguintes diretrizes metodológicas:

5.1.1. Diretrizes Gerais

O PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CIDADE

A política urbana brasileira referenciada na lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) coloca os instrumentos de planejamento, em especial o Plano Diretor, como orientadores das ações sobre a cidade. Isso significa dizer que a gestão territorial deve se apoiar no planejamento em diferentes escalas (regional/ metropolitano, municipal e local) e tipos (gerais e setoriais).

O Plano Urbanístico e Ambiental a ser desenvolvido deve estabelecer, com base no Plano Diretor, na legislação ambiental e em outros instrumentos de gestão do uso e da ocupação do solo, parâmetros urbanísticos condizentes com as características geoambientais e urbanísticas da área, considerando os usos pré-existentes e programados. Este Plano deve contemplar os instrumentos de política urbana da Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade – e ser necessariamente elaborado com a participação da comunidade.

O Plano Urbanístico e Ambiental é um instrumento orientador do processo de ocupação na área designada como Vetor Ipitanga. Deverá conter as diretrizes de uso e ocupação do solo a partir de zoneamento adequado, definir o sistema viário estrutural complementar, integrado às vias e rodovias do entorno e indicar os instrumentos urbanísticos incidentes.

Para que cumpra os seus objetivos de promover o ordenamento adequado dos usos e ocupação do solo, deve ser compatível com as características da estrutura rodoviária existente e planejada e estar alinhado com as demandas de dimensão metropolitana e local. Conciliar e integrar essas demandas no processo de planejamento vem a ser um dos desafios metodológicos postos no trabalho a ser desenvolvido.

PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO URBANO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

As teorizações em torno das questões relativas ao meio ambiente convergem para uma abordagem multidisciplinar, que incorpora, além dos saberes das geociências e ciências biológicas, conceitos e formulações construídos no âmbito das ciências econômicas e sociais. Prevalecem hoje idéias que postulam formas mais positivas de interação homem – natureza e nesta linha, funda-se o conceito de desenvolvimento sustentável, baseado numa ética intra e inter gerações, que pressupõe a utilização racional dos recursos ambientais, de modo que as gerações atuais e futuras possam desenvolver suas atividades em ambiente ecologicamente saudável, economicamente eficiente e socialmente justo.

O planejamento deve considerar a natureza dos problemas ambientais locais e a sua relação com o processo de desenvolvimento urbano, especialmente sobre a dinâmica de ocupação e uso do solo e os conflitos fundiários históricos, o papel que a área cumpre na busca da qualidade urbanística da cidade e, em segundo, qual a estratégia de gestão mais adequada ao contexto,

numa perspectiva de sustentabilidade. Essa perspectiva estará apoiada nos dados da realidade econômica, social, ambiental local e institucional, com seus valores e também seus problemas específicos.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação da comunidade na gestão territorial urbana compareceu como pauta central dos movimentos pela reforma urbana e ambientalistas que ganharam corpo a partir dos anos 80. Essa participação foi consagrada no que vem se entender de forma mais ampla e profunda enquanto gestão democrática.

Constitui também a participação social um meio fundamental de interação entre o estado e sociedade civil na busca de soluções para os problemas que afetam a sociedade. Dessa forma, lideranças exercidas no âmbito territorial podem representar forças políticas e institucionais capazes de, atuando de forma complementar ou coadjuvante, contribuir enormemente na gestão do território.

Além disso, aproximar as instâncias públicas do cidadão significa proceder a uma mudança substancial no comportamento funcional do servidor público, a ser impulsionado por um estilo de liderança novo e diferente. A prática de um novo relacionamento entre o servidor público e o cidadão exige esforços para uma mudança comportamental, assim como o aprimoramento ou a reformulação de procedimentos gerenciais, de sorte que a administração pública deve aumentar sua capacidade para satisfazer as necessidades da população.

Entende-se que o trabalho proposto se apresenta como uma especial oportunidade de internalizar essa nova prática. Mais do que isso, sabe-se que planos e projetos construídos com participação social, por agregar o componente da legitimidade, têm mais chances de lograr êxito nos resultados esperados, uma vez que o processo inscreve compromissos que mobilizam os agentes interessados na busca da sua implementação.

No processo de planejamento aqui proposto a participação social é o fio condutor do conjunto de atividades. Os conteúdos aportados no processo participativo serão orientadores nas etapas analítica e propositiva dos trabalhos.

INTEGRAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Na execução do escopo de serviços aqui previsto tem-se como premissa a integração entre os instrumentos a serem propostos/planejados e os instrumentos existentes, a exemplo do Plano Diretor/2008. Da mesma forma, as escolhas metodológicas para o desenvolvimento do trabalho buscam, com suas especificidades, um tratamento integrado das dimensões temáticas consideradas, tendo o processo participativo como fio condutor, como já destacado.

Interdisciplinaridade, intersetorialidade e integração são conceitos básicos do planejamento e da boa gestão pública, mas na prática observa-se a persistente cultura setorial, a conduta de abordagem segmentada e a descontinuidade dos processos a desafiar teses, as mais diversas, que defendem - e comprovam, - o quanto a integração na gestão contribui para a racionalização das práticas, economicidade e para bons resultados. Busca-se com uma metodologia baseada em processos continuados de integração dos conteúdos analíticos e propositivos, assegurar os meios adequados para uma abordagem integrada da realidade e do cenário futuro (de planejamento).

5.1.2. Diretrizes Específicas

O VETOR IPITANGA COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

O planejamento da área do Vetor Ipitanga necessariamente vai requerer uma leitura sobre o papel que esse espaço exerce no contexto metropolitano. É indispensável a consideração ao papel estratégico de integração que exerce, identificando as potencialidades nesse âmbito, de modo que o planejamento na escala local (plano urbanísticos e ambiental) leve em conta as pressões da dinâmica metropolitana sobre o local, conciliando as lógicas próprias de cada contexto, partindo-se da observação de processos já em curso (implantação da Linha Viva, projetos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, dentre outros).

Como diretriz metodológica aponta-se para a análise da inserção da área no contexto metropolitano em uma abordagem que considere a representatividade ambiental e socioeconômica da área na RMS, mapeando os fatores exógenos que interferem na sua ocupação e uso do solo, comprometem o meio ambiente, produzem alterações na base fundiária, interferências nas práticas culturais e sociais, além dos elementos estruturais mais evidentes, como a rede de rodovias e vias estruturantes, transportes e abastecimento de água.

ARTICULAÇÃO DA DIMENSÃO LOCAL COM A DIMENSÃO METROPOLITANA

O entendimento do caráter estratégico da área no contexto metropolitano leva à necessidade de adequadamente conduzir os trabalhos de modo a articular as dimensões local e regional. Considerando que a área obedece a dinâmicas locais e regionais, mesmo estando inserida quase que totalmente em um único município, a metodologia a ser adotada deve conduzir os trabalhos em uma perspectiva de diálogo permanente entre as duas escalas.

COMPATIBILIDADE ENTRE OS USOS COM GARANTIA DA QUALIDADE AMBIENTAL DAS REPRESAS

A presença de atividades de exploração mineral e a ocupação urbana não planejada no entorno das represas representam conflitos com o uso da água. A cobertura vegetal do entorno das represas, inclusive aquela existente em APP, vem sendo substituída por outros usos e as represas podem estar com a sua qualidade ambiental comprometida, apesar da gestão da SEMA sobre a APA Joanes-Ipitanga.

Os estudos e proposições devem confluir para a garantia da qualidade ambiental destas áreas, recuperando os passivos e articulando a gestão sobre o território de forma conjunta com os Conselhos da APA e de Bacia.

5.2. COMPONENTES E ESCALAS

A área definida como Vetor Ipitanga apresenta características que a colocam em dimensões de importância em diferentes escalas (**Figura 5.1**):

- na escala metropolitana, por abranger importantes mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador;

- na escala de Salvador, pela importância estratégica de localização em uma das principais áreas de expansão do município e “*ponto de contato*” com os demais municípios da RMS e da porção norte e nordeste do Estado;
- na escala local em razão da presença de comunidades em ocupações irregulares, empreendimentos habitacionais, grandes equipamentos, a exemplo do Aterro Sanitário Centro e da CEASA, pedreiras e jazidas de areia e arenoso etc.

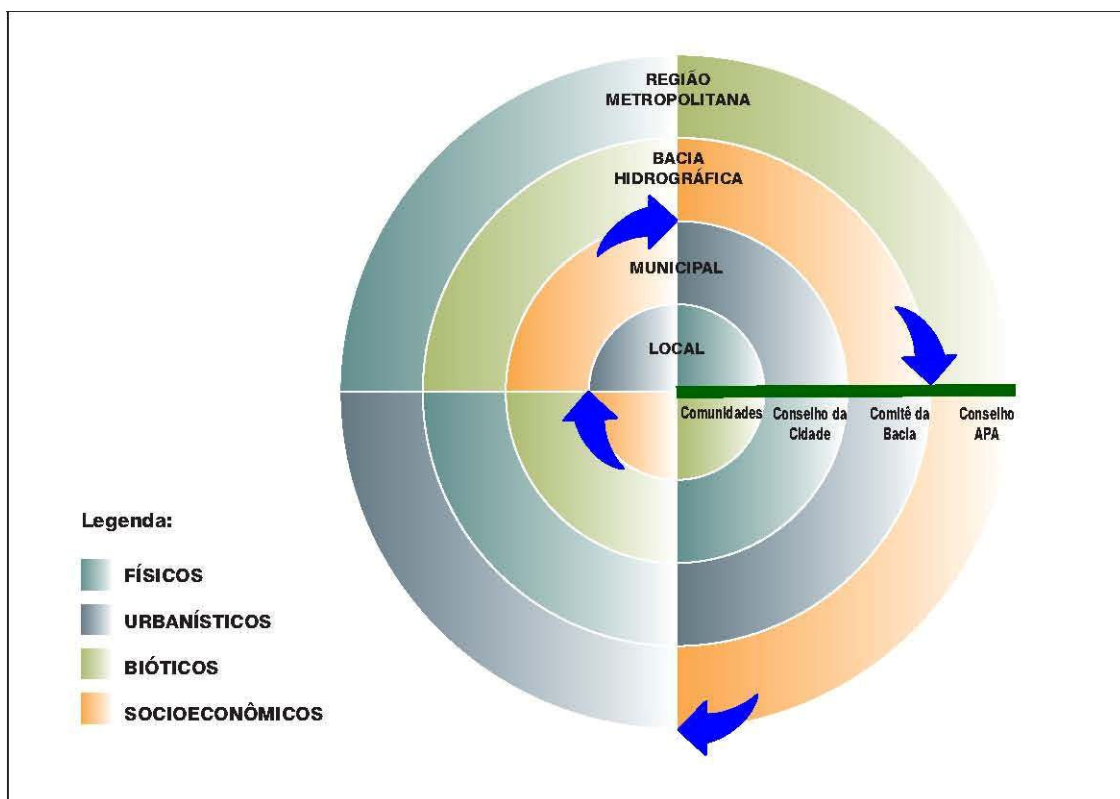


Figura 5.1 - Escalas de Abordagem

5.3. DIMENSÕES DE ATUAÇÃO

Em todos os componentes, os trabalhos serão desenvolvidos através da articulação e integração de cinco dimensões que combinadas, permitirá a construção continuada de um cenário de sustentabilidade para a área, considerando o conjunto de ações planejadas e projetadas (**Figura 5.2 e Quadro 5.1**).

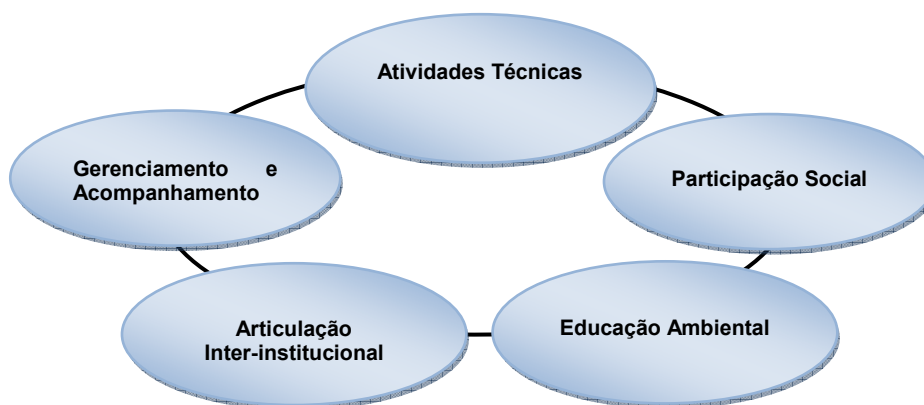


Figura 5.2 - Dimensões de Atuação

Quadro 5.1 - Descrição das Dimensões de Atuação

Atividades técnicas: compreende o esforço de conhecimento da realidade e de proposição de intervenções nas diversas áreas de atuação envolvidas e em todas as fases de desenvolvimento do trabalho.

Participação social: envolve a interação entre as instâncias técnica e os agentes sociais, através de suas representações, no sentido de assegurar transparência, aderência às expectativas e necessidades das comunidades e segmentos da população interessados.

Educação ambiental: envolve a sensibilização para a sustentabilidade do território.

Articulação inter-institucional: trata da construção de uma rede de agências/ instâncias que juntas possam assegurar a gestão integrada da área.

Gerenciamento e Acompanhamento: compreende o controle de todo o processo de trabalho de modo que cada ação/ esforço empreendido corresponda a um adicional de mudança face aos objetivos colocados.

Fonte: Elaboração própria.

5.4. PLANO GERAL DE EXECUÇÃO

O estudo parte de uma análise da inserção da área no contexto metropolitano e da interpretação dos fenômenos que compõem a realidade local. Os elementos que conformam a estrutura urbanística e ambiental local serão interpretados e compreendidos como um conjunto complexo, onde se expressam e interagem variáveis históricas, econômicas, sociais e físico-ambientais.

A complexidade do trabalho exige um momento inicial para a Construção das **Bases Operacionais de Trabalho**. Esta macroatividade, de fundamental importância para o alcance dos objetivos do trabalho congrega um conjunto de atividades preparatórias necessárias ao planejamento detalhado das atividades. Já nesse momento são iniciadas as atividades de construção participativa dos trabalhos com a realização de oficinas de articulação e de produção de conhecimento da realidade. Entende-se ser este um momento de discutir e aprimorar o plano de trabalho e demais instrumentos operacionais, já com o envolvimento dos agentes que vão participar da elaboração dos trabalhos previstos.

Com as bases operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos devidamente construídas e validadas será realizada a oficina para a construção do **Cenário da Comunidade**. Este Cenário deve refletir a visão da comunidade sobre o seu território e ser apresentado por meio de diversas linguagens.

Os **Estudos Básicos** consistem em análises sintéticas baseadas em fontes secundárias e levantamentos primários. Será a base para a organização e desenvolvimento dos trabalhos, sendo necessário, entretanto, limitar e dirigir seus conteúdos às necessidades reais do objeto do trabalho. Os estudos serão organizados por tema e iniciados com oficinas temáticas realizadas no evento intitulado Rodas Temáticas.

Os levantamentos técnicos ocorrerão *paripassu* ao processo de discussão com representantes dos diversos segmentos da comunidade, dirigentes e técnicos do Estado e da administração municipal e outras lideranças interessadas, com o propósito de identificar pontos a serem observados mais detidamente nas análises técnicas, que se reportam a características, a pontos críticos ou a potencialidades a serem trabalhadas nas propostas para cada uma das áreas.

As interações entre os estudos, indispensáveis à compreensão abrangente da realidade estudada, serão identificadas preliminarmente, de modo que os dados sejam trabalhados na perspectiva de alimentar os demais campos temáticos, além do campo temático a que se reportam. Essa perspectiva orienta tanto as atividades de coleta dos dados e informações (encadeamento das atividades) quanto de sistematização (organização coerente).

O **Cenário da Comunidade** e os **Estudos Básicos** elaborados serão a base para a **Macroanálise Socioambiental Integrada**. Essa Macroanálise Socioambiental Integrada representa o esforço de interação entre os atributos socioambientais relevantes a partir da síntese dos Estudos Básicos e do Cenário da Comunidade. Esta análise tratará, assim, das inter-relações entre os fatores nas diferentes escalas de abordagem dos estudos socioambientais que serão realizados na área de estudo. Para isso serão analisados os atributos do contexto considerados relevantes na perspectiva de compreender como se relacionam. Importante é considerar como o uso e a ocupação do solo alterados substancialmente com o crescimento urbano, interferem na dinâmica ambiental da área. Entender esses processos é imprescindível para uma visão abrangente e integrada capaz de apontar para cenários de referência (cenário atual) e propositivo.

As escalas a serem consideradas na Macroanálise Socioambiental Integrada são as que seguem:

Abordagem Metropolitana

Nesta abordagem deverão ser considerados os macro elementos condicionantes das dinâmicas urbanas e ambientais dos municípios que influenciam Ipitanga I e Ipitanga II, considerando: dinâmica econômica, histórico da urbanização das cidades; a morfologia do município; as bacias hidrográficas; macrofragmentos de vegetação; os vazios urbanos; as densidades demográficas; o sistema de rodovias; a distribuição da população; os macro vetores e os vetores de expansão urbana e o saneamento básico. Como se trata de área limítrofe com outros municípios, a análise deve observar como são construídas as referências identitárias considerando a relação que as comunidades estabelecem com as sedes de outros municípios para acessar serviços diversos.

Abordagem Bacia Hidrográfica

A bacia hidrográfica do rio Ipitanga é fator primordial a ser considerado nos estudos. A ocupação territorial das áreas no entorno das barragens (e do próprio território municipal) pressionam os mananciais de abastecimento importantes para a cidade. Sendo um manancial com tamanha importância, cuja qualidade das águas vem sendo comprometida por usos indevidos, deverão ser explicitados os problemas potenciais, para orientar propostas no sentido da proteção das áreas mais próximas; estabelecendo-se usos mais restritos nesta proximidade. Farão parte da macroanálise os municípios integrantes da bacia contribuinte ao Ipitanga I e Ipitanga II como Candeias, Candeias, São Sebastião do Passé, Camaçari, Dias d'Ávila, São Francisco do Conde e Salvador, valendo-se para isso de dados secundários.

Abordagem Municipal

Além das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo, cuja atribuição de gestão deve se dar no âmbito municipal dentro da repartição de competência federativa, a análise neste âmbito também se deve se pautar nas demandas e expectativas no âmbito do município do Salvador e nos programas em execução ou previstos.

Abordagem Local

Envolve um olhar da realidade da área de “dentro para dentro” em uma leitura que consiga captar de forma aproximada o cotidiano das comunidades, a relação com os usos não residenciais existentes, a problemática ambiental do ponto de vista das repercussões dos processos que se operam nas outras escalas ou mesmo na própria área, no contexto estudado.

Essa análise preliminar com recortes em escalas diferenciadas incorpora os fatores físicos, bióticos, socioeconômicos, urbanísticos, sempre mediados pela leitura dos agentes sociais.

Serão então construídas as bases de análise que se desdobram nos seguintes resultados intermediários:

- Quadro de Indicadores de Importância Ambiental
- Quadro de Indicadores de Fragilidade Ambiental
- Mapeamento das Restrições Ambientais
- Mapeamento das Restrições Urbanísticas
- Definição das Áreas Homogêneas Biofísicas e Urbanísticas
- Identificação e Análise dos Conflitos Urbanos (pontos de tensão)
- Mapeamento da Importância Ambiental
- Mapeamento de Pressões Urbanas

O mapeamento e análise desses resultados intermediários serão subsídios para a análise de sensibilidade socioambiental, urbanística e paisagística e problematização das principais questões a serem equacionadas no planejamento. Essas análises constituem a **Macroanálise Socioambiental Integrada**, conformando referência principal para a etapa propositiva (**Figura 5.3**).

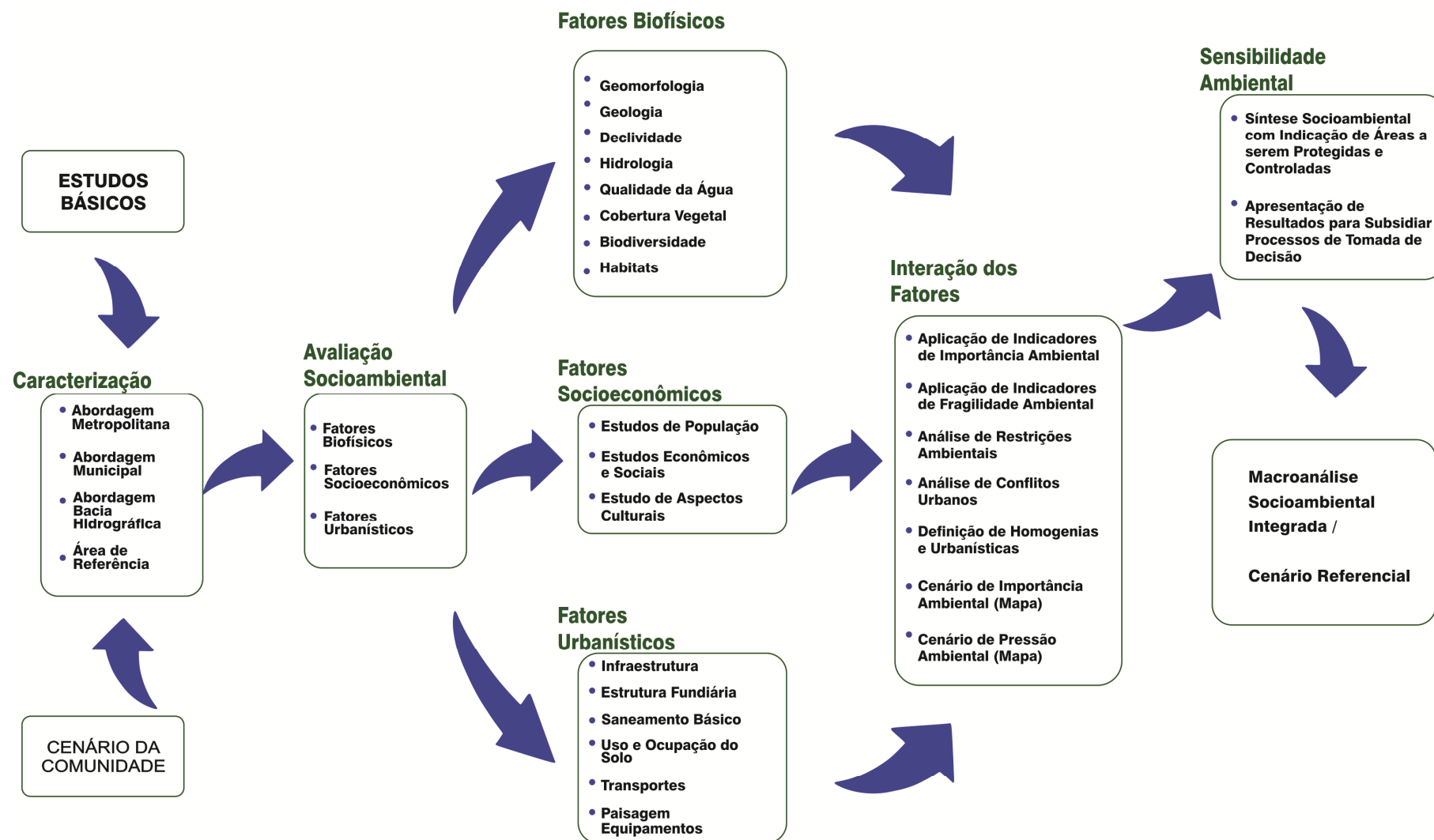


Figura 5.3 - Interação dos Fatores Socioambientais

O Esquema Gráfico (**Figura 5.4**) apresentado na sequência mostra como se dará a elaboração da **Macroanálise Socioambiental Integrada**.

Levando-se em conta de que além do Plano urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, fazem parte do escopo do presente trabalho outras ações de planejamento (Plano Diretor de Resíduos Sólidos e Plano de Regularização Fundiária, por exemplo) são propostos os **Cadernos Temáticos**. São previstos cinco cadernos temáticos que conterão os subsídios necessários específicos para cada um dos Planos Setoriais previstos, quais sejam:

- Caderno de Mobilidade e Acessibilidade;
- Caderno de Regularização Fundiária;
- Caderno de Educação Ambiental;
- Caderno de Resíduos Sólidos;
- Caderno de Caracterização das ZEIS.

Os estudos integrantes de cada um dos cadernos devem dar autonomia para o desenvolvimento dos **Planos Setoriais** específicos, conforme indicado no Esquema Gráfico apresentado na sequência.

Inicia-se então um momento propositivo do Plano com a elaboração do **Cenário Prospectivo**, partindo-se da construção de cenários na visão dos agentes sociais envolvidos no processo que guia o olhar técnico sobre o cenário de planejamento ou Cenário Propositivo Escolhido, dentre dois cenários referenciais, o cenário de Desenvolvimento e o cenário de Sustentabilidade.

É iniciada a etapa de formulação dos instrumentos de planejamento. Embora o Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga tenha centralidade no processo e oriente a elaboração dos demais (Plano de Acessibilidade e Mobilidade, Plano de Regularização Fundiária, p.e.), a metodologia proposta favorece a construção integrada desses planos.

O processo de planejamento propriamente dito inicia com uma avaliação participativa do conteúdo do **Quadro Referencial Propositivo** e a definição da **Estratégia de Estruturação Urbanística e Qualificação Ambiental**. Os resultados desse trabalho conjunto em oficina serão trabalhados pela equipe multidisciplinar envolvida, para então ser consolidada uma **Versão Preliminar do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga**, que será apresentada e discutida em Plenária, para ser ajustada e apresentada enquanto **Versão Final do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga**. Esse Plano, com suas proposições vai apontar diretrizes, medidas e projetos que serão considerados nos **Planos Setoriais: Plano de Acessibilidade e Mobilidade, Plano de Regularização Fundiária, Plano de Educação Ambiental e Mobilização Comunitária**, além das diretrizes específicas para o **estabelecimento de ZEIS**. Cada um dos Planos Setoriais terá, como já colocado, um caderno com os subsídios técnicos de diagnóstico necessários (Cadernos Temáticos).

Esses **Planos Setoriais** obedecem a uma sistemática que parte da definição de diretrizes, ações e instrumentos, estratégia de implementação e metas associados a um modelo de gestão (formas de participação, estrutura de gestão e indicadores de monitoramento).

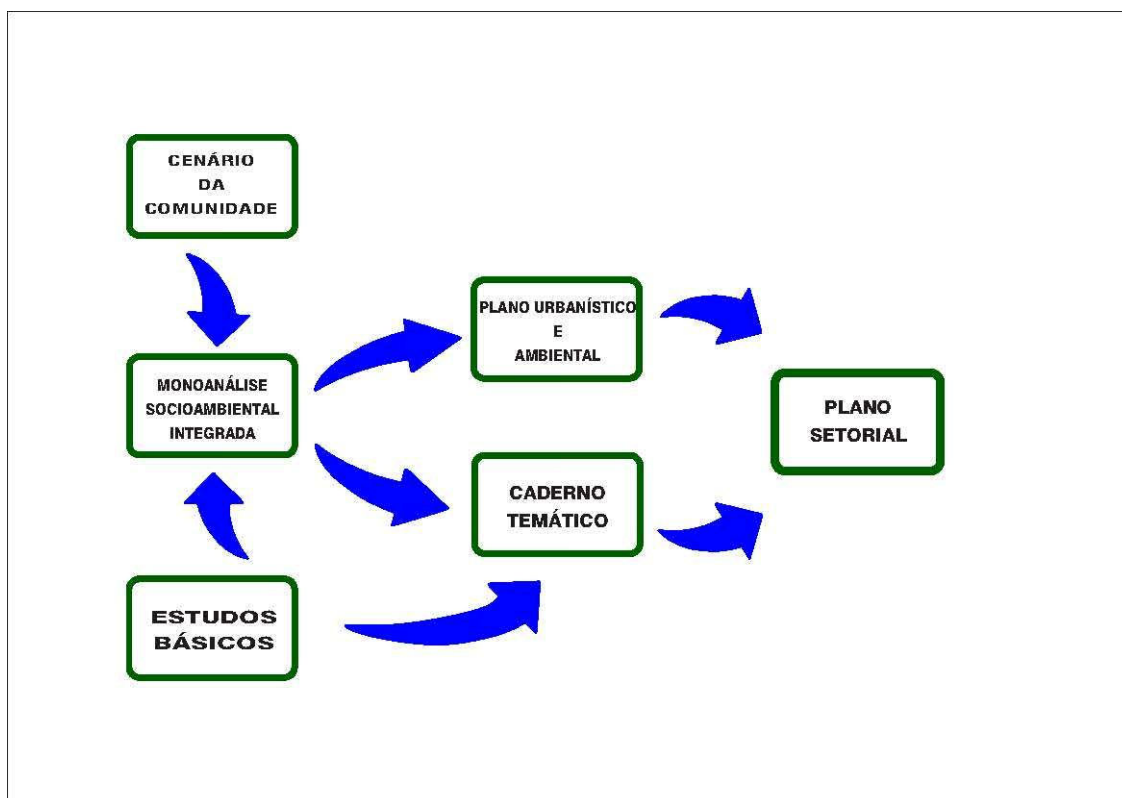


Figura 5.4 - Macroanálise Socioambiental Integrada

Com a conclusão desses planos são desenvolvidos os trabalhos relativos aos Projetos Urbanísticos para as Comunidades, incluindo os projetos executivos, do Viário, da Drenagem, da rede secundária do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário.

Integram esta etapa também o Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e os Estudos Socioambientais que devem orientar para uma perspectiva de sustentabilidade das intervenções propostas e subsidiarão o processo de licenciamento ambiental para as intervenções programadas.

São, enfim, consolidados os produtos na versão para a entrega, consolidando o Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e Produtos complementares (**Quadro 5.2**):

Quadro 5.2 – Descrição dos Produtos Complementares

	Especificação
Plano Urbanístico Ambiental do Vetor Ipitanga	Plano geral contendo os estudos analíticos, diretrizes, indicação de projetos (enunciado) com destaque para os projetos estruturantes (enunciado, justificativa, objetivos e ações apresentados em uma página), metas e estratégia de implementação.
Plano de Acessibilidade e Mobilidade	Plano geral contendo os estudos analíticos desenvolvidos a partir de estudos e pesquisas disponíveis, diretrizes, indicação de projetos (enunciado) com destaque para os projetos estruturantes (enunciado, justificativa, objetivos e ações), metas e estratégia de implementação.
Plano de Regularização Fundiária	Plano geral para a área contendo o diagnóstico fundiário baseado em pesquisa documental, diretrizes, indicação de projetos (enunciado) com destaque para os projetos estruturantes (enunciado, justificativa, objetivos e ações apresentados em uma página), metas e estratégia de implementação.
Diretrizes para ZEIS	Orientações gerais para a regularização das ZEIS. Serão indicadas diretrizes gerais para a regulamentação.
Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Plano geral contendo o diagnóstico do setor, diretrizes e indicação de soluções operacionais.
Projetos Executivos: Urbanísticos das Comunidades, Viário e Drenagem, Detalhamento das Redes Secundárias de Distribuição do Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário	Projetos priorizados para as comunidades em um total de 50ha.
Estudos Socioambientais	Estudos por projeto com base nos estudos básicos realizados.

Fonte: Elaboração própria.

6. ATIVIDADES

6.1. MACROATIVIDADE 1 – GERENCIAMENTO E COORDENAÇÃO DO TRABALHO

Envolve as atividades de gerenciamento, coordenação e controle de qualidade do trabalho a ser desenvolvido. São atividades que se desenvolvem em todas as etapas de trabalho.

Atividade 1.1 – Coordenação - A Coordenação Geral do projeto é a ligação principal junto à **SEDUR** e todas as instituições com papel relevante no trabalho. Entre suas atribuições estão a coordenação técnica geral do contrato e o controle das atividades técnicas e administrativas, tais como: contratações, aprovação final dos relatórios de progresso e controle da qualidade dos produtos gerados antes do encaminhamento à **SEDUR**. A Coordenação Técnica inclui a coordenação das atividades, orientação e acompanhamento dos estudos, consolidação e preparação dos produtos, controle do cronograma e controle de qualidade do projeto em conjunto com o Gestor de Qualidade e terá suporte de coordenadores setoriais. As tarefas de coordenação, tanto geral como técnica, serão contínuas, sendo desenvolvidas ao longo de todo o projeto. Destaca-se também o papel da Coordenação nas fases de seleção, mobilização e desmobilização e demais atividades que demandem a alocação de outros recursos para o bom desempenho das equipes, além da gestão de todos os prazos parciais e finais para a entrega de produtos.

Atividade 1.2 – Planejamento e Gerenciamento - Aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas, que visam ao desenvolvimento e controle de ações específicas do projeto, tais como: escopo, custo, tempo, qualidade, integração, recursos humanos, comunicações, riscos e aquisições. Ou seja, é uma atividade contínua de administração e condução do contrato.

Atividade 1.3 - Controle de Qualidade - O controle da qualidade é exercido com o objetivo de fornecer produtos de acordo com os objetivos do contrato. Para isso são utilizadas metodologias e procedimentos que monitoram as diversas etapas do trabalho, documentando-as e analisando-as, de modo a garantir um produto de boa qualidade.

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
MOBILIZAÇÃO	A
Envolve as atividades de gerenciamento, coordenação e controle de qualidade do trabalho a ser desenvolvido. São atividades que se desenvolvem em todas as etapas de trabalho.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Assinatura do Contrato	A.1
Concretização do processo licitatório, assinatura do contrato e início da contagem de prazo para a execução dos trabalhos.	
Orientações metodológicas específicas:	
Formalização do processo contratual de acordo com modelo proposto.	
Período de execução:	
Não se aplica.	
Produtos:	
Contrato assinado	
Fontes:	
Não se aplica	
Téc. Resp.:	
Gerente do Contrato	
Interfaces com outras atividades:	
Não se aplica	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Mobilização da Equipe	A.2
Para o desenvolvimento dos trabalhos, após a assinatura do contrato, haverá necessidade de mobilização da equipe multidisciplinar envolvida. A equipe técnica mobilizada pelas empresas integrantes do CONSÓRCIO HYDROS-FFA é formada por profissionais especializados e aptos para desenvolver os trabalhos previstos de planejamento e projeto (ver item “Equipe Técnica”). O CONSÓRCIO HYDROS-FFA dispõe, ainda, de um amplo quadro de consultores associados com experiência nas diversas especialidades necessárias ao desenvolvimento das atividades envolvidas.	
Orientações metodológicas específicas:	
Mobilização de toda a equipe necessária ao desenvolvimento dos trabalhos de acordo com os procedimentos do SGQ adotado pelo Consórcio HYDROS-FFA.	
Estágio:	
Em andamento.	
Período de execução:	
10 dias a partir da assinatura do contrato.	
Produtos:	
Equipe mobilizada.	
Fontes:	
Não se aplica.	
Téc. Resp.:	
Gerente do Contrato.	
Interfaces com outras atividades:	
Não se aplica.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Mobilização do Apoio Logístico	A.3
Para dar apoio operacional às atividades necessárias na execução deste Plano de Trabalho será mobilizado todo apoio logístico necessário. Para tanto, o CONSÓRCIO HYDROS-FFA disponibiliza as suas instalações em Salvador com seus escritórios plenamente equipados, com infraestrutura de suporte técnico e administrativo necessários.	
Orientações metodológicas específicas:	
Mobilização dos recursos de logística necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de acordo com os procedimentos do SGQ adotado pelo Consórcio HYDROS-FFA.	
Período de execução:	
10 dias a partir da assinatura do contrato.	
Produtos:	
Suporte logístico disponível para o Contrato.	
Fontes:	
Não se aplica.	
Téc. Resp.:	
Gerente do Contrato.	
Interfaces com outras atividades:	
Não se aplica.	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
Construção das Bases Operacionais de Trabalho	B
Trata dos eventos e instrumentos de orientação técnica e institucional básicos para o planejamento e o desenvolvimento dos trabalhos.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Oficina Técnica de Entrada	B.1
Esta oficina terá o seu escopo voltado para o alinhamento quanto aos procedimentos, fluxos e sistemáticas de trabalho envolvendo o CONSÓRCIO HYDROS-FFA , a SEDUR e demais instituições e entidades que irão participar do desenvolvimento dos trabalhos.	
Orientações metodológicas específicas:	
Essa Oficina tem como objetivo central apresentar o trabalho a ser desenvolvido. Os trabalhos serão desenvolvidos com a adoção da seguinte sistemática:	
- Distribuição do Kit do Participante; - Abertura - representantes da SEDUR e da HYDROS; - Apresentação e discussão do Plano de Trabalho; - Encaminhamentos quanto às próximas atividades.	
Período de execução:	
30/04/13	
Produtos:	
Registro da atividade que comporá o Relatório 1.	
Fontes:	
Informações fornecidas pelos participantes.	
Téc. Resp.:	
Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
A, B.2, B.3 e B.4	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Diagnóstico Sócio-organizativo	B.2
Mapeamento de formas de organização social da área e dos agentes externos com interesse na área.	
Orientações metodológicas específicas:	
Mapeamento de formas de organização social identificando as representações dos diversos atores sociais locais e setores produtivos, conselhos gestores e outras representações relevantes, com o intuito de aprimorar o conhecimento da realidade, conhecer o histórico das conquistas sociais, integrar e envolver a população local na elaboração e implementação do Plano, a fim de buscar melhores resultados na construção das intervenções propostas. Deve ser desenvolvido a partir da consulta à SEDUR e Lideranças e aprofundado por meio de entrevistas com lideranças e representantes de conselhos com atuação na área.	
Período de execução:	
30/04/13 a 05/05/13	
Produtos:	
Cadastro das organizações sociais e políticas em atividade nas comunidades que comporá o Relatório 1.	
Fontes:	
B1 e pesquisa junto a lideranças.	
Téc. Resp.:	
Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
B1, B3, B.4	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental	B.3
Consiste no planejamento do conjunto de atividades voltadas ao envolvimento e construção do protagonismo das comunidades na elaboração do Plano e projetos, e também de elaboração do diagnóstico participativo. Envolve o Mapeamento de formas de organização social, Formação do Núcleo Gestor – NG, Projeto de comunicação, Seminários temáticos e oficinas de capacitação e nivelamento, Reuniões de validação, Avaliação do processo participativo, Cronograma de atividades a serem desenvolvidas. Devem estar previstas as relações entre objetivos do processo participativo e educação ambiental e os trabalhos técnicos em cada uma das etapas.	
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade envolve todo o planejamento para viabilizar um processo efetivamente participativo e transparente na construção dos trabalhos. Serão desenvolvidas as seguintes tarefas:	
Formulação da proposta de constituição do Núcleo Gestor com definição de papéis e sistemática de atuação. De acordo com o TR, este deve ser composto por técnicos da Prefeitura e do Estado e lideranças locais, inclusive o GT Vetor Ipitanga, tendo como principais objetivos acompanhar as atividades desenvolvidas pela equipe contratada, aprofundar as discussões sobre questões prioritárias e proposições a serem tratadas pelo Plano, bem como difundir o conhecimento adquirido durante as atividades desenvolvidas. Elaboração do Projeto de Comunicação contendo o modelo, forma, fins e meios como se dará a comunicação, inclusive a publicação dos resultados dos debates e audiências realizadas. Deve especificar os instrumentos de divulgação que serão utilizados.	
Detalhamento das atividades a serem realizadas em cada uma das oficinas , seus objetivos e resultados esperados, bem como a sua articulação com a produção técnica em cada uma das etapas. O Plano deve explicitar a estratégia de mobilização social e apresentar como a educação ambiental vai permear as atividades de planejamento previstas, considerando que em planos e projetos de saneamento a educação ambiental é componente indispensável. Em cada uma das oficinas relacionadas a estudos ou formulação de propostas é previsto um momento de apresentação dos conteúdos dos trabalhos desenvolvidos configurando, conforme previsto no TR os Seminários temáticos que “objetivam propiciar o nivelamento das informações e capacitar os representantes da sociedade civil sobre os conteúdos básicos e dinâmicas essenciais do processo de elaboração do Plano Urbanístico, visando a formar agentes multiplicadores capazes de difundir o conhecimento apreendido e contribuir de forma efetiva com o processo de construção e implantação do Plano.”	
Detalhamento das atividades a serem realizadas nas consultas públicas , considerando estas reuniões mais amplas como momentos de fechamento das principais etapas de trabalho. Essas consultas terão momentos de discussão em grupos e momentos de discussão geral em plenária.	
O Plano de Mobilização e Educação Ambiental deve apresentar a metodologia, mecanismos e técnicas de construção coletiva, instrumentos de registro, sistematização e aproveitamento das contribuições, críticas, opiniões, sugestões e propostas realizadas pela população ou suas representações.	
Para todas as atividades de participação social devem estar explicitadas as correlações com as atividades técnicas e os meios de integração.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental	B.3
Período de execução:	
05/05/13 a 15/05/13	
Produtos:	
Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental que comporá o Relatório 2	
Fontes:	
B1, B2 e pesquisa junto a lideranças.	
Téc. Resp.:	
Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
B1, B.3, B.4	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Plano de Trabalho Consolidado	B.4
Consiste no planejamento geral dos trabalhos que serão desenvolvidos	
Orientações metodológicas específicas:	
Detalhando a metodologia a ser desenvolvida, elencando os subprodutos propostos, quantificados, detalhados e subdivididos em etapas, fases e atividades, consoante com os entendimentos mantidos entre a Contratada e a Contratante em cumprimento ao TR e a partir da proposta técnica apresentada.	
Período de execução:	
05/05/13 a 15/05/13	
Produtos:	
Plano de Trabalho apresentado na Proposta, consolidado com os ajustes de escopo, detalhamento da metodologia, etapas, fases, atividades e subprodutos que comporão o Relatório 3.	
Fontes:	
B.1 e B.3	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
B.1, B.3 e B.5	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estruturação do Banco de Dados	B.5
Concepção do Banco de dados	
Orientações metodológicas específicas:	
Esse banco de dados será gerenciado por um ou mais softwares específicos a serem definidos após análise dos tipos de dados que serão trabalhados. Além disso, este projeto conterá um manual de operação e de implantação do sistema a ser estruturado. Esse banco de dados também contemplará informações georreferenciadas advindas de compilações de bases já existentes e elaboração de novas bases para uso em Sistemas de Informações Geográficas - SIG. Será, portanto, alimentado com todas as informações coletadas (socioeconômicas, ambientais e físico-territoriais), imagens, plantas e mapas digitalizados e será utilizado como ferramenta de planejamento e gestão das próximas etapas do Plano.	
Período de execução:	
25/04/13 a 14/06/13	
Produtos:	
Concepção do Banco de Dados, indicação dos dados alfanuméricos e de imagens que integrarão o Banco e definição do software a ser utilizado, que comporão o Relatório 4.	
Fontes:	
B.4	
Téc. Resp.:	
Geógrafa e Urbanista	
Interfaces com outras atividades:	
B.4 e demais atividades relacionadas a estudos e propostas.	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
CENÁRIO DA COMUNIDADE	C
Trata da construção do cenário da comunidade que deve refletir a leitura que os agentes sociais locais têm do seu território.	
ATIVIDADE	CÓDIGO
Oficina 2 – Aquecimento e Leitura do Território	C.1
Trata-se de oficina voltada para o nivelamento conceitual e para a identificação e mapeamento de programas, estudos, projetos, análises, projeções, levantamentos, diretrizes e registro das demandas, expectativas dos representantes das comunidades integrantes da Comissão de Acompanhamento das Comunidades. Deverão participar destas reuniões a Comissão de Acompanhamento das Comunidades e representantes dos seguintes órgãos: Superintendência de Gestão Territorial (SEDUR), Superintendência de Habitação (SEDUR), e Superintendência de Saneamento (SEDUR), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), EMBASA, CONDER, APA Joanes/ Ipitanga, SETIN/ Prefeitura de Salvador, SEDHAM/ Prefeitura de Salvador, Fundação Mário Leal Ferreira (Prefeitura de Salvador), Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Saúde, Segurança Pública e Habitação.	
Orientações metodológicas específicas:	
Momento 1 Formação do Núcleo Gestor que funcionará como grupo de acompanhamento dos trabalhos em todas as etapas previstas, com leitura do seu Regimento. Capacitação do Núcleo Gestor quanto aos principais conceitos envolvidos no trabalho. Apresentação de conceitos envolvidos na elaboração do trabalho; Exercício de fixação “Jogo da Memória”: Dinâmica em grupo que consiste na utilização de cartas-conceitos, contendo em um dos versos o seu nome e no outro a sua definição. A partir da divisão dos participantes em dois grupos, dá-se início a um jogo da memória, no qual o grupo que mais acertar as definições relativas aos conceitos fundamentais do Plano ganha o jogo. Durante o processo, os conceitos são discutidos pelos participantes e pelos técnicos que intervêm esclarecendo as dúvidas e pontuando os elementos constituintes das definições.	
Momento 2 Exercício 1 – Reconhecimento do Território – Serão identificados e mapeados pelos participantes, as principais referências da área. Exercício 2 – Identificação, registro, mapeamento e apresentação dos problemas e das potencialidades da área. Os problemas e potencialidades representados por peças metálicas serão espacializados pelos participantes sobre tabuleiro imantado com um mapa esquemático da área. Em seguida será feita uma avaliação, pelos participantes, dos problemas e potencialidades levantados e mapeados. Em um momento seguinte serão identificados aqueles problemas e potencialidades que se referem a toda a área e, na sequência, serão trabalhadas as especificidades de cada comunidade. Exercício 3 – Avaliação coletiva dos trabalhos e identificação de soluções para os problemas e valorização dos aspectos positivos. Resgatar, na oportunidade, estudos e projetos já desenvolvidos para a área e como esses trabalhos abordaram a problemática da área.	
Estágio:	
Em andamento (iniciada).	
Período de execução:	
15/05/13 a 20/05/13	
Produtos:	
Registro da atividade que comporá o Relatório 5	
Fontes:	
Informações fornecidas pelos participantes.	
Téc. Resp.:	
Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
A, B.2, B.3 e B.4	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Consolidação do Cenário da Comunidade	C.2
Montagem do cenário de referência da comunidade que será expresso por meio de diversas linguagens – escrita, desenho, diagrama, fotografia e expressões artísticas diversas.	
Orientações metodológicas específicas:	
Com base nas informações da Oficina de Leitura do Território deverá ser feita a consolidação do Cenário da Comunidade. Esse Cenário deve ser fiel ao quanto colocado pelos participantes da Oficina buscando-se leituras que revelem o entendimento da maioria dos participantes. Os pontos controvertidos devem ser registrados em um quadro separadamente e ser retomado na etapa propositiva, quando da construção do Pacto Comunitário.	
Estágio:	
Em andamento (iniciada).	
Período de execução:	
20/05/13 a 14/06/13	
Produtos:	
Cenário da Comunidade a integrar o Relatório 6.	
Fontes:	
C.1	
Téc. Resp.:	
Técnico Social e Arquiteto	
Interfaces com outras atividades:	
C.1 e L	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
ESTUDOS BÁSICOS – ESTRUTURA FUNDIÁRIA E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	D

ATIVIDADE	CÓDIGO
Rodas Temáticas	D.1
Orientações metodológicas específicas:	
As Rodas Temáticas serão estruturadas em dois momentos distintos, sendo o primeiro voltado para a capacitação dos participantes quanto aos principais conceitos atinentes a cada área temática: Uso e Ocupação do Solo e Estrutura Fundiária; Estudos Básicos de Infraestrutura e Serviços Sociais; Acessibilidade e Mobilidade; Áreas de Risco; Meio Ambiente, e o segundo orientado para a transposição dos conceitos para a realidade concreta da área, fazendo-se na sequência a problematização dos pontos críticos por meio de exercício em grupos, orientado de mapeamento das situações relativas a cada área temática pelos participantes. Os grupos farão a apresentação dos resultados e será aberto o debate sobre a problemática relacionada aos temas.	
Período de execução:	
14/06/13 a 16/06/13	
Produtos:	
Registro dos resultados da atividade a integrar o Relatório 6.	
Fontes:	
Informações fornecidas pelos participantes.	
Téc. Resp.:	
Arquiteto	
Interfaces com outras atividades:	
Estudos Básicos	
Procedimentos para a realização do processo de mobilização da comunidade:	
1. Serão efetuados contatos com os membros do Núcleo Gestor, representações e lideranças identificadas no levantamento sócio-organizativo. 2. Definição do espaço para realização das Rodas Temáticas, que poderá acontecer em alguma escola da área, ou outro espaço sugerido pelo Núcleo Gestor, considerando a necessidade de espaço para a realização de 05 Oficinas Temáticas simultaneamente. 3. Elaboração de convite, com o objetivo da oficina, local, horário de realização e breve descrição do(s) conteúdo(s) a ser(em) trabalhado(s). 4. Será realizada reunião prévia com o(s) técnico(s) responsável(is) pela área temática para definição dos procedimentos metodológicos para as Rodas Temáticas. Também nesta reunião deverá ser identificada a necessidade de recursos específicos para que seja providenciado (a exemplo de fotografias relativas a cada	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Rodas Temáticas	D.1
área temática). O registro fotográfico da atividade caberá ao técnico responsável pela mobilização. A consolidação dos resultados e a elaboração do relatório das Rodas Temáticas caberão ao técnico responsável pela mobilização.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Estrutura Fundiária	D.2
Orientações metodológicas específicas:	
O trabalho de pesquisa fundiária se assemelha a uma pesquisa arqueológica em que fragmentos de um todo desconhecido vão se somando em uma determinada direção ou levantando contraditos que se abrem em encruzilhadas, pontos de reflexão para a tomada de decisão sobre o caminho a trilhar na investigação. O processo de trabalho consiste na pesquisa documental em diversas fontes e adicionalmente, como forma de checar dados e informações levantados através de documentos e, desta feita, buscar respostas a lacunas que persistirem serão feitas inspeções de campo em momentos distintos da pesquisa. As pesquisas serão desenvolvidas principalmente através das seguintes fontes: • Arquivos da Prefeitura Municipal do Salvador, identificando os contratos de renda e foro firmados e que se inserem na área de estudo. • Cartórios de Notas e principalmente no Cartório do Registro de Imóveis com jurisdição sobre a área. • Legislação que tenha caráter expropriatório e que incida sobre a poligonal de estudo. • Processos de resgate de enfiteuse. • Visitas ao local, com o objetivo de entrevistar os proprietários e/ou ocupantes dos terrenos e coletar junto a estes os documentos eventualmente existentes. As informações gráficas levantadas serão interpretadas e lançadas sobre bases cartográficas contemporâneas à descrição existente para serem posteriormente lançadas sobre a base cartográfica atual. Cabe ainda ressaltar que, como estratégia metodológica, será feita a opção primeira de ir na fonte primária de dados, recorrendo-se a trabalhos já existentes quando esgotadas todas as possibilidades de apoio em documentos levantados. A SEDUR disponibilizará os documentos de patrimônio do estado ou órgãos da administração indireta eventualmente existente na área e fará a interlocução com a Prefeitura para dados do patrimônio fundiário da PMS, caso exista na área.	
Período de execução:	
16/06/13 a 14/07/13	
Produtos:	
Levantamentos, mapas, gráficos, análises e as informações levantadas sobre a situação fundiária que irão compor o Relatório 5.	
Fontes:	
D.1 Pesquisa Cartorária Relatórios que versam sobre Bens Imóveis da Prefeitura Municipal do Salvador ou do estado da Bahia Processos Administrativos e Judiciais arquivados ou em tramitação envolvendo a Prefeitura Municipal do Salvador ou o estado da Bahia Outros documentos de acervos privados.	
Téc. Resp.:	
Arquiteto	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, D.2 e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Uso e Ocupação do Solo	D.3
Orientações metodológicas específicas:	
O trabalho envolve a interpretação de ortofotos, compondo a série histórica de ocupação do território, inclusive com a análise comparativa das ortofotos de 2006 e 2010. Os levantamentos e análises do uso e da ocupação do solo serão complementados e cotejados com levantamentos de dados e informações de estudos existentes. Será então construído o registro histórico do processo de ocupação da área ressaltando os principais aspectos culturais ou da história do assentamento que caracterizam a área ou constituem elementos importantes no contexto local. Será feito ainda o mapeamento e análise das tipologias, padrões, processos de verticalização; usos por predominância e conflitos existentes; padrões de densidades, assim como a caracterização dos espaços públicos: praças, locais de encontro e outros. Todo esse quadro será analisado à luz do que dispõe o PDDU e o zoneamento da APA Joanes/ Ipitanga. Serão buscadas as interpretações históricas e sobre a dinâmica que orienta a configuração do território atualmente.	
Período de execução:	
16/06/13 a 14/07/13	
Produtos:	
Levantamentos, mapas, gráficos e análises das informações levantadas sobre uso e ocupação do solo que irão compor o Relatório 6.	
Fontes:	
D.1 Ortofotos Levantamento em campo; Outros documentos e estudos existentes sobre a área.	
Téc. Resp.:	
Arquiteto	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, D.2 e L	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
ESTUDOS BÁSICOS – SOCIOECONOMIA E ANÁLISE FÍSICO-TERRITORIAL PRELIMINAR	E

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Quadro Social	E.1
Orientações metodológicas específicas:	
Serão levantadas as séries históricas referentes aos principais indicadores sociais, como Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; níveis de renda da população permanente e flutuante, ressaltando-se as áreas de uso predominantemente habitacional por classe de renda; emprego formal e informal; índices de saúde e de educação do Município. Os dados secundários sobre a população e as condições de vida e moradia serão obtidos através de levantamentos junto ao IBGE (Censo Demográfico 2000-2010), e Secretarias Municipais (saúde, educação, transporte, segurança pública e trabalho). Também serão aproveitados diagnósticos e dados obtidos em estudos produzidos pela SEDUR, Conder e Embasa para a região. O levantamento contará ainda com informações colhidas com o emprego de observação de campo.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Diagnóstico socioeconômico.	
Fontes:	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Prefeitura Municipal de Salvador SEDUR, Conder e outros órgãos do Estado.	
Téc. Resp.:	
Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
D.1	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Pesquisa e Cadastro Socioeconômico	E.2
Orientações metodológicas específicas:	
Atualização do cadastro socioeconômico da população residente na área das comunidades de Alto do Girassol, Biribeira, Carobeira, Carangi, Barragem, Estrada do Fidalgo, Raposo, Canto do Rio, Bosque Ipitanga I e Bosque Ipitanga II, Vila Santana, Pedreira Aratu, Pôr do Sol, Fazenda Tapera, Pousada do Campo, Cações, Estrada CIA/Aeroporto, identificando as principais fontes de trabalho, nível de desemprego, informalidade, média e estratificação de renda e relação com o entorno. A pesquisa envolverá uma amostra com percentual equivalente em todas as comunidades que seja representativa para o conjunto. Devem constar na pesquisa amostral informações sobre documentação do chefe de família e cônjuge, nacionalidade e profissão do chefe de família e cônjuge, estado civil do chefe de família e cônjuge, renda familiar, tempo de ocupação no imóvel, forma de ocupação, escolaridade, situação e qualificação profissional, padrão de consumo, existência de pessoas com deficiência, destacando-se aquelas com dificuldade de mobilidade. A caracterização das comunidades envolverá a aplicação de um questionário a uma amostra da população voltado para a identificação das relações dos moradores com seu entorno, tempo de ocupação do imóvel e padrões de consumo. Serão levantadas as necessidades de equipamentos sociais públicos, identificadas pela comunidade. Durante a realização da pesquisa será aplicado um questionário com uma amostra aleatória destes domicílios, visando identificar as atitudes e expectativas da população. A elaboração do questionário deve envolver todas as equipes do projeto e contar com a colaboração de membros da comunidade identificados na primeira etapa do estudo. O questionário deverá incluir também campos específicos para a coleta de dados de caracterização dos imóveis habitados por cada família entrevistada, assim como para a identificação de elementos naturais significativos e de valor ecológico e paisagístico. A aplicação destes questionários será realizada com emprego de “tablets” para que os dados sejam transferidos diretamente para um pacote estatístico (SPSS) para análise. As informações obtidas permitirão o ajuste e a atualização dos dados secundários existentes. O cadastro propriamente dito será elaborado unicamente em áreas onde serão desenvolvidos projetos urbanísticos.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Cadastro Socioeconômico amostral que irá compor o Relatório 7	
Fontes:	
Pesquisa de Campo	
Téc. Resp.:	
Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
D.1	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Aspectos Culturais e Sociabilidades	E.3
Orientações metodológicas específicas:	
Envolve a caracterização dos traços culturais da população e levantamento de informações sobre os aspectos relevantes quanto aos hábitos e manifestações culturais e religiosas, localizando as casas de culto católico, afro, evangélico e outros. Será desenvolvido por meio de pesquisa documental, estudos existentes e inspeções de campo. Identificação das formas de sociabilidade e as redes de relações existentes entre as comunidades e seu entorno. Levantamento das manifestações culturais e as organizações sociais e políticas da comunidade. Serão inicialmente identificadas e entrevistadas as principais lideranças locais de influência reconhecida em qualquer nível diante de amplo espectro de atuação (cultural, religioso, político, educacional, grupos de pressão, etc.) com vista a obtenção de dados relativos às organizações existentes, tais como: movimentos sociais existentes e demais organizações presentes e em atuação na comunidade assim com a compreensão destes agentes políticos sobre a realidade local. Esse primeiro contato com os líderes visa também criar um clima de boa vontade que facilite a abordagem junto a população para realização de um cadastro e de aplicação de um questionário em etapa futura. Este objetivo de pesquisa acima mencionado utilizará como referência a observação de campo e entrevistas qualitativas com as lideranças, buscando compreender a natureza das organizações e o nível dinâmico de funcionamento, enraizamento e impacto das atividades capitaneadas por pelas lideranças. As estratégias para identificação dos informantes envolverá o conceito de “bola de neve”; quando os próprios entrevistados indicam sujeitos que exercem atividades semelhantes às suas e amostras intencionais com base em seleção de informantes	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Aspectos Culturais e Sociabilidades	E.3
qualificados durante a elaboração do cadastro dos domicílios.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Relatório com diagnóstico das manifestações culturais que irá compor o Relatório 7.	
Fontes:	
Pesquisa de Campo Prefeitura Municipal de Salvador Companhia de desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia- Conder	
Téc. Resp.:	
Técnico Social e Arquiteto	
Interfaces com outras atividades:	
D.1	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Atividades Econômicas	E.4
Orientações metodológicas específicas:	
Levantamento do potencial da área em termos de importância econômica e social, através de levantamento de indicadores socioeconômicos, das atividades produtivas desenvolvidas pela população e de suas vocações locais. O delineamento dos procedimentos metodológicos utilizados nos processos de levantamento, ordenação e tratamento dos dados tanto em relação ao conteúdo quanto à área de abrangência envolverá num primeiro momento a coleta de dados secundários disponíveis no IBGE e na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. Num segundo momento, serão levantados dados primários através da aplicação de questionários. A aplicação destes questionários será realizada com emprego de “tablets” para que os dados sejam transferidos diretamente para um pacote estatístico (SPSS) a serem analisados e criticados. Logo em seguida, as informações obtidas permitirão o ajuste e a atualização dos dados secundários existentes.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Diagnóstico socioeconômico que irá compor o Relatório 7	
Fontes:	
Pesquisa de Campo IBGE SEI TCM Prefeituras da RMS.	
Téc. Resp.:	
Técnico Social e Economista	
Interfaces com outras atividades:	
D.1	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Atualização do Cadastro Imobiliário	E.5
Orientações metodológicas específicas:	
Este estudo parte do levantamento do uso e da ocupação do solo e será focado nas áreas de projeto, mas tem a sua base de dados principalmente associada aos cadastros de logradouros, imobiliário e de atividades da Prefeitura Municipal de Salvador; pelo que se deverá contar com a interveniência da SEDUR para o acesso ao mesmo junto à PMS. Será complementado com informações dos demais levantamentos de campo com dados sobre os ocupantes, endereçamento, dimensões e localização do imóvel, tipo de uso, característica da construção: padrão construtivo, situação da ocupação fundiária (posse ou propriedade). Tais informações também contribuirão para a caracterização geral do perfil dos imóveis. Os cadastros imobiliário e de logradouros da PMS serão disponibilizados pela Contratante.	
Período de execução:	
16/06/13 a 04/07/13	
Produtos:	
Sistematização do levantamento da situação cadastral dos imóveis, explicitando seu conteúdo através de textos, mapas, gráficos, tabelas e ilustrações que irão compor o Relatório 8.	
Fontes:	
Cadastro de logradouros, imobiliário e de atividades da PMS; Levantamento de Campo	
Téc. Resp.:	
Arquiteto	
Interfaces com outras atividades:	
E.2	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Pesquisa e Análise Físico-territorial Preliminar	E.6
Orientações metodológicas específicas:	
Nesta atividade deve ser realizado levantamento, pesquisa e análise de todas as informações físicas e territoriais existentes e propostas para a área. Envolve o levantamento de informações disponíveis em estudos existentes e a análise dos dados do Cadastro Imobiliário e de Logradouros da PMS. A pesquisa e análise aqui desenvolvida será ponto de partida para os estudos setoriais que se seguem.	
Período de execução:	
04/07/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Compilação e análise de dados e informações existentes sobre infraestrutura, serviços e equipamentos sociais, sistema viário e transporte, das áreas de risco, situação dos logradouros, situação ambiental etc. que irá compor o Relatório 9	
Fontes:	
Estudos existentes que abordem aspectos físico-territoriais da área.	
Téc. Resp.:	
Arquiteto, Engenheiro e Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
F, G, H, I, J e L	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
ESTUDOS BÁSICOS – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS	F

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	F.1
Orientações metodológicas específicas:	
Os estudos relacionados a este tema deverão aprofundar, em especial, os seguintes tópicos:	
Abastecimento de Água:	
Soluções adotadas para o abastecimento de água e principais problemas enfrentados pela população;	
Níveis de cobertura e regularidade;	
Redes oficiais e não oficiais da área, inclusive clandestinas, e sua relação com as redes de água do entorno.	
Macro e micromedidores (posição e função);	
Intermitências e suas causas;	
Dificuldades para conexão dos sistemas internos da área e dos sistemas do entorno;	
Problemas com medições, contas, tarifação, etc.	
Esgotamento Sanitário:	
Soluções adotadas e principais problemas enfrentados pela população;	
Redes oficiais e não oficiais, e sua relação com as redes de esgoto do entorno;	
Redes com condições técnicas de serem aproveitadas, com manutenção regular;	
Pontos de lançamento de esgoto;	
Sistema de manutenção de redes;	
Habitações com soleira negativa, acesso precário etc.;	
Dificuldades para conexão dos sistemas internos da área e dos sistemas do entorno;	
Projetos existentes;	
Possível corpo receptor (classe e vazão).	
Educação Ambiental	
Existência de ações de educação sanitária e ambiental, além da identificação de ONGs ou outras instituições com atuação na área.	
Serão analisados estudos existentes e relatórios operacionais e de gestão e demais dados secundários, para na sequência, complementar e atualizar com a checagem em campo.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos dados e informações que comporão o Relatório 9.	
Fontes:	
Embasa	
Levantamento de Campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
G, H, I, J e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Drenagem e Manejo de Águas Pluviais	F.2
Orientações metodológicas específicas:	
Os estudos devem abordar de forma integrada os seguintes aspectos: Redes de drenagem / bacias de contribuição / pontos de lançamento; Pontos críticos (sem drenagem ou com dificuldade na implantação); Redes existentes na área de intervenção e sua relação com as redes do entorno; Nível de comprometimento (lixo, construções sobre redes, outros); Classificação de corpos d'água existentes; Áreas inundáveis. Serão analisados dados secundários, estudos e projetos existentes e relatórios operacionais e de gestão, para na sequência, complementar e atualizar com observações feitas em campo.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos dados e informações que comporão o Relatório 9.	
Fontes:	
PMS Levantamento de Campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
G, H, I, J e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	F.3
Orientações metodológicas específicas:	
Será realizado um diagnóstico dos serviços disponíveis e índices de atendimento; serviços de coleta especial realizados por cooperativas e empresas privadas; atividade informal de coleta (catadores); identificação e localização da existência de pontos inadequados de lançamento de resíduos; impedimentos físicos para coleta direta ou indireta. Esse estudo será baseado em relatórios operacionais e de gestão do setor, além de levantamentos junto a outros agentes envolvidos no manejo de resíduos sólidos na área. Como se trata de área vizinha ao Aterro Sanitário deve ser analisada a relação dos moradores com esse equipamento, o envolvimento com ações de coleta seletiva, projetos de reciclagem etc.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos dados e informações que comporão o Relatório 9.	
Fontes:	
PMS Levantamento de Campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
G, H, I, J e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Saúde	F.4
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade envolve o levantamento das informações sobre saúde (doenças mais frequentes da comunidade, condições de atendimento médico à área, participação em programas públicos de saúde) que deverão subsidiar os programas de educação sanitária e ambiental. O estudo deve conter um quadro geral do perfil de morbidade e mortalidade da população residente, mas deve dar ênfase a aspectos relacionados a condições do contexto que constituem agravantes no sentido do comprometimento das condições de saúde da população, identificando os principais vetores transmissores de doenças. Serão levantados dados oficiais junto à Prefeitura e SESAB.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos dados e informações que comporão o Relatório 9.	
Fontes:	
PMS Levantamento de Campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
G, H, I, J e L	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
ESTUDOS BÁSICOS – ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	G

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Estrutura Viária	G.1
Orientações metodológicas específicas:	
A atividade deve partir de estudos existentes e ser complementada com levantamentos em campo. Serão levantados os seguintes aspectos: Uso (veicular ou de pedestres) e hierarquização do sistema viário (via principal, secundária ou local); Tipo de pavimento e estado de conservação das vias; Pontos críticos de estrangulamentos, caixas de vias (largura entre as testadas, obstruções, barreiras e discontinuidades). Calçadas, mobiliários urbanos ou outros artefatos que impeçam ou dificultem a circulação de pedestres. Sinalização. Análise das condições das vias frente aos principais deslocamentos internos e no entorno imediato (viagens a pé ou por transporte coletivo, Van, bicicleta ou veículos individuais).	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos levantamentos do sistema viário que irá compor o Relatório 10	
Fontes:	
D.1 Estudos existentes PMS Levantamentos de campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
D.1,G.2,G.3,G.4 e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Transporte Público	G.2
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade envolve o levantamento, a partir de estudos e pesquisas já existentes das questões referentes ao Transporte Público de Passageiros e sua Gestão. Ênfase será dada aos seguintes aspectos: Consulta às pesquisas: Origem/Destino, Linha de Contorno, Pesquisa Sobe e Desce, Pesquisa de Opinião etc. existentes, que deverão ser fornecidas pela PMS e/ou SEDUR; Caracterização do serviço de transporte público de passageiros; Verificação da existência de serviço não regular de transporte público de passageiros; Identificação e caracterização dos principais corredores de transporte público de passageiros; Levantamento dos corredores de maior demanda de passageiros/hora de pico; Transporte escolar (atendimento às diversas áreas do município, condições da frota etc.); Levantamento das condições das estações, terminais e pontos de ônibus existentes; Levantamento de acidentes envolvendo do transporte público coletivo. Informações sobre transporte turístico e transporte especial para eventos etc.; Existência de veículos e terminais adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que atendam a área. Verificar quanto à existência de Planos e Projetos por parte das administrações públicas municipal, estadual e ou federal. Os estudos terão como base as pesquisas realizadas pela PMS e pela SEDUR.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos levantamentos sobre o transporte público para compor o Relatório 10	
Fontes:	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Transporte Público	G.2
D.1	
Estudos existentes	
PMS	
Levantamentos de campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
D.1,G.1,G.3,G.4 e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Trânsito e Acessibilidade	G.3
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade envolve o levantamento, a partir de estudos e pesquisas já disponíveis, ou que venham a ser fornecidas pela PMS e/ou SEDUR, das questões referentes ao trânsito e à acessibilidade, enfatizando os seguintes aspectos: Existência de pesquisas quanto à ocorrência de acidentes, por tipo de ocorrência (atropelamento, colisão, etc.), destacando a existência de vítimas (fatais e feridos) e os locais de ocorrência. Principais locais de congestionamento na hora de pico, concentração ocorrência de acidentes de trânsito e de conflitos no tráfego; Conservação e Condições gerais de acessibilidade no sistema viário; Existência de ciclovias e ciclofaixas. Os dados e informações disponíveis serão complementados com observação em campo. Os estudos sobre acessibilidade devem ter como referência a legislação vigente com os princípios do desenho universal. Os estudos terão como base as pesquisas realizadas pela PMS e pela SEDUR.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos levantamentos sobre o transporte público para compor o Relatório 10	
Fontes:	
D.1	
Estudos existentes	
PMS	
Levantamentos de campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
D.1,G.1,G.2,G.4 e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Transporte de Cargas	G.4
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade envolve o levantamento, a partir de estudos e pesquisas já disponíveis, das questões referentes ao transporte de cargas, envolvendo os seguintes tópicos: Principais Polos Geradores de Cargas; Principais corredores de transporte de cargas; Acesso aos Polos Geradores de Cargas (CEASA, Porto Seco, Portos, Aeroporto etc.); Gestão do transporte de carga incluindo cargas perigosas; Principais locais de conflito com interferência do transporte de cargas no trânsito. Os estudos terão como base as pesquisas realizadas pela PMS e pela SEDUR.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos levantamentos sobre o transporte público para compor o Relatório 10	
Fontes:	
D.1 Estudos existentes PMS Levantamentos de campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
D.1,G.1,G.2,G.3 e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico – Situação dos Logradouros	G.5
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade compreende a análise sobre o caráter oficial dos logradouros da área de abrangência identificando a situação sua classificação viária enquanto via pública (rodovia, avenida, rua, travessa, beco) e sua denominação. Os levantamentos devem ter como referência, desde que disponibilizado pela PMS e/ou SEDUR, o Projeto de Denominação de Logradouros (PDL) desenvolvido pela PMS em parceria com as concessionárias de serviços públicos, atualizando-o no que couber.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos levantamentos sobre os logradouros e suas características para compor o Relatório 13	
Fontes:	
D.1 Estudos existentes PMS Levantamentos de campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
D.1,G.1,G.2,G.3 G.4 e L	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
ESTUDOS BÁSICOS – LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO	H

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Mapeamento das Áreas de Risco	H.1
Orientações metodológicas específicas:	
As áreas de risco devem ser identificadas, caracterizadas, mapeadas e classificadas de acordo com a evolução e nível de criticidade, com o objetivo de propor medidas de minoração e controle.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos levantamentos, inclusive mapas, referentes às áreas de risco que irá compor o Relatório 11.	
Fontes:	
Dados secundários e pesquisa de campo.	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, H.2 e I	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Levantamento das Famílias Ocupantes de Áreas de Risco	H.2
Orientações metodológicas específicas:	
Ao mapeamento das áreas de risco será superposto o cadastro das famílias ocupantes para identificar eventuais problemas que venham demandar reassentamento. As famílias ocupantes serão então identificadas, e, dependendo do nível do risco ou da necessidade de medidas mitigadoras onerosas, serão indicadas ações de reassentamento ou desapropriação.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Sistematização dos levantamentos socioeconômicos referentes às famílias residentes em áreas de risco que irá compor o Relatório 11.	
Fontes:	
Dados secundários e pesquisa de campo.	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, H.2 e I	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
ESTUDOS BÁSICOS – MEIO AMBIENTE	I

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Identificação de Elementos Naturais e de Valores Ecológicos e/ou Paisagísticos	I.1
Orientações metodológicas específicas:	
Caracterização dos ecossistemas terrestre e aquático quanto à sua qualidade ambiental através da utilização de métodos de interpretação de imagens aéreas, consultas a estudos secundários, avaliação participativa com as comunidades e por meio de visitas a campo.	
O ambiente terrestre será avaliado conforme o grau de conservação da cobertura vegetal. Será feito o mapeamento da cobertura vegetal através da interpretação de ortofotos complementada por inspeções de campo.	
O ecossistema aquático será avaliado através da caracterização secundária das comunidades aquáticas, existência de processos de assoreamento, eutrofização ou contaminação.	
Será feita a identificação das espécies raras, ameaçadas, de uso cinegético e bioindicadoras de qualidade ambiental para os diversos ecossistemas presentes através da consulta a dados secundários.	
Como metodologia complementar para caracterização destes compartimentos, serão considerados os dados obtidos através de entrevistas com moradores locais, bem como aqueles disponíveis em fontes bibliográficas.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Estudo a integrar o Relatório 14	
Fontes:	
Documentos técnicos, estudos acadêmicos e levantamento em campo.	
Téc. Resp.:	
Bióloga	
Interfaces com outras atividades:	
I.2, I.3, I.4 e I.5	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Caracterização de Espaços Ambientalmente Significativos e Problemática Ambiental	I.2
Orientações metodológicas específicas:	
Com base na caracterização da qualidade ambiental das diversas unidades territoriais (atividade I.2), serão delimitados os espaços mais significativos no sentido conservacionista, avaliando-se as pressões atuantes e ameaças existentes, atribuindo-se um grau de vulnerabilidade. Estes elementos serão apresentados sob a forma de tabelas e mapas com escalas de priorização de conservação / intervenção.	
Esta atividade envolve ainda o mapeamento das Áreas de Preservação Permanente, as Zonas de conservação delimitadas no Zoneamento da APA Joanes-Ipitanga e outras consideradas de relevância para a área, podendo inclusive ser realizadas reuniões e inspeções técnicas com o órgão gestor. As restrições ambientais legais serão apresentadas em mapas.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Estudo a integrar o Relatório 14	
Fontes:	
Estudos existentes	
Téc. Resp.:	
Bióloga	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, I.1, I.3, I.4 e I.5	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Identificação e caracterização dos tipos e condições do solo e mapeamento das áreas degradadas e dos usos indevidos	I.3
Orientações metodológicas específicas:	
A partir dos resultados obtidos na Atividade I.3, com a identificação dos espaços ambientalmente significativos, do seu grau de vulnerabilidade e priorização das intervenções, serão apresentados mapas com a identificação das áreas degradadas e dos usos indevidos, com priorização sobre as áreas sujeitas a erosão. Estas áreas serão destinadas à recuperação ambiental para a recuperação da conectividade entre fragmentos, ou preservação de APP ou, ao uso com outros fins, conforme avaliação realizada pela equipe técnica. Para a identificação dos tipos de solo, será feito levantamento de dados secundários sobre a classificação dos solos no estado da Bahia, disponibilizados em arquivos digitalizados e georeferenciados, em formato vetorial ou raster, por órgãos como SEI e Inema. O mapeamento das classes de solos ocorrentes na área será complementado através de visitas de campo, análise de fotografias aéreas, imagens de satélite e mapas planialtimétricos.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Estudo a integrar o Relatório 14.	
Fontes:	
Documentos técnicos, estudos acadêmicos e levantamento em campo.	
Téc. Resp.:	
Bióloga	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, I.1,I.2,I.4 e I.5	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Caracterização dos Recursos Hídricos	I.4
Orientações metodológicas específicas:	
Avaliação qualitativa e quantitativa das águas dos principais rios e reservatórios que formam a bacia hidrográfica do rio Ipitanga, através do Sistema de Monitoramento da Qualidade das Águas (MONITORA – Inema). Identificação e avaliação das condições de conservação de áreas e zonas úmidas. Para a avaliação e classificação dos corpos d'água poderá ser utilizado o índice de qualidade das águas (IQA), além do índice de estado trófico (IET), conforme disponibilidade dos dados secundários. Elaboração de mapa de caracterização da bacia hidrográfica do rio Ipitanga, relacionando-o com as Áreas de Preservação Permanente (APP) da área estudada (Atividade I.3). Os corpos d'água, incluindo as áreas úmidas, serão classificados quanto ao seu grau de naturalidade e às pressões recebidas, identificando-se ainda as vulnerabilidades. Serão utilizados dados secundários com complementação em campo.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Estudo a integrar o Relatório 14.	
Fontes:	
Documentos técnicos, estudos acadêmicos e levantamento em campo. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas. Disponível em http://pnqa.ana.gov.br/IndicadoresQA/IndiceQA.aspx . Acesso em 18/12/2012, às 09h: 33min. BRASIL. Governo do Estado de São Paulo. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/agua/aguas-superficiais/aguas-interiores/documentos/indices/04.pdf . Acesso em 18/12/2012, às 09h: 52min. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa N° 357, de 17de Março de 2005. “Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências”.	
Téc. Resp.:	
Biólogo	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, I.1,I.2,I.3 e I.5	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Caracterização de áreas Susceptíveis à Erosão, Alagamento, Deslizamento, Incêndio, Morros e aquelas cortadas por redes de esgotamento sanitário	I.5
Orientações metodológicas específicas:	
Caracterização geológica e geomorfológica da área de estudo, englobando as principais unidades, ocorrências litológicas, feições estruturais, condições do terreno (declividade), descrição detalhada das unidades geológicas presentes na área e suas características físicas e químicas.	
Elaboração do mapa de áreas suscetíveis com indicação dos processos de erosão e deslizamento de terra.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Estudo a integrar o Relatório 14.	
Fontes:	
Documentos técnicos, estudos acadêmicos e levantamento em campo.	
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Novo Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651 de 25 de Maio de 2012. “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.	
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012. “Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012”.	
Téc. Resp.:	
Geólogo	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, I.1,I.2,I.3, I.4, I.6	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Impactos do Uso e Ocupação do Solo sobre os Recursos Hídricos	I.6
Orientações metodológicas específicas:	
Caracterização ambiental da área de estudo apontando os principais agentes ligados à alteração da qualidade dos principais contribuintes da bacia do rio Ipitanga através de levantamento sistemático de dados secundários através de pesquisa documental, bibliográfica, fotointerpretação e geoprocessamento, além de visitas de campo, observação e análise de dados gerados.	
Período de execução:	
16/06/13 a 24/07/13	
Produtos:	
Estudo a integrar o Relatório 14.	
Fontes:	
Documentos técnicos, estudos acadêmicos e levantamento em campo.	
Téc. Resp.:	
Biólogo	
Interfaces com outras atividades:	
D.1, I.1, I.2,I.3,I.4 e I.5	

MACROATIVIDADE J	CÓDIGO
ESTUDOS BÁSICOS – POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	J

ATIVIDADE	CÓDIGO
Análise da Legislação Urbanística e Ambiental	J.1
Orientações metodológicas específicas:	
Toda a legislação urbanística e ambiental (federal, estadual, distrital e municipal) incidente sobre a área será analisada. Destacam-se a legislação urbanística, em especial o PDDU/ 2008 e legislação decorrente deste instrumento, a legislação associada à APA Joanes/ Ipitanga e aquela relativa ao processo de regularização fundiária. Esse conjunto de normas deverá ser analisado quanto à pertinência e atualidade frente à realidade local, verificando a necessidade ou não de modificá-las, fazer-lhes acréscimos ou até orientar para a revogação, respeitadas as competências dos entes federativos, sugerindo outras que deem respaldo jurídico para a implementação dos instrumentos de planejamento aqui previstos.	
Período de execução:	
04/07/13 a 03/08/13	
Produtos:	
Sistematização da análise da legislação urbanística e ambiental que irá compor o Relatório 15.	
Fontes:	
Leis e Decretos de interesse com incidência na área.	
Téc. Resp.:	
Bacharel em Direito	
Interfaces com outras atividades:	
L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Levantamento de Planos e Projetos	J.2
Orientações metodológicas específicas:	
Serão levantados e analisados o conjunto de estudos, planos e projetos, desde que fornecidos pela SEDUR, previsto em quaisquer dos temas abrangidos pelo trabalho. Interessam prioritariamente aqueles que de alguma forma alterem a configuração do território, promovam o seu adensamento ou interfiram positiva ou negativamente na qualidade urbanística ou ambiental da área. Serão levantados e espacializados os planos, projetos e propostas existentes e analisados quanto à interface das ações propostas e eventuais impactos, tanto em relação aos aspectos físico-espaciais e ambientais, como socioeconômicos na área objeto. O levantamento deverá indicar a existência de planos e projetos habitacionais, de urbanização e parcelamento previstos para a área, o que poderá condicionar as decisões futuras de intervenção para a área.	
Período de execução:	
04/07/13 a 03/08/13	
Produtos:	
Sistematização dos levantamentos referentes aos planos e projetos previstos a compor o Relatório 12	
Fontes:	
Planos e projetos previstos para a área, sejam de iniciativa pública ou privada.	
Téc. Resp.:	
Arquiteto e Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Gestão da Mobilidade e Acessibilidade	J.3
Orientações metodológicas específicas:	
Esse estudo deve abordar o quadro institucional relativo à mobilidade, caracterizando a estrutura da Prefeitura e da SEDUR voltadas para a mobilidade e acessibilidade, identificando oportunidades de melhoria que possam ser indicadas como diretrizes e projetos no Plano de Mobilidade e Acessibilidade. Os estudos devem ser os necessários e suficientes para balizar as propostas do Plano com referência à gestão, articulando-as com propostas e projetos de abrangência metropolitana, municipal e local. Deve ser avaliado o grau de envolvimento das representações sociais na gestão das políticas e ações na área. Envolve levantamentos em estudos existentes, pesquisa bibliográfica, levantamentos de campo e entrevistas com técnicos e dirigentes do setor.	
Período de execução:	
04/07/13 a 03/08/13	
Produtos:	
Análise da gestão da mobilidade e acessibilidade a compor o Relatório 10.	
Fontes:	
Estudos existentes, levantamento de campo e pesquisa bibliográfica.	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
G e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Gestão Ambiental e Urbanística	J.4
Orientações metodológicas específicas:	
Esse estudo deve abordar o quadro institucional relativo à gestão urbanística e ambiental, caracterizando as estruturas da Prefeitura e do Estado voltadas para a gestão urbanística e ambiental, identificando oportunidades de melhoria que possam ser indicadas como diretrizes e projetos nos planos a serem desenvolvidos nas etapas subsequentes. Devem ser identificadas as dificuldades de gestão, os conflitos envolvendo a gestão do ordenamento do uso e da ocupação do solo pela Prefeitura e a gestão da APA Joanes/ Ipitanga. Deve ser avaliado o grau de envolvimento das representações sociais na gestão das políticas e ações na área. Os estudos envolvem a pesquisa das leis e decretos que estabelecem competências, entrevistas com técnicos e dirigentes de órgão que tratam da gestão dessas áreas e consulta a estudos existentes, trabalhos acadêmicos, dentre outros.	
Período de execução:	
04/07/13 a 03/08/13	
Produtos:	
Análise da gestão urbanística e ambiental que irá compor o Relatório 14.	
Fontes:	
Estudos existentes, levantamento de campo e pesquisa bibliográfica.	
Téc. Resp.:	
Arquiteto e Biólogo	
Interfaces com outras atividades:	
D, E, F, G, H, I e L	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico Gestão das Políticas Sociais	J.5
Orientações metodológicas específicas:	
O estudo deve partir de uma avaliação da estrutura dos órgãos do município do Salvador e do Estado que têm atuação na área, suas formas de inserção na área. O estudo deve necessariamente partir das representações técnicas ou de gestão de instituições ou programas em execução na área para então buscar o aprofundamento sobre as questões propriamente de gestão a serem tratadas no estudo. Deve ser avaliado o grau de envolvimento das representações sociais na gestão das políticas e ações na área.	
Período de execução:	
04/07/13 a 03/08/13	
Produtos:	
Análise da gestão das políticas sociais que irá compor o Relatório 14.	
Fontes:	
Estudos existentes, levantamento de campo e pesquisa bibliográfica	
Téc. Resp.:	
Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
E e L	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
ESTUDOS BÁSICOS – LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS E GEOTÉCNICOS	K

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Levantamentos Topográficos	K.1.1
Orientações metodológicas específicas:	
Os levantamentos topográficos deverão subsidiar a elaboração dos projetos urbanísticos, do projeto de infraestrutura viária, drenagem e manejo de águas pluviais, do projeto de detalhamento das redes secundárias de distribuição do sistema de abastecimento de água e do projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário. Deverá ser realizado o levantamento planialtimétrico, com curvas de nível referidas ao RN oficial, com indicação de todos os elementos naturais, de forma a permitir a exata caracterização morfológica da área, conforme indicado no escopo dos serviços indicados nos Estudos Topográficos, parte integrante dos Projetos Específicos. Estes serão realizados em faixa de 30 Km para projeto de viário estruturante e drenagem.	
Período de execução:	
24/07/13 a 13/08/13	
Produtos:	
Levantamento topográfico que irá compor o Relatório 16	
Fontes:	
Levantamento <i>in loco</i>	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
L, M, N, O, P, Q, R, S, e T	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Levantamentos Topográficos	K.1.2
Orientações metodológicas específicas:	
Os levantamentos topográficos deverão subsidiar a elaboração dos projetos urbanísticos, do projeto de infraestrutura viária, drenagem e manejo de águas pluviais, do projeto de detalhamento das redes secundárias de distribuição do sistema de abastecimento de água e do projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário. Deverá ser realizado o levantamento planialtimétrico, com curvas de nível referidas ao RN oficial, com indicação de todos os elementos naturais, de forma a permitir a exata caracterização morfológica da área, conforme indicado no escopo dos serviços indicados nos Estudos Topográficos, parte integrante dos Projetos Específicos. Estes serão realizados em 50 ha para projeto urbanístico e infraestruturas urbanas, conforme quantitativo estabelecido nas planilhas específicas do Item 5 e da Seção C-3 do TR.	
Período de execução:	
23/08/13 a 12/09/13	
Produtos:	
Levantamento topográfico que irá compor o Relatório 16	
Fontes:	
Levantamento <i>in loco</i>	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
L, M, N, O, P, Q, R, S, e T	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Levantamentos Geotécnicos	K.2.1
Orientações metodológicas específicas:	
Os levantamentos geotécnicos deverão fornecer as informações necessárias à elaboração dos projetos urbanísticos executivos indicando a definição de parâmetros do solo ou rocha, tais como perfis dos solos e caracterização das camadas (densidade, resistência, grau de compactação, determinação do nível do lençol freático e de suas variações etc.). Estes serão realizados conforme quantitativo estabelecido nas planilhas específicas do Item 5 e da Seção C-3 do TR, em faixa de 30 Km para projeto de viário estruturante e redes de infraestrutura. Deverão constar de sondagens, ensaios de campo e/ou ensaios de laboratório, abrangendo os serviços:	
- Mobilização transporte instalação e desmobilização do equipamento de sondagem a percussão, inclusive deslocamento entre furos; - Sondagem a percussão (SPT - diâmetro 63,5); - Sondagem a trado manual, com coleta; - Índices Físicos; - Análise granulométrica por peneiramento e sedimentação; - Limite de liquidez (NBR - 06459); - Limite de plasticidade (NBR - 07180); - Limite e relação de contração (NBR - 07183); - Massa específica real dos grãos; - Umidade natural; - Ensaio de compactação - proctor normal (NBR - 07182); - Ensaio de compactação - proctor intermediário (NBR - 07182); - Ensaio de compactação - proctor modificado (NBR - 07182); - Índice de suporte Califórnia - ISC (NBR 09895); - Densidade "in situ".	
Período de execução:	
24/07/13 a 13/08/13	
Produtos:	
Levantamento geotécnico que irá compor o Relatório 17	
Fontes:	
Levantamento em campo	
Téc. Resp.:	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Levantamentos Geotécnicos	K.2.1
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
L, M, N, O, P, Q, R, S, e T	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Estudo Básico - Levantamentos Geotécnicos	K.2
Orientações metodológicas específicas:	
Os levantamentos geotécnicos deverão fornecer as informações necessárias à elaboração dos projetos urbanísticos executivos indicando a definição de parâmetros do solo ou rocha, tais como perfis dos solos e caracterização das camadas (densidade, resistência, grau de compactação, determinação do nível do lençol freático e de suas variações etc.). Estes serão realizados conforme quantitativo estabelecido nas planilhas específicas do Item 5 e da Seção C-3 do TR, em 50 Ha para projeto urbanístico e infraestruturas urbanas. Deverão constar de sondagens, ensaios de campo e/ou ensaios de laboratório, abrangendo os serviços: • Mobilização transporte instalação e desmobilização do equipamento de sondagem a percussão, inclusive deslocamento entre furos; • Sondagem a percussão (SPT - diâmetro 63,5); • Sondagem a trado manual, com coleta; • Índices Físicos; • Análise granulométrica por peneiramento e sedimentação; • Limite de liquidez (NBR - 06459); • Limite de plasticidade (NBR - 07180); • Limite e relação de contração (NBR - 07183); • Massa específica real dos grãos; • Umidade natural; • Ensaio de compactação - proctor normal (NBR - 07182); • Ensaio de compactação - proctor intermediário (NBR - 07182); • Ensaio de compactação - proctor modificado (NBR - 07182); • Índice de suporte Califórnia - ISC (NBR 09895); • Densidade "in situ".	
Período de execução:	
23/08/13 a 12/09/13	
Produtos:	
Levantamento geotécnico que irá compor o Relatório 17	
Fontes:	
Levantamento em campo	
Téc. Resp.:	
Engenheiro	
Interfaces com outras atividades:	
L, M, N, O, P, Q, R, S, e T	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
MACROANÁLISE SOCIOAMBIENTAL INTEGRADA	L

ATIVIDADE	CÓDIGO
Oficina - Construção de uma Visão Integrada da Realidade Local	L.1
Orientações metodológicas específicas:	
Essa Oficina está voltada à construção de uma leitura integrada da realidade local e se vale dos insumos produzidos nos Estudos Básicos e do Cenário da Comunidade. Os trabalhos são iniciados com a apresentação da síntese dos Estudos Básicos para todo o grupo. Na sequência serão formados grupos temáticos para, a partir da problemática apresentada, construir uma Matriz de Interfaces e Interações com a identificação de pontos de toque quanto a problemas e potencialidades em outros campos temáticos. Inicialmente estão previstos quatro Grupos Temáticos: Fatores Biofísicos, Fatores Socioeconômicos, Fatores Urbanísticos e Gestão. O trabalho dos Grupos serão apresentados e discutidos por todos os participantes.	
Período de execução:	
24/07/13 a 26/07/13	
Produtos:	
Matriz de Interfaces e Interações a integrar o Relatório 18	
Fontes:	
Material produzido pelos participantes	
Téc. Resp.:	
Arquiteto/ Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
L.2	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Identificação de Eixos de Análise	L.2
Orientações metodológicas específicas:	
Com base nos resultados da Oficina serão identificados pela equipe técnica, os eixos prioritários de análise que darão corpo à Macroanálise Socioambiental Integrada. Para cada um dos Fatores serão destacados os insumos para a montagem do quadro de Interação de Fatores.	
Período de execução:	
26/07/13 a 05/08/13	
Produtos:	
Descrição dos eixos de análise com a sistematização de dados e informações que irão compor o quadro de Interação de Fatores para compor o Relatório 18.	
Fontes:	
L1, Estudos Básicos e Cenário da Comunidade	
Téc. Resp.:	
Arquiteto e Biólogo	
Interfaces com outras atividades:	
L.3	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Análise de Interfaces	L.3
Orientações metodológicas específicas:	
Essa atividade parte da avaliação socioambiental estruturada a partir das sínteses dos fatores biofísicos, da problemática socioeconômica e da problemática urbana. Esses conteúdos serão a base para a estruturação do quadro de Interação de Fatores que deverá conter:	
Indicadores de importância socioambiental, associados aos atributos do ambiente.	
Indicadores de fragilidade socioambiental, associados à sensibilidade do ambiente.	
Restrições ambientais, associadas à capacidade de suporte do ambiente.	
Conflitos urbanos, associados às incompatibilidades e uso e apropriação do espaço frente às restrições ambientais.	
Homogeneias Biofísicas e Urbanísticas, definidas a partir de identificação de características socioambientais e problemáticas semelhantes em cada subespaço.	
Cenário de Importância Ambiental, resultante da superposição de informações acerca da importância, fragilidade e restrições, além do grau de comprometimento dos ambientes.	
Cenário de Pressão Ambiental, contendo os elementos do contexto que pressionam o ambiente.	
Período de execução:	
26/07/13 a 05/08/13	
Produtos:	
Quadro de Interação de Fatores a compor o Relatório 18.	
Fontes:	
L1, Estudos Básicos e Cenário da Comunidade	
Téc. Resp.:	
Arquiteto e Biólogo	
Interfaces com outras atividades:	
L.2	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Macroanálise Socioambiental Integrada e consolidação do Cenário Referencial	L.4
Orientações metodológicas específicas:	
O quadro de Interação de Fatores será a base para a produção do Mapa de Qualidade Ambiental acompanhado de uma síntese socioambiental com indicação das áreas a serem protegidas e controladas e de um conjunto de orientações quanto a medidas para a promoção da qualidade ambiental e urbanística da área do Vetor Ipitanga. Esse documento deve conter a síntese da problemática socioambiental e urbanística e necessariamente fornecer a base de análise para o planejamento a ser feito.	
Período de execução:	
26/07/13 a 13/08/13	
Produtos:	
Quadro de Interação de Fatores a compor o Relatório 18.	
Fontes:	
L.1, L.2 e L.3	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
L.1, L.2, L.3 e L.5	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Consolidação de Cadernos Temáticos	L.5
Orientações metodológicas específicas:	
Os Cadernos Temáticos são documentos técnicos contendo os estudos necessários e suficientes para o desenvolvimento dos Planos Setoriais previstos, contudo, sem que venham a compor o produto final. São orientados, portanto para a os especialistas da temática a ser tratada em cada um dos planos (Plano de Acessibilidade e Mobilidade p.e). Serão organizados quatro cadernos: Caderno de Mobilidade e Acessibilidade; Caderno de Regularização Fundiária; Caderno de Educação Ambiental e Caderno de Caracterização das ZEIS.	
Período de execução:	
26/07/13 a 13/08/13	
Produtos:	
Quadro de Interação de Fatores a compor o Relatório 18.	
Fontes:	
L.1, L.2 e L.3	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
Estudos Básicos e L.1, L.2, L.3 e L.4	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Consulta Pública 1	L.6
Orientações metodológicas específicas:	
Esse evento consolida a etapa de estudos com a apresentação da Macroanálise Socioambiental Integrada. Será um evento amplo com a participação do Núcleo Gestor e de outros agentes com interesse na área. Como se trata de um evento de fechamento de etapa terá um caráter de seminário e já deve apontar para as etapas seguintes de formulação de propostas que consubstanciarão o Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e os Planos Setoriais. Será realizada em um turno e preferencialmente no final de semana.	
Período de execução:	
13/08/13 a 15/08/13	
Produtos:	
Registro das contribuições dos participantes	
Fontes:	
Informações dos participantes	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
L.1 a L.5 e M	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
CENÁRIO PROSPECTIVO	M

ATIVIDADE	CÓDIGO
Oficina – Visão de Futuro	M.1
Orientações metodológicas específicas:	
Momento 1 <u>Construção de um Futuro com Garantias Socioambientais</u> Essa Oficina visa à construção de um cenário de futuro considerando a perspectiva de transformação do cenário atual. Deve refletir a leitura dos participantes sobre um futuro com garantias ambientais que reflitam um cenário de sustentabilidade para a área. A sistemática a ser adotada deve convidar os participantes a dar respostas às seguintes questões: Que papel estará reservado ao Vetor Ipitanga no contexto metropolitano em um horizonte de 20 anos? Qual o horizonte temporal a ser considerado? Qual o cenário de planejamento neste horizonte de tempo? Como será a área neste cenário?	
Momento 2 <u>Construção do Quadro Referencial Propositivo e Esboço da Estratégia de Estruturação Urbanística e Qualificação Ambiental</u> Será feita uma atividade em grupo para a discussão e apreciação da Estratégia de Estruturação Urbanística e Qualificação Ambiental proposta. Nessa atividade a Estratégia deve ser validada pelos participantes, tendo em vista que é a partir dessa Estratégia que vão ser desenvolvidas as proposições que farão parte do Plano Urbanístico e Ambiental.	
Momento 3 <u>Identificação e Pactuação dos Projetos Prioritários por Comunidade no limite previsto em contrato (50ha).</u>	
Período de execução:	
15/08/13 a 17/08/13	
Produtos:	
Registro da oficina que irá compor o Relatório 18.	
Fontes:	
Informações dos participantes	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral/ Técnico Social	
Interfaces com outras atividades:	
M.2 a M.4	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Construção de Cenários	M.2
Orientações metodológicas específicas:	
Partindo-se da visão dos participantes quanto ao cenário de planejamento e a partir da leitura técnica quanto a uma visão de futuro serão desenvolvidos dois cenários: um Cenário de Desenvolvimento e um Cenário de Sustentabilidade e avaliadas as tendências, de modo que o cenário a ser adotado reflita uma efetiva condição de possibilidade, distanciado de posições extremadas, em regra decoladas da realidade do contexto. Essa avaliação será a base para a construção do Quadro Referencial Propositivo.	
Período de execução:	
17/08/13 a 23/08/13	
Produtos:	
Cenários que irão compor o Relatório 18.	
Fontes:	
L	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral e Coordenadores Técnicos	
Interfaces com outras atividades:	
M.3 e M.4	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Sistematização do Quadro Referencial Propositivo	M.3
Orientações metodológicas específicas:	
O Quadro Referencial Propositivo deve conter, conforme TR, o conjunto de orientações para dar tratamento aos problemas e questões tratadas nos estudos e colocadas no processo participativo. Serão apresentadas conforme a seguinte estrutura:	
Princípios;	
Objetivos Gerais	
Linhas Estratégicas	
• Objetivos específicos • Diretrizes • Ações • Prazo para implementação	
Período de execução:	
23/08/13 a 31/08/13	
Produtos:	
Quadro Referencial Propositivo que fará parte do Relatório 18.	
Fontes:	
M.1 e M.2	
Téc. Resp.:	
Coordenadores Técnicos	
Interfaces com outras atividades:	
M.1, M.2 e M.4	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Consolidação do Cenário Propositivo Escolhido	M.4
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade consolida o Cenário Propositivo orientados do Plano Urbanístico e Ambiental do Vertor Ipitanga. Reflete uma visão prospectiva sobre a realidade e deve conter, além da visão de futuro, diretrizes e ações, a indicação dos meios para o alcance dos resultados.	
Período de execução:	
135º ao 150º dia	
Produtos:	
Cenário Prospectivo que irá compor o Relatório 18.	
Fontes:	
31/08/13 a 13/09/13	
Téc. Resp.:	
Coordenadores Técnicos	
Interfaces com outras atividades:	
M.1 ao M.3 e N	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL	N

ATIVIDADE	CÓDIGO
Consolidação da Estratégia de Estruturação Urbanística e Qualificação Ambiental	N.1
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade constitui a espinha dorsal do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. Com o desenvolvimento desta atividade o Plano ganha corpo em suas linhas gerais, inclusive com diretrizes de desenho urbano. É uma atividade técnica a ser desenvolvida pela equipe multidisciplinar envolvida no trabalho, com momento de trabalhos de produção técnica e de reuniões gerais e temáticas.	
Período de execução:	
31/08/13 a 12/09/13	
Produtos:	
Estratégia de Estruturação Urbanística e Qualificação Ambiental a compor o Relatório 19	
Fontes:	
N.1	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
N.1, N.2	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Consolidação da Versão Preliminar do Plano	N.2
Orientações metodológicas específicas:	
Consolidação da Versão Preliminar do Plano, contendo os componentes previstos no Plano de Execução. O Plano deve ser apoiado em mapas com a espacialização do conjunto de propostas. A estrutura do Plano deve ser clara, com o conteúdo apresentado de forma objetiva. Deve ser elaborado um caderno síntese que será a base para a discussão e validação.	
Período de execução:	
12/09/13 a 22/09/13	
Produtos:	
Plano Urbanístico Ambiental que irá compor o Relatório 19	
Fontes:	
N.1	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
N.3	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Consulta Pública 2	N.3
Orientações metodológicas específicas:	
Apresentação e discussão da Versão Preliminar do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga para o Núcleo Gestor e outros agentes interessados. Terá formato de seminário, com sessões temáticas de apresentação e debates e será realizada em um turno.	
Período de execução:	
22/09/13 a 24/09/13	
Produtos:	
Versão do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga validada pelos participantes	
Fontes:	
Versão Preliminar do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e contribuições dos participantes.	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
N.2 e N.3	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Consolidação da Versão Final do Plano Urbanístico e Ambiental	N.4
Orientações metodológicas específicas:	
Trata-se de atividade técnica de ajustes e complementações de forma a consolidar o produto final do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga.	
Período de execução:	
24/09/13 a 06/10/13	
Produtos:	
Plano Urbanístico Ambiental na sua Versão Final que irá compor o Relatório 19	
Fontes:	
N.3	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
N.3 e O, P, Q, R, S, e T	

MACROATIVIDADE O	CÓDIGO
PLANO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	O

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Diretrizes Específicas de Mobilidade e de Acessibilidade	O.1
Orientações metodológicas específicas:	
O Plano de Acessibilidade e Mobilidade será desenvolvido com base na Lei 10.098/2000 e deverá atender às diretrizes do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. Serão definidas as diretrizes específicas relativas à mobilidade e acessibilidade, articulando com o planejamento da mobilidade no município do Salvador. Quanto à acessibilidade, devem ser consideradas ainda as diretrizes do planejamento estadual voltadas às pessoas com deficiência.	
Período de execução:	
15/08/13 a 14/09/13	
Produtos:	
Diretrizes de acessibilidade e mobilidade que irão compor o Relatório 19.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L e N	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Quadro Propositivo de ações para acessibilidade e mobilidade	O.2
Orientações metodológicas específicas:	
Partindo das diretrizes serão elaboradas as propostas para melhoria da mobilidade e acessibilidade da área. Esse quadro propositivo deve contemplar medidas que possam compor o Plano de Acessibilidade e Mobilidade como Plano de Ação.	
Período de execução:	
14/09/13 a 24/09/13	
Produtos:	
Diretrizes de acessibilidade e mobilidade que irão compor o Relatório 19.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L e N	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Estratégia de Implementação e Metas	O.3
Orientações metodológicas específicas:	
Essa atividade refere-se à descrição da estratégia e formas de implementação do Plano, indicação de fontes de recursos, parcerias possíveis e as metas intermediárias e finais, considerando o horizonte de planejamento.	
Período de execução:	
24/09/13 a 15/01/13	
Produtos:	
Diretrizes de acessibilidade e mobilidade que irão compor o Relatório 19.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L e N	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Indicadores para Monitoramento e Consolidação do Plano de Acessibilidade e Mobilidade	O.4
Orientações metodológicas específicas:	
Essa atividade consolida o documento do Plano de Acessibilidade e Mobilidade, contendo: Caderno Temático de Acessibilidade e Mobilidade Diretrizes Gerais e Específicas Indicação dos Projetos Prioritários Estratégia de Implementação Metas Indicadores de Monitoramento.	
Período de execução:	
24/09/13 a 15/10/13	
Produtos:	
Diretrizes de acessibilidade e mobilidade que irão compor o Relatório 19.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L, N, O.1, O.2, O.3	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	P

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Diretrizes de Regularização das Áreas	P.1
Orientações metodológicas específicas:	
Com base nos estudos realizados, especialmente o diagnóstico fundiário e o cadastro socioeconômico, consolidados no Caderno temático de Regularização Fundiária serão definidas as diretrizes para a regularização fundiária das áreas.	
Período de execução:	
15/08/13 a 14/10/13	
Produtos:	
Diretrizes de regularização fundiária que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L e N	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Instrumentos de Regularização das Áreas	P.2
Orientações metodológicas específicas:	
Definidas as diretrizes serão indicados os instrumentos a serem utilizados no processo de regularização para garantir a segurança da posse às famílias com renda de até 3 salários mínimos, conforme estabelece a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, a Lei nº 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia e a nº 11.041, em 07/05/2008, que institui a Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS, e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – CGFEHIS. Para a elaboração do Plano de Regularização Fundiária devem ser consideradas as diretrizes específicas do Programa de regularização Fundiária do Ministério das Cidades.	
Período de execução:	
14/10/13 a 24/10/13	
Produtos:	
Instrumentos de regularização fundiária e que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L e N	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Estratégia de Implementação e Metas	P.3
Orientações metodológicas específicas:	
Essa atividade refere-se à descrição da estratégia e formas de implementação do Plano, indicação de fontes de recursos e as metas intermediárias e finais, considerando o horizonte de planejamento.	
Período de execução:	
24/10/13 a 13/11/13	
Produtos:	
Estratégia de implementação e metas que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L e N	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Indicadores para Monitoramento e Consolidação do Plano de Regularização Fundiária.	P.4
Orientações metodológicas específicas:	
Essa atividade deverá formular um Plano de Diretrizes, com indicação dos instrumentos adequados para a segurança da posse, contendo: Caderno Temático de Regularização Fundiária; Diretrizes Gerais e Específicas; Indicação dos Instrumentos; Estratégia de Implementação; Metas; Indicadores de Monitoramento. Serão indicados os instrumentos por tipo de área além de outras diretrizes que venham convergir para a segurança da posse. Será um plano de diretrizes.	
Período de execução:	
24/10/13 a 13/11/13	
Produtos:	
Estratégia de implementação e metas que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L, N, P.1, P.2, P.3 e Q	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE ZEIS	Q

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Diretrizes para ZEIS	Q.1
Orientações metodológicas específicas:	
Essa atividade parte do Caderno Temático de ZEIS para definição das diretrizes que poderão orientar a definição de novas ZEIS. Deve, portanto, considerar o que dispõe o PDDU e a LOUOS quanto à diretrizes e definição de parâmetros para regularização dessas áreas. Deve guardar a devida compatibilidade com o Plano de Regularização Fundiária.	
Período de execução:	
15/08/13 a 03/11/13	
Produtos:	
Diretrizes de regularização fundiária que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5, N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L e N	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Instrumentos de Regularização Urbanística das ZEIS	Q.2
Orientações metodológicas específicas:	
Definidas as diretrizes, serão indicados os instrumentos a serem utilizados no processo de regularização para garantir a segurança da posse às famílias com renda de até 3 salários mínimos, conforme estabelece a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, a Lei nº 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia e a Lei nº 11.041, em 07/05/2008, que institui a Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS, e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – CGFEHIS. Serão indicadas tipologias de acordo com o PDDU e diretrizes.	
Período de execução:	
03/11/13 a 13/11/13	
Produtos:	
Diretrizes de regularização fundiária que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5, N, Q.1	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L, N e P	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	R

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Diretrizes de Educação Ambiental	R.1
Orientações metodológicas específicas:	
Essa atividade parte do Caderno Temático de base para o planejamento da educação ambiental. Serão definidas diretrizes e ações para educação ambiental que devem considerar necessariamente o conjunto de proposições do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e os projetos de saneamento que serão desenvolvidos. Trata de um conjunto de diretrizes e ações orientadas para a implementação do Plano Urbanístico. Será orientado para a implementação do Plano Urbanístico.	
Período de execução:	
15/08/13 a 14/10/13	
Produtos:	
Diretrizes de educação ambiental que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5 e N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L ,N, R.2,R.3	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Planejamento das Atividades de Educação Ambiental	R.2
Orientações metodológicas específicas:	
Definição das atividades que deverão compor o Plano, ordenadas a partir das diretrizes, contendo as orientações para a implementação.	
Período de execução:	
14/10/13 a 24/10/13	
Produtos:	
Atividades de educação ambiental que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5 e N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L ,N, R.1,R.3	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição de Matriz de Articulação das Atividades de Educação Ambiental com a Estratégia de Implementação do Plano Urbanístico e Ambiental	R.3
Orientações metodológicas específicas:	
Esta atividade refere-se ao desenvolvimento de uma matriz de articulação entre as atividades propostas e a estratégia de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e deve ser elaborada de forma que as atividades dêem suporte à implementação do Plano e dos projetos previstos, quando da execução.	
Período de execução:	
24/10/13 a 13/11/13	
Produtos:	
Matriz de articulação das atividades de educação ambiental que irão compor o Relatório 20.	
Fontes:	
L.5 e N	
Téc. Resp.:	
Coordenador Técnico	
Interfaces com outras atividades:	
L ,N, R.1,R.2	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração dos Projetos Urbanísticos Específicos para as Comunidades	S

ATIVIDADE	CÓDIGO
Definição dos Programas de Intervenção e Projetos Urbanísticos Preliminares	S.1
Orientações metodológicas específicas:	
A elaboração do produto desta etapa deve envolver toda a equipe técnica, que deverá trazer para a formulação das propostas a síntese de todos os estudos prévios realizados em cada disciplina do plano. Ademais disto deverá ocorrer ao menos uma reunião com a participação de lideranças e elementos chave da comunidade que participaram ativamente nas etapas prévias, da elaboração do plano; para que as definições da intervenção sejam consolidadas. Nesta deverão ser selecionadas as áreas prioritárias para a elaboração dos projetos específicos, dentro do limite de 1.000,00 m² de área construída para projeto de edificação de equipamentos comunitários e de 50 Ha de área de urbanização, conforme contratado. A pactuação dessas definições deverá ocorrer no processo participativo.	
Período de execução:	
13/11/13 a 11/12/13	
Produtos:	
Relatório 21 (programa preliminar de atividades e intervenções propostas para as comunidades).	
Fontes:	
Etapa III (Relatórios 19 e anteriores que o consubstanciam)	
Téc. Resp.:	
Coord Geral, Coord de Urbanismo e Coord. de Infraestrutura	
Interfaces com outras atividades:	
Desenvolvimento do Projeto Urbanístico e dos Projetos de Executivos específicos	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração dos Anteprojetos Urbanísticos	S.2
Orientações metodológicas específicas:	
A elaboração do produto desta etapa deve envolver prioritariamente a equipe técnica de urbanismo, que deverá elaborar o anteprojeto urbanístico de cada comunidade envolvida, com base no programa pactuado na Etapa anterior e consolidado no Relatório 21. Antes de se iniciar a elaboração dos projetos executivos, as propostas elaboradas deverão ser apresentadas e discutidas.	
Período de execução:	
11/12/13 a 10/01/14	
Produtos:	
Relatório 22 (“Master Plan” c/ espacialização/implantação da proposta de desenho urbano, setorização e localização das propostas, plantas cortes e demais desenhos dos projetos propostos e memorial descritivo).	
Fontes:	
Atividades S.1 (Relatório 21)	
Téc. Resp.:	
Coord Geral e Coord de Urbanismo	
Interfaces com outras atividades:	
Atividades de produção do relatório 21 e elaboração dos Projetos Executivos específicos	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Oficina - Discussão e Pactuação dos Anteprojetos Urbanísticos c/ Comunidades	S.3
Orientações metodológicas específicas:	
Deverá ser feito um trabalho de mobilização social, com a disponibilização dos anteprojetos de referência para a discussão com 10 dias de antecedência, para que a Oficina conte com a efetiva participação da comunidade. Envolverá toda a equipe técnica de Arquitetura e Urbanismo, que deverá apresentar os anteprojetos, na formatação preliminar, como base de referência para a discussão. A pactuação dos anteprojetos deverá constar em Ata.	
Período de execução:	
26/12/13 a 29/12/13	
Produtos:	
Ata para a consolidação do Relatório 22 (Espacialização/implantação da proposta de desenho urbano, setorização e localização das propostas, plantas cortes e demais desenhos dos projetos propostos e memorial descritivo).	
Fontes:	
Atividades S.1 (Relatório 21) e produtos preliminares da Atividade S.3	
Téc. Resp.:	
Coord Geral; Coord de Urbanismo e Assistente Social (Mobilização)	
Interfaces com outras atividades:	
Mobilização Social e Elaboração do Projeto Urbanístico para as comunidades definidos na Atividade S.1	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração dos Projetos Urbanísticos Executivos	S.4.1
Orientações metodológicas específicas:	
A partir dos anteprojetos aprovados e consolidados no Relatório 22, serão desenvolvidos os projetos executivos, do desenho urbano. As plantas e desenhos destes serão a base para todas as disciplinas de infraestrutura relacionadas ao projeto de urbanização de cada subárea. Os projetos serão detalhados o suficiente para permitir a análise e aprovação por parte dos órgãos competentes e também adequadamente orçados para permitir a licitação da obra.	
Período de execução:	
10/01/14 a 09/02/14	
Produtos:	
Relatório 23 (Áreas de projeto das Comunidades de Fidalgo/Raposo; Senhor do Bonfim; Canto do Rio, Alto do Girassol, Biribeira, Carobeira, Carangi, Barragem, Estrada do Fidalgo, Raposo, Canto do Rio e Bosque, que forem definidas nas Atividades S.1 e S.2 dentro do limite de 1.000,00 m² de área construída para projeto de edificação de equipamentos comunitários e de 50 Ha de área de urbanização, conforme contratado; considerando e abatendo deste cômputo de áreas as que porventura foram definidas para as localidades alvo da Atividade S.4.2).	
Fontes:	
S.2 (Relatório 22).	
Téc. Resp.:	
Coord Geral e Coord de Urbanismo	
Interfaces com outras atividades:	
Desenvolvimento dos projetos das disciplinas de infraestrutura dos projetos de urbanização de cada comunidade.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração dos Projetos Urbanísticos Executivos	S.4.2
Orientações metodológicas específicas:	
A partir dos anteprojetos aprovados e consolidados no Relatório 22, serão desenvolvidos os projetos executivos, do desenho urbano. As plantas e desenhos destes serão a base para todas as disciplinas de infraestrutura relacionadas ao projeto de urbanização de cada subárea. Os projetos serão detalhados o suficiente para permitir a análise e aprovação por parte dos órgãos competentes e também adequadamente orçados para permitir a licitação da obra.	
Período de execução:	
09/02/14 a 11/03/14	
Produtos:	
Relatório 24 (Áreas de projeto das comunidades de Cações, Barragem, Alto do Pôr-do-Sol, Ipitanga I e II, Vila Santana, Pedreira Aratu, Fazenda Tapera, Pousada do Campo, Cações, Estrada CIA/Aeroporto, que forem definidas nas Atividades S.1 e S.2 dentro do limite de 1.000,00 m² de área construída para projeto de edificação de equipamentos comunitários e de 50 Ha de área de urbanização, conforme contratado; considerando e abatendo deste cômputo de áreas as que porventura foram definidas e executadas para as localidades alvo da Atividade S.4.1).	
Fontes:	
S.2 (Relatório 22).	
Téc. Resp.:	
Coord Geral e Coord de Urbanismo	
Interfaces com outras atividades:	
Desenvolvimento dos projetos das disciplinas de infraestrutura dos projetos de urbanização de cada comunidade.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração do Projeto Executivo da Infraestrutura Viária, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.	S.5
Orientações metodológicas específicas:	
Elaboração do projeto geométrico do viário, com estaqueamento horizontal e greides verticais, a partir do sistema de vias definido nos projetos urbanísticos dos relatórios 23 e 24; assim como dos estudos dos levantamentos topográfico e geotécnico, dentro dos limites de área de projeto de 50 ha de urbanização, além das vias estruturantes; estas compreendidas aqui como de ligação entre as comunidades e externas a estas, no limite de até 30 Km de extensão, conforme contratado. Apresentação de Notas de Serviço e Quadros de Cubação. Detalhamento e especificação final dos sistemas de pavimentação; com detalhes construtivos. Elaboração de Projeto de Drenagem sobre a geometria do viário projetado, detalhando interseções com galerias e/ou canais condutores dos pontos de captação das micro-bacias de contribuição, assim como com corpos receptores. Apresentar orçamento, detalhes executivos, planilhas de cálculo e dimensionamento dos elementos que compõe o sistema para permitir a licitação da obra.	
Período de execução:	
09/02/14 a 10/04/14	
Produtos:	
Relatório 25	
Fontes:	
S.4.1 e S.4.2 (Relatórios 23 e 24)	
Téc. Resp.:	
Coord Geral; Coord de Infraestrutura e Engenheiro do Viário e Drenagem	
Interfaces com outras atividades:	
Projeto Urbanístico e demais disciplinas de projeto de infraestrutura.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração do Projeto de Detalhamento das Redes Secundárias de Distribuição do Sistema de Abastecimento de Água.	S.6
Orientações metodológicas específicas:	
Detalhar o sistema de abastecimento de água pactuado nas reuniões públicas das Oficinas de discussão, em atendimento inclusive ao disposto na <i>Lei Federal 11.445/07, que estabelece as diretrizes da Política Federal de Saneamento</i> . Esta definição deverá ser feita em função das demandas atual e futura projetada, assim como da alternativa de abastecimento mais eficiente e econômica, tanto para implantar quanto para operar/manter, com menor custo final para os usuários; no limite de 50 Ha de área de urbanização, conforme contratado. Para isto deverão promovidas reuniões prévias de discussão e análise das alternativas com a concessionária e futura operadora do sistema. Para compor o projeto deverão ser apresentadas planilhas e memórias de cálculo; especificações técnicas, que permitam a análise/avaliação por parte dos órgãos competentes para aprovação e também o detalhamento executivo e orçamento suficientes para licitar a obra.	
Período de execução:	
11/03/14 a 10/05/14	
Produtos:	
Relatório 26	
Fontes:	
S.4.1, S.4.2 e S.5 (Relatórios 23, 24 e 25).	
Téc. Resp.:	
Coord Geral; Coord de Infraestrutura e Engenheiro do Sistema de Abastecimento de Água	
Interfaces com outras atividades:	
Projeto Urbanístico; projetos do sistema viário e de esgotamento sanitário.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	S.7
Orientações metodológicas específicas:	
Detalhar o sistema de esgotamento sanitário pactuado nas reuniões públicas das Oficinas de discussão, em atendimento inclusive ao disposto na <i>Lei Federal 11.445/07, que estabelece as diretrizes da Política Federal de Saneamento</i> . Esta definição deverá ser feita em função das demandas atual e futura projetada, assim como da alternativa de captação e tratamento mais eficiente e econômica, tanto para implantar quanto para operar/ manter, com menor custo final para os usuários; no limite de 50 Ha de área de urbanização, conforme contratado. Para isto também deverão ocorrer reuniões de discussão e análise das alternativas com a concessionária e futura operadora do sistema. Para compor o projeto deverão ser apresentadas planilhas e memórias de cálculo; especificações técnicas, que permitam a análise/avaliação por parte dos órgãos competentes para aprovação e também o detalhamento executivo e orçamento suficientes para licitar a obra.	
Período de execução:	
11/03/14 a 10/05/14	
Produtos:	
Relatório 27	
Fontes:	
S.4.1, S.4.2 e S.5 (Relatórios 23, 24 e 25).	
Téc. Resp.:	
Coord Geral; Coord de Infraestrutura e Engenheiro do Sistema de Esgotamento Sanitário	
Interfaces com outras atividades:	
Projeto Urbanístico; projetos do sistema viário e de abastecimento de água.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração do Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	S.8
Orientações metodológicas específicas:	
Detalhar o Plano de Limpeza Urbana pactuado nas reuniões públicas das Oficinas de discussão, considerando não apenas os resíduos residenciais, mas também os provenientes das ações das pedreiras instaladas na região. Esta definição deve ter sido feita em função das demandas atual e futura projetada, assim como da alternativa de coleta e destino final mais eficientes e econômicas, tanto para implantar quanto para operar/manter. Para isto, ademais dos estudos e levantamentos feitos nas etapas iniciais da elaboração do Plano, deverão ser considerados os estudos disponíveis nos órgãos públicos e também deverão ocorrer reuniões de discussão e análise das alternativas com a Limpurb, da Prefeitura. Deverão ser planejadas Ações de Educação Ambiental e coleta seletiva, além dos Planos de Serviço para ampliação da rede de coleta, varrição e serviços especiais. Para compor o projeto deverão ser apresentadas planilhas e memórias de cálculo, mapa de roteiros e pontos de coleta, que permitam a análise/avaliação por parte dos órgãos competentes para aprovação e também o detalhamento executivo e orçamento suficientes para licitar a obra.	
Período de execução:	
11/03/14 a 10/05/14	
Produtos:	
Relatório 28.	
Fontes:	
S.4.1, S.4.2 e S.5 (Relatórios 23, 24 e 25).	
Téc. Resp.:	
Coord Geral; Coord de Infraestrutura, Coord de Urbanismo e Engenheiro Sanitarista	
Interfaces com outras atividades:	
Projeto Urbanístico e do Sistema Viário.	

ATIVIDADE	CÓDIGO
Elaboração dos Estudos Socioambientais	S.9
Orientações metodológicas específicas:	
Os estudos socioambientais visam a garantir a sustentabilidade das intervenções propostas, compreendendo um quadro referencial analítico da problemática socioambiental, extraído da Macroanálise Socioambiental Integrada, associado a um conjunto de indicadores para monitoramento dos aspectos biofísicos, sociais e urbanístico. Serão também subsídios para o licenciamento ambiental das intervenções propostas junto ao Inema.	
Período de execução:	
11/03/14 a 10/05/14	
Produtos:	
Estudos a compor o Relatório 29	
Fontes:	
L, M, N, O, P, Q, R e S.	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral e Coordenadores de todas as disciplinas	
Interfaces com outras atividades:	
N, O, P, Q, R e S	

MACROATIVIDADE	CÓDIGO
RELATÓRIO FINAL	T

ATIVIDADE	CÓDIGO
Relatório Consolidado do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga (Rel. 30)	T.1
Orientações metodológicas específicas:	
Consolidação e revisão dos produtos finais para a entrega.	
Período de execução:	
10/05/14 a 09/06/14	
Produtos:	
Rel. 30 envolvendo todos os produtos previstos em sua versão final: Plano Urbanístico Ambiental do Vetor Ipitanga Plano de Acessibilidade e Mobilidade Plano de Regularização Fundiária Diretrizes para ZEIS Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Projetos Executivos: Urbanísticos das áreas selecionadas das Comunidades, Detalhamento das Redes Secundárias de Distribuição do Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário, Estudos Socioambientais.	
Fontes:	
N, O, P, Q, R e S	
Téc. Resp.:	
Coordenador Geral	
Interfaces com outras atividades:	
Todas as Atividades	

O modelo de planejamento a ser utilizado pelo **CONSÓRCIO HYDROS-FFA** para o desenvolvimento das Atividades Previstas baseia-se na aplicação das boas práticas de gerenciamento de projetos que refletem a experiência das empresas em atividades de levantamento de informações, planejamento, projetos e assessoria.

Para desempenhar as tarefas de planejamento, programação, acompanhamento e controle, o **CONSÓRCIO HYDROS-FFA** propõe a aplicação de instrumentos que utilizem as técnicas de "caminho crítico" como o fluxograma "PERT/CPM", com o apoio, sempre que justificável, de técnica mais simples como o cronograma de "GANTT", diagrama "Previsto x Realizado", diagrama "Tempo x Produção - Curva S". Tais procedimentos não atuam por si só; são ferramentas eficientes se e quando corretamente aplicadas e têm como resultado a estratificação do planejamento e da programação. Os diversos níveis de planejamento iniciados com a preparação desta proposta a serem complementados para a execução dos trabalhos objeto deste Edital estão descritos a seguir:

Planejamento Preliminar

O plano inicial é a base do planejamento, quando são fixados marcos de referência de cada atividade. O **CONSÓRCIO HYDROS-FFA** apresentará este plano para discussão, adequação e a aprovação da **SEDUR**.

Planejamento Detalhado

Nesta etapa faz-se o desdobramento de cada estudo em pacotes de trabalho utilizando-se a ferramenta de EAP – Estrutura Analítica de Projeto que, após análise minuciosa de sua lógica executiva, terá cada parte detalhada nas suas principais atividades, apresentando uma integração da rede de atividades, obedecendo à seguinte sequência básica:

- Definição das atividades;
- Identificação das dependências e da rede de precedências entre atividades;
- Estimativa de duração de cada atividade;
- Traçado da rede lógica e traçado da rede em escala de tempo.

6.1.1.1. Acompanhamento e Controle

Nessa etapa são desenvolvidas as ferramentas que irão orientar a execução dos estudos, serviços e projetos, durante o desenrolar de todas as atividades em termos de prazos, custos e qualidade, reunindo os serviços de planejamento físico e financeiro e todas as atividades de acompanhamento e controle dos estudos, alicerçados pelo Sistema de Informações Gerenciais (SIGH) da empresa líder do **CONSÓRCIO HYDROS-FFA**, assegurando que os mesmos atendam continuamente aos requisitos planejados.

Na fase de iniciação de cada serviço será feito o cadastramento do mesmo no SIGH (**Figura 6.1**), incluindo todas as informações referentes ao planejamento das atividades, de modo a organizar as informações e permitir o gerenciamento efetivo de cada trabalho.

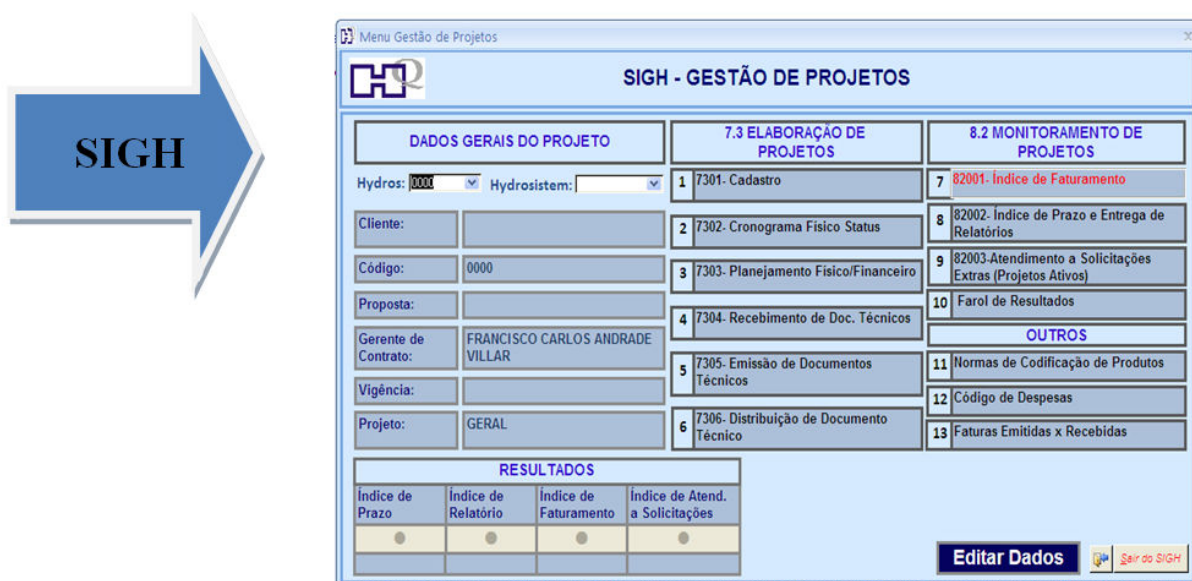


Figura 6.1 - Ilustração do SIGH

Este sistema é estruturado em módulos, conforme quadro apresentado a seguir (**Quadro 6.1**):

Quadro 6.1 - Módulos do SIGH

Dados Gerais do Projeto	Este módulo contém um breve resumo do contrato, com informações sobre o Cliente, o Centro de Custo, o número da proposta que gerou o contrato, o Gerente de Contrato, a vigência contratual e o nome do projeto.
Elaboração	Nesta parte são apresentados os relatórios de Cadastro do Projeto, Cronograma Físico do Projeto, Planejamento Físico-Financeiro, Controle de Recebimento de Documentos Técnicos, Controle de Emissão de Documentos Técnicos e Controle de Distribuição de Documentos Técnicos. Neste módulo também são definidas as reuniões de análise crítica do projeto e os critérios de validação dos produtos emitidos.
Monitoramento	São apresentados os seguintes relatórios: Indicador de Faturamento, Indicador de Prazo de Realização e de Entrega de Relatórios, Indicador de Atendimento a Solicitações dos Clientes – Projetos Ativos. O botão “Farol de Resultados” dá acesso ao arquivo com os resultados mensais dos projetos ativos e tem como finalidade subsidiar as reuniões de análise crítica que são realizadas periodicamente.
Outros	A opção “Normas de Codificação de Produtos” dá acesso aos códigos para definição do número de cada produto emitido, enquanto que a opção “Código de Despesas” dá acesso a Lista de Códigos do Sistema de Custos da empresa.
Resultados	Aqui estão apresentados os índices obtidos através dos formulários de Monitoramento de Projetos.
Edição de dados	Todo o sistema é suportado por módulos de entrada de dados contendo: planejamento dos serviços, despesas e resultados (ligado ao sistema de controle financeiro da empresa), solicitações de clientes, equipe técnica e emissão de produtos.

Fonte: Elaboração própria.

Os instrumentos de acompanhamento e o controle permitem à Coordenação programar os estágios de formulação e execução do projeto e fornecer informações em tempo real, sobre: 1. Atividades esperadas e prazos; 2. Prever e programar os recursos necessários à execução das diversas atividades; 3. Estabelecer sistemas de controle de execução e 4. Definir prioridades e objetivos intermediários para os projetos.

O mais importante objetivo da implantação de sistemas de controle confiáveis é possibilitar a tomada de decisões sobre ações preventivas ou corretivas, em tempo hábil. Para isso, periodicamente serão realizadas reuniões de acompanhamento e de análise crítica quando são definidos planos de ações preventivas e/ou corretivas considerando eventuais problemas ou pendências que interfiram no andamento dos trabalhos, designando um responsável por cada processo ou tarefa relacionada, com as respectivas datas metas para sua efetivação.

6.1.1.2. Gestão da Qualidade

O **CONSÓRCIO HYDROS-FFA** utilizará o Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ da empresa líder. Esse Sistema foi planejado de forma a atender a todos os requisitos aplicáveis da norma NBR ISO 9001:2000, assim como ao QUALIOP – Programa de Qualidade das Obras Públicas da Bahia, PSQ do Setor de Projetos de Arquitetura e Engenharia Consultiva e ao SIAC - Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil do PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat.

O SGQ tem como princípio o foco no cliente e na melhoria contínua dos processos, evidenciado na política de qualidade da empresa líder do **CONSÓRCIO HYDROS-FFA**: **desenvolver e aplicar soluções de engenharia, com utilização de colaboradores capacitados, visando a garantir a satisfação do cliente e a melhoria contínua do sistema.** A política é desdobrada em objetivos da qualidade, mensurados e analisados criticamente pela alta direção.

O Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga será desenvolvido seguindo os procedimentos do SGQ (**Quadro 6.2**) da empresa líder do **CONSÓRCIO HYDROS-FFA** e, para garantir o atendimento aos requisitos e objetivos da qualidade, serão controlados todos os processos que podem afetar a qualidade do produto. Para isso a empresa líder do **CONSÓRCIO HYDROS-FFA** utiliza o SIGH informatizando todo o processo de planejamento e controle dos estudos, planos e projetos, o que permite obter maior precisão e confiabilidade dos resultados.

Quadro 6.2 - Procedimentos SGQ

PLANEJAMENTO
As necessidades e requisitos exigidos do contrato são identificados e analisados. Um cronograma físico-financeiro é elaborado com a previsão dos recursos a serem alocados, da infraestrutura necessária para atender os requisitos do Projeto, equipamentos e serviços de apoio, assim como os custos.
REALIZAÇÃO DO PRODUTO
Os serviços são executados e todos os Documentos Técnicos resultantes são numerados, de forma a assegurar sua rastreabilidade. Os Relatórios são editados e padronizados conforme normas específicas. É realizada a verificação da qualidade de todo documento técnico para que todo produto recebido pelo cliente esteja conforme.
ANÁLISE CRÍTICA
Realizada com o objetivo de avaliar o projeto em um dado momento, identificar problemas e propor soluções.
VALIDAÇÃO
O processo de validação serve para assegurar que o projeto seja capaz de atender ao planejado e cumprir seus objetivos.
ANÁLISE E MELHORIA
É feito com base em indicadores que servem para medir os resultados dos projetos quanto à satisfação do cliente. Esses indicadores se referem à entrega de produtos e prazos de entrega, atendimento a solicitações, pesquisa de satisfação do cliente e faturamento. Reuniões periódicas são realizadas para analisar resultados e tratar desvios, prever ações preventivas e corretivas, identificar oportunidades de melhoria, discutir resultados de auditorias e promover a melhoria contínua do sistema.
ENCERRAMENTO
Quando todas as atividades previstas são finalizadas e todos os produtos são entregues e aprovados é emitido o Termo de Encerramento de Projeto levado ao contratante para aprovação formal, quando o projeto será considerado concluído.

Fonte: Elaboração própria.

O SGQ está baseado em três elementos: Manual da Qualidade, Procedimentos da Qualidade e Instruções de Trabalho. Esses documentos são controlados e visam à normatização e bom funcionamento dos diversos processos do SGQ.

7. PRODUTOS

Quadro 7.1 - Produtos Previstos no Contrato

Nº	PRODUTO	RELATÓRIO	DESCRIÇÃO	MÊS
1	Relatório de Andamento I	Relatórios 1, 2, 3	– RELATÓRIO 1 – Contém o registros dos eventos e atividades realizadas no período (mês 1 do contrato) com a compilação das informações transmitidas nas reuniões técnicas indicando o estágio atual de desenvolvimento das atividades; – RELATÓRIO 2 – Contém o Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental e o os resultados parciais do Diagnóstico Socio-organizativo; – RELATÓRIO 3 – Contém o Plano de Trabalho, detalhando a metodologia a ser desenvolvida, elencando os subprodutos propostos, quantificados, detalhados e subdivididos em etapas, fases e atividades, consoante com os entendimentos mantidos entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE em cumprimento ao Termo de Referência e já revisado conforme as contribuições do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga. Também está apresentado neste relatório a concepção inicial do Banco de Dados.	01
2	Relatório de Andamento II	Relatório Mensal 4	– RELATÓRIO 4 – deve conter o projeto do banco de dados, indicação de software a ser utilizado, manual de operação e implantação do sistema.	02
3	Relatório de Andamento III	Relatório Mensal 5 e 6	– RELATÓRIO 5 - deve conter levantamentos, mapas, gráficos, análises e as informações levantadas sobre a situação fundiária. – RELATÓRIO 6 - deve conter levantamentos, mapas, gráficos, análises e as informações levantadas sobre uso e ocupação do solo.	03
4	Relatório de Andamento IV	Relatório Mensal 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17	– RELATÓRIO 7 - deve conter a sistematização das informações levantadas nesta atividade, bem como as análises efetuadas, explicitando seu conteúdo através de textos, mapas, gráficos, tabelas e ilustrações, referentes aos aspectos sócio-econômicos levantados, permitindo a adequada compreensão das informações apresentadas; – RELATÓRIO 8 - deve conter a sistematização do levantamento da situação cadastral dos imóveis, explicitando seu conteúdo através de textos, mapas, gráficos, tabelas e ilustrações; – RELATÓRIO 9 - deve conter a sistematização dos levantamentos referentes à infraestrutura existente e projetada; – RELATÓRIO 10 - deve conter a sistematização dos levantamentos do sistema viário e transporte; – RELATÓRIO 11 - deve conter a sistematização dos levantamentos referentes às áreas de risco. – RELATÓRIO 12 - deve conter a sistematização dos levantamentos referentes dos planos e projetos de urbanização previstos; – RELATÓRIO 13 - deve conter a sistematização dos levantamentos referentes à situação dos logradouros; – RELATÓRIO 14 - deve conter a sistematização dos levantamentos referentes à situação ambiental; – RELATÓRIO 15 - deve conter a sistematização da análise da legislação urbanística e ambiental; – RELATÓRIO 16 - deve conter os produtos referentes ao levantamento Topográfico; – RELATÓRIO 17 - deve conter os produtos referentes ao levantamento geotécnico.	04
5	Relatório de Andamento V	Relatório Mensal 18	– RELATÓRIO 18 - deve conter a sistematização das informações levantadas nesta atividade, bem como as análises efetuadas e proposições, explicitando seu conteúdo através de textos, mapas, gráficos, tabelas e ilustrações, referentes ao cenário prospectivo.	05
6	Relatório de Andamento VI	Relatório Mensal 19	– RELATÓRIO 19 – Deve conter o Plano Urbanístico Ambiental, o Plano de Acessibilidade e Mobilidade, e os Anteprojetos de Lei;	06
7	Relatório de Andamento VII	Relatório Mensal 20	– RELATÓRIO 20 – Deve conter Plano de Regularização Fundiária e a Definição de Diretrizes para o estabelecimento de ZEIS.	07

Continua

Quadro 7.1 - Produtos Previstos no Contrato

Nº	PRODUTO	RELATÓRIO	DESCRIÇÃO	MÊS
8	Relatório de Andamento VIII	Relatório Mensal 21	– RELATÓRIO 21 - deve conter, de forma detalhada e justificada, o programa preliminar de atividades e intervenções propostas para dentro as áreas selecionadas nas comunidades (Fidalgo/Raposo; Senhor do Bonfim; Canto do Rio; Cações; Barragem e Alto do Pôr-do-Sol – Alto do Girassol, Biribeira, Carobeira, Carangi, Barragem, Estrada do Fidalgo, Raposo, Canto do Rio, Bosque Ipitanga I e II, Vila Santana, Pedreira Aratu, Pôr do Sol, Fazenda Tapera, Pousada do Campo, Cações, Estrada CIA/Aeroporto), apresentando: as estimativas de incremento de população indicadas através de textos, gráficos e tabelas; a descrição, distribuição e localização territorial das atividades e intervenções propostas para o perímetro da área por meio de mapeamentos, gráficos, tabelas e ilustrações, referentes aos aspectos abordados, permitindo a adequada compreensão das proposições apresentadas.	08
9	Relatório de Andamento IX	Relatório Mensal 22	– RELATÓRIO 22 deve conter: a) planta de implantação da proposta (Master Plan), representando a ocupação prevista para o perímetro das comunidades selecionadas e apresentadas no Relatório 21 e sua inserção na poligonal do Vetor Ipitanga; b) planta com indicação das áreas passíveis de desapropriação; c) planta com identificação dos imóveis a serem mantidos, relocados ou substituídos; d) planta com setorização dos usos não residenciais previstos para as áreas selecionadas; e) planta com localização dos empreendimentos de habitação; f) planta com identificação das áreas destinadas à implantação de áreas de preservação e espaços públicos; g) planta com identificação dos locais de implantação de equipamentos públicos; h) cortes, desenhos em planta e vistas referentes aos projetos propostos; i) cortes, desenhos em planta e vistas de situações tipo das soluções relacionadas a intervenções de sistema viário; j) memorial contendo no mínimo: – descrição das soluções urbanísticas e das atividades, tanto públicas quanto privadas, previstas para o perímetro das comunidades, justificadamente; – quantificação dos incrementos populacionais previstos, – quantificação da população residente a ser reassentada; – caracterização econômica, social e habitacional das áreas objeto da intervenção.	09
10	Relatório de Andamento X	Relatório Mensal 23	– RELATÓRIO 23 – Deve conter os Projetos executivos que foram definidos para as comunidades de Fidalgo/Raposo; Senhor do Bonfim; Canto do Rio, Alto do Girassol, Biribeira, Carobeira, Carangi, Barragem, Estrada do Fidalgo, Raposo, Canto do Rio, Bosque e outras; conforme estabelecido nas Atividades S.1 e S.4.1	10
11	Relatório de Andamento XI	Relatório Mensal 24	– RELATÓRIO 24 – Deve conter Projetos executivos que forem definidos para as comunidades de Cações, Barragem, Alto do Pôr-do-Sol, Ipitanga I e II, Vila Santana, Pedreira Aratu, Pôr do Sol, Fazenda Tapera, Pousada do Campo, Cações, Estrada CIA/Aeroporto e outras; conforme estabelecido nas Atividades S1 e S.4.2	11

Continua

Quadro 7.1 - Produtos Previstos no Contrato

(Continuação)

Nº	PRODUTO	RELATÓRIO	DESCRIÇÃO	MÊS
12	Relatório de Andamento XII	Relatório Mensal 25	– RELATÓRIO 25: deve conter o projeto executivo da infraestrutura viária, drenagem e manejo de águas pluviais; conforme estabelecido na Atividade S.5.	12
13	Relatório de Andamento XIII	Relatório Mensal 26 a 29	– RELATÓRIO 26: deve conter o projeto de detalhamento das redes secundárias de distribuição do sistema de abastecimento de água; conforme estabelecido na Atividade S.6. – RELATÓRIO 27: deve conter o projeto executivo do sistema de esgotamento Sanitário; conforme estabelecido na Atividade S.7. – RELATÓRIO 28: deve conter Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos; – RELATÓRIO 29: deve conter os Estudos Socioambientais;	13
14	Relatório de Andamento XIV	Relatório Mensal 30	– RELATÓRIO 30: deve conter a síntese dos produtos elaborados para divulgação dos resultados.	14

Fonte: Adaptado do Termo de Referência da Concorrência Pública nº 004/2012 - SEDUR.

8. CRONOGRAMA

Ver **Anexo 8** – Cronograma.

CONCEPÇÃO INICIAL DO BANCO DE DADOS

1. ESTRUTURAÇÃO DO BANCO DE DADOS

Um banco de dados consiste na reunião e organização de informações que possam ser inter-relacionadas. A manipulação desses dados ocorre por meio de um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), representado por *softwares* que tem como objetivo gerenciar o acesso ao banco de dados criado e sua manipulação e organização de maneira eficiente, sendo possível inserir, consultar e excluir dados. A seguir está apresentado o **Quadro 1.1** com os requisitos mais importantes para um SGBD:

Quadro 1.1 - Principais Requisitos para SGBD's

Requisito	Definição
Facilidade de uso	A modelagem do banco de dados deve refletir a realidade das aplicações, e o acesso aos dados deve ser feito de forma simples.
Correção	Os dados armazenados no banco de dados devem refletir um estado correto da realidade modelada.
Facilidade de manutenção	Alterações na forma de armazenamento dos dados devem afetar as aplicações o mínimo possível.
Confiabilidade	Atualizações não devem ser perdidas e não devem interferir umas com as outras.
Segurança	O acesso aos dados deve ser controlado de acordo com os direitos definidos para cada aplicação ou usuário.
Desempenho	O tempo de acesso aos dados deve ser compatível com a complexidade da consulta.

Fonte: QUEIROZ; FERREIRA, 2006.

Quando os dados possuem referência espacial, ou seja, estão amarrados a um sistema de coordenadas conhecido, têm-se os bancos de dados geográficos. Nestes, os dados alfanuméricos estão vinculados a dados espaciais, o que possibilita a realização de consultas espaciais. Estes dados espaciais serão utilizados nos chamados Sistemas de Informações Geográficas – SIG.

Entende-se que um SIG é

[...] um sistema com capacidade para aquisição, armazenamento, tratamento, integração, processamento, recuperação, transformação, manipulação, modelagem, atualização, análise e exibição de informações digitais georreferenciadas, topologicamente estruturadas, associadas ou não a um banco de dados alfanuméricos (ROCHA, 2000 apud GALANTE e BRITO, 2003).

Os SIGs, nos quais estão inseridas SGBDs tem a capacidade de armazenar os atributos descritivos (dados alfanuméricos) e as geometrias dos dados, podendo relacioná-los (QUEIROZ; FERREIRA, 2006).

1.1. OBJETIVO

A atividade de estruturação de um banco de dados para o Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para o Vetor Ipitanga tem como objetivo elaborar um projeto para a estruturação de um sistema de gerenciamento de banco de dados que conterà as informações coletadas e geradas durante o trabalho.

Diante da complexidade e variedade de informações que serão levantadas e produzidas, durante o processo de elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para o Vetor Ipitanga, compreende-se a necessidade do uso de um SIG para o desenvolvimento das atividades.

1.2. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Conforme Queiroz e Ferreira (2006), como passo inicial é indicado que se faça uma avaliação dos dados que possivelmente serão trabalhados e, se possível, uma descrição dos mesmos por meio de conceitos, para que se tenha um entendimento generalizado das informações que poderão ser trabalhadas.

Além de dados alfanuméricos, serão trabalhados dados georreferenciados, ou seja, que possuem alguma referência espacial, advindas de compilações de bases já existentes e de elaboração de novas bases.

A composição do SIG para o Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para o Vetor Ipitanga está sendo inicialmente pensada de maneira a fazer a compilação das informações dentro da realidade e limitações existentes. Sua estruturação se dará, inicialmente, da seguinte maneira:

I - Estrutura de Banco de Dados:

- SGDB - onde serão armazenadas as informações alfanuméricas coletadas e produzidas no decorrer do projeto.
- Banco de Dados Espacial – com as informações de caráter espacial armazenadas. Essas informações serão divididas de acordo com a forma de espacialização, utilizando-se dos formatos vetoriais e raster.

II - Estrutura de Pastas:

- Armazenamento das informações coletadas e/ou produzidas em outros formatos que não possibilitam a inserção em uma das estruturas de banco de dados citadas anteriormente.

Os bancos de dados deverão ser alimentados, portanto, com as informações coletadas (socioeconômicas, ambientais e físico-territoriais), imagens, plantas e mapas digitalizados e será utilizado como ferramenta de planejamento e gestão de outras etapas do Plano.

Para que seja possível relacionar as informações de um banco de dados, deve-se haver o máximo de padronização possível dos mesmos. Os dados espaciais, por exemplo, devem estar amarrados a um único Sistema de Referência Geodésico.

De maneira preliminar, são listados a seguir alguns dados que comporão o banco de dados do presente estudo:

- Poligonal da área de estudo;
- Dados relativos a levantamentos socioeconômicos: situação fundiária, uso e ocupação do solo, levantamento da situação cadastral do imóvel, renda, escolaridade, atividades econômicas predominantes, dentre outros;
- Sistema viário;
- Equipamentos urbanos;
- Recursos hídricos;

- Áreas de Preservação Ambiental – APA;
- Mapeamento das restrições ambientais;
- Mapeamento pedológico (solos);
- Mapeamento das áreas de risco;
- Elementos naturais e de valores ecológicos e/ou paisagísticos; e
- Imagens de satélite e/ou fotografias aéreas;

Após avaliação prévia das informações que deverão fazer parte dos bancos de dados, deve ser definido de que maneira estes serão organizados e qual *software* de SGBD e Banco de Dados Espacial serão utilizados. No entanto pode-se apontar a possível utilização para a construção e gestão do Banco de Dados Espacial o software ArcGIS e, para o SGBD, o PostgreSQL, com aplicação de entrada dos dados desenvolvida em Linguagem PHP.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Departamento de Ciência Política Universidade Federal de Minas Gerais. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opin. Publica, Campinas, v. 18, n. 2, nov. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 09 maio 2013.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI. 2006. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. In: _____; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A (orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e terra, 2006; Campinas, UNICAMP.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GALANTE, Alan Carvalho; BRITO, Jorge Luís Nunes e Silva. **Aplicação da Tecnologia SIG no Planejamento Urbano Municipal: Um Estudo de Caso do Município de Macaé**. XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. Belo Horizonte, 2003.

NOGUEIRA, M. A. Potências, limites e seduições do poder. São Paulo: Editora UNESP, 2008. _____ . Um Estado para a sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

QUEIROZ, Gilberto Ribeiro; FERREIRA, Karine Reis. **Tutorial sobre Bancos de Dados Geográficos**. GeoBrasil 2006.DPI, INPE, 2006. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/TutorialBdGeo_GeoBrasil2006.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso et ali. (2008). TEIXEIRA, Elenaldo (coord.) *Sociedade Civil na Bahia. Papel político das organizações*. Salvador: Edufba.

PMS. Prefeitura Municipal do Salvador. Lançando as Bases do Projeto: Memorial da Proposta de Intervenção Físico-urbanística e Sócio-ambiental para as áreas de Periperi, Praia Grande e Coutos. Salvador, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1 - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO VETOR IPITANGA

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

PORTARIA CONJUNTA Nº 01, DE 18 DE MARÇO DE 2013.

ALTERA E SUBSTITUI A PORTARIA Nº 004/2008, QUE INSTITUIU E NOMEOU MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO VETOR IPITANGA.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, E O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Simples datado de 01/01/2007, considerando o Decreto Estadual nº 7.596 de 05/06/1999 e a Lei nº 10.431/2006, considerando que as represas do Ipitanga estão inseridas na Área de Proteção Ambiental - APA Joanes/Ipitanga, que as represas do Ipitanga são mananciais de abastecimento de água na RMS, que é crescente a demanda pelo uso e ocupação do solo na região de confluência dos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho no Estado da Bahia,

RESOLVEM

Art. 1º Alterar e substituir a Portaria nº 004/2008, que instituiu e nomeou membros do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga, visando realizar estudos, participar de reuniões, apoiar tecnicamente as comunidades residentes na área de abrangência, e propor alternativas para a elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, com a finalidade de proteger as represas do Ipitanga I e II e suas Áreas de Preservação Permanente (APP), bem como dotar a área de infra-estrutura urbana adequada.

Art. 2º O GT Vetor Ipitanga passa a ser composto pelos seguintes membros:

I - DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR

Titular: Anésio Miranda Fernandes
Suplente: Maria Valéria Gaspar de Queiroz Ferreira
Titular: Albérico Correia Silva
Suplente: Milena Alves Dias Falcão
Titular: Maria de Lourdes Costa Souza
Suplente: Mariana Moreira Dias

II - DA EMBASA

Titular: Evanildo Pereira de Lima
Suplente: Renata Silveira Fraga

III - DA CONDER

Titular: Mara Rosana Castagno
Suplente: Francisnália de Almeida Silva

IV - DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA

Titular: Geneci Braz de Sousa (gestor da APA)
Suplente: Celiane Ribeiro Miranda Santiago

Titular: Célia Regina Menezes Bandeira
Suplente: José Pondé Junior

V - DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR

Titular: Cláudio Conduru
Suplente: Maria Cândida D'Assumpção Beltrão

VI - DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

Titular: Rita de Cassia O. Nascimento
Suplente: Sueli Barreto dos Santos

VII – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

Titular: André Luís Carvalho Santos

Suplente: Marcio Costa Del Rey Crusoé

Art. 3º A coordenação dos trabalhos do GT Vetor Ipitanga permanece sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através dos titulares das Superintendências que o compõe.

Art. 4º São atribuições dos membros do GT Vetor Ipitanga:

- avaliar, acompanhar e direcionar os estudos técnicos;
- elaborar Termos de Referência para contratação de estudos de interesse do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga;
- fiscalizar o conteúdo dos trabalhos técnicos elaborados mediante contratação de serviço de consultoria;
- incorporar o resultado dos estudos no planejamento e nas ações específicas das instituições que representam, inclusive prevendo recursos financeiros a serem incorporados ao orçamento;
- elaborar a agenda das ações que subsidiarão os trabalhos do GT Vetor Ipitanga.

Art. 5º O prazo de funcionamento do GT Vetor Ipitanga se dará até a conclusão do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e da implantação dos seus projetos.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os termos da Portaria nº 004/2008.

Salvador, 07 de março de 2013.

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO
Secretário de Desenvolvimento Urbano

EUGÊNIO SPENGLER
Secretário de Meio Ambiente

**ANEXO 2 - LISTA DE PRESENÇA DA APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO
VETOR IPITANGA – 09/04/2013**

LISTA DE PRESENÇA

Reunião com os membros do Grupo de Trabalho Vetor Ipitanga

Local: Sala de reunião GASEC / SEDUR no dia 09/04/2013. Horário: 09h30.

Nome	Contatos	E-mail	Assinatura
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR			
1. Titular: Anésio Miranda Fernandes	3118-3120	anesio.f.miranda@sedur.ba.gov.br	Anésio
2. Suplente: Maria Valéria Gaspar de Queiroz Ferreira	3118-3243	VALERIA.FERRAZ@SEDUR.BA.GOV.BR	AD
3. Titular: Albérico Correia Silva	3118-8030	alberico.correia@sedur.ba.gov.br	Albérico
4. Suplente: Milena Alves Dias Falcão			
5. Titular: Maria de Lourdes Costa Souza	3118-3214	lourdes.costa1@sedur.ba.gov.br	Mysa
6. Suplente: Mariana Moreira Dias			
EMBASA			
7. Titular: Evanildo Pereira de Lima			
8. Suplente: Renata Silveira Fraga	3360-2255	renata.fraga@embasa.ba.gov.br	Renata Fraga
CONDER			
9. Titular: Mara Rosana Castagno	3117-3452	MARA ROSANA CASTAGNO	Mara
10. Suplente: Francislânia de Almeida Silva			

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA

11.	Titular: Geneci Braz de Sousa			
12.	Suplente: Celiane Ribeiro Miranda Santiago			
13.	Titular: Célia Regina Menezes Bandeira	31156955	celia.bandeira@sema.ba.gov.br	Celia Bandeira
14.	Suplente: José Pondé Junior	31156094	Jose.Ponde@sema.ba.gov.br	Jose Pondé Junior

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR

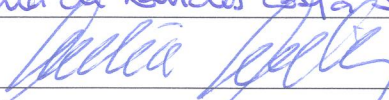
15.	Titular: Cláudio Conduru	2105-2917	claudioconduru@gmail.com	Cláudio Conduru
16.	Suplente: Maria Cândida D'Assumpção Beltrão	2105-2918	candida.ab@hotmail.com	Maria Cândida D'Assumpção Beltrão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

17.	Titular: Rita de Cassia O. Nascimento	8507-6525 / 3296-8300 / 317	RITAONASCIMENTO@HOTMAIL.COM	Rita de Cassia O. Nascimento
18.	Suplente: Sueli Barreto dos Santos	3296-8300 / 302	SUELI.BEPPAN@GMAIL.COM	Sueli Barreto dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

19.	Titular: André Luís Carvalho Santos	8881-5003	ANDRELUIS.CARVALHO@FAROS.COM.BR	André Luís Carvalho Santos
20.	Suplente: Marcio Costa Del Rey Crusoé	9729-6019	MARCIOCRUSOE@HOTMAIL.COM	Marcio Costa Del Rey Crusoé

NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATOS	E-MAIL
21. EDISON RIBEIRO SANTOS	SPA/SEMA	3335-6098	Edison.ribeiro@sema.ba.gov.br
22. CARLOS DAMIANEC	EMBASA	3372 4934	DM.@EMBASA-BA.GOV.BR
23. KARLA BENEVIDES	HYDROS ENG. PLAN.	3272 8200	Karlabenevides@hydrosistem.com.br
24. FLORIANO FREIRE AMORIM	FFA/ARQ.URB	3358-6953	ffa.arq.urbs@gmail.com
25. LIANA VIVEIROS	HYDROS ENG. PLAN.	3272-8200	lianaviveiros@hydrosistem.com.br piuviveiros@gmail.com
26. Maria da Landes Costa Souza	SEDUR/SH	3118-3214	landes.souza1@sedur.ba.gov.br
27. 	SEDUR/GUB	3118-3837	adilson.assis@sedur.ba.gov.br
28. JOHNNY REFEITO DOS SANTOS	Assessoria Especial SEDUR/SH	3118-5703	assessoria.especial1@sedur.ba.gov.br
29. Magda Macedo	SEDUR/ASRI	3118 - 3207	assessoria.especial1@sedur.ba.gov.br
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			

**ANEXO 3 - MINUTA DE ATA E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO TÉCNICA DE
APRESENTAÇÃO PRÉVIA DO PLANO DE TRABALHO AO FISCAL DO CONTRATO
– 23/04/13**

ATA DE REUNIÃO 23/04/2013	
Assunto:	Reunião de trabalho - Prévia da Apresentação do Plano de Trabalho ao Núcleo Gestor do Vetor Ipitanga.
Participantes:	Albérico Correia Silva (SEDUR), Tânia Maria D. Vasconcelos (SEDUR), Karina A. S. do Nascimento (SEDUR/SGT), Floriano Freaza Amoedo (HYDROS/FFA), Liana Viveiros (HYDROS/FFA), Karla Benevides (HYDROS/FFA), Damile Menezes P. Mata (SEDUR/SAN), Nilvan S. Conceição (SEDUR), Anésio Miranda (SEDUR/SAN) – Ver Lista de Presença (ANEXO 1).
CONTRATO: N° 007/2013 – Vetor Ipitanga	

Ao vigésimo terceiro dia do mês de maio do ano de dois mil e treze, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Sedur, localizada na 5ª Avenida N° 550, Centro Administrativo da Bahia – CAB, o Sr. Anésio Miranda inicia a reunião e esclarece que aquela reunião marcava o início dos trabalhos do CONSÓRCIO de modo que a responsabilidade sobre atas e registros de presença estaria a cargo das empresas. Informou que a data de assinatura do contrato – 15 de abril – servirá como data de referência para contagem do prazo de execução dos serviços. O CONSÓRCIO informou que irá executar o planejamento das atividades a partir desta data e que a coordenação técnica será compartilhada entre as empresas. A gerente do contrato, Arqta. Liana Viveiros solicitou que a reunião agendada pelo “GT -Vetor Ipitanga” para o dia 30/04/2013 com as lideranças comunitárias da área fosse planejada para cumprir com a **Atividade B.1 – Oficina Técnica de Entrada** que consiste no alinhamento quanto aos procedimentos, fluxos e sistemáticas de trabalho envolvendo o CONSÓRCIO HYDROS-FFA, a SEDUR e demais instituições e entidades que irão participar do desenvolvimento dos trabalhos. O Sr. Anésio ficou responsável por se certificar que o tempo disponibilizado para o espaço de realização do evento seja de – ao menos - um turno, que é o tempo necessário para realização da atividade. O coordenador técnico, o Arqto. Floriano Freaza pontuou sobre a necessidade de existir uma estratégia de condução das ações para lidar com a expectativa popular em relação ao projeto. Demandou sobre os projetos em andamento na área e solicitou informações (mapeamento) do sistema de abastecimento complementar implantado na área. O Sr. Anésio se responsabilizou por encaminhar a demanda a Embasa. Ainda quanto à estratégia de condução do processo foi levantada a participação do Ministério Público que solicitou reuniões trimestrais de acompanhamento e se colocou a disposição para colaborar. A fim de mitigar possíveis conflitos decorrentes de questionamentos que deverão surgir em todas as reuniões foi sugerido pelo CONSÓRCIO que a SEDUR como Estado reservasse no início de cada reunião pública um tempo para divulgação de notícias, esclarecendo sobre as ações em andamento na área. Liana Viveiros iniciou a apresentação. O Sr. Albérico sugeriu que o aspecto “Conflitos associados à gestão território” fosse incluído alterado de “aspectos relevantes” para “pontos críticos”. A medida que as questões mais relevantes foram apresentadas destacou-se a centralidade da Embasa e a importância de sua participação do “GT – Vetor Ipitanga” com membros qualificados e com poder de decisão. Outro ponto relevante levantado se refere a elaboração do Plano de Manejo da APA Joanes-Ipitanga que encontra-se em desenvolvimento. O Sr. Albérico apontou a necessidade de dialogo cooperativo entre a empresa consultora (Ecosystema Consultoria Ltda) e o CONSÓRCIO a fim de evitar incompatibilidades técnicas e um excesso de levantamentos junto às comunidades, o que gera desgastes e falta de credibilidade. Neste sentido ficou acertado que seria solicitado a SEMA o diagnóstico elaborado e avaliado a possibilidade de incorporação dos dados ao estudo do Vetor Ipitanga. Ainda como uma possível dificuldade identificada foi levantada pelo CONSÓRCIO a necessidade de congelamento, selagem e fiscalização da área para a execução



dos trabalhos. O Sr. Anésio levantou que este trabalho deverá ser realizado com a participação do Ministério Público, Polícia Ambiental e Prefeitura Municipal de Salvador. O Sr. Albérico completou sugerindo que fossem suspensas todas as emissões de licenças até o fim da elaboração do Plano. Ficou decidido que esta sugestão será passada a Prefeitura de Salvador através do membro do “GT – Vetor Ipitanga” na reunião de 24/04/2013. Ainda como ponto importante foi levantado pelo CONSÓRCIO a necessidade de encaminhamento do “GT – Vetor Ipitanga” quanto a distribuição da área de cadastro e projeto. O contrato cobre uma área de apenas 50ha (cinquenta hectares) enquanto as áreas ocupadas são muito superiores a este número. Deste modo foram propostas duas opções: Concentrar os 50 ha em uma comunidade de elaborar um projeto mais integrado; Distribuir a área de 50 ha entre as comunidades e elaborar projetos pontuais. Neste momento o Sr. Albérico se colocou para o CONSÓRCIO ponderando que vê neste Plano uma possibilidade de criação de um projeto de referência cujas ações deverão ser ousadas e inovadoras a fim de solucionar uma urbanização em área de relevância ambiental. Floriano Freaza concordou com a colocação de Albérico e complementou apontando para a necessidade de estratégia na condução do processo e de um posicionamento firme do Estado para que os princípios adotados sejam mantidos até o fim do processo ao contrário de outros projetos em que a urgência pela execução de ações de habitação levaram a desconsideração dos valores inicialmente estabelecidos. Ainda com relação a habitação de interesse social, o Sr. Nilvan informou sobre a publicação de uma portaria conjunta entre SEMA/SEDUR que tira a obrigatoriedade de consulta ao Conselho Gestor da APA para implantação de habitação de interesse social. E demonstrou preocupação quanto as potenciais consequências ambientais para a APA. O Sr. Anésio aproveitou para informar sobre o “envelopamento” do rio Ipitanga, que já dispõe de Projeto Conceitual elaborado através do PAC Desastres Naturais. Alertou para o fato de que este projeto tem interferência direta no Vetor Ipitanga e se comprometeu a enviar o material existente ao CONSÓRCIO. Por fim, Liana Viveiros colocou que entende que devido ao tempo que esta comunidade está pleiteando melhorias e por razões estratégicas deve-se pensar na implantação de um grande equipamento público de uso coletivo para área como um Centro Olímpico, talvez. Deu-se por encerrada a reunião de trabalho e aprovada a apresentação para a reunião de 24/04/2013 com o GT – Vetor Ipitanga. Eu, Karla Patrícia Benevides Henriques, arquiteta da empresa Hydros Engenharia S/A, lavrei e assino a presente ata, a qual também é assinada pelos demais participantes que assim desejarem.



LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO: CONTRATO Nº007/13- VETOR IPITANGA

Nome	Órgão	Telefone	E-mail	Assinatura
Tônia Maria D. Vasconcelos	SEDUR	31188130	Tonia.Vasconcelos@SEDUR.ba.gov.br	FML Vasconcelos
Albercio Correia Silva	SEDUR	3118-3080	albercio.correia@sedur.ba.gov.br	Albercio
Karina A. S. de Albuquerque	SEDUR	3118-3081	KARINA.ALBURQUEQUA@SEDUR.BA.GOV.BR	Karina
Flávia Frenza Augusto	HYDROS-FFA	3358-6953	ffa@ffa-arquitetura.com	Flávia
Liane Viveiros	HYDROS-FFA	9111-9086	lianeviveiros@hydrosilic.com.br	Liane
KARLA BENEVIDES	HYDROS-FFA	32827200	Karlabenevides@hydrosistem.com.br	Karla
Damile Menezes P. Mota	SEDUR	3118-3243	damile.mota1@sedur.ba.gov.br	Damile
NILVAN S. CONCEIÇÃO	SEDUR	3118-3121	NILVAN.ENG@GMAIL.COM	Nilvan

ANEXO 4 – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO



PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL
E PROJETOS ESPECÍFICOS PARA O
V E T O R I P I T A N G A

Apresentação para o Grupo de Trabalho Vetur
Ipitanga

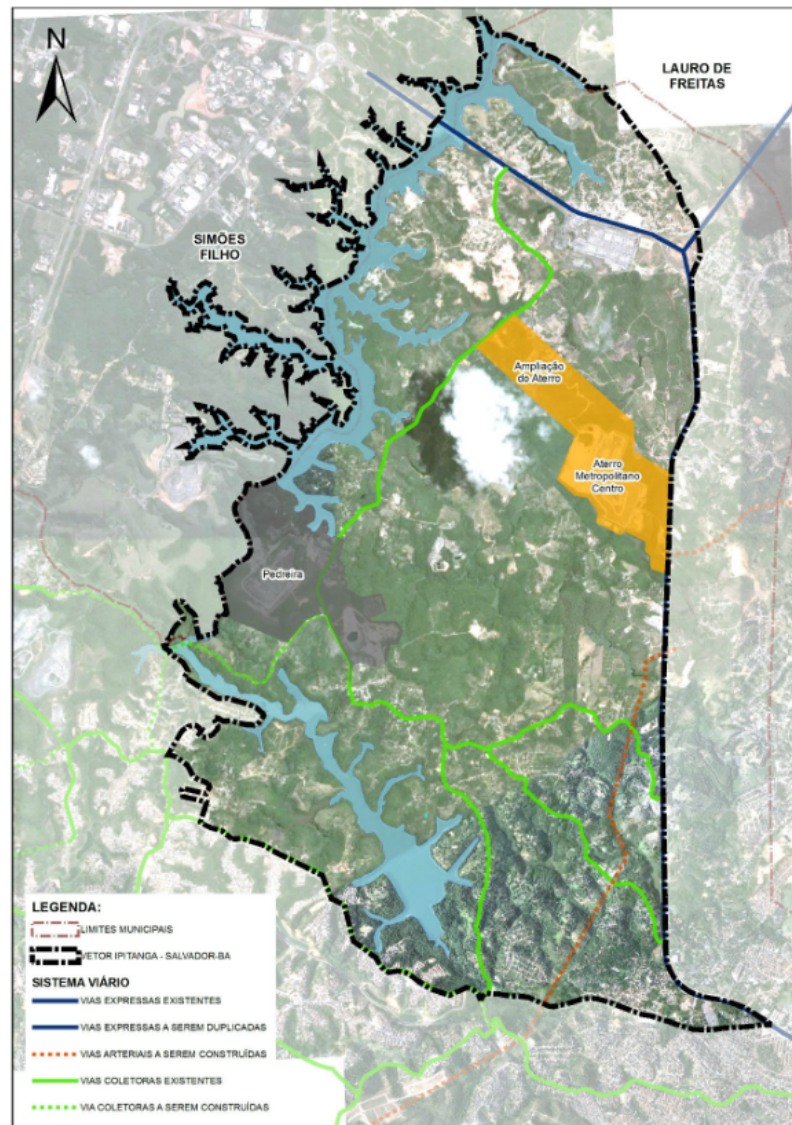
30 de abril de 2013

Consórcio
 **HYDROS**  **ffa**

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO



Área de Abrangência



Pontos Críticos

- Conflito entre a preservação ambiental e as pressões geradas pelos processos urbanos.
- A incompatibilidade entre pobreza/ exclusão social e sustentabilidade ambiental.
- Potencial do planejamento urbano de se colocar como instrumento de controle e promotor da sustentabilidade no desenvolvimento local.
- Importância da área no contexto metropolitano.
- Conflitos associados à gestão do território por parte dos diversos atores.

Aspectos Específicos Relevantes, Problemas ou Dificuldades Identificados para a Execução do Trabalho:

- Especificidades de área fronteiriça;
- Interface com outros planos, programas e projetos existentes e previstos para a área;
- Problemas associados aos reservatórios Ipitanga I, II e III – demanda de água e relação com a Embasa;
- Problemas associados à proposição de melhoria da qualidade da água já que a bacia hidrográfica extrapola a área de abrangência do estudo;
- Presença de empreendimentos potencialmente poluidores (matadouros, pedreiras e outros);
- Aterro sanitário e relação com o entorno;
- Compatibilidade das demandas sociais, em especial as necessidades habitacionais, com a premissa de conservação e preservação ambiental;
- Problemas associados a metodologias participativas (expectativas, limitações no atendimento das demandas, perda de foco);

Aspectos Específicos Relevantes, Problemas ou Dificuldades Identificados para a Execução do Trabalho:

- O Plano e o esforço interinstitucional como uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida da população;
- Eventuais incompatibilidades com o PDDU/2008, LOUOS e outras normas urbanísticas e ambientais;
- Monitoramento do uso e ocupação futura (pós-plano);
- Como assegurar desdobramento futuros (gestão);
- Problemas associados à escassez de dados secundários para os estudos básicos;
- Realização de cadastros nas comunidades relação com a violência urbana e tráfico;
- Adensamento nas comunidades e as medidas de controle da ocupação (congelamento, selagem, fiscalização, pactuação etc.);
- Aspectos relevantes e dificuldades a serem enfrentadas para o diagnóstico fundiário;e
- Estruturação de banco de dados e sua utilização no processo de planejamento.



Objetivo Geral

Elaborar o Plano Urbanístico e Ambiental e os projetos específicos para a área do Vetor Ipitanga com a garantia da qualidade socioambiental, através do planejamento e da promoção da sustentabilidade da Sub-bacia do Ipitanga.

Objetivos Específicos

- Rever e definir instrumentos de ordenamento e gestão, inclusive indicadores e parâmetros urbanísticos e ambientais próprios para a área, compatíveis com suas características;
- Delimitar e propor regulamentação para áreas consideradas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ocupadas e de vazios próprios à ocupação;
- Legitimar a participação da população no processo de planejamento, desenvolvimento, implantação, acompanhamento, avaliação e revisão dos planos;
- Identificar as demandas locais para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e as intervenções e investimentos necessários ao seu atendimento, hierarquizando-as, em conjunto com a população;
- Indicar a possibilidade de uso sustentável da área e de utilização de programas de inclusão produtiva;
- Buscar formas de compatibilizar as demandas sociais, em especial as necessidades habitacionais, com a premissa da preservação ambiental;
- Promover a melhoria das condições de vida da população residente na área de abrangência do Vetor Ipitanga;
- Garantir a conservação ambiental e a preservação do manancial de Ipitanga e outras aéreas consideradas importantes;
- Prever ações de curto, médio e longo prazos, articuladas de modo a otimizar os investimentos a serem realizados para a sua consecução;
- Priorizar, nas propostas a serem apresentadas, soluções sustentáveis baseadas na eficiência energética, aproveitamento passivo dos recursos naturais, gestão e economia da água, gestão dos resíduos sólidos, conforto termo-acústico, qualidade do ar e uso racional dos materiais;
- Propor um sistema de monitoramento do uso e ocupação do solo;
- Propor um programa de recuperação de áreas degradadas.





Diretrizes Metodológicas

Diretrizes Gerais

O PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CIDADE

PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO URBANO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

INTEGRAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Diretrizes Específicas

O VETOR IPITANGA COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

ARTICULAÇÃO DA DIMENSÃO LOCAL COM A DIMENSÃO METROPOLITANA

COMPATIBILIDADE ENTRE OS USOS COM GARANTIA DA QUALIDADE AMBIENTAL DAS REPRESAS

Diretrizes Gerais

O PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO
TERRITORIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CIDADE

PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO
URBANO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

INTEGRAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Diretrizes Específicas

O VETOR IPITANGA COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO
DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

ARTICULAÇÃO DA DIMENSÃO LOCAL COM A
DIMENSÃO METROPOLITANA

COMPATIBILIDADE ENTRE OS USOS COM
GARANTIA DA QUALIDADE AMBIENTAL DAS
REPRESAS

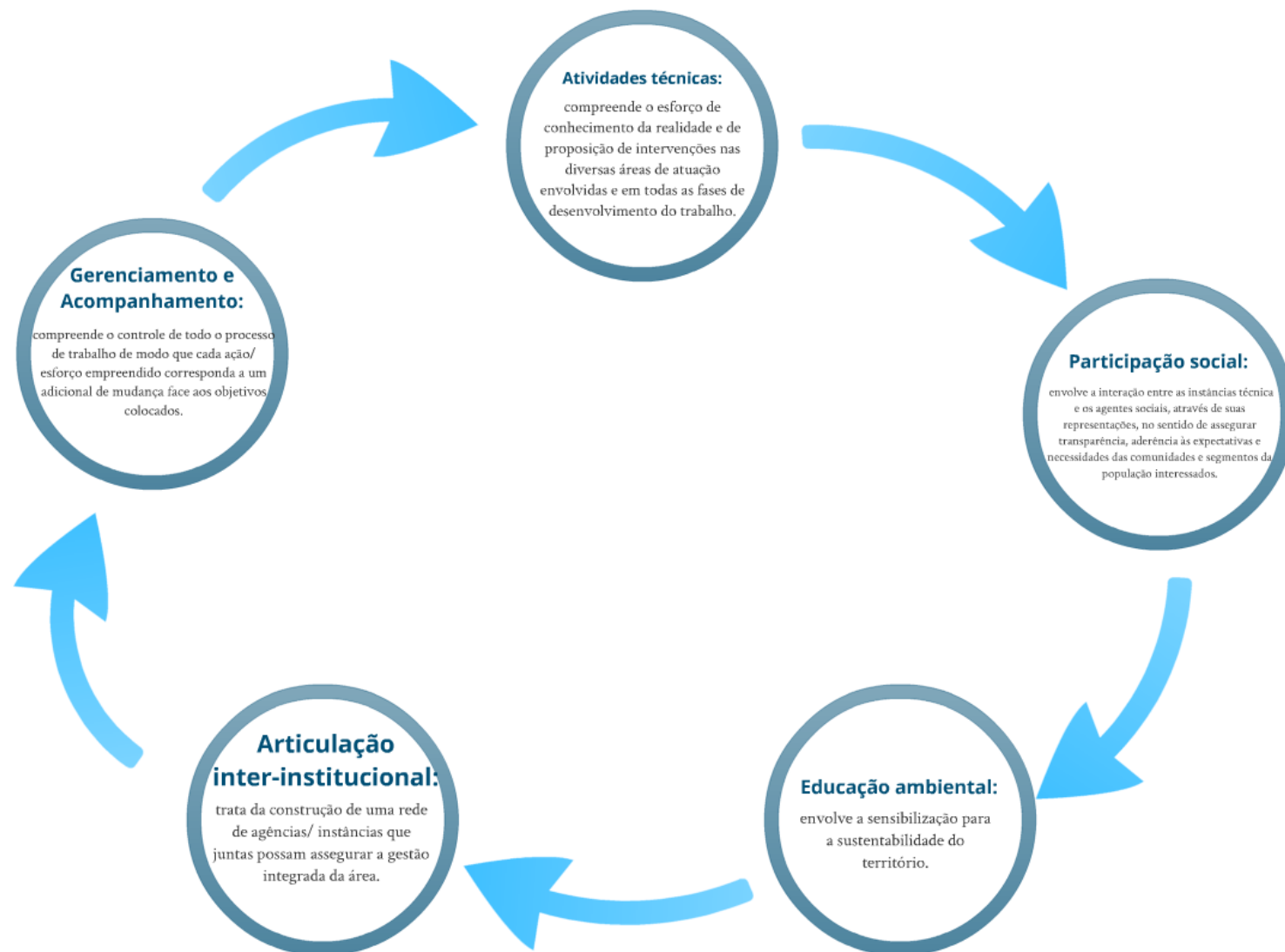
Estratégia Metodológica

Componentes e Escalas

A área aqui definida como Vetor Ipitanga apresenta características que a colocam em dimensões de importância em diferentes escalas:

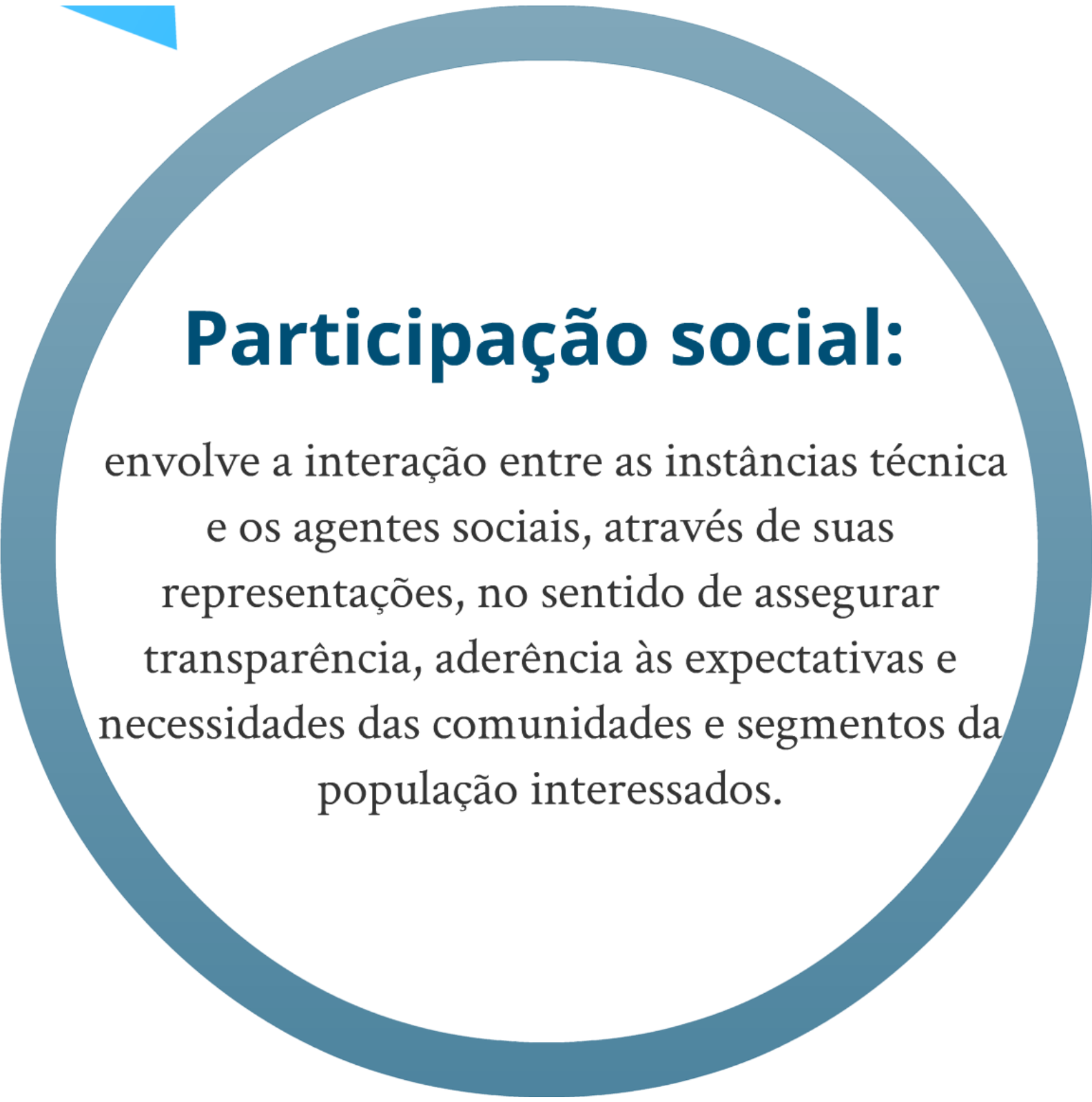
- na escala metropolitana por abranger importantes mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador;
- na escala de Salvador, pela importância estratégica de localização em uma das principais áreas de expansão do município e “ponto de contato” com os demais municípios da RMS e da porção norte e nordeste do Estado;
- na escala local em razão da presença de comunidades em ocupações irregulares, empreendimentos habitacionais, grandes equipamentos, a exemplo do Aterro Sanitário Centro e da CEASA, pedreiras e jazidas de areia e arenoso etc.

Dimensões de Atuação



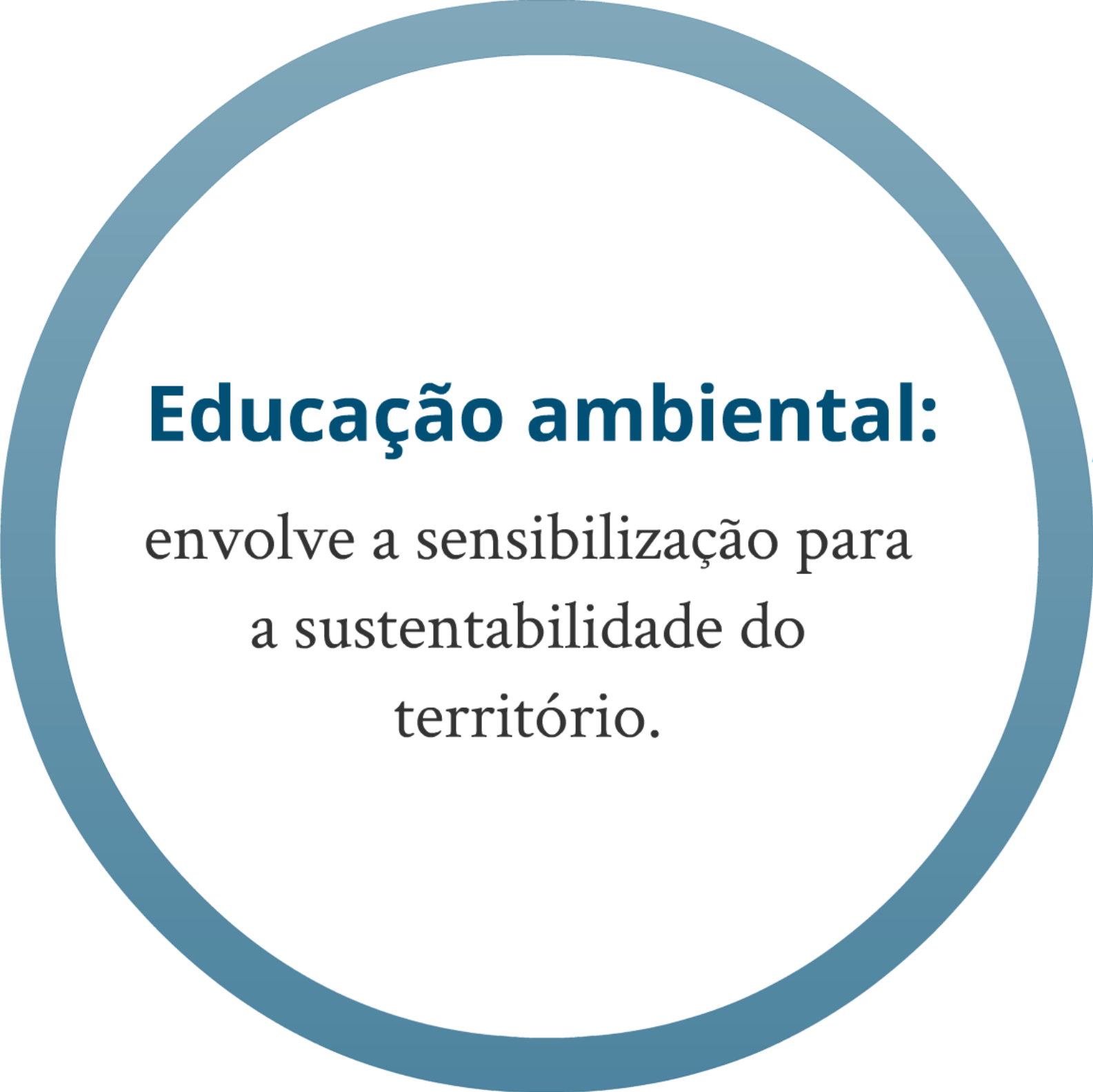
Atividades técnicas:

compreende o esforço de conhecimento da realidade e de proposição de intervenções nas diversas áreas de atuação envolvidas e em todas as fases de desenvolvimento do trabalho.



Participação social:

envolve a interação entre as instâncias técnica e os agentes sociais, através de suas representações, no sentido de assegurar transparência, aderência às expectativas e necessidades das comunidades e segmentos da população interessados.

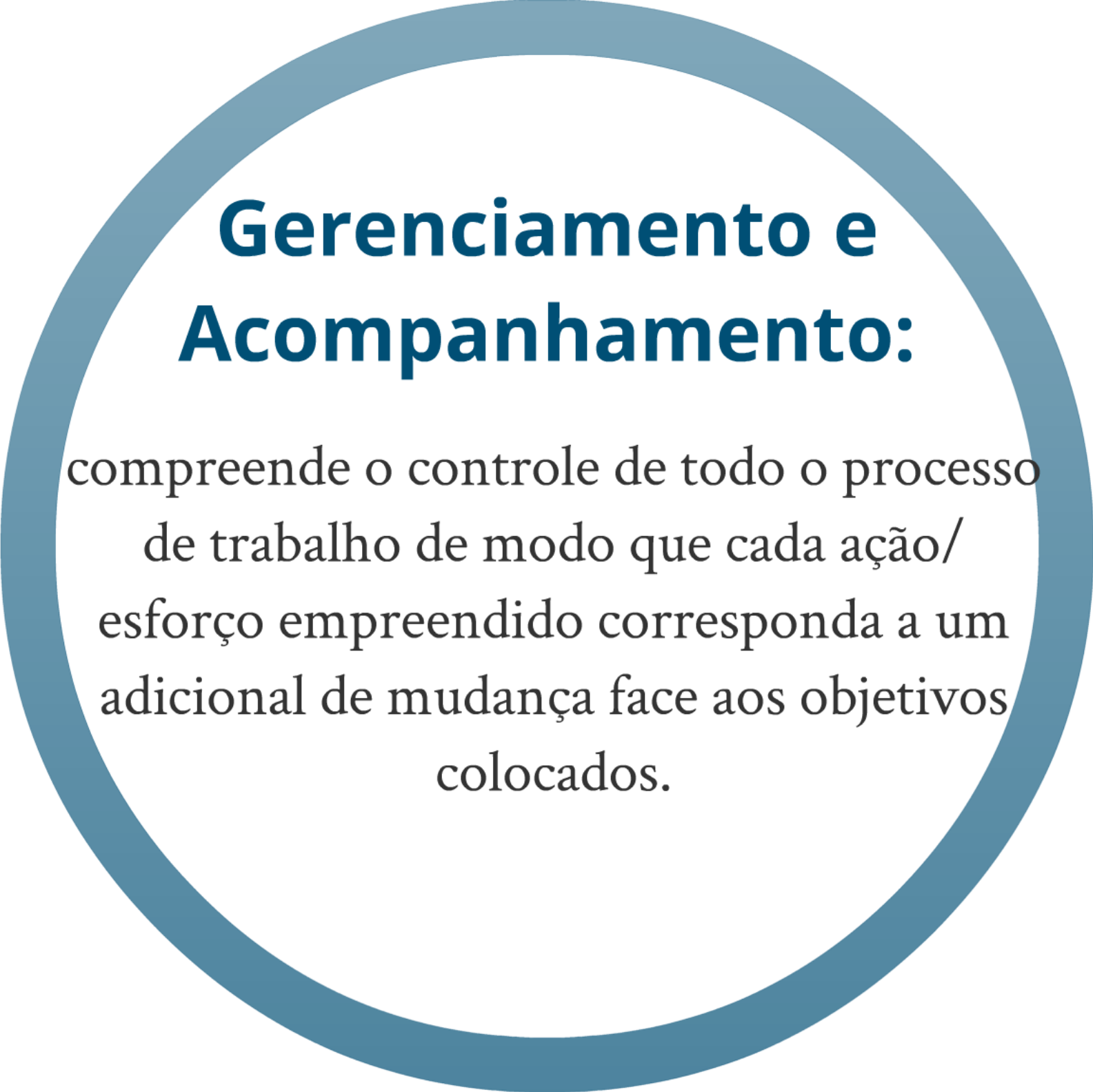


Educação ambiental:

envolve a sensibilização para
a sustentabilidade do
território.

Articulação inter-institucional:

trata da construção de uma rede
de agências/ instâncias que
juntas possam assegurar a gestão
integrada da área.



Gerenciamento e Acompanhamento:

compreende o controle de todo o processo de trabalho de modo que cada ação/ esforço empreendido corresponda a um adicional de mudança face aos objetivos colocados.

Etapas

ETAPA I : AÇÕES PRELIMINARES

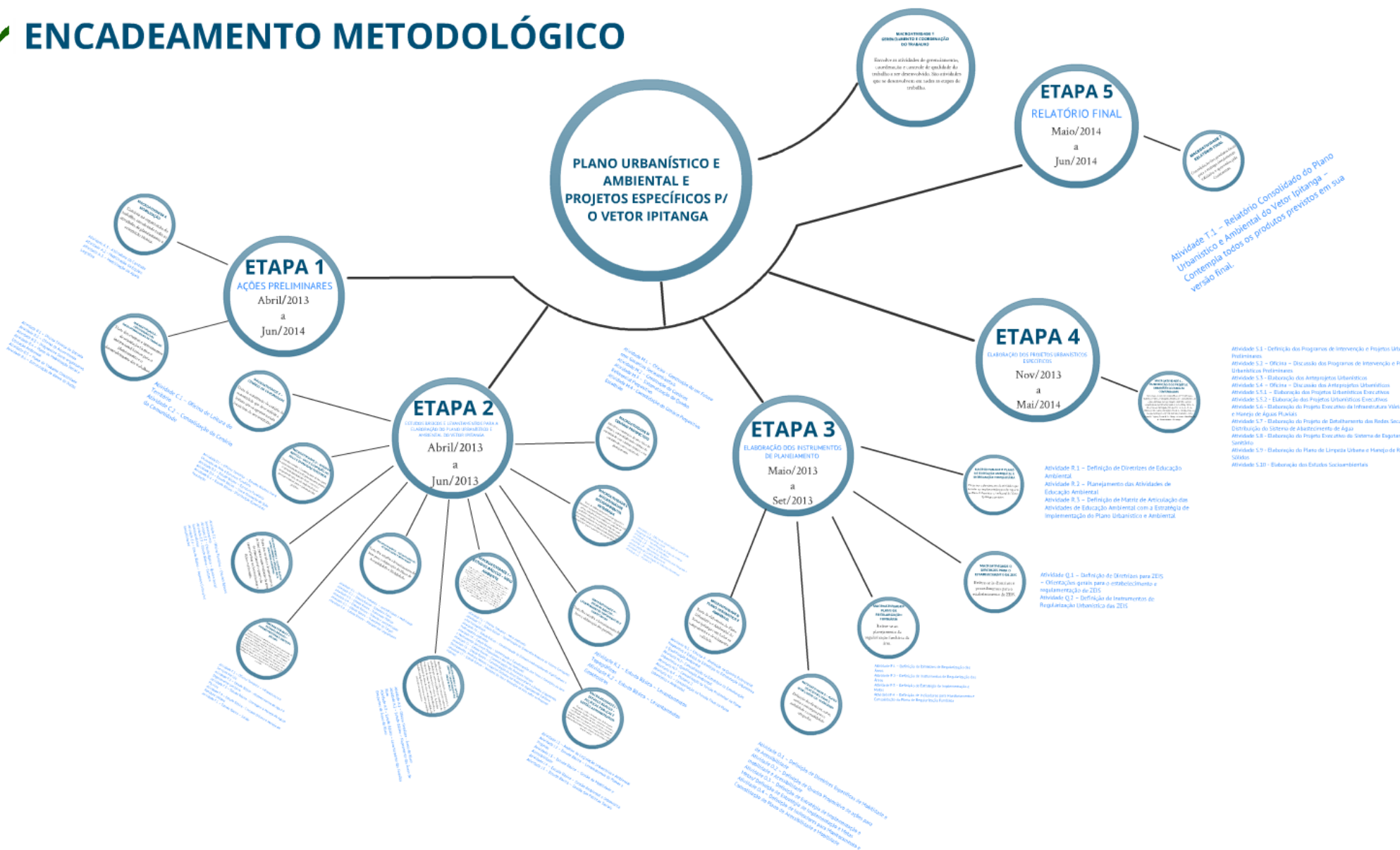
ETAPA II: ESTUDOS BÁSICOS E LEVANTAMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL DO VETOR IPITANGA

ETAPA III: ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

ETAPA IV: ELABORAÇÃO DOS PROJETOS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS

ETAPA V: RELATÓRIO FINAL

ENCADEAMENTO METODOLÓGICO



MACROATIVIDADE 1
GERENCIAMENTO E COORDENAÇÃO
DO TRABALHO

Envolve as atividades de gerenciamento, coordenação e controle de qualidade do trabalho a ser desenvolvido. São atividades que se desenvolvem em todas as etapas de trabalho.



ETAPA 1

AÇÕES PRELIMINARES

Abril/2013

a

Jun/2014

MACROATIVIDADE A MOBILIZAÇÃO

Consiste na organização do trabalho, envolvendo todas as atividades de planejamento e orientação técnica.



Atividade A.1 - Assinatura do Contrato

Atividade A.2 - Mobilização da Equipe

Atividade A.3 – Mobilização do Apoio
Logístico

**MACROATIVIDADE B –
CONSTRUÇÃO DAS
BASES OPERACIONAIS DE TRABALHO**

Trata dos eventos e instrumentos
de orientação técnica e
institucional básicos para o
planejamento e o
desenvolvimento dos trabalhos.

Ativ
Terr

- Atividade B.1 – Oficina Técnica de Entrada
- Atividade B.2 – Oficina de Aquecimento
- Atividade B.3 – Diagnóstico Socio-organizativo
- Atividade B.4 – Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental
- Atividade B.5 – Plano de Trabalho Consolidado
- Atividade B.6 – Estruturação do Banco de Dados

The background of the entire image is a stylized clock face. It features a large, thick blue circular border. Radiating from the center of this circle are several black lines of varying lengths, representing the hour markers of a clock. The text is centered within the blue circle.

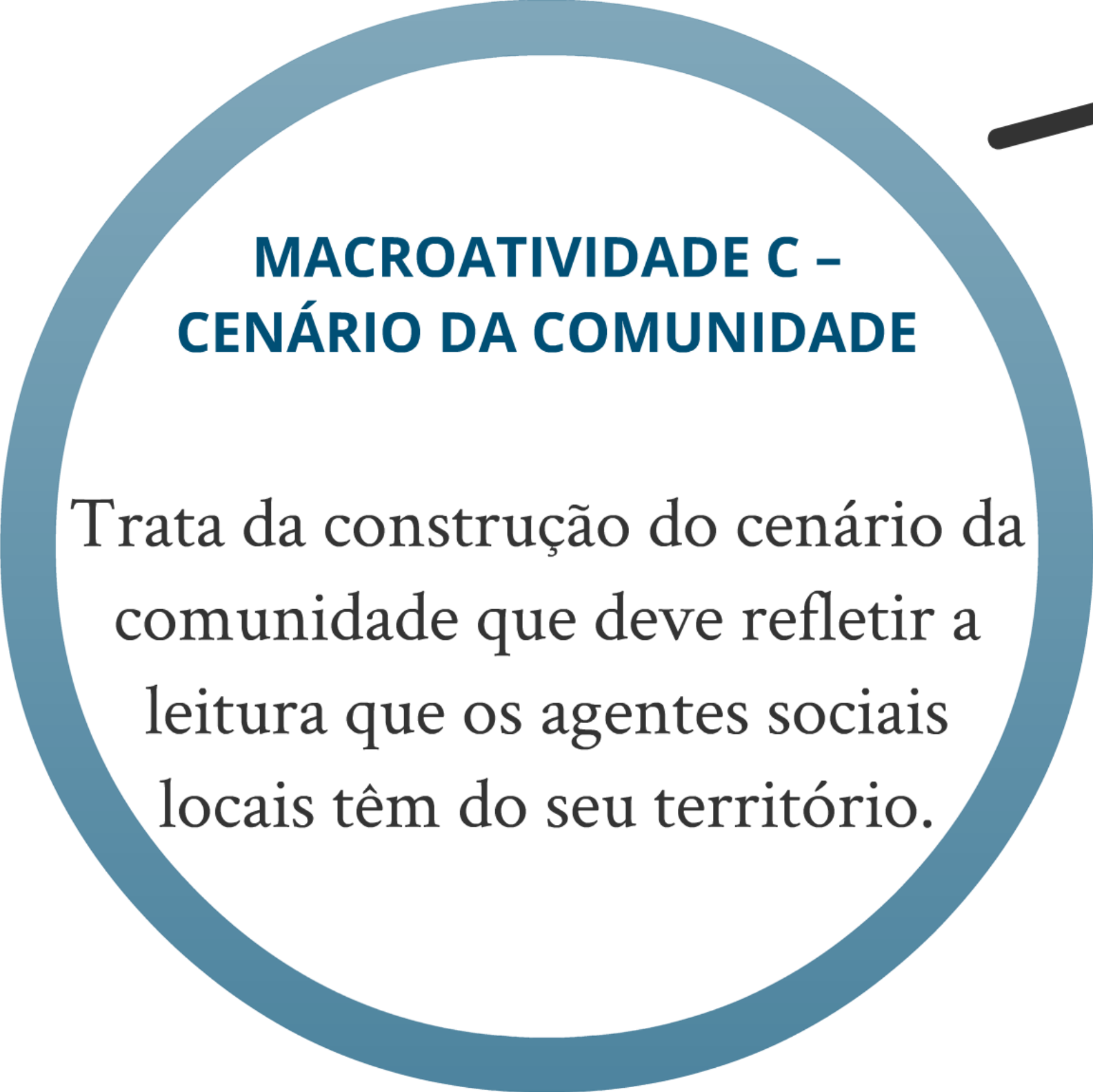
ETAPA 2

ESTUDOS BÁSICOS E LEVANTAMENTOS PARA A
ELABORAÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO E
AMBIENTAL DO VETOR IPITANGA

Abril/2013

a

Jun/2013



MACROATIVIDADE C – CENÁRIO DA COMUNIDADE

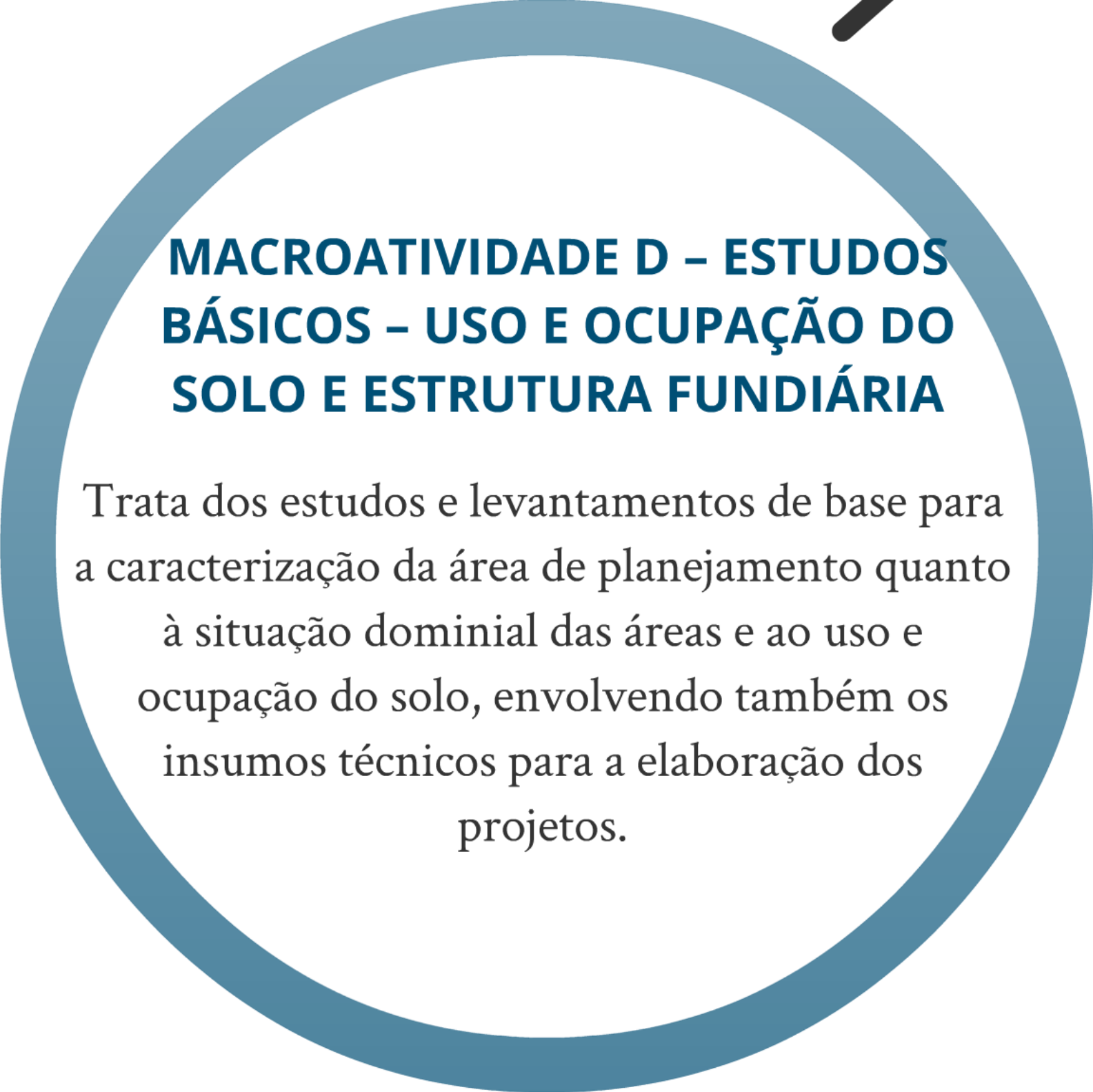
Trata da construção do cenário da comunidade que deve refletir a leitura que os agentes sociais locais têm do seu território.

comunidade que deve
leitura que os agente
locais têm do seu te

Atividade C.1 – Oficina de Leitura do
Território

Atividade C.2 – Consolidação do Cenário
da Comunidade

Atividade D.1 – Oficina
Ocupação do Solo e E
Atividade D.2 – Estud
Atividade D.3 – Estud
Atividade D.4 – Estud



MACROATIVIDADE D – ESTUDOS BÁSICOS – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Trata dos estudos e levantamentos de base para a caracterização da área de planejamento quanto à situação dominial das áreas e ao uso e ocupação do solo, envolvendo também os insumos técnicos para a elaboração dos projetos.

do Cenário

ocupação do solo, e
insumos técnicos
pro

Atividade D.1 – Oficina Temática – Estudos Básicos Uso e Ocupação do Solo e Estrutura Fundiária

Atividade D.2 – Estudo Básico – Estrutura Fundiária

Atividade D.3 – Estudo Básico – Uso e Ocupação do Solo

Atividade D.4 – Estudo Básico - Distribuição Espacial da População

de

**MACROATIVIDADE E – ESTUDOS BÁSICOS
SOCIOECONOMIA E ANÁLISE FÍSICO-
TERRITORIAL PRELIMINAR**

Trata dos estudos e levantamentos de base para a caracterização da área de planejamento quanto às características socioeconômicas e físico-territoriais.

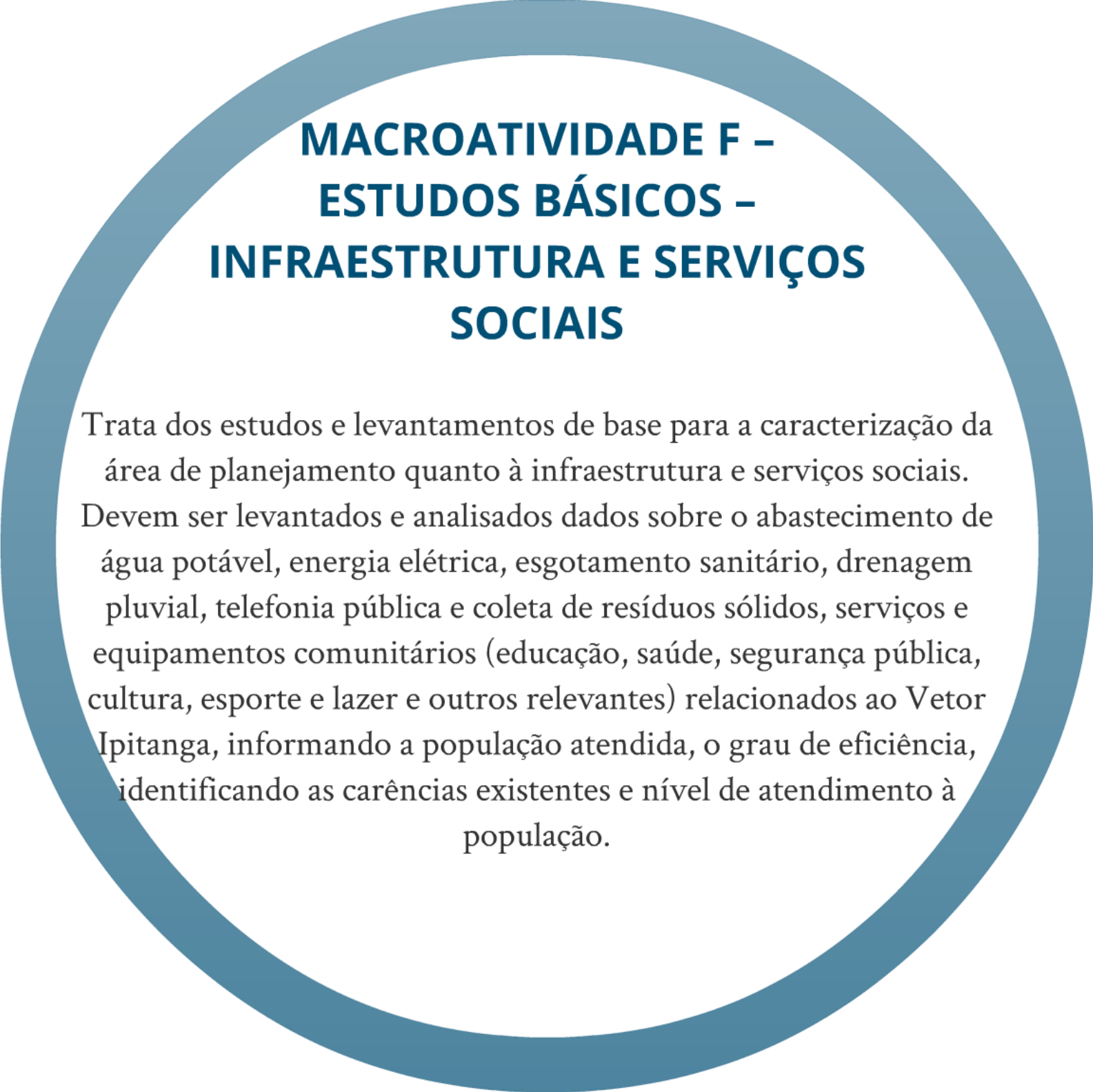


Atividade E.1 – Oficina Temática – Estudos Básicos
Socioeconomia

Atividade E.2 – Estudo Básico – Quadro Social

Atividade E.3 – Estudo Básico – Cadastro
Socioeconômico

Atividade E.4 – Estudo Básico – Aspectos Culturais e
Sociabilidades



MACROATIVIDADE F – ESTUDOS BÁSICOS – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS

Trata dos estudos e levantamentos de base para a caracterização da área de planejamento quanto à infraestrutura e serviços sociais. Devem ser levantados e analisados dados sobre o abastecimento de água potável, energia elétrica, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, telefonia pública e coleta de resíduos sólidos, serviços e equipamentos comunitários (educação, saúde, segurança pública, cultura, esporte e lazer e outros relevantes) relacionados ao Vetor Ipitanga, informando a população atendida, o grau de eficiência, identificando as carências existentes e nível de atendimento à população.



população.

Atividade F.1 – Oficina Temática – Infraestrutura e Serviços Sociais

Atividade F.2 – Estudo Básico - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Atividade F.3 – Estudo Básico - Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

Atividade F.4 – Estudo Básico - Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Atividade F.5 – Estudo Básico – Saúde

**MACROATIVIDADE G – ESTUDOS BÁSICOS –
ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE**

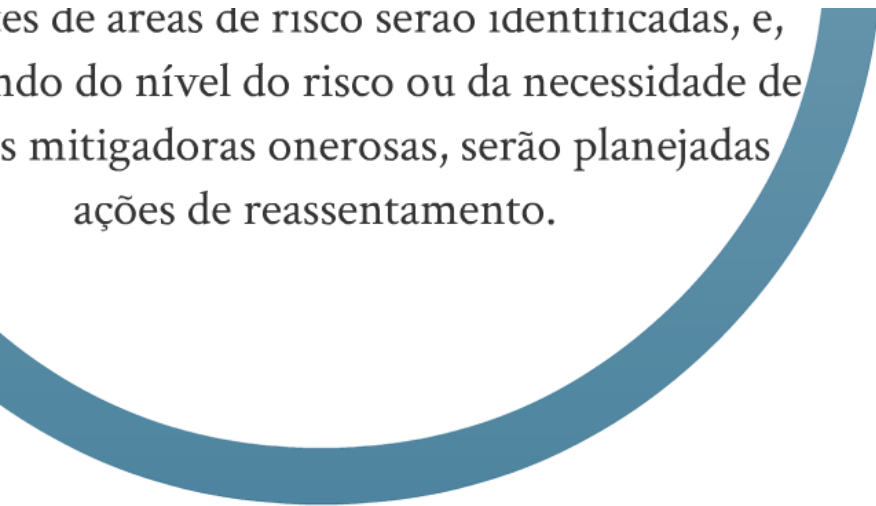
Trata dos estudos e levantamentos de base para a elaboração do Plano de Acessibilidade e Mobilidade.

- 
- Atividade G.1 – Oficina Temática – Acessibilidade e Mobilidade
 - Atividade G.2 – Estudo Básico - Estrutura Viária
 - Atividade G.3 – Estudo Básico - Transporte Público
 - Atividade G.4 – Estudo Básico - Trânsito e Acessibilidade
 - Atividade G.5 – Estudo Básico – Transporte de Cargas
 - Atividade G.6 – Estudo Básico – Situação dos Logradouros

MACROATIVIDADE H – ESTUDOS BÁSICOS – LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO

Identificação, caracterização, mapeamento e classificação de acordo com a evolução e nível de criticidade que serão subsídio para a indicação de medidas de minoração e controle. As famílias ocupantes de áreas de risco serão identificadas, e, dependendo do nível do risco ou da necessidade de medidas mitigadoras onerosas, serão planejadas ações de reassentamento.

es de áreas de risco serão identificadas, e,
ndo do nível do risco ou da necessidade de
s mitigadoras onerosas, serão planejadas
ações de reassentamento.



Atividade H.1 – Oficina Temática - Áreas de Risco

Atividade H.2 – Estudo Básico – Mapeamento das Áreas de Risco

Atividade H.3 – Estudo Básico – Levantamento das Famílias Ocupantes de Áreas de Risco

MACROATIVIDADE I – ESTUDOS BÁSICOS – MEIO AMBIENTE

A macroatividade proposta prevê a identificação, levantamento e análise de fatores bióticos e abióticos no trecho da bacia hidrográfica do rio Ipitanga alvo deste edital. Através dessas atividades serão caracterizados os elementos naturais da área a ser estudada, identificando aspectos relevantes como Áreas de Preservação Permanente que se configurem como restrição ambiental. A partir dessas atividades será caracterizada a rede hídrica local com base na avaliação de parâmetros estabelecidos pela legislação vigente. Com a realização desta macroatividade será possível caracterizar os padrões de uso e ocupação do solo, bem como avaliar os principais impactos ambientais que incidem sobre os recursos naturais identificados na área a ser estudada, caracterizando-os quanto a sua qualidade ambiental.

is da área ser estudada, identificando aspectos relevantes de Preservação Permanente que se configurem como ntal. A partir dessas atividades será caracterizada a rede om base na avaliação de parâmetros estabelecidos pela te. Com a realização desta macroatividade será possível adrões de uso e ocupação do solo, bem como avaliar os ctos ambientais que incidem sobre os recursos naturais na área a ser estudada, caracterizando-os quanto a sua qualidade ambiental.

Atividade I.1 – Oficina Temática – Meio Ambiente

Atividade I.2 – Estudo Básico – Identificação de Elementos Naturais de Valores Ecológicos e/ou Paisagísticos

Atividade I.3 – Estudo Básico – Caracterização de Espaços Ambientalmente Significativos e Problemática Ambiental

Atividade I.4 – Estudo Básico – Identificação e Caracterização dos Tipos e Condições do Solo e Mapeamento das Áreas Degradadas e dos Usos Indevidos

Atividade I.5 – Estudo Básico – Caracterização dos Recursos Hídricos

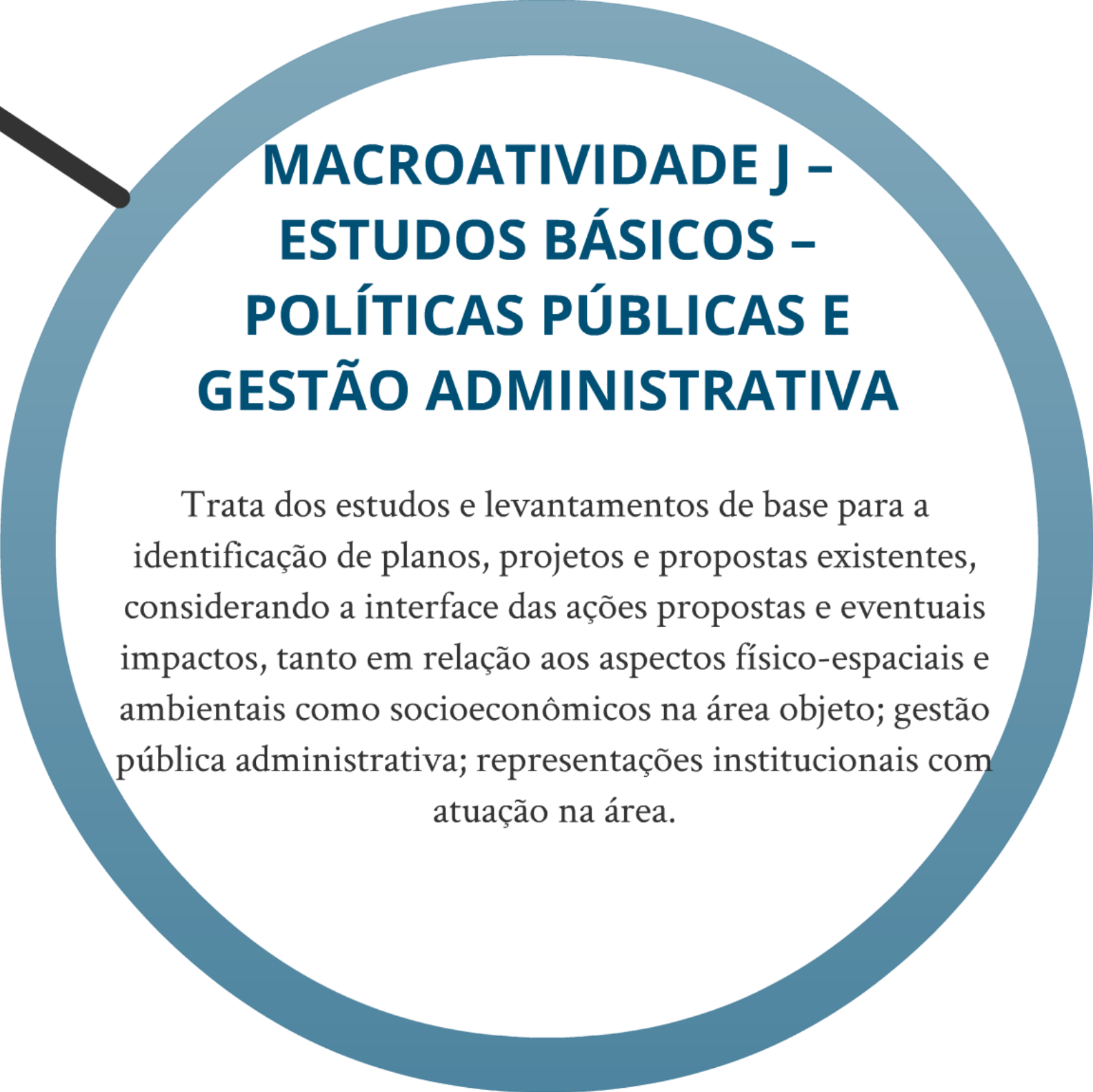
Atividade I.6 – Estudo Básico – Caracterização de Áreas Susceptíveis à Erosão, Alagamento, Deslizamento, Incêndio, Morros e aquelas Cortadas por Redes de Esgotamento Sanitário

Atividade I.7 – Estudo Básico – Impactos do Uso e Ocupação do Solo sobre os Recursos Hídricos

MACROATIVIDADE H – ESTUD
BÁSICOS – LEVANTAMENT
ÁREAS DE RISCO
Identificação, caracterizar
classificação de acordo co
criticidade que serão c
medidas de minc
ocupantes de ár
dendo 2
s.

Ativ
Top
Ativ
Geo

Ativida
Ativida
Droiet

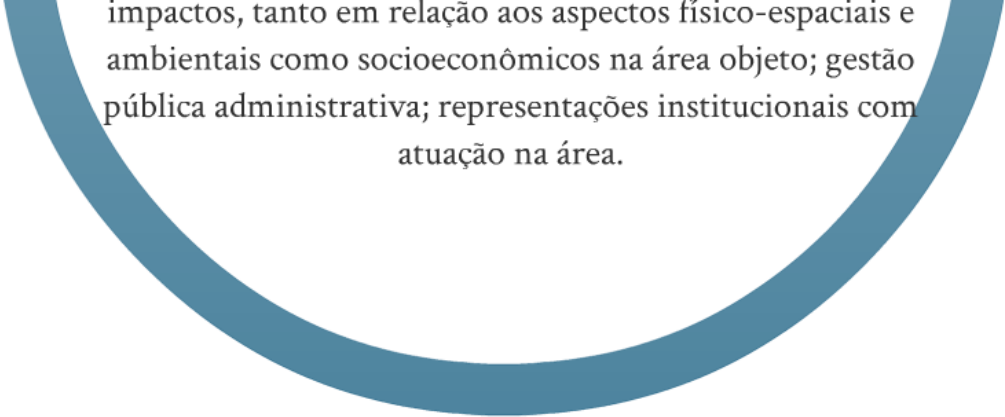


MACROATIVIDADE J – ESTUDOS BÁSICOS – POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Trata dos estudos e levantamentos de base para a identificação de planos, projetos e propostas existentes, considerando a interface das ações propostas e eventuais impactos, tanto em relação aos aspectos físico-espaciais e ambientais como socioeconômicos na área objeto; gestão pública administrativa; representações institucionais com atuação na área.

OS

impactos, tanto em relação aos aspectos físico-espaciais e ambientais como socioeconômicos na área objeto; gestão pública administrativa; representações institucionais com atuação na área.



Atividade J.1 – Análise da Legislação Urbanística e Ambiental

Atividade J.2 – Estudo Básico – Levantamento de Planos e Projetos

Atividade J.3 – Estudo Básico – Gestão da Mobilidade e Acessibilidade

Atividade J.4 – Estudo Básico – Gestão Ambiental e Urbanística

Atividade J.5 – Estudo Básico – Gestão das Políticas Sociais

**MACROATIVIDADE K –
ESTUDOS BÁSICOS –
LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS E
GEOTÉCNICOS**

Trata dos estudos e levantamentos de base a elaboração dos projetos.

POGRÁFICOS E
COS

levantamentos de
dos projetos.

Atividade N.2 – Consolidação da Estratégia Urbanística e Qualificação Ambiental
Atividade N.3 – Consolidação da Versão
Atividade N.4 – Plenária 2
Atividade N.5 – Consolidação da Versão Urbanístico e Ambiental

Atividade K.1 – Estudo Básico – Levantamentos Topográficos
Atividade K.2 – Estudo Básico – Levantamentos Geotécnicos

**MACROATIVIDADE J –
ESTUDOS BÁSICOS –
POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Trata dos estudos e levantamentos de base para a identificação de planos, projetos e propostas existentes.

MACROATIVIDADE L MACROANÁLISE SOCIOAMBIENTAL INTEGRADA

Trata de análises integradas que incorporam as dimensões socioambientais, econômica, urbanística e de gestão. Envolve estudos analíticos e avaliações de qualidade urbanística e ambiental, tendo em conta abordagens qualitativas e quantitativas (indicadores).

Essa análise integrada é orientada pelo Cenário da Comunidade e aporta conteúdos dos Estudos Básicos.

Ativ
Inte
Ativ
Ativ
Ativ
con
Ativ
Ativ

Atividade L.1 – Oficina de Construção de uma Visão Integrada da Realidade Local

Atividade L.2 – Identificação de Eixos de Análise

Atividade L.3 – Análise de Interfaces

Atividade L.4 – Macroanálise Socioambiental Integrada e consolidação do Cenário Referencial

Atividade L.5 – Consolidação de Cadernos Temáticos

Atividade L.6 – Plenária 1

MACROATIVIDADE M CENÁRIO PROSPECTIVO

Envolve a construção de uma visão de futuro, compatibilizando a leitura da comunidade com a leitura técnica, a ser considerada como cenário de planejamento.



Atividade M.1 – Oficina - Construção de um Futuro
com Garantias Socioambientais

Atividade M.2 – Construção de Cenários

Atividade M.3 – Sistematização do Quadro
Referencial Propositivo

Atividade M.4 - Consolidação do Cenário Propositivo
Escolhido



MACROATIVIDADE M
CENÁRIO PROSPECTIVO



ETAPA 3

ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
DE PLANEJAMENTO

Maio/2013

a

Set/2013



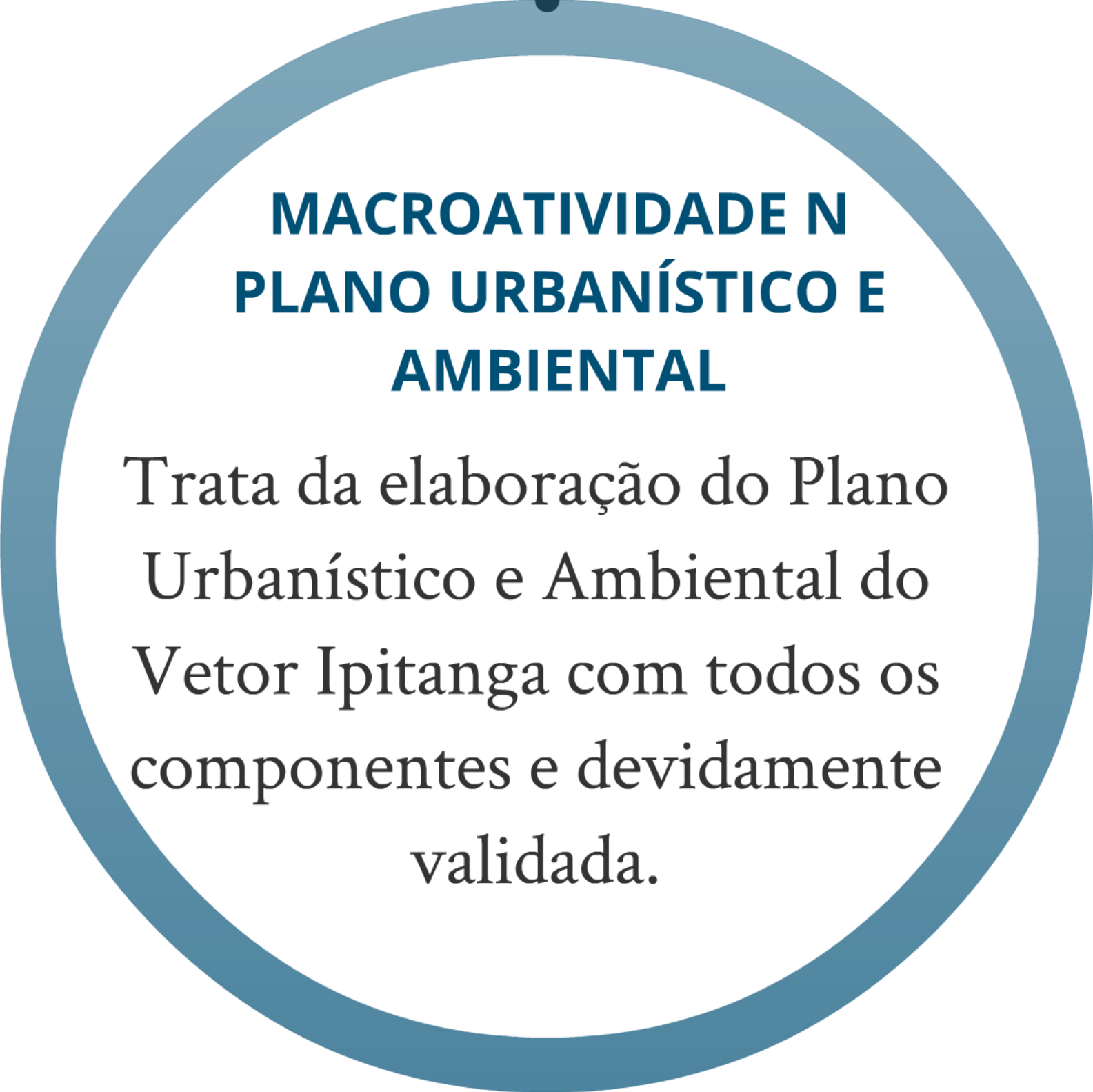
ETAPA 3

ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
DE PLANEJAMENTO

Maio/2013

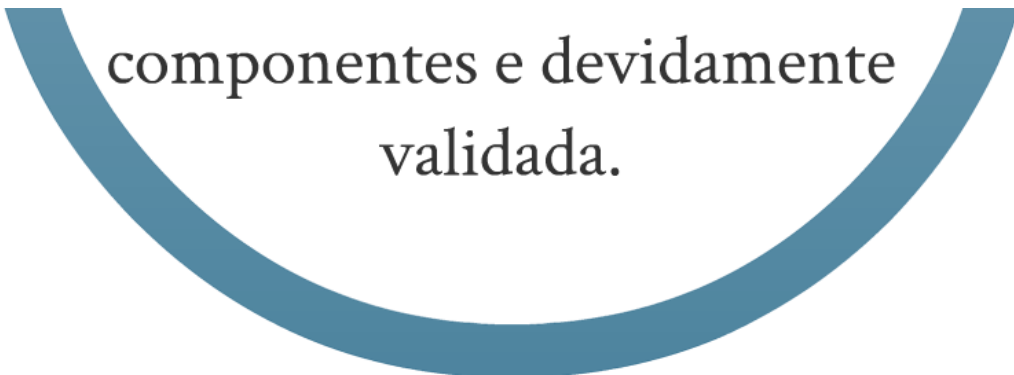
a

Set/2013



MACROATIVIDADE N PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

Trata da elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga com todos os componentes e devidamente validada.



componentes e devidamente
validada.

Atividade N.1 – Oficina 4 - Avaliação do Quadro Referencial
Propositivo e Esboço da Estratégia de Estruturação Urbanística
e Qualificação Ambiental

Atividade N.2 – Consolidação da Estratégia de Estruturação
Urbanística e Qualificação Ambiental

Atividade N.3 – Consolidação da Versão Preliminar do Plano

Atividade N.4 – Plenária 2

Atividade N.5 – Consolidação da Versão Final do Plano
Urbanístico e Ambiental

o Básico – Levantamentos

n Básico – Levantamentos

**MACROATIVIDADE O – PLANO
DE ACESSIBILIDADE E
MOBILIDADE (LEI 10.098/2000)**

Definição das diretrizes, ações,
metas e estratégias para a
mobilidade e acessibilidade
adequadas.



Atividade O.1 – Definição de Diretrizes Específicas de Mobilidade e de Acessibilidade

Atividade O.2 – Definição de Quadro Propositivo de ações para mobilidade e Acessibilidade

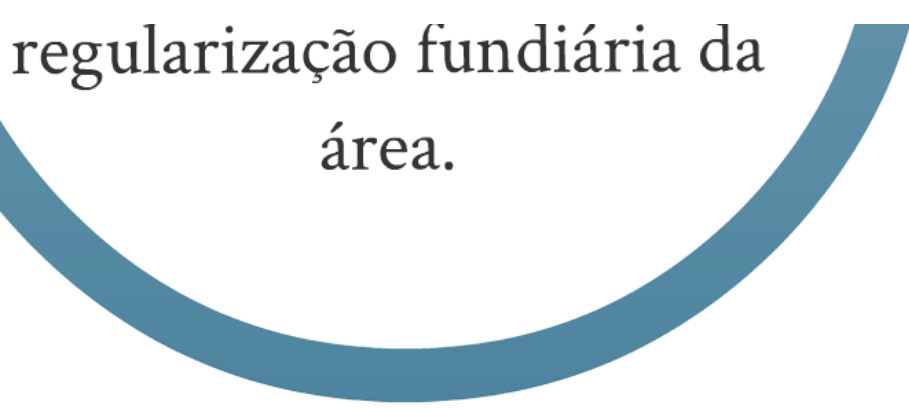
Atividade O.3 – Definição de Estratégia de Implementação e Metas/ Definição de Estratégia de Implementação e Metas

Atividade O.4 – Definição de Indicadores para Monitoramento e Consolidação do Plano de Acessibilidade e Mobilidade

**MACROATIVIDADE P
PLANO DE
REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA**

Refere-se ao
planejamento da
regularização fundiária da
área.

regularização fundiária da
área.

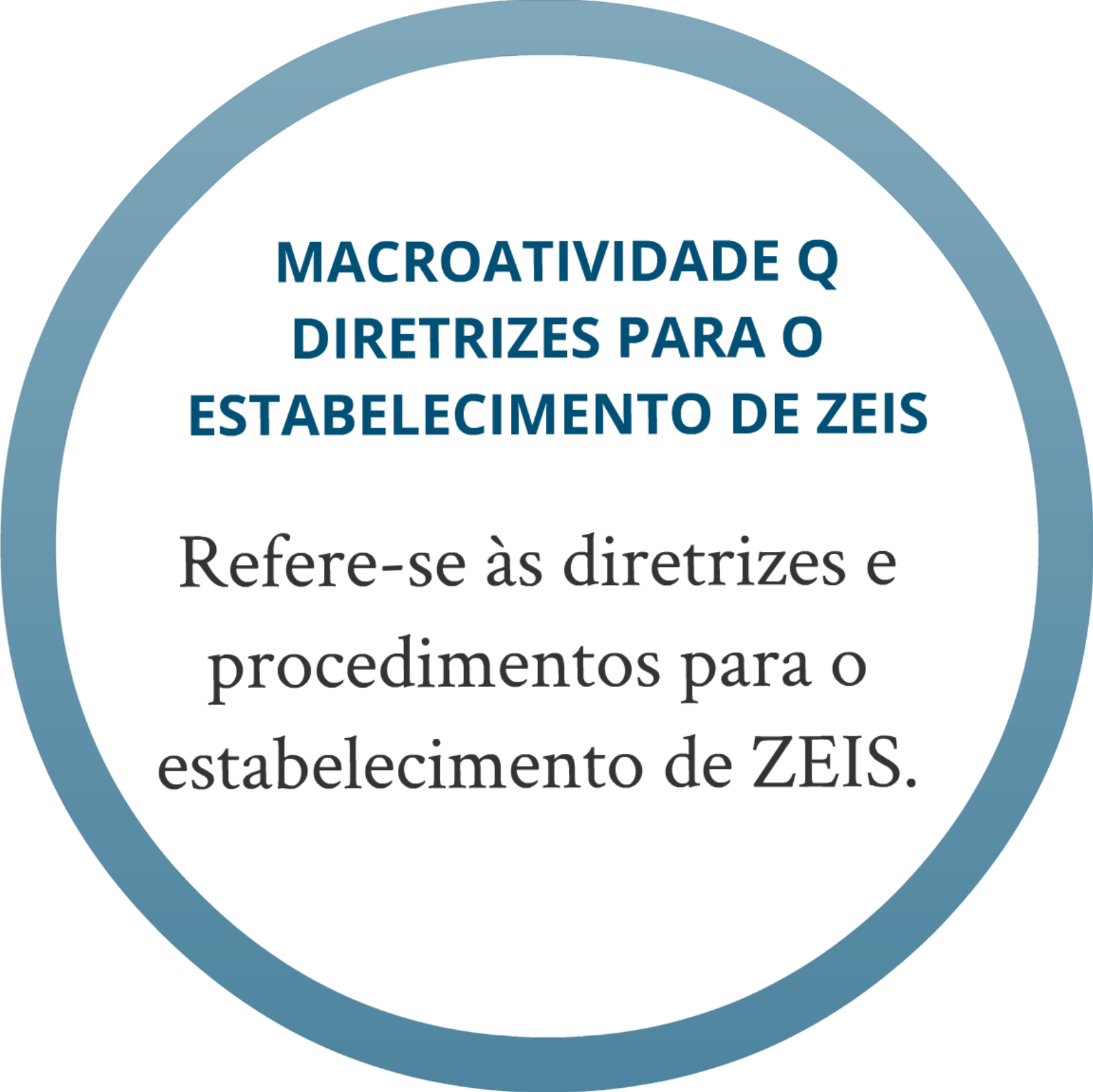


Atividade P.1 – Definição de Diretrizes de Regularização das Áreas

Atividade P.2 – Definição de Instrumentos de Regularização das Áreas

Atividade P.3 – Definição de Estratégia de Implementação e Metas

Atividade P.4 – Definição de Indicadores para Monitoramento e Consolidação do Plano de Regularização Fundiária



MACROATIVIDADE Q DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE ZEIS

Refere-se às diretrizes e
procedimentos para o
estabelecimento de ZEIS.

Atividade Q.1 – Definição de Diretrizes para ZEIS
– Orientações gerais para o estabelecimento e
regulamentação de ZEIS
Atividade Q.2 – Definição de Instrumentos de
Regularização Urbanística das ZEIS



MACROATIVIDADE R PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Diretrizes e planejamento de atividades que deverão ser implementadas para dar suporte ao Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e projetos.



Atividade R.1 – Definição de Diretrizes de Educação Ambiental

Atividade R.2 – Planejamento das Atividades de Educação Ambiental

Atividade R.3 – Definição de Matriz de Articulação das Atividades de Educação Ambiental com a Estratégia de Implementação do Plano Urbanístico e Ambiental



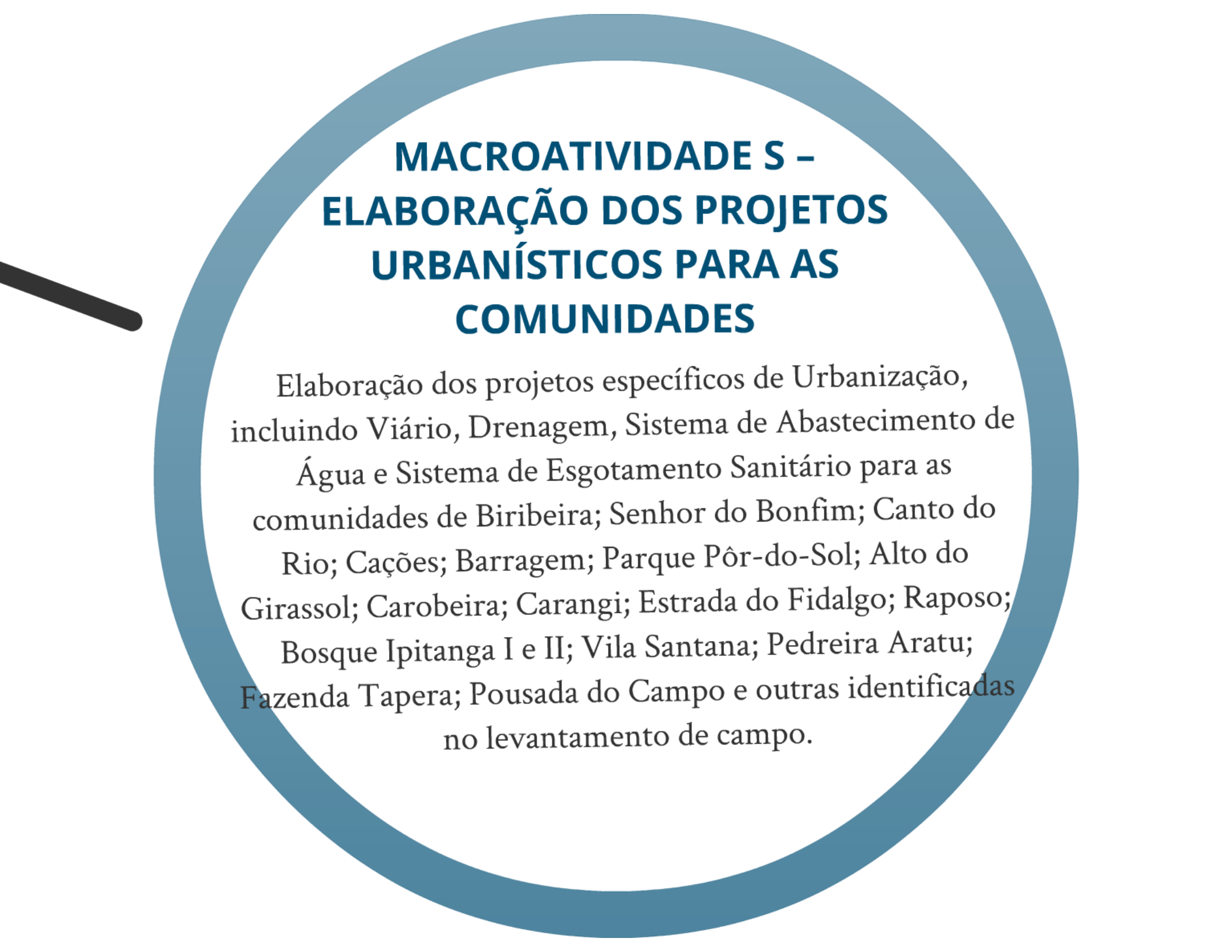
ETAPA 4

ELABORAÇÃO DOS PROJETOS URBANÍSTICOS
ESPECÍFICOS

Nov/2013

a

Mai/2014



MACROATIVIDADE S – ELABORAÇÃO DOS PROJETOS URBANÍSTICOS PARA AS COMUNIDADES

Elaboração dos projetos específicos de Urbanização, incluindo Viário, Drenagem, Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário para as comunidades de Biribeira; Senhor do Bonfim; Canto do Rio; Cações; Barragem; Parque Pôr-do-Sol; Alto do Girassol; Carobeira; Carangi; Estrada do Fidalgo; Raposo; Bosque Ipitanga I e II; Vila Santana; Pedreira Aratu; Fazenda Tapera; Pousada do Campo e outras identificadas no levantamento de campo.

Atividade S.1 - Definição dos Programas de Intervenção e Projetos Urbanísticos Preliminares

Atividade S.2 – Oficina – Discussão dos Programas de Intervenção e Projetos Urbanísticos Preliminares

Atividade S.3 - Elaboração dos Anteprojetos Urbanísticos

Atividade S.4 – Oficina – Discussão dos Anteprojetos Urbanísticos

Atividade S.5.1 – Elaboração dos Projetos Urbanísticos Executivos

Atividade S.5.2 - Elaboração dos Projetos Urbanísticos Executivos

Atividade S.6 - Elaboração do Projeto Executivo da Infraestrutura Viária, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

Atividade S.7 - Elaboração do Projeto de Detalhamento das Redes Secundárias de Distribuição do Sistema de Abastecimento de Água

Atividade S.8 - Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário

Atividade S.9 - Elaboração do Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Atividade S.10 - Elaboração dos Estudos Socioambientais

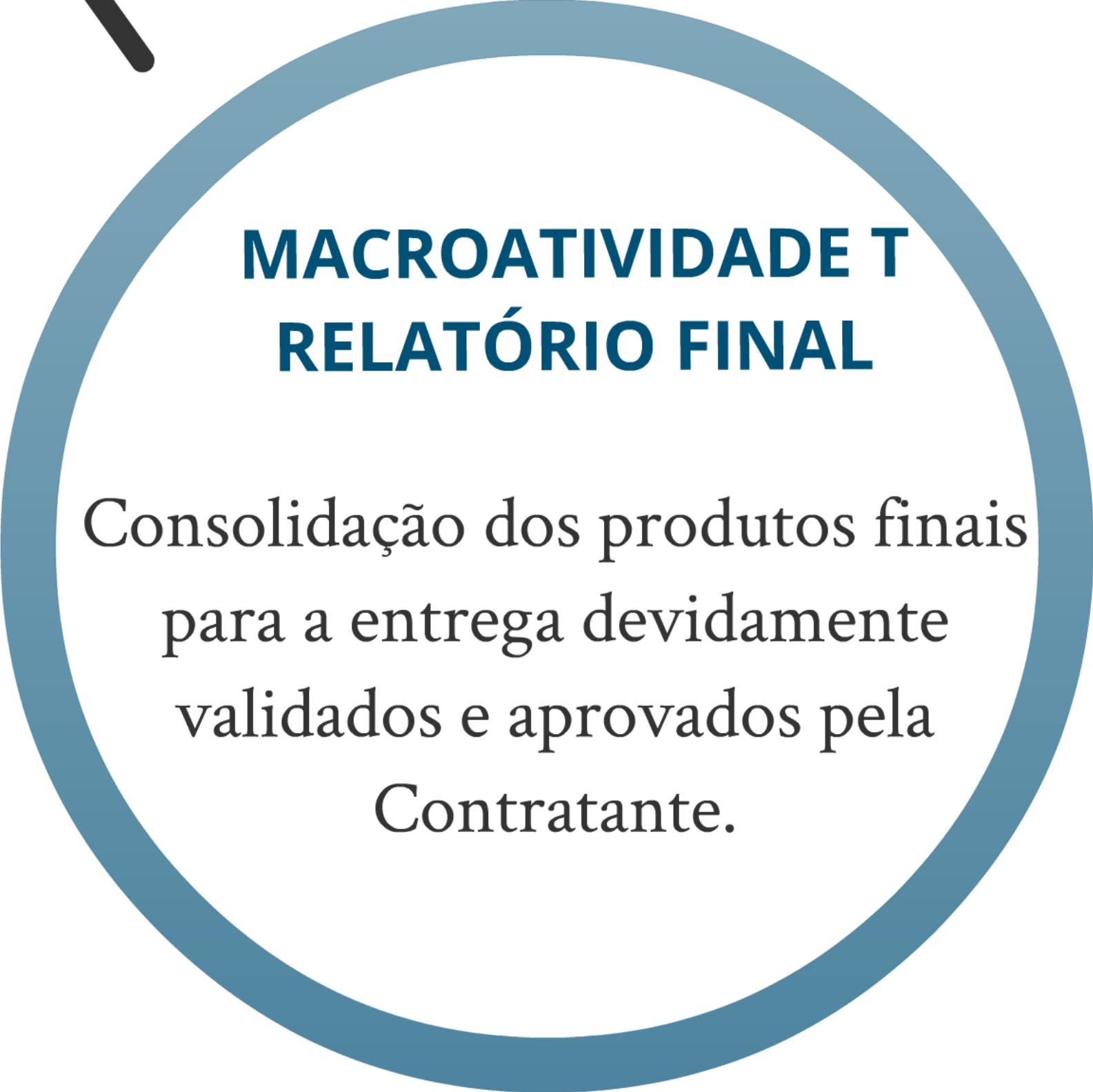
ETAPA 5

RELATÓRIO FINAL

Maio/2014

a

Jun/2014



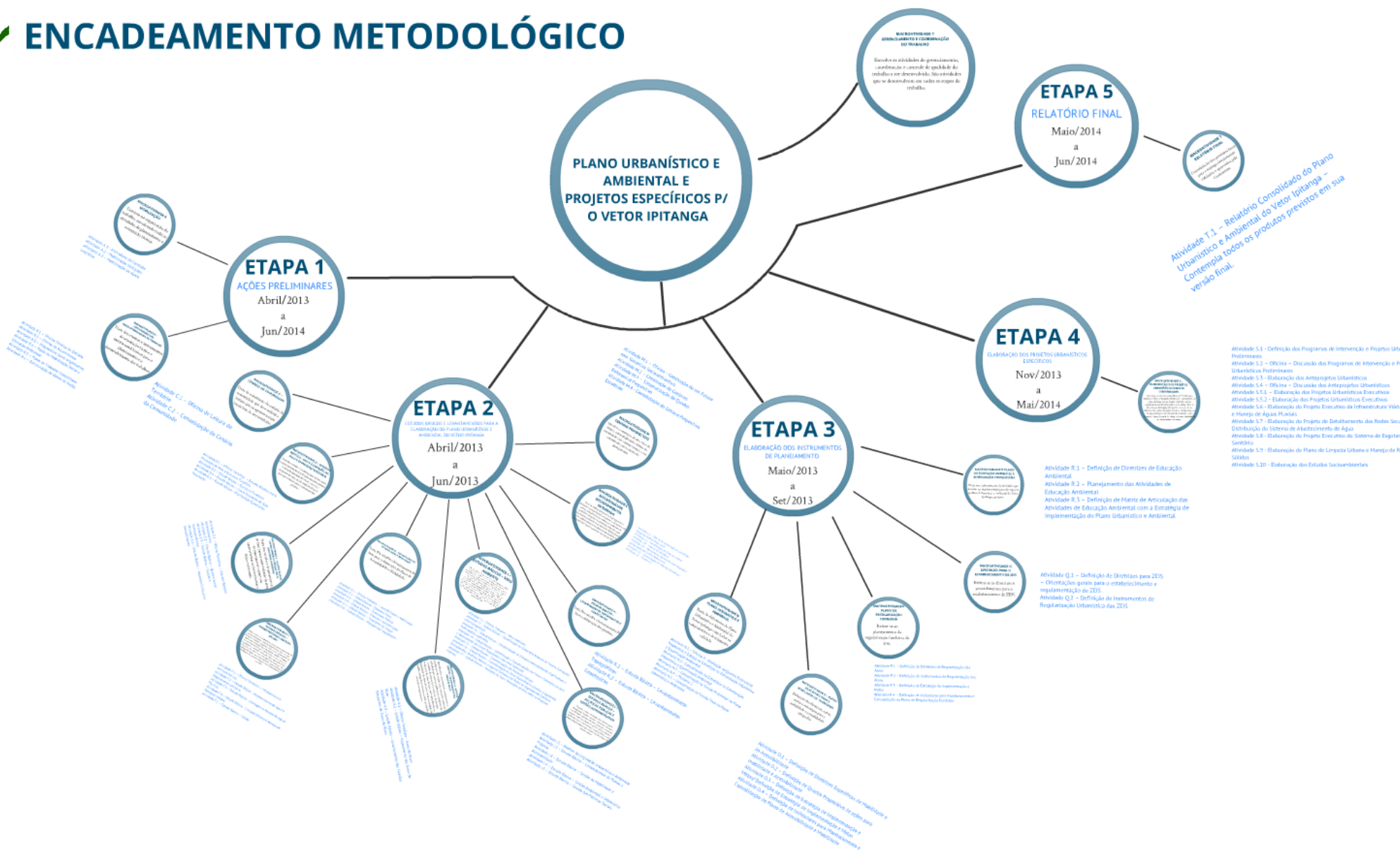
MACROATIVIDADE T RELATÓRIO FINAL

Consolidação dos produtos finais
para a entrega devidamente
validados e aprovados pela
Contratante.

REVISÃO FINAL

Consolidação dos produtos finais
para a entrega devidamente
validados e aprovados pela
Contratante.

Atividade T.1 – Relatório Consolidado do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga –
Contempla todos os produtos previstos em sua versão final.



Produtos

Plano Urbanístico Ambiental do Vetor Ipitanga

Plano de Acessibilidade e Mobilidade

Plano de Regularização Fundiária

Diretrizes para ZEIS

Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Projetos Executivos: Urbanísticos das Comunidades, Detalhamento das Redes Secundárias de Distribuição do Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário,
Estudos Socioambientais.

**ANEXO 5 - MINUTA DE ATA E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO TÉCNICA DE
APRESENTAÇÃO OFICIAL DO PLANO DE TRABALHO AO GRUPO DE
TRABALHO DO VETOR IPITANGA – 24/04/13**

ATA DE REUNIÃO 24/04/2013	
Assunto:	Reunião de trabalho - Apresentação do Plano de Trabalho ao GT do Vetor Ipitanga.
Participantes:	Ver ANEXO 2 – Lista de Presença.
CONTRATO: N° 007/2013 – Vetor Ipitanga	

Ao vigésimo quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e treze, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Sedur, localizada na 5ª Avenida N° 550, Centro Administrativo da Bahia – CAB, o Sr. Anésio Miranda abriu a reunião como a primeira após assinatura do contrato e esclareceu que o objetivo era a apresentação da proposta de Plano de Trabalho que se fundamenta na proposta técnica da licitação e pede que o CONSÓRCIO se apresente. A Arqta. Liana Viveiros se apresenta acumulando as funções de gerência do contrato e coordenação técnica (compartilhada com Floriano Freaza). Introduz os conceitos que nortearam a elaboração do Plano de Trabalho e informa que a primeira atividade envolvendo o público, a Oficina de Entrada será realizada no dia 30/04/2013. O arqt. Floriano Freaza se apresenta também como coordenador técnico do projeto e se coloca disponível ao esclarecimento de dúvidas e questionamentos. Liana inicia a apresentação destacando que se trata de uma reunião de trabalho na qual são pertinentes dúvidas, questionamentos e contribuições. Na apresentação destaca alguns pontos críticos já identificados dentre eles o “Potencial do planejamento urbano de se colocar como instrumento de controle e promotor da sustentabilidade no desenvolvimento local”, principalmente em uma área como esta em intenso processo de ocupação. Neste momento aponta para a centralidade e importância da Prefeitura Municipal de Salvador e da Embasa no projeto. Sobre os potenciais problemas identificados destaca os “Problemas associados a metodologias participativas (expectativas, limitações no atendimento das demandas, perda de foco)” principalmente pela grande expectativa já existente na comunidade. Outro ponto relevante levantado se refere à atuação do GT que deverá contribuir na informação sobre projetos em andamento para área na esfera do Governo. No sentido de otimizar esta contribuição Liana sugere que as solicitações de informação ao GT possam ocorrer nas reuniões, sendo oficializadas através da Ata de reunião. Medidas preventivas de controle da ocupação e uso do solo como congelamento e selagem da área foram pontuadas na apresentação e nesse momento se alertou para a necessidade de colaboração das prefeituras e das próprias comunidades, principalmente a partir da definição das áreas de projeto e das áreas não ocupadas. Sra. Renata, representante da Embasa alerta para a importância do controle da ocupação. O Sr. Geneci (gestor da APA) esclarece que a APA não é mais consultada para anuir sobre a implantação de empreendimentos e alerta que o processo de produção habitacional está bastante intenso na área e ocorrendo sem a existência de parâmetros urbanísticos. Destaca ainda que os moradores estão muito preocupados com este processo de ocupação e com a preservação dos mananciais. Informa que a questão do uso e ocupação do solo tem centralidade nas discussões do zoneamento do Plano de Manejo da APA Joanes-Ipitanga e que neste documento serão estabelecidos parâmetros urbanísticos para a área. Liana pontua que a metodologia de desenvolvimento dos trabalhos contempla um espaço de notícias institucionais que é importante para lidar com a expectativa da população e para manter um bom relacionamento com as comunidades e lideranças, além de manter um regime de transparência. Sobre as atividades de educação ambiental que estarão programadas no Plano de Sensibilização e Mobilização da Comunidade foi pontuada a necessidade de interação com a SEMA. Sobre a Oficina de Entrada, Anésio informa que está sendo formalizado Convite às lideranças locais para o evento no dia 30/04. Quando da apresentação do cronograma, o Sr. Albérico sugeriu que fosse ajustado o início da Etapa 2 para maio. Na apresentação do



conteúdo e metodologia dos estudos básicos, Liana ressalta a necessidade e importância da disponibilização do cadastro imobiliário e de logradouros da Prefeitura Municipal de Salvador. Ainda sobre a metodologia, o Sr. Albérico sugere que sejam elaborados cadernos temáticos preliminares que sintetizem cada um dos estudos básicos quando do seu desenvolvimento. Sobre a apresentação dos estudos à comunidade, Liana esclarece que está prevista uma plenária. Foi sugerido o formato de Consulta Pública, o que foi anuído por todos. Geneci questiona sobre outros momentos de participação da comunidade e Liana esclarece que a metodologia prevê vários momentos, inclusive oficinas em cada etapa que terão formatos e sistemáticas associados ao cumprimento dos objetivos em cada etapa de trabalho. O Sr. Geneci questiona se a área de Jardim Boa Esperança, dentre outras, está incluída no projeto. Liana apresenta a área de abrangência do planejamento e acrescenta que a área de projeto urbanístico prevista é de 50 ha (cinquenta hectares) que serão distribuídos entre as comunidades que vão estabelecer as prioridades no processo participativo. Por fim lista os produtos previstos nos contrato (Plano Urbanístico Ambiental do Vetor Ipitanga; Plano de Acessibilidade e Mobilidade; Plano de Regularização Fundiária; Diretrizes para ZEIS; Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos; Projetos Executivos: Urbanísticos das Comunidades, Detalhamento das Redes Secundárias de Distribuição do Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário, Estudos Socioambientais) e finaliza a apresentação. É iniciada a discussão e o Sr. Albérico questiona se a equipe do GT teve o adequado entendimento do Termo de referência, do escopo e do Plano de Trabalho. Anésio fala sobre a composição do Núcleo Gestor e compartilha dúvidas; deverá todo o GT participar do Núcleo Gestor? E quais outras lideranças e instituições que deverão participar? São dados informes, por Anésio e Renata, de obras em andamento pelo PAC para a área, citando o R23, a obra contempla a ampliação de uma sub-adutora, linhas tronco para Cassange e Lauro de Freitas, entre outras. O foco do R23 não é o Vetor Ipitanga e sim os empreendimentos de MCMV de Lauro de Freitas. Renata expressa que não considera necessária a participação da Embasa no Núcleo Gestor uma vez que a questão principal do Vetor Ipitanga se refere a uso e ocupação do solo, aproveita para mais uma vez enfatizar a necessidade de controle da ocupação na área para que se tenha condições de atender às demandas locais de saneamento básico. Às onze horas e trinta e cinco minutos da manhã, com vinte e quatro participantes, o Sr. Anésio Miranda declarou encerrada a reunião. Eu, Karla Patrícia Benevides Henriques, arquiteta da empresa Hydros Engenharia S/A, lavrei e assino a presente ata, a qual também é assinada pelos demais participantes que assim desejarem.



Lista de Presença

DATA 24/04/2013

CONTRATO: N° 007/2013 – Votor Ipitanga

Assunto: Aumento do Plano de Trabalho do GT

[illegible]

**ANEXO 6 - MINUTA DE ATA E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO A VICE-PREFEITURA DE
SALVADOR – 26/04/13**

ATA DE REUNIÃO 26/04/2013	
Assunto:	Apresentação do Plano de Trabalho do Vetor Ipitanga a Vice-Prefeitura de Salvador.
Participantes:	Ver Lista de Presença.
CONTRATO: N° 007/2013 – Vetor Ipitanga	

Ao vigésimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Vice-Prefeitura de Salvador, localizada na AV. Joana Angélica, 399, Ed. Fernando José Rocha, às 7:30h é iniciada a reunião. A reunião inicia com a Vice-Prefeita ressaltando a importância do diálogo entre as partes interessadas e objetivo da Prefeitura em desenvolver o município com atenção ao meio ambiente. Todos se apresentam e o Sr. Anésio Miranda esclarece sobre o – Vetor Ipitanga. A Sertenge inicia a apresentação do Residencial Coração de Maria, introduz com dados da Bahia e de Salvador. A questão do déficit habitacional é destacada e apontam o relevo de Salvador e a ausência de grandes terrenos como razões que contribuem para essa carência. O caso de Lagoa da Paixão é dado como exemplo. Sobre o Residencial Coração de Maria o Engenheiro apresenta o Partido Urbanístico com as áreas destinada a habitação, a APP, uma área para comércio e uma área de 12.000m² que será doada a Prefeitura Municipal de Salvador para instalação equipamentos públicos para atendimento a comunidade. Como uma creche, uma escola, um CRAS. O engenheiro apresenta em planta a área de preservação sugerindo a construção de uma ciclovia em torno dela para conter o acesso. Cita outros empreendimentos na região e pondera sobre a questão do saneamento que este só é de responsabilidade da construtora quando a embasa não proveu a infraestrutura. Apresenta a planta do apartamento alegando que é acessível, lista os benefícios incorporados ao empreendimento (energia, água, esgoto, limpeza urbana, etc). Apresenta dados de densidade populacional: Q. da Glória 601,10 hab/ha, Sítio Isabel 977 hab/ha, Residencial Coração de Maria 410 hab/ha. Apresenta também os índices (CAB e ocupação) e alega que todos estão conforme com a lei e “folgados”. Finaliza a apresentação. A Vice-Prefeita toma a palavra e pontua que para além do projeto existem diversos atores e fatores que devem funcionar. Inicia-se um debate entre Celina e a Sertenge a respeito de questão e saneamento. Novas pessoas chegam e são apresentadas. Liana inicia apresentação do Plano de Trabalho do Vetor Ipitanga. Celina, representante da área questiona sobre área de abrangência e pede para dar zoom e questiona se toda aquela área será alvo de projetos, Liana esclarece que a área de projetos totaliza um valor de 50ha de projeto distribuídos entre as comunidades. Bernardo, advogado da Sertenge inicia a discussão elogiando a apresentação, o conteúdo do Projeto e a abordagem. Cita o modelo de governança da Região Metropolitana de Natal. Pondera, no entanto, que o “congelamento” não é uma opção legal e que o empreendimento Coração de Maria foi elaborado e executado dentro da lei e que este tipo de ação leva a fuga de capital. Que o congelamento vai de encontro a uma ação legítima e legal. Destacou que a Sertenge já entregou 20.000 habitações na faixa 1 em todo Brasil. A equipe da Caixa Econômica se apresenta. Anésio pondera que o interesse comum a todos é promover a qualidade da área e esclarece que o congelamento proposto não se refere aos empreendimentos já em desenvolvimento e sim aqueles que ainda serão licenciados e que não pretende desfazer o que foi realizado muito menos aquilo que foi realizado com a anuência da Caixa Econômica. A Sertenge elogia as ponderações de Anésio. Flora, representante da área, inicia a fala e esclarece sobre seu conhecimento sobre incorporação imobiliária e da lisura de todos os envolvidos neste empreendimento, pondera, no entanto, a questão da densidade populacional muito alta para a área, visto suas características e fragilidades ambientais. Cita um estudo da Embasa que define faixa de 500m (quinhentos metros) com restrições à construção nas áreas de margem da represa com vistas a preservação dos mananciais. Explica que a preocupação se



refere a preservação das represas que já tem o nível de água baixo, inclusive encarecendo o abastecimento. Informa sobre o processo crescente de ocupação da área com sérios problemas sociais e de mobilidade já apresentados nos estudos de diagnóstico do Plano de Manejo da APA. Destaca que 40% da água de Salvador vem daquela área e que por isso é fundamental o cuidado. Deixa claro que não está em busca de conflito e nem questiona a legalidade do licenciamento, mas sim aspectos não observados no processo. Acrescenta que é preciso pensar na cidade, em aspectos mais amplos dizendo que a CAIXA precisa pensar em “Minha Cidade, Minha Vida”. Acrescenta que outros processos na área estão levando a perdas ambientais como a contaminação dos lençóis freáticos pelo não cumprimento de condicionantes na implantação do aterro. Destaca ainda a ansiedade da população local que não tem água nem saneamento. Pede que seja observada a vocação da região que tem grande relação de atividades com a CEASA, cultivo de hortas e com a Pedreira. Bernardo questiona Celina sobre a proximidade da sua casa com o empreendimento. Celina retoma a fala explicando que não é perto mas ela circula por perto e que a área não tem esta característica de alta densidade, que historicamente a área não atrai moradores porque não há oferta de serviços. Bernardo cita o decreto que define a densidade e diz que este foi respeitado e também o código florestal que define o afastamento dos mananciais. Ressalta o respeito às leis pelo empreendimento e que considera inviável o questionamento. Acrescenta que empreendimentos regulares não contaminam mananciais. Bernardo da Sertenge cita o caso de Dias D’ávila que a Embasa recomendou 30m (trinta metros) de afastamento da Barragem Santa Helena. Celina destaca que a distância é muito pequena para a densidade, que o solo é muito instável e que é sujeita a erosão e o relevo muito íngreme. Na planta de partido urbanístico ela mostra que a APP é ocupada. Explica que o que a Embasa recomenda – porque a Embasa apenas recomenda (não tem autoridade) é que nos 500m a ocupação seja em lotes grandes. Adalva (SEDUR) esclarece que a garantia de que APP não tenha erosão é a cobertura vegetal. Elogia o Plano de Trabalho do Vetor Ipitanga e esclarece que a recomendação da Embasa é de lotes de 5.000m é de uma realidade pretérita e rural que deve ser superada diante da necessidade de expansão da ocupação da cidade. Ressalta a importância do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga como instrumento de planejamento da principal área de expansão da cidade de Salvador. O Sr. Geneci, gestor da APA Joanes-Ipitanga, fala da importância do Plano uma vez que o zoneamento da APA e o PDDU são falhos na reflexão sobre esta área de expansão da cidade. Fala sobre o afastamento determinado pela Embasa e que o considerado no zoneamento da APA foi de 100m e que ele não viu no projeto do empreendimento a consideração da faixa de preservação rigorosa da APA, que não sabe se houve sobreposição desta área com a poligonal do empreendimento para verificação da compatibilidade. Comenta que antes o Conselho fazia isso, mas agora é só consultivo. Acrescenta que não existem parâmetros para a área. Informa sobre o interesse de planejar ali um Parque. Destaca que o empreendimento deveria pensar em ações de preservação da APP. Acrescenta a necessidade de rever os parâmetros urbanos e ambientais da área. Flora diz aos representante da Sertenge que a empresa já conhece bem a comunidade porque a comunidade já buscou a Sertenge para o diálogo. Cita o caso de Nova Esperança, no qual a comunidade espera execução de condicionantes a muitos anos. E que a comunidade tem experiência de promessas não cumpridas. Abre a discussão sobre legalidade x legitimidade trazendo o foco para a autonomia da Prefeitura na gestão anterior que teve uma atuação - segundo ela – arbitrária e autoritária. Explica que existe um vácuo da legislação, que o PDDU não contempla a área. E que quando existe um vácuo da lei prevalece o determinado pela APA. Discursa sobre a importância da preservação da área para conservação dos mananciais, que ali é mata atlântica. Chama atenção para a população que vive no local, suas



necessidades. Pede a atuação a Caixa Econômica sobre a localização dos empreendimentos habitacionais e que não é viável implantar habitação longe do trabalho e que o PAC precisa de planejamento. Que é um grande desperdício de recursos. Geneci complementa que na constituição o município tem competência de licenciar. Roberta, advogada de Direito Ambiental – representante Sertenge – esclareceu que o empreendedor deve sempre seguir a lei mais restritiva para dar segurança legal. Esclareceu que se não houve respeito à área de preservação é possível fazer ajustes sem necessidade de abortar ou parar o empreendimento. Diz ainda que a recomendação da Embasa de afastamento de 500m é superada e que não existe uma norma que obrigue o empreendedor a respeitar este afastamento. Acredita que o que falta ao processo é transparência para dar segurança aos entes envolvidos. Luis Henrique da Sertenge esclarece que a Sertenge não tem nenhuma responsabilidade sobre o atraso das obras de Jardim Boa Esperança. Celina pontua que uma vez que a obra é planejada em módulos ela pensa que é possível discutir por módulos. Apresenta imagens da APP na área que indicam riscos de assoreamento. Celina acrescenta sua preocupação sobre a área e diz que não são ambientalistas radicais e sim moradores que acompanham os processos. Ressalta que aquela é essencialmente área rural inclusive porque aterro não pode estar em área urbana. Que a área é rica em jazidas e exploração de pedreira não é uma atividade móvel. Ressalta que um dos problemas de casas inacabadas é que podem ser invadidas. Pede que 5 (cinco) dos 6 (seis) módulos sejam congelados enquanto é elaborado o planejamento. Flora acrescenta que o afastamento de 500m não é obsoleto que é um entendimento adequado da área. Que a área é essencialmente rural e sua mudança para área urbana foi uma imposição. A vice-prefeita Célia Sacramento pede a palavra para concluir sobre a importância da solução das questões ambientais considerando a necessidade urgente de habitação popular. Informa que dia 30 às 9h haverá visita local e que o Prefeito ACM Neto assinou um compromisso de Cidades Sustentáveis e criou uma secretaria para este fim. Destacou que é preciso rever os bairros de Salvador para promover a qualidade urbana da cidade. E que existe interesse do Prefeito de fazer o diálogo da gestão pública com a gestão privada. Cita a verticalização como alternativa para solução do déficit habitacional na cidade e finaliza dizendo que após a visita a próxima agenda é com o Prefeito. Eu, Karla Patrícia Benevides Henriques, arquiteta da empresa Hydros Engenharia S/A, lavrei e assino a presente ata, a qual também é assinada pelos demais participantes que assim desejarem.

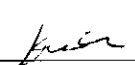
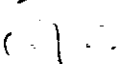
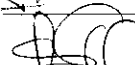
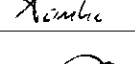
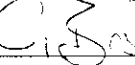
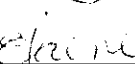
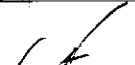
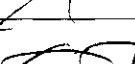


Lista de Presença

DATA: 06/04/2013

CONTRATO: Nº 007/2013 – Vetor Ipitanga

Assunto: Apresentação do Vetor Ipitanga à Prefeitura de Salvador

Nome	Órgão	Telefone	E-mail	Assinatura
KARLA BENEDEDO	HYDROS/FFA	3272 8200	karla.benedetto@hydrosistem.com.br	
CELIA Sacramento	Vetor Ipitanga	3271-3430	celia.sacramento@vetoripitanga.com.br	
FELICIANO FREITAS ARAÚJO	HYDROS/FFA	3356 6953	feliciano@vetoripitanga.com.br	
LIANA VILVA DE VIVEIRO	HYDROS/FFA	3272 8200	liana.viveiro@hydrosistem.com.br	
ADALVA TENHA	SEDUR/SH	3118 3430	adalva.tenha@sedur.ba.gov.br	
Genivaldo Braz Silva	INEMA/DIRUL	3116 3235	genivaldo@cinema.brasnet.br	
Caísta Flores	ambimf munda	34733014	caista@live.com	
Celine Costa	AMAR Ipitanga	3577 5761	celinecosta@uol.com.br	
Elaine Meneses	SUBCO/PAIS	22 18317	elaine.meneses@salvador.ba.gov.br	
Américo M. Fernandes	SEDUR/SAN	3118 3120	americofernandes@sedur.ba.gov.br	
Imp. Lila UF	SENTENÇA	3273 6600	lilauf@sentenca.com.br	
Luiz Henrique	SENTENÇA	32736600	LUIZHENRIQUE@SENTENCA.COM.BR	
LEONARDO MENEZES	SENTENÇA	3273 6600	LEONARDO MENEZES@SENTENCA.COM.BR	

[illegible]

**ANEXO 7 - MINUTA DE ATA, LISTA DA OFICINA TÉCNICA DE ENTRADA E
LISTA DE RECEBIMENTO DO “KIT PARTICIPANTE” – 30/04/13**

ATA DE REUNIÃO 30/04/2013	
Assunto:	Reunião de trabalho – Oficina Técnica de Entrada (Atividade B.1)
Participantes:	Ver ANEXO 1 – Lista de Presença.
CONTRATO: N° 007/2013 – Vetor Ipitanga	

Ao trigésimo dia do mês de maio do ano de dois mil e treze, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Sedur, localizada na SETUR (Secretaria de Turismo) - Av. Tancredo Neves, Desenhahia Bl-A, 7ª andar - Bloco A, Caminho das Árvores, às 14:00h os participantes começam a chegar e receber o “Kit Participante”. Às 15:00h o Sr. Anésio Miranda iniciou a reunião como a segunda reunião de apresentação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga que vem sendo gestado nos últimos cinco anos. Destaca que já está contratada a consultoria para execução dos serviços (Plano e projetos), o Consórcio Hydros/FFA, aqui representado pelos arquitetos Floriano Freaza, Liana Viveiros e Karla Benevides. Deseja bons trabalhos e passa a palavra para Liana que inicia se apresentando como coordenadora do projeto junto com Floriano da FFA. Esclarece que o Plano de Trabalho ainda está sujeito a contribuições dos agentes interessados. Destaca a importância desta apresentação para o grupo de acompanhamento. Informa que além da apresentação haverá uma dinâmica para discussão de conceitos. Anésio coloca que a filmagem feita por uma liderança presente deve ser disponibilizada para todos. Todos se apresentam e a palavra retorna para Liana que explica que o projeto se organizou em etapas e em diferentes escalas. Destaca a importância da participação de todas as Prefeituras. Carlos pergunta se existe membro da Prefeitura de Salvador presente, Liana responde que não, mas que a prefeitura faz parte do Grupo de Trabalho, e conhece o projeto. Flora informa que foi feita apresentação do projeto à vice-prefeita. Flora comenta que a violência não é problema na área. Carlos pergunta se deve informar processos de ocupação e empreendimentos na área para o Grupo de Trabalho ou para Prefeitura. Liana esclarece que podem ser trazidos para o Grupo de Trabalho. Floriano acrescenta que a Prefeitura é responsável sobre a gestão do território e que não haverá sobreposição de responsabilidades. O Sr. Silvino questiona se o aspecto cultural está sendo considerado, pois já existe uma cultura tradicional de matriz africana muito forte. Flora complementa dizendo que a Igreja Católica também é forte. Liana informa que o material estará disponível para o Grupo de Trabalho e que dia 15 será entregue o primeiro produto da Etapa I. Sobre a Etapa IV fala que serão elaborados 50 ha (cinquenta hectares) de projeto. Flora pergunta qual a área total do Vetor Ipitanga. Floriano esclarece que ainda não foi totalmente levantado, mas que se estima área ocupada de aproximadamente 400 ha (quatrocentos hectares). Carlos questiona se os 50 ha (cinquenta hectares) de projeto podem se concentrar na área definida como Cassange. Liana esclarece que a área de Plano é de mais ou menos 30 km² e que as áreas de projeto serão definidas durante o processo participativo no limite dos 50 ha (cinquenta hectares). Ao apresentar o encadeamento metodológico destaca que hoje é a realização da atividade “Oficina Técnica de Entrada”, que a “Oficina de Aquecimento” deve ocorrer com a participação do Núcleo Gestor. Destaca também que a realização do Diagnóstico Socio-organizativo precisa do apoio da comunidade. Quando da apresentação do item diretrizes para ZEIS, Flora pergunta sobre a aplicação deste instrumento porque ela entendia que era sempre para reparação de áreas já ocupadas. Liana esclarece sobre a história de implementação de ZEIS que a política urbana contempla a definição de ZEIS para áreas vazias. Flora pede esclarecimentos sobre o que significa “Especial”. Liana explicou que ZEIS é destinada para habitação de interesse social que necessariamente exige um Plano de Urbanização. Carlos contribui que ZEIS são áreas de maior vulnerabilidade social, Sr. Silvino diz que agora entendeu, mas que a compreensão que



eles tinham antes era que diferente. Liana explica que existem normas para garantir a função social como o não amembramento de lotes. Floriano complementa que também existe flexibilização de leis para contribuir na manutenção da população com direitos especiais. Floriano explica sobre os projetos urbanísticos para as comunidades destacando que possivelmente algumas áreas poderão ser desocupadas. Esclarece ainda que o foco é saneamento. Carlos toma a palavra para falar sobre os nomes das localidades, informando que existe uma ata de reunião que estão definidos os nomes de 14 comunidades existentes. Floriano explica que estas correções podem ser feitas dentro do Plano. Carlos pede que seja feito o recorte territorial dos bairros e localidades. Floriano explica que o Plano é Vetor Ipitanga que é uma área mais ampla que Cassange, mas que a discussão de identificação do território é importante para o Plano e que pode ser discutida e pactuada. Destaca ainda possivelmente alguma das localidades pode estar em áreas que não devem ser ocupadas e tenham de desaparecer. Carlos recomenda a utilização do mapa da CONDER que está mais atualizado com nomes de ruas. Anésio toma a palavra para dizer que a Embasa já está em licitação para obras para um grande reservatório e adutoras (R23) no bairro do Cají em Lauro de Freitas, e que a realização destas obras independem do Plano. Carlos pergunta quando a água vai chegar para a comunidade. André (Cassange) chama atenção para o crescimento das comunidades na área em direção às barragens e que a barragem está sendo utilizada como área de lazer e de lavagem de roupa. Demonstra preocupação quanto à qualidade das águas. Fica esclarecido que a água só chegará às torneiras depois da execução dos projetos. André (Cassange) informa que foi contratado pela empresa UFC Engenharia para fazer coleta de água e que a empresa nunca apresentou os resultados à comunidade. Enfatiza que já existe muito desgaste, e falta de credibilidade no processo, que a comunidade tem medo que o prazo não seja cumprido, mas também quer qualidade e resultados concretos. Mário diz que o Plano ficar pronto no ano seguinte é tempo demais, que a comunidade está ansiosa e que ano que vem tem eleições e que depois o processo será esquecido. Completa dizendo que o carro pipa não está “dando conta”, que existem áreas que faz um mês que o carro não vai porque as estradas estão muito ruins, principalmente a da Carobeira. Enfatiza que as comunidades estão vivendo em situação precária, que as discussões ocorrem desde 2001. Carlos pergunta se é possível elaborar o projeto em menos de 14 meses. Anésio diz que não e que as obras só podem iniciar depois dos projetos. André diz que antes foi dito à comunidade que o recurso já estava liberado e que eles não sabem o que dizer a comunidade. Anésio diz que a SEDUR não falou em recursos garantidos para as obras. Esclareceu que os recursos para o Plano estavam garantidos desde 2011, mas que na primeira licitação não houve concorrentes, então houve revisões, uma segunda licitação e por fim a contratação da consultoria. A comunidade questiona sobre a água que abastecerá o empreendimento de habitação que ficará pronto em 2014. Anésio explica que será do mesmo reservatório R23. Flora pergunta quanto tempo levará a obra. Anésio explica que depois de aprovado o processo, serão ao menos dez meses de obra. Silvino (Líder Comunitário) diz que os líderes já não tem credibilidade na comunidade, que há tempos atrás a comunidade acreditou em argumentos que levavam a urbanização da área, mas que se frustrou porque a infraestrutura não veio. Mário diz que pelo que ele entendeu só vai ter água em 2016 e que isso é muito tempo. André fala que não tem dignidade e que os empreendimentos têm infraestrutura e que eles estão se sentindo oprimidos por estes empreendimentos. Destaca que Cassange não tem abastecimento, que o carro pipa não é abastecimento, e que o bairro está crescendo. André fala das suas dificuldades e Anésio pondera que a postura deste grupo sempre foi de seriedade com a comunidade e que não é possível reduzir o prazo do projeto. Lembra que ainda não é obra, que a obra só acontece com o projeto. A comunidade fala do seu sofrimento que vai além do abastecimento de água, que



inclui várias questões como transporte. Celia Bandeira, representante da SEMA acrescenta que o Consórcio não está sozinho no processo, o Estado estará presente com a educação ambiental, realizando interações entre a comunidade e as instituições. Destaca que 14 meses é muito pouco tempo para a solução de um problema do tamanho que esta comunidade tem. Mário diz mais uma vez que gostaria que o Plano fosse realizado em menos tempo. Liana pondera sobre a importância desta discussão no início do processo, que em um cenário complexo como este o Plano – que é apenas um documento técnico – é um instrumento que abre espaço para a discussão destes problemas. Explica que a comunidade precisa entender um Plano como um instrumento que garanta o desenho futuro das áreas pela comunidade, que sem plano não se pode fazer obra, que o plano não pode ser feito em menos tempo. Que o plano pensa o “todo” e viabiliza as ações, que nele a comunidade vai colocar suas prioridades. Rosenice questiona se não é possível que antes do fim da elaboração do Plano sejam realizadas ações emergenciais e parciais. Susi pontua a importância da participação popular nas militâncias e que através do Grupo de Trabalho é que se pode tentar encaminhar estas ações. O representante da Embasa se apresenta, diz que é a primeira vez que vem, mas se compromete a se informar mais sobre os projetos em andamento na Embasa para a área, destaca que a comunidade deve se manter unida e mobilizada, que o sucesso do Plano depende da comunidade. O Sr. Silvino fala sobre o problema do “TAC” que gerou grandes frustrações na comunidade. Destaca a importância da participação do Ministério Público para ter clareza sobre o que poderá de fato ser implantado na área para não criar novas expectativas perversas. Solicitou também que seja resolvida a questão do PDDU. Liana esclarece que o que se espera é que os parâmetros locais sejam definidos junto com a Prefeitura. Floriano explica que o Ministério Público participa para garantir o atendimento a comunidade, diz que a Prefeitura foi convidada e envolvida no processo. Que a Prefeitura e o Ministério Público devem ser parceiros neste Plano e, que se a comunidade identifique problemas devem exigir esta participação. Silvino diz que o entendimento do Ministério Público é outro e que pensa até em retirada de população, que a preocupação dele são as expectativas das comunidades. Esclareceu que entende a complexidade da área em razão da bacia, mas que a comunidade não está consciente disso. Liana pondera que a chave é lidar com transparência deixando claro as limitações do Plano, que Plano não é obra. Silvino diz que é importante o envolvimento do Ministério Público e Prefeitura com este mesmo objetivo. Anésio informa que está agendada uma reunião para o dia 30 de maio com o Ministério Público, mas que será reagendada porque é feriado. Informou que o governo Federal lançou o PAC “Desastres Naturais” para financiamento de obras em áreas de risco e que dentro deste PAC está cadastrado um projeto para combate das enchentes do rio Ipitanga que será contratado em regime especial de contratação que contempla projeto (de calhas, contenção, etc...). André pergunta se dentro do PAC se podem prever recursos para as enchentes de São Cristovão. Anésio explica que existe um estudo que o rio Ipitanga não tem água para inundar, que não são as comportas da barragem, que a inundaç  o é resultado do volume de água de chuvas. André diz que é muita água, que São Cristovão alaga. Carlos fala das necessidades da comunidade e Mário complementa dizendo que se preocupa que o Plano caia em descrédito e que seja abandonado com as eleições. Silvino fala que a reunião não poderá ser até tarde porque não tem transporte para chegar lá. André ressalta que as reuniões podem ser na comunidade. O representante da Embasa destaca a importância do Plano e que a comunidade deve se mobilizar para apoiar o Plano. Flora quer encaminhar o descontentamento geral do movimento popular pela ausência da Prefeitura. Solicita que a SEDUR (An sio) mande um ofício para a Prefeitura pedindo que esteja efetivamente presente e que participe. Liana pede a palavra para finalizar. Explica que havia uma atividade prevista de nivelamento de conceitos que será realizada na próxima



Oficina. Silvino sugere que também sejam consideradas as expressões locais. Liana pergunta qual o melhor dia para reuniões. A comunidade responde que o melhor dia é sábado. A SEDUR prefere durante a semana. Então fica acordado que serão variados. Carlos pede que no *site* da SEDUR tenha um *link* específico para ter as notícias atualizadas sobre o projeto. Anésio explica que precisará sair. Liana pede o agendamento da Oficina de Aquecimento no dia 18 de maio, 8h30 na comunidade. O local será definido pela SEDUR junto com as lideranças. Liana informa que a equipe de Socioeconomia estará em campo representada pelos profissionais Ruy Aguiar e Cláudio André na comunidade para o Diagnóstico Sócio-Organizativo. Carlos pontua que são muitas comunidades, e é importante que as reuniões ocorram nas diversas comunidades. Liana pontua que a reunião do dia 18 de maio é apenas para lideranças, não é para a comunidade geral. Às 17h30 é finalizada a reunião. Eu, Karla Patrícia Benevides Henriques, arquiteta da empresa Hydros Engenharia S/A, lavrei e assino a presente ata, a qual também é assinada pelos demais participantes que assim desejarem.



PRESENÇA

Lista de Presença				
DATA: 30/04/2013			CONTRATO: Nº 007/2013 – Vetor Ipitanga	
Assunto:				
Nome	Órgão	Telefone	E-mail	Assinatura
João Paulo Jr	SEMA	31158844	Joao.Paulo@semabg.br	Jp
MARA CASTAGNO	Condier	31173452	maracastagno@condierba.gov.br	Ulla, tof
Joanifido Lins	EMBASA	3360 2229	joanifido.lins@embasa.ba.gov.br	Joanifido
CARLOS ANTONIO DA SILVA	CASSANGE	81599954	CARLOS DE CASGANGE@GMAIL.COM	Carlos
Resimaci F. de Souza	Centro da APA Cassange	88135347	ResimaciFerreiraDesouza@ig.com.br	R Souza
MARIA DA PAZ SANTOS	Associação da V. Campa	33770309	Maria da Paz Santos 6Há 9@gmail	Maria
MARIO ALVES	Associação da V. Campa	9295-1572	MARIO 4758@HOTMAIL.COM	Mario
Karina Almeida	SEMA - SET	883-1300 8847-8809	KARINA ALMEIDA@SEMA-BA.GOV.BR	Karina
Suzi Belmon F. dos Santos	SCAURISAN	3118-3131	Suzi Belmon F. dos Santos	Suzi
FLORIANO F. AUCER	HYDROS/FFA	3358-6953	ffs@arguab@guarabacu	Florian
Karla Benedita	HYDROS/FFA	3272-8200	Karla benedita@hydrosistem.com.br	Karla
Liane Viveiros	HYDROS/FFA	3272-8200	Liane viveiros@hydrosistem.com.br	Liane
Maria de Lourdes C. Souza	SEDUR/SH	(71) 3118 3037	Maria de Lourdes C. Souza	Maria

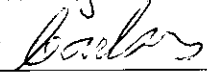
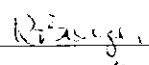
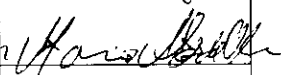
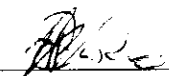
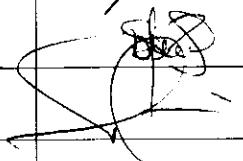
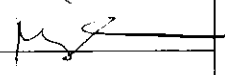
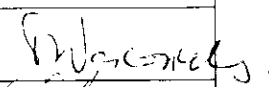
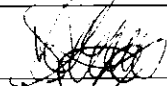
[illegible]

Kit

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO



HYDROS ffa

Lista de Recebimento do Kit Participante				
DATA: 30/09/2013			CONTRATO: Nº 007/2013 – Vetor Ipitanga	
Assunto:				
Nome	Órgão	Telefone	E-mail	Assinatura
EVANILDO	EMBASA	71 3360 2229	evanildo@embasa.com.br	
CARLOS A. DA SILVA	A. PERDO 302 CASSANGE	8139-9954	CARLOSDE CASSANGE@GMAIL	
Rosângela F. de Souza	LEAS 10117 CASSANGE	2013 5347	Rosangela@leas.com.br	
MARIO ALVES	A. PERDO 302 CASSANGE	92951972	MARIO1758@HOTMAIL.COM	
MARIA DA PAZ B. SANTO	ASS. C. AV. CASSANGE	3377 0309	MARIA DA PAZ B. SANTO@GMAIL	
Karina A. de Souza	ASS. C. AV. CASSANGE	3118 3131 5847-5802	KARINA A. DE SOUZA@GMAIL	
Suzi Belém de Souza	SEUR - SEM	3118 3131 5847-5802	SUZI.BELÉM@SEUR.BR	
Ferisao F. Alves	HYDROS FFA			
Maria de Lourdes Souza	SEUR/SA	(71) 3118 3131	Maria de Lourdes Souza@SEUR.BR	
Aldio de Brito	SEUR/SA	8139 2080		
Toniz P. D. Vasconcelos	SEUR/SA	3118 3130	TONIZ.VASCONCELOS@SEUR.BR	
WILSON S. G. Vasconcelos	SEUR/SA	3118 3121	WILSON.S.G.VASCONCELOS@SEUR.BR	
WILSON S. G. Vasconcelos	SEUR/SA	99 880765	WILSON.S.G.VASCONCELOS@SEUR.BR	

[illegible]

ANEXO 8 - CRONOGRAMA GANTT

